

Rosely Gomes Costa

CONCEPÇÃO DE FILHOS, CONCEPÇÕES DE PAI:

Algumas reflexões sobre reprodução e gênero

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Antropologia Social
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação da Profa.
Dra. Suely Kofes

Este exemplar corresponde
à versão final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 10/8/2001

/ *Suely Kofes*

Banca:

Profa. Dra. Mariza Corrêa

Mariza Corrêa

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Elisabete Dória Bilac

Profa. Dra. Cláudia Fonseca

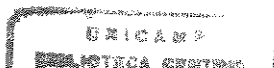
Cláudia Fonseca

Profa. Dra. Marilena Corrêa

Marilena Corrêa

Profa. Dra. Maria Margarete Lopes (suplente)

Prof. Dr. José Luiz dos Santos (suplente)



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE U.C.
N.º CHAMADA: T/ UNICAMP
0823C
V. Ex.
TOMBO BC/ 46319
PROC. 16.392/07
C ☐ D ☒
PREC. R\$ 11,00
DATA 14/09/07
N.º CPD

CM00159622-3

Rosely Gomes Costa

**CONCEPÇÃO DE FILHOS, CONCEPÇÕES DE PAI:
Algumas reflexões sobre reprodução e gênero**

Agosto de 2001

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C823c **Costa, Rosely Gomes**
**Concepção de filhos, concepções de pai : algumas reflexões
sobre reprodução e gênero / Rosely Gomes Costa. - - Campinas,
SP : [s. n.], 2001.**

Orientador: Maria Suely Kofes.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Gênero. 2. Reprodução. 3. Paternidade. I. Kofes, Maria
Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

AGRADECIMENTOS

Talvez o fato de meu tema de pesquisa estar relacionado à paternidade e maternidade tenha me feito observar como as pessoas (da academia ou não), para referirem-se à tese, usam comparações relativas a ter um/a filho/a. Considera-se que a tese, assim como um/a filho/a: dá muito trabalho, mas também muitas alegrias; traz dores de parto (às vezes até a depressão pós-parto, depois da defesa); depende de sua atenção, dedicação e carinho para se desenvolver bem, e tem horas que, apesar de amá-lo/a, dá vontade de atirá-lo/a pela janela.

Usando e abusando desta comparação, quero agradecer aqui às pessoas e à fundação que me ajudaram a gerar e criar este “rebento”:

À minha orientadora, profa. Suely Kofes, pela cuidadosa leitura de meus escritos; pelas sugestões e críticas instigantes; pela seriedade e postura ética que sempre pautaram sua orientação; por ensinar-me a pensar de uma forma mais analítica e abrangente; pelo estímulo que sempre significou para mim.

À profa. Mariza Corrêa, pelas discussões tão ricas em tantas e diferentes ocasiões; pelo seu apoio e incentivo à realização de meus projetos acadêmicos, acompanhados das dicas sobre as “etiquetas” acadêmicas e burocráticas; pelo seu carinho.

À profa. Verena Stolcke, por sua frutífera orientação durante o desenvolvimento de parte da tese junto à Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). À profa. Maria Coleta Albino de Oliveira, pela participação e comentários no exame de qualificação.

À equipe profissional do Ambulatório de Reprodução Humana do CAISM, por sua disponibilidade; em especial às enfermeiras e à assistente social que foram tão atenciosas e prestativas.

Aos entrevistados, pela participação na pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de estudos que possibilitou a realização desta tese.

Às/aos amigas/os do grupo de estudos de gênero: Érica, Lis, Marko, Anna Paula, Mércia, Flávia, Ana Cláudia, Carla, Paula, Regina, Daniel. Pelas discussões tão fundamentais, pela reflexão conjunta, pela troca, pelo calor humano. Em especial às amigas Martha e Helô, com quem tenho compartilhado idéias, projetos acadêmicos, angústias, incertezas, alegrias, realizações, hospedagem (na casa da Helô em São Paulo) e festas (com muita salsa, samba, forró e rock na casa da Martha).

Aos/às amigos/as que fiz na Espanha: Alix, Marly, Laura, Téia, Biné, Carmen, Sérgio, Maria Inés, Marita. Muitas saudades.

Às/aos amigas/os: Luciana e Guto, pelo carinho, risadas, pelas “terapias ocupacionais”; Regina e Pablo, pela “rede de informações” e pelo compartilhamento de anseios comuns; Alcides, pelas caminhadas, aulas de yoga, CPPG.

À minha família, pelo seu amor e apoio: Shirley, Sérgio, Camila, Livia, Paulo, Douglas, Débora, Julia, e ao Daniel, que aprendeu a ler este ano e, quem sabe, um dia leia esta tese. Em especial agradeço à minha irmã Raquel, com quem sempre pude contar em todas as ocasiões. Obrigada pela ajuda nas mudanças, por enfrentar filas de banco para enviar minha bolsa para Barcelona,

pelos almoços, tortas de limão, idas e vindas de São Paulo, emergências médicas (às duas da manhã), e tantas outras coisas... Mas, sobretudo, pelo seu carinho, sua alegria, seu bom humor, sua generosidade.

Dedico esta tese à memória de meus pais, Reynaldo e Dirce, que cedo se foram, mas que são tão responsáveis por ela.

“He vivido los paisajes de otras gentes.”

Siete corazones, Federico García Lorca

Resumo

Este trabalho busca investigar as concepções masculinas da paternidade e o que estas podem revelar sobre a masculinidade e, de uma maneira mais ampla, sobre as formas como constituem-se as relações de gênero. Foram realizadas entrevistas com homens que estavam procurando um ambulatório de reprodução humana em busca de tratamento para esterilidade ou informações e métodos de planejamento familiar. Procurei fazer um contraponto entre a atual pesquisa e a que realizei no mesmo ambulatório, para minha Dissertação de Mestrado, a respeito de concepções femininas da maternidade entre mulheres que buscavam tratamento para esterilidade. Meu argumento é o de que os estudos sobre masculinidades fazem parte dos estudos de gênero, considerando gênero de uma perspectiva relacional e não identitária. A pesquisa mostrou, entre outras coisas: como a noção de responsabilidade faz aflorar uma distinção de gênero, através de uma distribuição diferenciada das responsabilidades reprodutivas como propriamente masculinas e femininas. Assim, as responsabilidades referentes à saúde reprodutiva são consideradas femininas, enquanto aquelas relativas ao sustento dos filhos e à sua educação moral são consideradas masculinas. Mostrou que a paternidade é considerada componente de uma certa masculinidade, a dos homens casados e, mesmo assim, não da mesma forma que a maternidade é considerada componente da feminilidade. Neste mesmo sentido, a esterilidade mostrou ser um problema que fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, mas de maneira distinta. Isto porque a paternidade é concebida como um projeto para o futuro, enquanto a maternidade é concebida como a realização de uma essência feminina desde sempre existente. Considero que estas concepções estão embasadas no que denominei de teoria duogenética da reprodução, informada por uma noção de desigualdade de participação masculina e feminina na reprodução. Nesta representação, as mulheres participam da reprodução com um elemento a mais que os homens, a gravidez, que é considerada como estabelecendo não somente uma ligação natural e automática da mãe com o filho, como também o desejo feminino natural por filhos.

Abstract

This dissertation investigates male concepts about paternity, what they can reveal about masculinity and more broadly about gender relations. I have interviewed men who were at a reproduction clinic that offers treatment for sterility as well as family planning methods. I tried to compare with another research I have formerly done in the same clinic, in my master thesis, which investigated female concepts about motherhood among women searching for sterility treatment. I argue that masculinity studies pertaining to the field of gender studies, considering gender in a relational and non-identitarian perspective. The research showed that, among other ideas, the notion of responsibility points to a gender distinction through a differentiated distribution of masculine and feminine responsibilities concerning reproduction. Therefore, responsibilities concerning reproductive health care are considered feminine, while those related to children maintenance and moral education are seen as masculine. The research shows that fatherhood is considered a constituent part of a certain type of masculinity, related to married men, nevertheless in a particular way different from how motherhood is understood as part of femininity. Hence, sterility is seen as a problem that affects both masculinity and femininity, but in distinct manners, because fatherhood is seen as a project for the future, while motherhood is considered as the accomplishment of a permanent feminine essence. I consider that those conceptions are based on what I named as duogenetic reproduction theory, related to a notion of an unequal male and female participation in reproduction. In this representation, women take a larger part in reproduction than men mainly because of pregnancy, which is seen as establishing both the natural and immediate bond between mother and child and also the natural female desire for children.

Índice

Capítulo I _____ **INTRODUÇÃO, 1**

Capítulo II _____ **O GÊNERO DAS RESPONSABILIDADES REPRODUTIVAS, 9**

- O ambulatório, 9
- A reação dos homens no ambulatório, 16
- Sobre o processo de incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos, 33
- A tensão sobre a incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos, 41

Capítulo III _____ **O DOM DO GÊNERO, 48**

- Englobando masculinidades, 48
- Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades, 67

Capítulo IV _____ **O MÉTODO E A DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS, 85**

Capítulo V _____ **OS PAIS E OS QUE DESEJAM SER PAIS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS, 102**

- Responsabilidades paternas, 102
- Formação de uma família e descendência, 117
- Esterilidade, 123
- Importância de se ter filhos para homens e mulheres, 134
- Adoção, 140
- Legislação e paternidade, 145
- Sobre semelhanças entre pai e filho, 148
- Desejo por filhos, 151
- Pressão social e homossociabilidade, 157
- Paternidade, responsabilidade e autoridade, 161
- Criar menino e menina, 168
- Se desejava ter menino ou menina, 171
- As mulheres procuram mais os médicos, 173
- Aborto voluntário, 182

Tecnologias reprodutivas: inseminação artificial com sêmen de doador e barriga de aluguel, 194

Capítulo VI

CONCLUSÕES, 205

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 221

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

“Quando a vida enfim me quiser levar pelo tanto que me deu
Sentir-lhe a barba me roçar no derradeiro beijo seu
E ao sentir também sua mão vedar meu olhar dos olhos seus
Ouvir-lhe a voz a me embalar num acalanto de adeus:
Dorme, meu pai, sem cuidado, dorme que ao entardecer
Teu filho sonha acordado com o filho que ele quer ter.”

O filho que eu quero ter, Vinícius de Moraes.

“Las mujeres, cuando tenéis hijos, no podéis pensar en las que no los tenemos. Os quedáis frescas, ignorantes, como el que nada en agua dulce no tiene idea de la sed.”

Yerma, Federico García Lorca

Ao terminar minha Dissertação de Mestrado¹, que tratava das concepções de maternidade entre mulheres que buscavam tratamento para esterilidade em um ambulatório de reprodução humana, comecei a me perguntar como os homens que procuravam aquele ambulatório conceberiam a paternidade. A pesquisa para o mestrado mostrou como a maternidade era fundamental na construção da noção de feminilidade daquelas mulheres; e como a maternidade era vista como um desejo, assim como um evento, naturais na vida das mulheres. Seria a paternidade concebida pelos homens como fundamental para a masculinidade? Seria um desejo e um evento naturais em suas vidas?

A paternidade é uma noção e, como tal, construída histórica e culturalmente. Através do estudo de diferentes culturas, Narotzky² mostra como a noção de paternidade pode independer do sexo da pessoa, da existência de relação sexual e da diferença entre gerações.

¹COSTA, R.G. – 1995. Concepções sobre maternidade entre mulheres que buscam tratamento para esterilidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UNICAMP.

² NAROTZKY, S. – 1997. El marido, el hermano y la mujer de la madre: algunas figuras del padre. In: TUBERT, S. (Ed.) – **Figuras del padre**. Madrid, Ediciones Cátedra.

Segundo a autora, nos casos matrilineares clássicos, as estruturas sociais e emocionais que ligam os indivíduos com um ou vários homens de gerações distintas: 1- não são produto automático de um ato biológico (a representação física é que é uma metáfora da realidade social), nem concernem exclusivamente a duas pessoas, 2- não são definitivas, 3- são construídas por todos os implicados (predecessores e sucessores), 4- estão estreitamente ligadas ao acesso aos recursos materiais, aos saberes, ao cuidado, a uma posição social, ao poder político.

Outro exemplo etnográfico informa que: 1- há uma distinção entre genitor e pai; 2- há distinção entre pai e sexo da ou das pessoas que assumem responsabilidades paternas; 3- é preciso assumir uma visão processual e bidirecional da paternidade, isto é, a paternidade (suas responsabilidades e privilégios) não se impõe só da geração predecessora (os pais decidem sobre quem desejam ter que tipo de responsabilidade/autoridade), mas a geração sucessora também tem capacidade de manobra estratégica e poder para decidir quais laços quer/deve estreitar ou ignorar, construindo também, em certa medida, seus pais.

A partir desses exemplos etnográficos, a autora define como atributos da paternidade: 1- a residência, a convivência, o compartilhar de um tempo de vida que constrói uma relação de cuidado, de afeto e de transmissão de saberes (técnicos e sociais); 2- o acesso a recursos materiais e simbólicos, como poder político, prestígio, recursos financeiros; 3- a bidirecionalidade, isto é, tanto o pai constrói o filho, quanto o filho constrói o pai; 4- o aspecto processual e mutante ao longo da vida.

Narotzky propõe que o poder é a força motriz da construção da relação pais-filhos: poder de cuidar, alimentar, educar, situar, reclamar cuidados para si, alimentos, saberes, influência. A autora conclui que: 1- os atributos da paternidade podem estar alocados em mais de uma pessoa; 2- a relevância do genitor aparece dependendo das noções de filiação, um conceito social. Por isso as ideologias da procriação aparecem como metáforas da paternidade social, e não ao contrário; 3- a relação sexual entre a mãe e a pessoa que detém as responsabilidades paternas não é um fator necessário de sua constituição; 4- a pessoa que detém a parte fundamental das responsabilidades paternas não precisa ser do sexo masculino.

Meu intuito ao estudar as concepções masculinas da paternidade é analisar o que estas revelam sobre a masculinidade e sobre as formas como gênero é constituído. Tomo como

pressuposto, seguindo a proposição de Strathern³, que gênero refere-se a um tipo de categoria de diferenciação. Gênero refere-se a categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências e tudo o que desenha a imagem sexual, indicando os meios pelos quais as características de masculino e feminino tornam concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais. Desta forma, gênero diz respeito a homens e mulheres, mas também a objetos, comportamentos, eventos.

Nos últimos anos, os estudos sobre masculinidades multiplicaram-se: livros, grupos de trabalhos e mesas-redondas em congressos, artigos em revistas, dossiês. Tais estudos buscam sanar a falta de pesquisas sobre as especificidades dos homens, tomando-os como sujeitos com gênero. Os estudos que buscavam resgatar a história e a especificidade das mulheres acabaram por descortinar a falta de pesquisas sobre homens com esta mesma perspectiva. Isto é, apontaram para a falta de pesquisas sobre homens que levassem em consideração as especificidades de gênero, além de relacioná-las às de classe social, raça, idade, religião, etc.

Os estudos sobre homens buscaram enfatizar a existência de várias masculinidades, mas desembocaram, no meu entender, em pelo menos duas posturas distintas: 1- a de tomar a masculinidade como um campo específico de estudos; 2- a de considerar os estudos sobre masculinidades como fazendo parte dos estudos de gênero.

Considero que a primeira postura, embora procure desfazer-se de uma noção essencialista ao apontar a existência de várias masculinidades, acaba por voltar a (e mesmo reforçar) essa noção quando associa homem-masculino e mulher-feminino tomados como opostos dicotômicos; e quando não contempla uma perspectiva que relacione as masculinidades às feminilidades.

A segunda postura, ao contrário da primeira, ao englobar os estudos sobre masculinidades como parte dos estudos de gênero, considera que a associação homem-masculino não é óbvia, que há mediações nesta associação. E que as masculinidades estão relacionadas às feminilidades, não como pólos fixos, mas como atribuições que circulam e que possuem graus (de mais a menos masculino ou feminino).

Minha perspectiva para o desenvolvimento desta pesquisa se adequa à segunda postura. Considero que enfatizar o caráter relacional do gênero é dizer que os estudos sobre

³ STRATHERN, M. - 1988. *The Gender of the Gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press.

sujeitos concretos (homens e mulheres/homens ou mulheres) devem considerar as percepções sobre masculino e feminino como dependentes, ao mesmo tempo que constitutivas, das relações sociais. É dizer também que gênero possibilita estudar as categorizações cujos referentes falam da distinção sexual, mesmo onde os sujeitos não estão presentes⁴.

Acredito que considerar os estudos sobre masculinidades como fazendo parte dos estudos de gênero salvaguarda tais estudos de muitas críticas que a eles vêm sendo dirigidas. Isto porque estudos de masculinidades realizados a partir de uma perspectiva de gênero não focam a sua análise nos homens, mas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, entre homens e homens, entre mulheres e mulheres, e nas mediações masculino-feminino.

Propus-me, para o presente estudo, pesquisar homens que estivessem procurando tratamento para esterilidade no mesmo ambulatório em que realizei a pesquisa anterior, objetivando fazer um contraponto entre ambos. Devido às várias recusas que recebi à participação da pesquisa através das entrevistas, decidi incluir também aqueles homens que estavam procurando informações e métodos de planejamento familiar.

Este foi o primeiro dado que cedo sobressaiu no campo: enquanto uma ou duas mulheres haviam se recusado a participar das entrevistas, a maioria dos homens por mim abordados se recusou. É necessário esclarecer que dizer que os homens haviam procurado o ambulatório é uma força de expressão, já que ali se encontravam para acompanhar a esposa/companheira, para cuidar dos filhos enquanto ela estava na consulta, porque a parceira o levou até lá, ou simplesmente porque nos casos de tratamento para esterilidade a presença do parceiro é obrigatória.

Este foi o primeiro dado que, junto com outros, apontou-me como a noção de responsabilidade faz aflorar uma distinção de gênero, através de uma distribuição diferenciada das responsabilidades reprodutivas como propriamente masculinas e femininas. Assim, enquanto as responsabilidades referentes à saúde reprodutiva são consideradas femininas, aquelas relativas ao sustento dos filhos e à sua educação moral são consideradas masculinas. O que significa que, em princípio, cabem às mulheres as responsabilidades por ter e evitar filhos, isto é, cabem a elas as atitudes referentes à procura e uso de métodos anticoncepcionais, assim

⁴ KOFES, S. – 1993. Categorias analítica e empírica: Gênero e mulher: Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu* n. 1.

como a procura e realização de tratamento para esterilidade. Aos homens cabe garantir o sustento material dos filhos e a educação moral.

As propostas da “nova paternidade”, que incluem o cuidado diário com os filhos e uma interação mais afetiva e efetiva com eles; ao lado das propostas de que os homens passem a responsabilizar-se pelas questões referentes à saúde reprodutiva, apontam para o que denominei de processo de incorporação dos homens nas responsabilidades referentes à saúde reprodutiva. Esta incorporação é vista, a partir de distintos pontos de vista, como um direito ou um dever dos homens, e possibilitaria maior equidade nas relações entre homens e mulheres. Tanto porque os homens passariam a viver plenamente a paternidade, quanto porque passariam a dividir com as mulheres o cuidado com os filhos, o uso de métodos anticoncepcionais, etc. Porém, este processo de incorporação também gera tensões, pois existem considerações de que os homens passariam, desta forma, a ter mais poder em uma esfera tipicamente feminina (a reprodução), sem dividir com as mulheres o poder que detêm em esferas tipicamente masculinas (pública e política).

O trabalho de campo mostrou ainda que a paternidade é parte componente de uma certa masculinidade, a dos homens casados e, assim mesmo, não da mesma forma que a maternidade é parte componente da feminilidade. Neste mesmo sentido, a esterilidade mostrou ser um problema que fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, mas de maneira distinta.

As epígrafes que selecionei contribuem para ilustrar um ponto que procurarei demonstrar, qual seja, que a paternidade é vista como um projeto para o futuro, enquanto a maternidade é vista como a realização de uma essência feminina desde sempre existente. No poema de Vinícius de Moraes, o pai, ao morrer, sente a barba do filho (adulto, portanto) roçar seu rosto, tranquilizando-o que haverá uma descendência, um neto. É o sonho de projeção de futuro de um homem adulto. Já o trecho de García Lorca mostra o problema visceral que vive uma mulher que não consegue ter filhos, a falta fundamental que isto significa, como a da água para quem tem sede, como a da água para se sobreviver.

Procurei, na análise das entrevistas, investigar os tipos de conexões que fazem os entrevistados entre diferentes partes de sua experiência, e como estas conexões são constituídas. Ao construir seus relatos, ao manifestar suas opiniões, os entrevistados estão todo o tempo refletindo, elaborando idéias; e neste processo tomam parte tanto ideais de

vida como descrições da vida cotidiana. Segundo Strathern⁵, a maneira como os fatos e as opiniões são colocados juntos revelam possibilidades e limites na sua forma de apresentação, e podem também revelar idéias em contexto. Cada pessoa cria um contexto específico para a questão, fazendo certas conexões, e não outras. Tal criação tem um efeito comunicativo, faz sentido para as outras pessoas, desperta alguma resposta, porque recria conjuntos de idéias que já estão conectadas. Conexões preexistentes oferecem possibilidades de pensar sobre as novas.

Para a autora, os antropólogos têm interesse no contexto que as pessoas criam para si próprias, uma vez que se pode considerar que a cultura reside na maneira como essas conexões são feitas, e assim, na variedade de contextos através dos quais as pessoas elaboram seus pensamentos. As pessoas não podem falar sobre suas experiências ou afirmar suas opiniões sem que utilizem, sem que se refiram a algum tipo de contexto. Fazendo isso, elas mobilizam formas culturais, tais como os fatos científicos, ou a experiência pessoal, ou o interesse humano. Como as idéias são inevitavelmente contextualizadas, isto é, formadas através da forma como elas são expressas, toda atividade humana tem uma dimensão cultural genérica. Ao mesmo tempo, repertórios culturais são diferenciados uns dos outros pelo grau ao qual tais formas aparecem distintivas; culturas específicas fornecem tipos específicos de contextos.

Assim, se algumas opiniões podem ser generalizadas entre os entrevistados, muitas delas precisam ser contextualizadas através das conexões que cada entrevistado fez para dar suas respostas. Este tipo de análise permite demonstrar não somente as dúvidas, as idas e vindas dos entrevistados nas suas respostas, as ambigüidades e as reelaborações feitas durante a própria entrevista; mas principalmente mostrar como um mesmo entrevistado pode se apresentar diverso em suas opiniões. Entretanto, como toda opinião manifestada necessariamente se refere a um contexto, e este é dado pela cultura, compreender estas referências e conexões realizadas pelos entrevistados permite uma aproximação compreensiva da cultura onde estão inseridos e com a qual interagem, dialogam.

Este tipo de análise também permite ressaltar que em muitas ocasiões os entrevistados referiam-se a um contexto que consideravam normativo, enquanto que em

⁵ STRATHERN, M. – 1993. A Question of Context. In: EDWARDS, J.; FRANKLIN, S.; HIRSCH, E.; PRICE, F.; STRATHERN, M. – **Technologies of Procreation. Kinship in the age of assisted conception.** Manchester, Manchester University Press.

outras referiram-se ao contexto de sua vida diária. Apesar de não constituírem-se em contextos independentes, esta alternância de referência propiciou que algumas vezes os entrevistados mudassem de opinião; e que em outras vezes reafirmassem a diferença entre os contextos: “homem é muito machão, mas eu não sou”; “sei que deveria ir mais ao médico, mas não vou (por desleixo, falta de tempo, etc.)”.

A tese está organizada da seguinte forma: o Capítulo II traz uma pequena descrição do ambulatório onde foi realizada a pesquisa a fim de situar o leitor e introduzi-lo na primeira questão surgida em campo, que foi a recusa da maioria dos homens em participar da entrevista. Procuro mostrar a existência de uma distribuição diferenciada por gênero das responsabilidades reprodutivas presente entre os entrevistados, como em um nível mais geral. Advogo que está em marcha um processo de tentativa de incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e ao cuidado diário com os filhos, que acaba por ser alvo de algumas críticas, revelando a tensão existente em relação ao tema.

No Capítulo III, defendo a inclusão dos estudos sobre masculinidades no âmbito dos estudos de gênero. O que implica não considerar as masculinidades como um campo autônomo de estudos, mas sim submetê-las às noções, relações e agenciamentos de gênero. Seguindo esta proposta, discuto ainda neste capítulo algumas das críticas endereçadas aos estudos sobre masculinidades, concordando com umas e discordando de outras.

No Capítulo IV, apresento o método utilizado e faço uma descrição dos entrevistados.

O Capítulo V traz a análise das entrevistas, dividida por temas: 1- Responsabilidades paternas; 2- Formação de uma família e descendência; 3- Esterilidade; 4- Importância de se ter filhos para homens e mulheres; 5- Adoção; 6- Legislação e paternidade; 7- Sobre semelhanças entre pai e filho; 8- Desejo por filhos; 9- Pressão social e homossociabilidade; 10- Paternidade, responsabilidade e autoridade; 11- Criar menino e menina; 12- Se desejava ter menino ou menina; 13- As mulheres procuram mais os médicos; 14- Aborto voluntário; 15- Tecnologias reprodutivas: inseminação artificial com sêmen de doador e barriga de aluguel.

No Capítulo VI apresento algumas conclusões, fazendo uma reflexão sobre a paternidade como insígnia da masculinidade a partir do material empírico, à luz das teorias de gênero e de teorias sobre reprodução.

CAPÍTULO II

O GÊNERO DAS RESPONSABILIDADES REPRODUTIVAS

O ambulatório

O Ambulatório de Reprodução Humana do Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM-UNICAMP) é parte do Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (CAISM), hospital de atendimento exclusivamente gineco-obstétrico e neonatal, financiado pela UNICAMP com recursos públicos estaduais.

O ambulatório funcionava originalmente na Santa Casa de Misericórdia de Campinas, que depois foi paulatinamente sendo transferida para o Hospital das Clínicas (HC) da UNICAMP, fundado em 1979, até esta ser desativada. A transferência foi por setores, e o Ambulatório de Reprodução Humana passou para o HC em 1982. No ano de 1986 o ambulatório começou a fazer parte do CAISM.

O ambulatório atende pessoas que estão procurando informações e métodos de planejamento familiar e aquelas que buscam tratamento para esterilidade. Qualquer que seja a procura, a pessoa é encaminhada para participar da “ação educativa”, dada pelas enfermeiras. Esta ação consiste, no primeiro caso, em uma aula sobre os métodos anticoncepcionais disponíveis no ambulatório, as vantagens e desvantagens de cada um, e sobre o funcionamento dos aparelhos reprodutivos feminino e masculino. Segundo as enfermeiras, a ação objetiva fazer com que a paciente tome uma decisão livre e consciente do método que deseja usar. No segundo caso, a ação educativa trata do funcionamento dos aparelhos reprodutivos feminino e masculino, dos diferentes exames necessários para o tratamento da esterilidade e sobre as rotinas do tratamento. A ação objetiva, conforme as enfermeiras, fazer com que o casal conheça e se prepare para o tratamento, que é longo e às vezes doloroso, para que não se desanime no meio dele e venha a desistir.

Na época em que realizei as entrevistas¹, o ambulatório atendia uma média de 20 a 25 casos novos por semana de pessoas solicitando tratamento para esterilidade, e 60 casos novos por semana em busca de planejamento familiar. Mas há uma diferença entre os casos de procura de tratamento para esterilidade e os de procura por informações e métodos de planejamento familiar: o ambulatório exige a presença do marido/companheiro nos casos de solicitação de tratamento de esterilidade, o que não acontece no caso de busca por planejamento familiar. O ambulatório justifica a necessidade da presença do parceiro nos casos de tratamento para esterilidade da seguinte forma: para que ele não ache que o tratamento é fácil e simples; para que não coloque a culpa na parceira caso ela não consiga engravidar; para que se submeta a exames de sangue e ao espermograma (exame que analisa a quantidade e qualidade do esperma); e porque, como veremos mais adiante, a esterilidade pode ser conjugal e, portanto, a participação do parceiro é fundamental para o tratamento.

Quando a procura é por planejamento familiar, o parceiro só necessita ir ao ambulatório quando for solicitada uma laqueadura ou se deseja fazer vasectomia. Nos casos de pedido de laqueadura, o parceiro precisa passar por uma entrevista com a assistente social, que esclarece sobre a irreversibilidade da esterilização cirúrgica (tanto masculina quanto feminina), e sobre os riscos de arrependimento. Em seguida é sugerido que ele faça a esterilização ao invés de sua esposa/companheira, pela facilidade da cirurgia - que pode ser realizada ambulatorialmente -, e porque implica menos riscos e tempo de recuperação do que a laqueadura. Se ele desejar fazer a vasectomia, sua esposa/companheira necessita assinar um termo de concordância. Caso não desejar, é necessário que ele assine um termo dizendo que concorda que a esposa/companheira se submeta à laqueadura.

Dizer que os homens procuram o ambulatório é mais uma força de expressão do que uma descrição. Segundo as informações dadas pelas enfermeiras para os casos de procura por informações e métodos de planejamento familiar, raríssimas foram as vezes em que homens procuraram sozinhos o ambulatório solicitando vasectomia (4 ou 6 casos lembrados). Na maioria absoluta das vezes são as mulheres que procuram o ambulatório: diretamente, através de indicação de parentes/amigas; ou encaminhadas por postos de saúde ou outros ambulatórios do Hospital das Clínicas. Os homens presentes no ambulatório nos horários de atendimento de planejamento familiar estão: ou acompanhando suas parceiras; ou cuidando das crianças

¹Segundo semestre de 1998.

enquanto a parceira está na consulta; ou esperando (junto com as parceiras) para serem entrevistados pela assistente social nos casos de solicitação de laqueadura ou, muito raramente, vasectomia.

Já nos casos de busca por tratamento para esterilidade, as enfermeiras disseram que apesar de um pouco mais de homens sozinhos terem procurado o ambulatório por indicação de amigos/parentes, esses casos também foram raros. Na maioria das vezes são as mulheres que procuram o ambulatório diretamente por indicação de amigas/parentes; ou por encaminhamento do posto de saúde ou de médicos particulares. Muitas vezes é o casal que procura o ambulatório (tanto diretamente quanto por encaminhamento). Mas, segundo as enfermeiras, durante a entrevista com o casal é a parceira que responde às perguntas, que se manifesta, ficando o parceiro calado. Na descrição de uma das enfermeiras, o parceiro fica “como um vaso” ao lado da companheira que responde às perguntas; o que transmite a idéia do parceiro como uma peça decorativa, sem participação na entrevista.

As pessoas que vão ao ambulatório em busca de tratamento para esterilidade são atendidas em horário diferente das que vão em busca de planejamento familiar, sendo possível saber qual é a clientela daquele horário simplesmente olhando para a sala de espera do ambulatório. No horário de atendimento para tratamento de esterilidade há muito mais homens que na hora do planejamento familiar. O que parece indicar que é a obrigatoriedade da presença dos parceiros que faz com que a maioria deles esteja no ambulatório.

Existem critérios por parte do ambulatório tanto para se entrar no programa de tratamento para esterilidade, quanto para se fazer uma laqueadura ou vasectomia. Para ser aceita no tratamento de esterilidade, a paciente precisa ter até 38 anos de idade e uma relação estável com parceiro fixo. A justificativa dada pelo ambulatório para a exigência da idade é a de que tanto o diagnóstico quanto o tratamento da esterilidade são demorados, e se a paciente tiver mais de 38 anos suas chances de engravidar ficam muito pequenas. Para o paciente não há limite de idade estabelecido, pois considera-se que para ele não existe idade reprodutiva, e que tampouco a idade influencia na sua fertilidade. Em relação à exigência de companheiro fixo, os motivos oferecidos são: é preciso atividade sexual freqüente para se caracterizar um caso de esterilidade, visto que a paciente pode estar tendo relações apenas nos períodos inférteis; o parceiro precisa participar do tratamento para verificar se ele não é estéril; há ainda o caso de casais estéreis (a esterilidade conjugal citada acima), ou seja, o casal não consegue

ter filhos, entretanto, esse mesmo homem pode conseguir ter filho com outra mulher, e essa mesma mulher pode conseguir ter filho com outro homem. E enfim, porque: "A esterilidade é definida como a incapacidade de um casal engravidar após o período de um ano de relações sexuais sem proteção contraceptiva. Calcula-se que 80% dos casais considerados normais engravidam no período de um ano de relações sexuais; outros dez por cento serão capazes de engravidar no segundo ano; e os demais são considerados como tendo problemas de esterilidade."²

Para se submeter a uma laqueadura, segundo os critérios do ambulatório, a paciente precisa ter no mínimo 30 anos de idade, cinco anos de vida em comum, e no mínimo dois filhos vivos de qualquer sexo, com a condição de que o mais novo tenha no mínimo um ano de idade. Para se submeter a uma vasectomia, o paciente necessita cumprir os mesmos critérios, com a diferença de que o tempo exigido de vida em comum sobe para sete anos.

Entretanto, a Lei Federal n. 9.263 de 1996 estabelece como requisitos para a esterilização masculina e feminina idade mínima de 25 anos **ou** dois filhos vivos (sem menção ao sexo da criança)³. A equipe do ambulatório argumenta que este critério, se levado "ao pé da letra", resulta que uma mulher de 18 anos com dois filhos vivos poderia vir a ser laqueada, ou uma mulher com 26 anos e nenhum filho. Argumenta que, como há um grande número de mulheres que se arrependem de terem feito a laqueadura, o ambulatório optou por continuar seguindo seus próprios critérios, tornando-os mais maleáveis em alguns casos. Em média, são realizadas por ano no ambulatório 600 laqueaduras e 200 vasectomias.

Não há um levantamento da taxa de sucesso dos tratamentos de esterilidade no ambulatório. Segundo a equipe do ambulatório, na maioria dos serviços onde se oferece tratamento para esterilidade, a taxa é de 60% de sucesso. Mas no ambulatório essa taxa baixa para 40% porque muitos casais não têm condições financeiras para comprar as injeções de gonotrofina (hormônio que induz a ovulação) necessárias ao tratamento, e o ambulatório não tem como fornecê-las.

²HARDY, D.G.F. – 1993. Avaliação de dois protocolos de desenvolvimento folicular para fertilização assistida. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP.

³ Lei Federal n. 9.263 de 12/01/96. Requisitos para esterilização: - idade maior que 25 anos ou dois filhos vivos; - prazo de 60 dias entre a manifestação da vontade e a realização da cirurgia; - manifestação da vontade (exige a autorização de ambos se houver sociedade conjugal); - indicação clínica: risco à vida ou à saúde da mulher e do futuro conceito. Outras características: - notificação compulsória para todas as esterilizações; - proíbe a esterilização no período de parto e aborto; - proíbe a esterilização por histerectomia (retirada do útero) ou ooforectomia (retirada dos ovários).

Em 1991, teve início no ambulatório o programa de fertilização *in vitro* (FIV). É a equipe médica que decide quais casais vão participar do programa. O mesmo critério e argumento usados para a entrada da paciente no tratamento para esterilidade é usado para a FIV: a paciente precisa ter menos de 38 anos de idade. Outros fatores também entram na decisão. Fatores favoráveis para o casal ser aceito na FIV são: a paciente ter trompas obstruídas ou endometriose, sem chance de engravidar com o tratamento convencional, assim como o paciente ter algum problema que não pode ser resolvido através do tratamento convencional; e esterilidade sem causa aparente, considerada no caso de a paciente não ter engravidado após inseminação artificial.

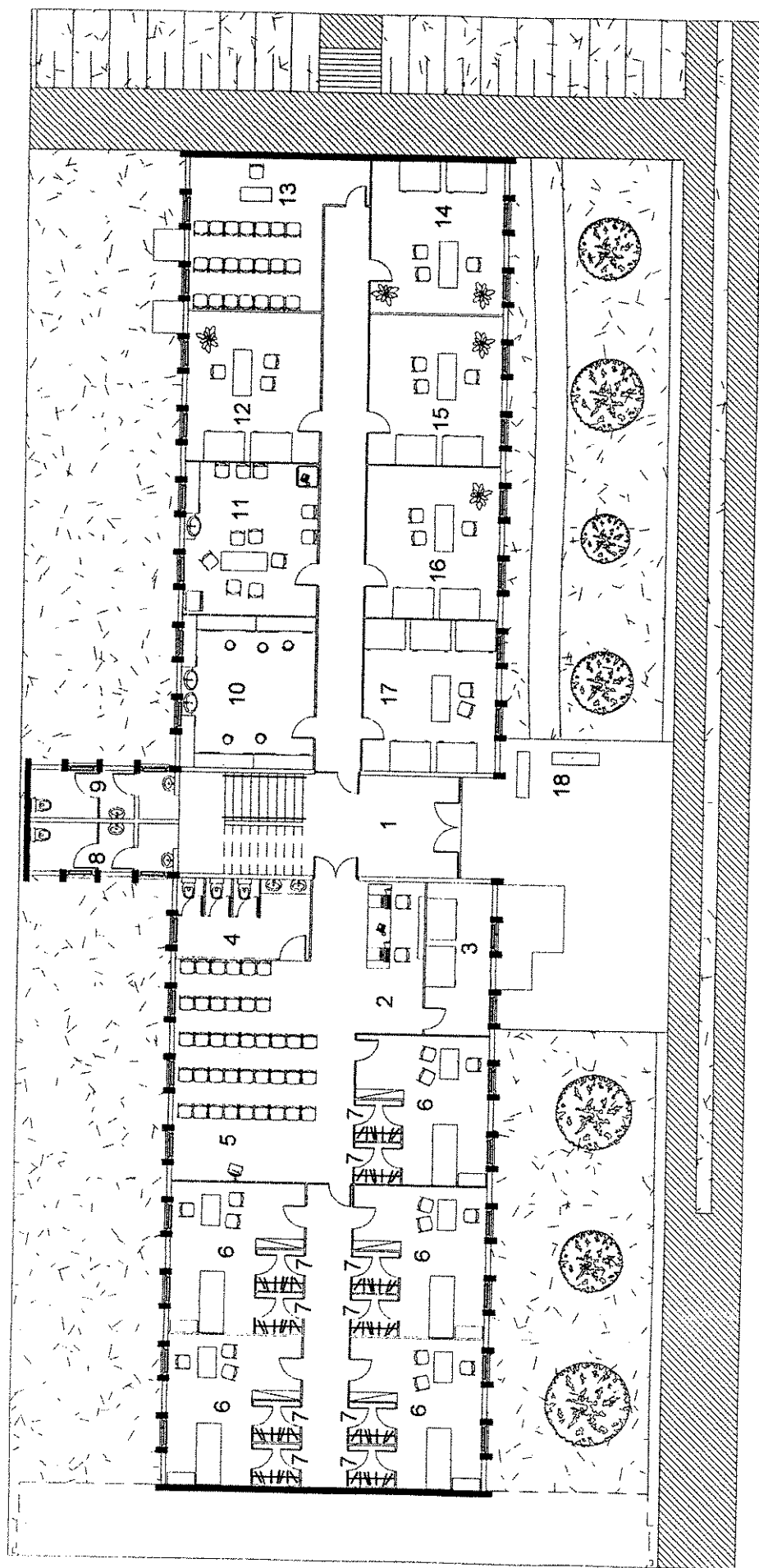
Alguns casais procuram o ambulatório solicitando a FIV; outros já vêm com indicação médica; e para outros é oferecida a FIV após terem passado por tratamento para a esterilidade sem sucesso. Existe fila de espera porque não há pessoal e infra-estrutura suficientes para responder à demanda.

Há, entretanto, outro fator que acaba por selecionar os casais que podem participar da FIV. O ambulatório não tem condições de fornecer todos os medicamentos necessários ao tratamento. Tendo que comprar parte dos medicamentos, muitos casais desistem, ou nem chegam a participar do programa de FIV, por falta de condições financeiras. Apesar de variar de caso para caso, a média de quanto o casal deve gastar com os medicamentos gira em torno de R\$ 1.500,00.

O ambulatório está localizado no andar térreo de um prédio em frente ao Hospital das Clínicas da universidade. Entrando por uma porta de vidro⁴, em frente há uma escada que leva aos banheiros masculino e feminino dos funcionários, e aos outros andares. No térreo, entrando pela porta da esquerda estão o balcão de atendimento e a sala de espera do ambulatório, com várias cadeiras e um banheiro feminino para as pacientes. Partindo da sala de espera há um corredor com as salas de consulta, com camas e instrumentos ginecológicos. Do outro lado do edifício, ainda no térreo, há outra porta que dá acesso a um corredor com várias salas. Há a sala do laboratório, do café, da psicóloga, dos arquivos do ambulatório, da assistente social, da enfermeira responsável pelo ambulatório e, no final, uma sala maior com várias cadeiras e material educativo onde são dadas as chamadas ações

⁴ Ver planta esquemática do ambulatório na página seguinte.

AMBULATÓRIO DE REPRODUÇÃO HUMANA - UNICAMP



- | | |
|---|---|
| 1- Hall de entrada | 13- Sala da Ação Educativa |
| 2- Balcão de Atendimento | 14- Sala da Enfermeira Responsável pelo Ambulatório |
| 3- Sala de Arquivos | 15- Sala de Atendimento (Psicologia e Assistência Social) |
| 4- Banheiro Feminino para Pacientes | 16- Sala de Atendimento da Assistente Social |
| 5- Sala de Espera | 17- Sala de Arquivos dos Fichários Médicos |
| 6- Salas de Consulta e Exame Ginecológico | 18- Bancos de Concreto |
| 7- Vestiário | |
| 8- Banheiro Feminino para Funcionárias | |
| 9- Banheiro Masculino para Funcionários | |
| 10- Laboratório | |
| 11- Sala do Café/Telefone/Avisos | |
| 12- Sala de Atendimento da Psicóloga | |

educativas a respeito de métodos anticoncepcionais para as pessoas que procuram planejamento familiar, e a respeito do tratamento para esterilidade.

No primeiro andar está o que é denominado de “Casa de Repouso”. É um andar com quartos parecidos com os de um hospital que abriga pacientes que estão fazendo tratamento de quimioterapia no Hospital das Clínicas, ou que tiveram bebês que necessitam permanecer na UTI da maternidade. Encontram-se aí mulheres de outras cidades que não necessitam ficar no hospital, mas perto do hospital, e que não teriam como permanecer na cidade de outra forma. No segundo andar encontra-se um centro de pesquisa médica e social em saúde reprodutiva.

Fora do prédio encontram-se dois bancos de concreto e algum espaço ao ar livre. Aí podem ser encontrados mulheres e homens que esperam por atendimento no ambulatório, muitas vezes com crianças; as pacientes que estão na Casa de Repouso e que descem com seus aventais para tomar sol; enfermeiras do ambulatório e funcionários do centro de pesquisa que às vezes ali param para conversar ou fumar.

Na sala de espera do ambulatório predominam as mulheres. Os homens, em número bem menor, ou estão sentados ao lado de suas parceiras na sala de espera, ou estão do lado de fora do prédio cuidando das crianças, fumando ou conversando com outros homens, enquanto a parceira está fazendo a consulta. Não existe banheiro dentro do ambulatório para os pacientes, pois o banheiro para as pacientes é exclusivamente feminino e o banheiro masculino que existe é somente para os funcionários. Também as salas de consulta fazem lembrar que é um local para atendimento de mulheres, com cama e instrumentos para exame ginecológico.

Foi em uma das salas do lado direito do prédio, sem camas nem instrumentos ginecológicos, mas apenas com uma mesa, três cadeiras e um armário, onde atende a assistente social, que realizei as entrevistas. Na sala do café tive oportunidade de ouvir muitas conversas e fazer muitas perguntas às enfermeiras e à assistente social de maneira mais informal, o que complementou as informações que obtive nas entrevistas que realizei com elas e com o médico responsável pelo ambulatório.

A reação dos homens no ambulatório

Ao começar o trabalho de campo, o primeiro fato que se fez evidente foi a recusa da grande maioria dos homens em aceitar participar da entrevista. Comparados com as mulheres que entrevistei anteriormente para minha pesquisa referente ao mestrado, contatadas naquele mesmo ambulatório, os homens se mostraram muito menos receptivos. Somente uma ou duas mulheres se recusaram a participar das entrevistas e, inclusive, algumas delas se disseram até mesmo felizes de poder falar sobre sua vida e seus problemas com alguém. Desconfiados, inúmeros homens se recusaram a participar da entrevista. Com o tempo, percebi que o comportamento-padrão dos homens ao serem abordados por mim era apontar para a esposa/companheira que estava ao seu lado assim que eu os cumprimentava e perguntava se estavam esperando para serem atendidos. Apontavam para a parceira, diziam que era ela que ia ser atendida e se esquivavam o quanto podiam. Quando eu explicava que queria fazer uma entrevista, diziam para a parceira ir fazê-la. Quando eu explicava que queria fazer uma entrevista com eles, a respeito de sua opinião sobre ter filhos, continuavam olhando para a parceira como que pedindo alguma ajuda, alguma intervenção por parte dela que os tirasse daquela situação. A parceira ou se calava, ou dizia que eles é que sabiam, ou os incentivava a participarem da entrevista. Então eles me respondiam que era melhor deixar para uma outra vez, que não eram bons nisso, que não entendiam nada disso, ou simplesmente que não queriam. Também os que aceitavam participar, antes, invariavelmente, olhavam para a parceira, como que pedindo sua permissão; e então ela lhes dizia que podiam ir, que estava tudo bem.

Observando a sala de espera do ambulatório percebi que a maioria dos homens que lá se encontrava parecia não se sentir nada à vontade naquele ambiente. Muitos preferiam esperar do lado de fora do prédio. Uma paciente, cujo marido se recusou a participar da entrevista, me disse que teve que fazer muito esforço para levá-lo ao ambulatório. A assistente social do ambulatório, com quem tive oportunidade de conversar em várias ocasiões, me disse que muitos homens vão ao ambulatório porque são obrigados, vão contrariados, de má vontade, porque a parceira exige. Disse também que algumas pacientes chegam a esconder do marido/companheiro o motivo pelo qual ele deve ir ao ambulatório (que no caso citado era ser entrevistado pela assistente social), senão ele não iria.

Em relação aos homens que se recusaram a participar da entrevista, a impressão que me passaram (já que deles não posso apresentar nada mais que impressões) foi de que se sentiam pouco à vontade ali. Apresentavam expressões de desconforto, desconfiança, irritação, constrangimento, retraimento, e posturas que indicavam dependência em relação à parceira para responder à minha solicitação de participação na pesquisa. As recusas em série que eu recebia começaram a me fazer sentir mal não somente porque por causa disso o trabalho não avançava, mas também porque os homens pareciam estar querendo fugir dali e eu, com minha solicitação para que participassem da entrevista, parecia querer encerrá-los mais ainda em um lugar onde eles não desejavam estar.

O ambulatório é inegavelmente um ambiente feminino: não há banheiro masculino para pacientes, somente feminino; as salas são apropriadas para exames ginecológicos; a presença dos parceiros é dispensável na procura por planejamento familiar; as pacientes podem responder a perguntas referentes ao marido/companheiro para preenchimento da ficha, sem a sua presença; é o nome da paciente que encabeça a ficha e é a ela que se dirigem os/as médicos/as e enfermeiras; há muito mais mulheres que homens na sala de espera.

No ambiente do ambulatório, o marido/companheiro parecia depender da concordância da esposa/companheira para participar da pesquisa, assim como recorria a ela com olhares e gestos que pediam sua intervenção para que ela o livrasse daquela situação. Também é a parceira que toma a iniciativa de levar o marido/companheiro ao ambulatório e a responsável por ele estar ali; e é ela a “mais entendida no assunto”. A relação que o contexto do ambulatório estabelece parece colocar os homens em uma posição de dependência e subordinação às parceiras. Isso não significa que fora dali seja a parceira quem toma as decisões sobre sua vida reprodutiva, como será discutido mais adiante. Entretanto, aponta para o estabelecimento de uma relação que, naquele contexto, aloca na parceira a capacidade de decisão e ação. E também para a idéia de que, nos assuntos relativos à procura por planejamento familiar e tratamento para esterilidade, as mulheres são consideradas agentes mais legítimos que os homens.

Bourdieu⁵ aborda esta questão em termos da competência atribuída: “A competência socialmente reconhecida a um agente determina sua propensão a adquirir a competência

⁵ BOURDIEU, P. – 1995. A dominação masculina. **Educação e Realidade** 20(2), p. 147.

técnica correspondente e, por isso, suas chances de possuí-la. E isto ocorre principalmente através da tendência – induzida pelo reconhecimento oficial do direito de possuí-la – de atribuir a si mesmo essa competência.” Porém, uma vez que o autor está preocupado com a questão da dominação masculina, ele enfoca sua análise em uma só direção, utilizando exemplos onde as mulheres não demonstram essa competência. Segundo Bourdieu, as mulheres se absterem com mais frequência que os homens de responder a pesquisas de opinião referentes a questões públicas, e preferem que seus companheiros respondam as questões a elas endereçadas: “(...) renúncia que não se dá sem ansiedade, como testemunham os olhares que as esposas dóceis lançam alternadamente ao marido e ao pesquisador durante todo o tempo da entrevista.”⁶ Ora, no caso dos homens por mim contatados, a situação era exatamente oposta: eles é que lançavam olhares ansiosos para as parceiras e para mim quando eu os abordava, na esperança de que as parceiras respondessem às perguntas a eles endereçadas.

Portanto, parece-me que Bourdieu, nesta argumentação, não leva em conta que também o que são consideradas “competências legítimas” dependem da relação estabelecida e do contexto. Assim, por exemplo, do ponto de vista das seguradoras de automóveis, as mulheres são consideradas melhores motoristas que os homens porque são mais cuidadosas e atenciosas ao volante, o que diminui a probabilidade de acidentes. Por esse motivo as seguradoras oferecem preços de seguros de carros mais baixos para as mulheres. Por outro lado, em uma perspectiva que considera que a agressividade e a rapidez na tomada de decisões ao volante fazem parte das atribuições de um bom motorista, as mulheres podem vir a ser consideradas como motoristas piores que os homens porque seu cuidado pode vir a atrapalhar o trânsito. Neste exemplo, as mulheres teriam a competência de serem cuidadosas e atenciosas ao volante, enquanto os homens teriam a competência de serem agressivos e decididos. Porém, é o contexto que estabelece a legitimidade ou não de cada competência.

A experiência no ambulatório mostrou que nas questões relativas à saúde reprodutiva, são as mulheres que possuem a competência técnica socialmente reconhecida, que leva à aquisição desta competência, em detrimento dos homens. Esta competência técnica está atrelada à responsabilidade referente tanto a gerar filhos como a evitá-los. Por

⁶ *Id.* p. 147.

isso, as mulheres é que são consideradas as responsáveis pela iniciativa e pelos empreendimentos necessários à procura de métodos anticoncepcionais, utilização do método, procura por tratamento da esterilidade, realização do tratamento. Neste sentido, são também as mulheres as responsáveis por levarem os homens ao ambulatório, são as responsáveis por eles estarem ali.

Aqui cabe uma pequena discussão sobre o que é considerado responsabilidade reprodutiva. Para começar esta discussão quero referir-me à crítica tecida por teóricas e teóricos feministas⁷ à noção marxista de produção. Segundo esta crítica, a noção de produção marxista como as atividades ocupadas com a feitura de objetos e alimentos deixa de fora o trabalho das mulheres dentro do lar: gerar e educar filhos, cuidar da casa, cuidar dos doentes. Esta crítica vai no sentido de que estas atividades deveriam estar incluídas na noção de trabalho tanto quanto a produção de alimentos e objetos⁸.

Segundo O'Brian⁹: "Assim é que Marx fala reiteradamente da necessidade de que os homens se 'reproduzam', e com isso quer dizer que o homem necessita de uma reprodução diária do eu, pelo contínuo e necessário reabastecimento do organismo com o combustível para as suas necessidades biológicas. O homem se faz materialmente, e isso, evidentemente é verdade. O homem, porém, é também 'feito' reprodutivamente pelo trabalho de parto das mulheres, mas Marx essencialmente combina esses dois processos. Isso tem o efeito de negar a continuidade biológica que é mediada pelo trabalho reprodutivo das mulheres e substituir isso pela continuidade produtiva na qual os homens, ao fazerem-se, também fazem a história."

Isto significa que o trabalho produtivo depende da reprodução diária do eu - propiciada pela feitura de alimentos e objetos. Mas depende também do trabalho reprodutivo das mulheres na geração dos filhos, no cuidado dos filhos e da casa, que

⁷ NICHOLSON, L. – 1987. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (Coords.) – **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.

⁸ Outras autoras feministas também chamam a atenção para o fato de que, no capitalismo, a esfera reprodutiva está subordinada à esfera produtiva, sendo a primeira considerada propriamente feminina e a segunda masculina. Conferir:

ÁVILA, M.B. & GOUVEIA, T. – Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais.

VILLELA, W.V. & BARBOSA, R.M. – Repensando as relações entre gênero e sexualidade...

Ambos na coletânea:

PARKER, R. & BARBOSA, R.M. (Orgs.) – 1996. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.

⁹ O'BRIAN, M. – 1979. Reproducing Man. In: CLARK, M.G. & LANGE, L. (Coords.) – **The sexism of social and political theory**. Toronto, University of Toronto Press. Apud NICHOLSON, 1987, *Op. cit.* p. 32.

possibilita a reposição da força de trabalho e as condições domésticas para o trabalho dos homens fora de casa.

Nicholson¹⁰ observa que: “(...) por não analisar as atividades ‘reprodutivas’, Marx é levado a ignorar o componente de socialização na história humana. Em outras palavras, as falhas na teoria de Marx que resultam de sua atração por uma estreita interpretação de ‘materialismo’ poderiam ter sido amenizadas, caso ele tivesse prestado mais atenção à atividade de gestação e parto.”

Assim, esta crítica refere-se ao fato de a esfera reprodutiva ser considerada separada da esfera produtiva pela teoria marxista, que não estaria levando em conta que o trabalho reprodutivo das mulheres está relacionado à produção, seja pela reprodução da força de trabalho, seja pelo cuidado da casa, dos filhos e dos doentes. Esta crítica considera que a reprodução – tida como responsabilidade feminina – não está subordinada à produção – tida como responsabilidade masculina, mas integrada a ela.

Nicholson enfatiza, ainda, que gênero tem sido uma variável significativa mesmo entre aquelas atividades ocupadas com a feitura de alimentos e objetos, e que qualquer análise de gênero deve fazer mais do que ampliar a categoria tradicional. Neste sentido, a autora chama a atenção para o fato de que, nas sociedades pré-capitalistas, práticas que denominamos de produtivas e reprodutivas são organizadas conjuntamente por meio do parentesco, uma vez que o lugar ocupado dentro da estrutura do parentesco é que organiza tais práticas.

A autora considera que embora exista nas sociedades capitalistas a separação das esferas produtiva e reprodutiva, produto de seu desenvolvimento histórico, esta separação é incompleta, pois: “(...) a esfera econômica, cada vez mais separada, carrega traços de suas origens em seu funcionamento contínuo, e também na medida em que a separação do econômico da família e do lar permanece incompleta.”¹¹

Portanto, os argumentos destas autoras enfatizam que a esfera da produção (tida como masculina) depende da esfera reprodutiva, do trabalho das mulheres na geração e cuidado dos filhos, cuidado da casa, dos doentes.

Por considerar que estas duas esferas estão em relação, sugiro que esta dependência também pode ser percebida no seu sentido inverso, isto é, o de que a esfera reprodutiva

¹⁰ NICHOLSON, L. – 1987. *Op. cit.*

¹¹ *Id.* p. 37.

também depende da esfera produtiva. Isto porque o plano empírico mostra que há uma circulação de agentes entre estas duas esferas que pode ser observado, por um lado, pelo trabalho “produtivo” das mulheres, com sua crescente participação no mercado de trabalho e, por outro, pela participação dos homens no trabalho “reprodutivo”, com o cuidado dos filhos.¹² Esta circulação de agentes aponta para uma relação entre as duas esferas que possibilita a reformulação tanto de uma quanto de outra.

Além disso, gostaria de indicar outra relação entre as duas esferas, apontada no plano empírico, que mostra como elementos que fazem parte da esfera produtiva estão presentes na organização/representação da esfera reprodutiva. Neste sentido, tanto minha pesquisa quanto outras¹³ mostram que prover os filhos é uma das primeiras referências que aparece quando homens são chamados a falar sobre paternidade, sendo considerada a mais importante responsabilidade paterna¹⁴.

Desta forma, o trabalho produtivo dos homens não diz respeito somente à esfera produtiva, pois faz parte também das próprias representações masculinas acerca da reprodução. Ao se considerar o pai como o responsável pelo sustento material dos filhos, o trabalho produtivo é concebido pelos homens como parte de suas responsabilidades reprodutivas. Restringir analiticamente o trabalho produtivo à esfera da produção obscurece

¹² A questão da participação paterna nos cuidados com os filhos será retomada e desenvolvida mais adiante.

¹³ TRINDADE, Z. – 1991. As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético. Tese de Doutorado em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo.

JARDIM, D.F. – 1995. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, O. (Org.). **Corpo e Significado. Ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.

QUADROS, M. T. de – 1996. Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife, PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.

LYRA, J. – 1997. Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSENBAUM, S.F.R. – 1998. Permanência e transformação: a paternidade na revista Pais e Filhos. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, M.C. de; MARCONDES, G.S. – 1999. “Caindo na Real”: reprodução e paternidade. In: “Os homens, esses desconhecidos ...” (Masculinidade e Reprodução). Relatório Final de Pesquisa apresentado à FAPESP.

UNBEHAUM, S.G. – 2000. Experiência masculina da paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP.

¹⁴ Esta visão parece ser compartilhada pelas mulheres. Victora mostra, por exemplo, como entre uma população de baixa renda, sustentar materialmente uma criança significa assumir a paternidade desta. Assumir a paternidade é dar alguma coisa ao seu filho: “(...) provavelmente porque o elemento que ele dá é a comprovação material de algo que não é comprovável materialmente: a paternidade.”

VICTORA, C. – 1992. As relações de gênero na Vila Divina Providência, ou O que elas esperam deles. In: LEAL, O. (Org.). **Cadernos de Antropologia**, n.7, p.25.

a compreensão das representações masculinas da paternidade, uma vez que o valor da paternidade e o lugar do pai aparecem inter-relacionados com o papel dos homens na esfera da produção.

Portanto, a noção masculina de paternidade aponta para a relação entre as esferas produtiva e reprodutiva, expressa na interferência do trabalho produtivo dos homens na esfera reprodutiva através da atribuição masculina da responsabilidade por prover os filhos. A figura do pai=provedor, tão referida pelas pesquisas, está situada na conexão das duas esferas, uma vez que o que corresponde ao pai relaciona-se à produção, da mesma forma que sua participação na esfera produtiva corresponde a um lugar na organização da reprodução.

Mas dizer que há uma relação entre estas duas esferas não significa que elas são indistintas. Apesar de o plano empírico mostrar um processo histórico que aponta nesta direção (com a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de famílias chefiadas por mulheres¹⁵; e com a maior participação dos homens no cuidado com os filhos), considero que estas esferas seguem emitindo, ao mesmo tempo em que são alvo de, atribuições de gênero. E que estas atribuições de gênero refletem-se nas responsabilidades reprodutivas.

É neste sentido que sugiro a análise das responsabilidades reprodutivas de uma forma mais ampla. Assim, as responsabilidades reprodutivas seriam compreendidas como englobando: os cuidados com a saúde reprodutiva; os cuidados diários com as crianças (dar banho, dar comida, etc.); a manutenção material das crianças; a reprodução social das crianças através da educação, transmissão de valores, enfim, da socialização.

A saúde reprodutiva tem sido definida como uma abordagem compreensiva da saúde das mulheres que inclui fertilidade e infertilidade; contracepção; aborto; gravidez e parto; morbidade e mortalidade maternas; sexualidade; doenças sexualmente transmissíveis; menstruação e menopausa¹⁶. Apesar de alguns autores incluírem como parte

¹⁵ VILLELLA & BARBOSA – 1996. *Op. cit.*

¹⁶ LANE, S.D. - 1994. From population control to reproductive health: an emerging policy agenda. *Soc. Sci. Med.* v.39, n.9.

desta abordagem a saúde reprodutiva masculina¹⁷, a própria definição da saúde reprodutiva tem colocado sua ênfase nas mulheres, tomando-as como responsáveis por ela. O ambulatório, por não exigir a presença dos homens nos casos de procura por planejamento familiar e por ser local de exames de mulheres, contribui para confirmar esta atribuição feminina da responsabilidade pela saúde reprodutiva. A recusa da maioria dos homens em participar da entrevista; o fato de a grande maioria não procurar sozinho o ambulatório; e a presença majoritária dos homens no ambulatório relacionada aos casos em que são obrigados a ir, também apontam nesta direção.

Esta atribuição feminina da responsabilidade pela saúde reprodutiva pode ser encontrada em um contexto mais geral, se considerarmos os relatórios de duas conferências internacionais, como será visto adiante.

Por outro lado, como citado, o sustento material dos filhos é considerado como uma responsabilidade masculina, que coloca o trabalho como categoria relacionada à esfera da reprodução. E as pesquisas citadas anteriormente também mostram como cuidar dos filhos está associado preferencialmente à mãe, enquanto a transmissão de valores morais está associada preferencialmente ao pai. Desta forma, as responsabilidades reprodutivas estão perpassadas por uma distribuição diferenciada de atribuições de gênero, que aloca nas mulheres a responsabilidade pela saúde reprodutiva e pelo cuidado com os filhos, e nos homens a responsabilidade pelo sustento material dos filhos e sua educação moral.

Pensando no ambulatório como um ambiente e um contexto femininos – pela configuração do espaço, pela presença majoritária de mulheres, por serem as mulheres o público-alvo, por estar relacionado à saúde reprodutiva –, pode-se considerar o mal-estar sentido pelos homens como advindo do fato de encontrarem-se em um ambiente onde se sentiam estrangeiros, estranhos, pouco familiarizados. Daí a necessidade de recorrerem às parceiras para que falassem por eles.

¹⁷ FORD FOUNDATION - 1991. **Reproductive Health: A Strategy for the 1990s**. New York, Ford Foundation.

Dessa perspectiva, poderíamos concordar com Arilha¹⁸ que observa que: “(...) a reprodução e sua ligação com a saúde parece ser universo bastante distante dos homens, cuja aproximação precisa ser diretamente incentivada. Muitas experiências desenvolvidas nesse sentido por instituições de planejamento familiar que operam na América Latina – sustentadas por agências que operam com muitos recursos, como é o caso da IPPF – International Planned Parenthood Federation – acabaram fechando suas portas em virtude da ausência de clientela.”

Por outro lado, quando a aproximação entre homens e saúde reprodutiva é empreendida, com a formação de grupos de homens visando a um espaço de reflexão e mobilização¹⁹, eles próprios apontam a estruturação dos programas de saúde reprodutiva como co-responsável por seu desconhecimento nesta área, uma vez que o atendimento está voltado exclusivamente para as mulheres.

Assim, a atribuição feminina da responsabilidade pela saúde reprodutiva refere-se tanto ao fato de os serviços de saúde reprodutiva serem orientados para as mulheres, quanto ao fato de os homens considerarem que é um tema relativo às mulheres. Esta espécie de círculo vicioso já vem sendo quebrada, seja pela formação de grupos de homens, seja pela preocupação expressa por conferências internacionais, como será visto adiante.

Poder-se-ia objetar que haver realizado as entrevistas no ambulatório teria influenciado as respostas dadas, pelo fato de os homens não se sentirem à vontade ali. Em relação a esta questão, cabem aqui duas ressalvas. Em primeiro lugar, considero que qualquer ambiente influenciaria nas respostas, quer seja o ambiente familiar ou de trabalho, uma vez que cada um desses ambientes traria associações e tipos de pressões distintas que influenciariam na elaboração das respostas. A vantagem de realizar a entrevista no ambulatório foi que facilitou elaborar as perguntas sobre reprodução e paternidade. Estes

¹⁸ ARILHA, M. – 1998. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. – **Homens e masculinidades. Outras palavras**. São Paulo, ECOS/ Editora 34. p. 72.

¹⁹ Os grupos citados fazem parte de uma pesquisa-ação entre homens que atuam como agentes sociais em diversas localidades do Rio de Janeiro. Conferir: GIFFIN, K. & BARBOSA, R.H.S. – Homens, saúde e vida cotidiana: dois momentos de uma pesquisa-ação.

Também em uma reunião realizada no México em 1999, com integrantes de instituições acadêmicas, governamentais (na sua maioria dos serviços de saúde), assim como de ONGs, foi discutido acerca da saúde reprodutiva dos homens. A conclusão foi a de que a comunidade médica deve ter maior sensibilidade perante as necessidades masculinas em matéria de saúde reprodutiva. Conferir: LIGUORI, A.L. – Diálogo entre hombres y mujeres en México.

Os dois textos citados estão em: **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**, 2000. Informativo semestral, Fundação MacArthur, n. 3, ano 2.

temas poderiam soar estranhos ou muito íntimos e constrangedores em outros lugares, ao passo que no ambulatório faziam parte do contexto.

A segunda ressalva refere-se ao fato de que os homens que aceitaram participar da entrevista foram aqueles que pareciam sentir-se mais à vontade no ambulatório, que pareciam não perceber-lo tanto como um território estranho, comparados com os que se recusaram.

A visão expressa pelas enfermeiras e pela assistente social sobre a maioria dos homens que vai ao ambulatório (elas mesmas afirmando que não são todos assim) desenhava-os como homens que colocam a responsabilidade relativa à saúde reprodutiva sobre a mulher, não querendo participar nem colaborar nesta área, considerando responsabilidade da parceira tanto ter quanto evitar filhos. Isto significa não querer se submeter a exames, não querer usar camisinha ou fazer vasectomia; colocar a culpa na parceira de todos os problemas de saúde e sexuais que possam ter; e culpar a parceira em caso de esterilidade. Uma vez que, segundo elas, a maioria dos homens faz associação entre esterilidade e impotência sexual, isso pode explicar por que muitos colocam a culpa por não conseguir ter filhos nas parceiras, e também a recusa em se submeterem a uma vasectomia.

Porém, as conversas que tive com a assistente social e com as enfermeiras também me fizeram tomar conhecimento de fatos que servem para mediar essa descrição. Os fatos trazem à tona, entre outras coisas, a questão da tomada de decisão em relação à escolha do método anticoncepcional e ao número de filhos.

As mulheres serem consideradas responsáveis pelos cuidados referentes à saúde reprodutiva não significa que necessariamente serão elas que tomarão as decisões relativas ao número de filhos ou à escolha de métodos anticoncepcionais. Há estudos que mostram a influência do parceiro na escolha de métodos anticoncepcionais²⁰, e outros que mostram como muitas vezes esta decisão é tomada por ele²¹. Além disso, há que se levar em conta

²⁰ MUNDIGO, A. - 1995. Papéis masculinos, saúde reprodutiva e sexualidade. **Conferência Internacional sobre População**. Fundação MacArthur, São Paulo.

HERNDON, N. - 1998. Men influence contraceptive use. **Network** 18 (3).

ROBEY, BRYANT & DRENNAN - 1998. Male participation in reproductive health. **Network** 18 (3).

²¹ MAHMOOD, N.; RINGEIM, K. - 1997. Knowledge, approval and communication about family planning as correlates of desired fertility among spouses in Pakistan. **International Family Planning Perspectives** 23 (3).

LOS HOMBRES y la planificación familiar - 1992. **Network** 7 (3).

que em um âmbito mais geral, como sugere Berer²², os homens predominam na arena reprodutiva como investigadores, médicos, *policymakers*, legisladores. Portanto, as decisões políticas a respeito da reprodução estão na maior parte das vezes nas mãos de homens, que ocupam a maioria dos cargos políticos dentro dos governos e das instituições médicas.

A esfera das decisões reprodutivas referentes à escolha do método anticoncepcional e número de filhos está perpassada por conflitos e estratégias, onde estão em jogo competências e atribuições de gênero. Assim, a decisão pode ser tomada pela esposa/companheira, pelo esposo/companheiro, ou através de um acordo entre os dois. A esposa/companheira pode também tomar decisões sem consultar o marido/companheiro, ou esconder dele a decisão que tomou (como começar a usar determinado método anticoncepcional, ou parar de usá-lo para engravidar), a fim de assegurar a realização de sua vontade. Assim como o parceiro pode usar de influência, de violência, ou de poder econômico para impor sua vontade à esposa/companheira.

Retomemos os relatos da assistente social referidos acima. Quando uma paciente solicita no ambulatório uma laqueadura, ela passa por uma entrevista com a assistente social. Depois, o marido/companheiro desta paciente também tem que passar por uma entrevista e, por fim, o casal passa junto por uma outra entrevista. Nessas entrevistas, a assistente social procura aconselhar que o paciente faça a vasectomia em vez de a paciente fazer a laqueadura, devido à facilidade da cirurgia e de sua recuperação. Segundo a assistente social, em várias ocasiões as pacientes afirmaram na entrevista individual que jamais os maridos/companheiros concordariam em fazer a vasectomia. Entretanto, na entrevista individual com o marido, ele disse à assistente social que estava disposto a fazê-la. Este fato pode ser interpretado de várias formas, uma delas é a de que depois do aconselhamento o marido/companheiro mudou de opinião e decidiu fazer a vasectomia. Mas, na opinião da assistente social, em muitas ocasiões é a paciente que não deseja que o companheiro faça vasectomia, embora diga que é ele que não quer fazê-la. Nesses casos, a paciente não quer que o marido faça a vasectomia por medo de ele ficar impotente, ou porque só se sente segura se ela própria fizer a laqueadura. A assistente social considera

²² BERER, M. – 1996. Introduction. **Reproductive Health Matters**, n. 7.

ainda que algumas pacientes podem dizer que o companheiro nunca faria a vasectomia somente por acreditarem nisso, sem nunca terem conversado com ele a esse respeito.

Também houve casos relatados pela assistente social onde em um primeiro momento uma das pacientes que solicitava a laqueadura disse que o marido não poderia ir à entrevista, retificando depois que ele não queria ir, para admitir no final que era ela que não queria que ele fosse porque tinha medo de que ele não autorizasse a realização da cirurgia. Nesses casos, a paciente desejava tanto fazer a laqueadura, que preferia fazê-la à revelia do marido do que correr o risco de que ele não assinasse a autorização.

As enfermeiras também relataram, assim como algumas entrevistadas de minha pesquisa anterior, que havia pacientes que, depois que o diagnóstico indicava que o problema de esterilidade era do marido/companheiro, continuavam dizendo para a família e amigos que o problema era com elas, por temerem que as pessoas achassem que o marido/companheiro era impotente.

Os relatos acima apontam para algumas direções. Mostram que também as mulheres têm medo de que seus maridos fiquem impotentes ao se submeterem a uma vasectomia, ou têm medo de que as pessoas achem que eles são impotentes se souberem que têm problemas de fertilidade. O que mostra como as expectativas em relação ao gênero se encontram compartilhadas por homens e mulheres, uma vez que homens e mulheres partilham os valores culturais e os constrangimentos de uma mesma sociedade. Neste processo, homens e mulheres aprendem a respeito um do outro porque o estabelecimento do *self* endossa uma visão de mundo compartilhada igualmente pelo outro²³. Assim, considerar feminilidades e masculinidades como compartilhadas por homens e mulheres, como relacionais, aparece como uma perspectiva analítica mais frutífera e adequada que a idéia da existência de dois mundos – masculino e feminino – separados e distintos.

Os relatos mostram que às vezes os homens estão mais dispostos a compartilhar a responsabilidade referente à saúde reprodutiva do que as mulheres esperam ou imaginam, indicando um preconceito das mulheres em relação aos homens, que pode estar fundado na atribuição feminina desta responsabilidade. Mostram ainda que, uma vez que na escolha de métodos de planejamento familiar os parceiros não têm obrigatoriamente (pelas normas do

²³ STRATHERN, M. – 1987. An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. *Signs*, v. 12, n.2. (Esta questão será retomada e mais elaborada no Capítulo III.)

ambulatório) que participar, algumas pacientes procuram estender essa ausência para os casos de laqueadura também, não desejando a interferência do marido em sua decisão pela cirurgia. Isto é, há mulheres que buscam utilizar a atribuição feminina das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva como estratégia de poder para tomar decisões e efetivá-las sem o conhecimento/interferência do marido/companheiro.

Assim, as mulheres podem contribuir para a manutenção da atribuição feminina da responsabilidade pela saúde reprodutiva, como podem utilizar essa atribuição como estratégia para que sua decisão reprodutiva prevaleça. Há também mulheres, grupos e instituições que propõem que esta responsabilidade seja compartilhada com os homens, como será visto nas seções seguintes.

Portanto, tanto minha experiência no ambulatório, com a reação dos homens à minha abordagem; quanto as entrevistas e conversas com as enfermeiras e assistente social apontaram a responsabilidade pela saúde reprodutiva como atribuição feminina. Mas o universo do ambulatório reflete um universo maior, onde também encontramos essa atribuição.

Em um dossiê sobre relações de gênero e saúde reprodutiva²⁴, os autores mostram como os direitos reprodutivos masculinos podem não ser levados em conta quando se considera que os homens não assumiram suas responsabilidades em relação à saúde reprodutiva²⁵. Como no Brasil o estado de coleta de dados demográficos sobre a participação masculina na vida reprodutiva ainda é deficiente; e como o papel dos homens, particularmente como pais, tem surgido na agenda de movimentos de mulheres e de agências nacionais e internacionais como uma forma de promover a equidade de gênero. Recomendações dos últimos anos enfatizam que os homens devem ser encorajados a se responsabilizarem por seu comportamento sexual, por seus papéis sociais e familiares²⁶. Como estratégias de intervenção em saúde reprodutiva foram construídas com base na noção de que os homens não preenchiam adequadamente seus papéis e responsabilidades e que, portanto, deveriam ser exigidas deles várias mudanças de atitudes; e como a ação

²⁴ MINELLA, L.S. & SIQUEIRA, M.J.T. (Orgs.) – 2000. Dossiê Relações de gênero e saúde reprodutiva: avanços e contradições sobre temas cruciais. *Estudos Feministas*, v.8, n.1.

²⁵ FIGUEROA PEREA, J.G. – 2000. Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones. *Id.*

²⁶ LYRA, J. & MEDRADO, B. – 2000. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. *Ibid.*

cotidiana dos agentes de saúde reprodutiva exclui sistematicamente os homens de sua atenção e alvo²⁷. Como os homens estão ausentes dos ambulatórios de planejamento familiar²⁸.

Na medicina ocidental as mulheres foram tomadas ao longo do tempo como os sujeitos privilegiados quanto ao tema da saúde reprodutiva²⁹. Os cuidados com a gravidez e o parto centraram a questão da saúde reprodutiva nas mulheres, praticamente excluindo os homens. Extensivamente, também o uso de métodos anticoncepcionais ou o tratamento para esterilidade estiveram voltados para as mulheres.

Moscucci³⁰, em um estudo sobre a história da ginecologia na Inglaterra, mostra como desde o começo do século XIX esta ciência tem legitimado a crença de que o corpo feminino está feito para a reprodução. A ginecologia definiu o estudo da “mulher natural” como uma especialidade separada da medicina, que identifica as mulheres como um grupo especial de pacientes e um tipo distinto dentro da espécie humana. O que contribui para explicar por que o crescimento da ginecologia como a “ciência da mulher” não foi acompanhado paralelamente pelo desenvolvimento de uma complementar “ciência da masculinidade” ou “andrologia”.

Moscucci relata que, a partir do Iluminismo, a natureza passaria a ser decifrada legitimamente através da ciência, e não mais através da religião ou da metafísica. Como as bases da autoridade patriarcal estavam postas em questão, o surgimento da ginecologia era uma forma de definir o lugar da mulher na nova ordem social apoiada no conhecimento científico sobre a “natureza feminina”. Este conhecimento passou a elaborar uma anatomia e fisiologia da diferença sexual. “Notions of biological maternity and of female physiology justified the association of women with nature in opposition to culture; they designated woman’s place within the family, the most basic biological and social unit.”³¹

²⁷ SIQUEIRA, M.J.T. – 2000. Saúde e direitos reprodutivos: o que os homens têm a ver com isso? *Ibid.*

²⁸ MINELLA, L.S. – 2000. Autodeterminação e passividade feminina e masculina no campo da saúde reprodutiva. *Ibid.*

²⁹ EHRENREICH, B. & ENGLI, D. – 1976. **Complaints & disorders – the sexual politics of sickness.** London, Writers and Readers Publishing Cooperative.

³⁰ MOSCUCCI, O. – 1993. **The Science of Woman. Gynaecology and gender in England 1800-1929.** Cambridge, Cambridge University Press.

³¹ *Id.* p.4.

“Noções de maternidade biológica e de fisiologia feminina justificavam a associação das mulheres com a natureza em oposição à cultura; designavam o lugar da mulher dentro da família, a unidade biológica e social mais básica.” (Esta e demais traduções foram feitas por mim.)

Segundo Moscucci, ainda prevalece na nossa cultura a idéia de que sexo e reprodução são mais fundamentais para a natureza das mulheres que dos homens. Puberdade, parto, menopausa são considerados como afetando a mente e corpo das mulheres de maneira sem correspondência para os homens.

Portanto, se acompanharmos a autora, a associação da saúde reprodutiva com as mulheres é correlata a uma interpretação científica da fisiologia feminina que legitima a alocação das mulheres no espaço familiar e a dos homens no espaço público/político. A associação da saúde reprodutiva com as mulheres seria, portanto, uma forma de controle de seu *status* social, ao mesmo tempo em que as toma como um grupo especial da espécie humana representada pelos homens. Nesta perspectiva, carece de sentido o desenvolvimento de uma “ciência do homem” como uma ciência específica masculina, uma andrologia, com um enfoque na saúde reprodutiva dos homens.

Algumas autoras trataram deste tema em relação ao Brasil. Segundo Rago³², no final do século XIX e início do XX, os médicos esforçavam-se por enfatizar a vocação natural das mulheres para a maternidade. Várias teses de doutoramento defendidas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia tratavam da responsabilidade social das mulheres de procriar e educar as crianças, ressaltando as graves conseqüências do não cumprimento dessa tarefa: sentimento de culpa, de frustração, além dos perigos físicos da não-procriação e da detenção do leite, no caso das que já tinham sido mães.

Para Vieira³³, desde o século XIX a concepção médica do corpo feminino implica que uma vida saudável para as mulheres se estabelece através do casamento com finalidades reprodutivas: “(...) a história da medicalização do corpo feminino se estabelece no século XIX em meio aos discursos de exaltação da maternidade, que se torna então objeto da medicina.”³⁴

Segundo Rohden³⁵, na formação da ginecologia no século XIX destaca-se uma preocupação com a definição da diferença entre homens e mulheres e o predomínio da função reprodutiva para a vida das mulheres. Mulheres que buscam satisfação sexual sem o

³² RAGO, M. – 1985. *Do cabaré ao bar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1830 – 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

³³ VIEIRA, E.M. – 1990. *Prática médica e corpo feminino*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP.

³⁴ *Id.* p. 62.

³⁵ ROHDEN, F. – 2000. *Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

objetivo de procriar, que recorrem ao uso de métodos anticoncepcionais, ao aborto ou ao infanticídio, são alvo de atenção dos médicos, que formulam um conhecimento específico sobre tais “perturbações”.

Osís³⁶ mostra como a medicina procurou, desde o século XVIII, controlar os corpos das mulheres de maneira a assegurar o nascimento de crianças saudáveis e adequadas às normas sociais, dentro de um processo de higienização social. A preocupação com a saúde das mulheres sempre esteve expressa através da preocupação com a reprodução biológica, visando a uma adequada reprodução social. Assim, cuidados com gravidez e parto somavam-se às preocupações com o aleitamento materno e educação das crianças, onde os médicos desempenhavam função de educadores físicos e morais. O aleitamento materno, por exemplo, era propagado como instinto natural feminino, indicando a vocação natural da mulher para a maternidade e o lar.³⁷

A autora considera que o binômio mulher=mãe dentro da medicina só foi alterado no Brasil com o surgimento do conceito de Assistência Integral à Saúde da Mulher (AISM). Como o próprio nome diz, a idéia era tratar **integralmente** da saúde das mulheres, sem associá-las unicamente à maternidade. Esse conceito foi transformado em um programa (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM), que começou a ser implantado em 1984: “Os objetivos programáticos eram definidos nas seguintes áreas: pré-natal, parto, aleitamento materno, identificação e controle do câncer cérvico-uterino e de mama, identificação e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), identificação e controle de outras patologias de maior prevalência entre as mulheres, e atividades de regulação da fertilidade incluindo o diagnóstico e tratamento de estados de infertilidade.”³⁸

Assim, a associação direta realizada pela medicina entre mulher=mãe, ao mesmo tempo capta, emite e justifica uma noção que enfatiza o aspecto reprodutivo das mulheres,

³⁶ OSIS, M.J.D. – 1994. Atenção Integral à Saúde da Mulher, o conceito e o programa: história de uma intervenção. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP.

³⁷ Esta visão, segundo a autora, tornou-se importante sobretudo a partir do final do século XIX e começo do XX, período que testemunhava um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Interessante notar que é justamente sobre a questão do aleitamento materno que Badinter vai se debruçar, procurando mostrar como o amor natural materno é um mito. A autora refere-se ao costume da nobreza francesa do século XVII de enviar seus filhos para o campo, para serem alimentados por amas-de-leite, mesmo conhecendo o fato de que muitas crianças morriam nesta empreitada. (Confira BADINTER, E. - 1985. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.)

Poderíamos dizer que campanhas de aleitamento materno feitas no Brasil procurando diminuir as taxas de mortalidade infantil também acabam por reforçar/utilizar a idéia do amor natural materno.

sua vocação natural para a maternidade e seu amor natural pelos filhos. Mesmo que no Brasil a criação do PAISM tenha pretendido tratar da saúde integral das mulheres, há autoras³⁹ que consideram que este programa precisaria ser reformulado levando em conta as várias condições dos indivíduos no exercício da sexualidade e reprodução. Em relação à contracepção, por exemplo, estas autoras consideram que os homens se mantêm praticamente ausentes desta prática.

A preocupação com a saúde reprodutiva masculina e com a participação dos homens nas responsabilidades em relação à saúde reprodutiva tem aumentado nos últimos anos. O que pode ser constatado pela criação de grupos de homens objetivando maior conhecimento e reflexão sobre sexualidade e reprodução visando a demandas de políticas públicas⁴⁰, pela criação de programas municipais de saúde para homens⁴¹, e por campanhas nacionais para o controle do câncer da próstata, ou de prevenção da AIDS destinadas aos homens. Porém, sem querer entrar na complexa questão da formulação e execução do PAISM (que se relaciona à própria história da saúde pública brasileira e os processos de programação em saúde), considero significativo que não tenha sido criado nenhum programa específico para o cuidado da saúde reprodutiva masculina que corresponda ao PAISM. O fato do PAISM ser um programa voltado especificamente às mulheres, sem que tenha sido criado um programa correspondente para os homens, contribui para afirmar a atribuição feminina das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva, como a procura e uso de métodos anticoncepcionais, a procura e o tratamento para esterilidade, e os cuidados para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

³⁸ *Id.* p. 70.

³⁹ ÁVILA & GOUVEIA – 1996. *Op. cit.*

⁴⁰ GIFFIN & BARBOSA – 1996. *Op. cit.*

⁴¹ A Assembléia Geral da Conferência Municipal de Santo André (SP) aprovou a criação do Programa de Saúde para Homens. Conferir: BARBOSA, S. – 2000. Machos, homens e masculinidades. Percursos, trajetos e caminhos com grupos de homens. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**. Informativo semestral, Fundação MacArthur, n. 3, ano 2.

Sobre o processo de incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos

Não somente a saúde reprodutiva como também o cuidado diário com os filhos (como dar banho, dar comida, etc.) têm sido considerados como responsabilidade feminina. Nesta seção proponho desenvolver o argumento de que se encontra em marcha um processo de tentativa de incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e ao cuidado diário com os filhos. Esta tentativa de incorporação aponta justamente para a prevalência destas responsabilidades como atribuição feminina e é vista, por um lado, como propiciando uma divisão de tarefas e encargos considerados como pesando exclusivamente nos ombros das mulheres; e, por outro, como permitindo aos homens um contato maior com os filhos e com áreas sensíveis da vida.

No plano acadêmico, começaram a surgir nos Estados Unidos e Europa, nos anos 70 e 80, estudos a respeito dos novos padrões de relacionamentos entre pais e filhos, e sobre a maior participação dos homens nos cuidados infantis⁴². Essa maior participação dos homens no cuidado e atenção com os filhos começou a ser denominada de “nova paternidade”, e esse homem de “o novo pai”.

No Brasil, em setembro de 1985, foi realizado o I Simpósio do Homem, organizado por Moacir Costa (psiquiatra), Ronaldo Pamplona Costa (psicodramatista) e Yvonne Vieira (psicoterapeuta), patrocinado pelo Instituto H. Ellis de São Paulo e pelo Núcleo de Videopsicodrama. O objetivo do simpósio era fazer com que os homens refletissem sobre si mesmos, revendo sua capacidade de ver e sentir suas relações, e lutando contra comportamentos estereotipados de força, dominação e poder que acabavam por aprisioná-los.

O simpósio resultou na publicação de um livro que contou com a participação de homens e mulheres: jornalistas, médicos/as, psicólogos/as, engenheiros/as, psiquiatras, antropólogos/as, historiadores/as, assistentes sociais e filósofos/as. O livro apontava para a “crise de identidade do homem brasileiro”, e procurava ser um material útil “para muitos

⁴² LAMB, M.E. (Ed.) – 1986. **The father's role: applied perspectives**. New York, John Wiley.

homens que necessitam questionar a sua condição e redefinir o seu papel frente à mulher e à sociedade, enquanto ser biológico, psicológico e social.”⁴³

No artigo sobre paternidade, o autor (Décio Noronha, médico obstetra) considera que a transformação da família – de extensiva para nuclear – estaria modificando os papéis e funções tanto dos homens como das mulheres. Para ele: “A integração do homem no âmbito desta nova família não deverá ser revestida por características de dominação, de autoritarismo ou de medo da derrota ou do fracasso, seja ela no campo social, familiar ou sexual. Talvez, e eu acredito muito neste processo de transformação, estas modificações levem forçosamente a mudanças na estrutura social, que poderá ser menos rígida, menos autoritária, com mais respeito, com mais igualdade e cooperação para com o bem comum. É um valor democrático que deverá aparecer em contraste com a reverência e o medo na relação com o poder autocrático.”⁴⁴

O conceito de “nova paternidade” baseia-se na idéia de um “novo pai” que participa do cuidado dos filhos, que tem uma relação mais afetiva e íntima com eles. Este conceito aparece pautado na idéia da existência de um “pai tradicional”, cuja função é o sustento material dos filhos e sua educação moral, com distanciamento afetivo e ausência de cuidados diários.

Nolasco é um autor que considera que a nova paternidade é fruto da chamada “crise da masculinidade”, que levou os homens a repensarem a construção de seus “(...) vínculos afetivos e de trabalho fora do crivo do estereótipo social para eles definido.”⁴⁵ A partir desse repensar surgiu a idéia de que: “Atualmente é possível ser homem sem ser ‘macho’ e opressor”⁴⁶, e os homens começaram a questionar: “(...) a necessidade de nos mostrarmos sempre fortes e capazes; de limitarmos a expressão de nossos sentimentos; de vivermos quase que exclusivamente em campos competitivos; de funcionarmos como servidores da mulher; de sermos permanentemente provedores; de nos ocuparmos apenas de ‘coisas sérias’, como trabalho, política, etc.; e de perdermos o contato sensível com o que nos rodeia, filhos, amigos, natureza, estando proibidas entre os homens expressões tais como ‘fracassei’, ‘não sei’, ‘me equivoquei’, ‘não posso’.”⁴⁷

⁴³ COSTA, R.P. da – 1986. **Macho, Masculino, Homem. A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro.** São Paulo, L&PM. p. 8.

⁴⁴ NORONHA, D. – 1986. Paternidade. In: *Id.* p. 38.

⁴⁵ NOLASCO, S. – 1993. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro, Rocco. p.18.

⁴⁶ NOLASCO, S. (Org.) – 1995. Apresentação. In: **A desconstrução do masculino.** Rio de Janeiro, Rocco. p.7.

⁴⁷ HAMAWI, R. – 1995. Que querem os homens? In: NOLASCO, S. (Org.) – *Op. cit.* p. 9

Figueroa Perea e Liendro Zignoni⁴⁸ referem-se à “solidão da paternidade”, considerada como advinda do papel tradicional que é esperado dos homens e que os impede de ter uma relação próxima e prazerosa com seus filhos e companheiras, tornando-os marginalizados. Em contraposição à crise da masculinidade e à solidão da paternidade, um “novo pai” é vislumbrado. Segundo Montgomery⁴⁹, seria um pai mais sensível e carinhoso, que tem maior interação com os filhos dentro de parâmetros de igualdade, compreensão e respeito.

Frykman⁵⁰ propõe uma masculinidade com mais intimidade. Afirmar que na Suécia a maior participação dos homens nas tarefas domésticas tem sido uma maneira de construir uma nova masculinidade, ou seja, uma nova relação entre os homens e suas esposas, filhos, família, trabalho, amigos. Segundo o autor, no futuro haverá provavelmente muitas definições de masculinidade, adaptada a indivíduos, grupos e arenas distintas. Mas a masculinidade que pode ser discernida até o presente momento mostra sinais de mover-se na direção de assumir maior responsabilidade pessoal, envolvimento emocional mais profundo e maior individualidade. Assim, a nova masculinidade é parcialmente um protesto contra as muitas demandas feitas pela sociedade moderna e parcialmente um profundo movimento democrático, o qual está preocupado em como os sexos podem se relacionar atentando para suas diferenças.

Na perspectiva esboçada pelos autores acima, teria sido a insatisfação dos homens em ter que cumprir com os comportamentos estereotipados socialmente esperados deles que propulsionou um questionamento em relação aos padrões de masculinidade e paternidade. A nova paternidade é vista por eles como um direito dos homens e como um indício de transformação das relações entre homens e mulheres, que contribui para promover uma equidade de gênero, que beneficiaria tanto os homens quanto as mulheres. Beneficiaria as mulheres uma vez que elas passariam a dividir com os homens as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, a responsabilidade pela anticoncepção; e beneficiaria os homens porque eles passariam a poder usufruir do contato com os filhos e

⁴⁸ FIGUEROA PEREA, J.G. & LIENDRO ZIGNONI, E. – 1995. La presencia del varón en la salud reproductiva. In: HARDY, E. et al. (Eds.) – **Ciências Sociais e Medicina: atualidades e perspectivas latino-americanas**. Campinas, CEMICAMP.

⁴⁹ MONTGOMERY, M. – 1994. **O novo pai: a dimensão da paternidade**. São Paulo, Saraiva.

⁵⁰ FRYKMAN, J. – 1996. Space for a man: the transformation of masculinity in 20th century culture. **Reproductive Health Matters**, n. 7.

com a companheira/esposa, passariam a ter contato com esferas da vida que antes lhes estavam sendo negadas pelas expectativas sociais a respeito da masculinidade⁵¹.

Partindo da idéia da existência de uma paternidade tradicional *versus* uma “nova paternidade”, onde esta última estaria contribuindo para a construção de relações mais igualitárias entre os gêneros, foram realizadas pesquisas acadêmicas procurando detectar as transformações ocorridas em relação à paternidade no Brasil⁵².

Quadros⁵³, por exemplo, objetivava em seu trabalho verificar a presença ou não da “nova paternidade” na convivência familiar, entre pais pertencentes às camadas médias de Recife, com filhos estudando em uma escola alternativa. A autora parte do pressuposto de que há uma paternidade tradicional e uma moderna, onde a tradicional estaria representada pelo pai provedor da família e pela mãe responsável pelas tarefas da casa e pelo cuidado com os filhos; enquanto que a moderna estaria representada pela “nova paternidade”, pela participação do pai no cuidado com os filhos, e a divisão das tarefas domésticas com a parceira. Sua conclusão foi a de que a nova paternidade encontra-se mais presente no discurso que na prática dos entrevistados.

O jornal Folha de São Paulo trouxe, no dia 20 de setembro de 1998, um caderno especial sobre família, cuja chamada era: “A família brasileira da virada do milênio está cada vez mais distante do modelo clássico pai todo-poderoso, mãe dona-de-casa e muitos filhos”. O caderno relatava uma pesquisa do DataFolha cujos resultados apontavam que as mulheres, dentro de casa, tomaram muitas das funções dos homens, como trazer dinheiro para casa e tomar certas decisões. Entretanto, os homens não ocuparam as funções femininas de cuidado da casa e dos filhos, ficando, portanto, com seu papel e seu espaço reduzidos dentro da família.

⁵¹ No Capítulo III será visto como esse discurso sobre “a pressão social para cumprir comportamentos masculinos estereotipados” é classificado por alguns autores como vitimista.

⁵² ROSENBAUM, S.F.R. – 1998. *Op. cit.*

LYRA, J. – 1997. *Op. cit.*

UNBEHAUM, S.G. – 2000. *Op. cit.*

⁵³ QUADROS, M. T. de – 1996. *Op. cit.*

No Brasil, vários grupos com homens foram criados visando à reflexão e ao maior envolvimento masculino com a saúde reprodutiva, a paternidade e a sexualidade. Este maior envolvimento é visto como possibilitando relações de gênero mais eqüitativas⁵⁴.

Porém, a discussão a respeito da “crise da masculinidade” não desembocou apenas em reivindicação do direito dos homens à paternidade e a demonstrações de afeto ou fragilidade. Um movimento denominado de mito-poético (que tem em Robert Bly⁵⁵ a figura mais proeminente) considera que a crise da masculinidade se originou justamente da feminização contemporânea dos homens, e propõe como solução um reencontro dos homens com sua masculinidade essencial. Esse reencontro se daria, por exemplo, através de reuniões de homens em bosques onde poderiam, em contato com a natureza, liberar/recuperar uma masculinidade primitiva e essencial, visando solucionar os problemas vivenciados pelos homens contemporâneos.

Além disso, a “crise da masculinidade” não propiciou somente a conscientização do direito dos homens de participar do cuidado com os filhos; mas também uma reivindicação ao direito de rechaçá-los. A imprensa divulgou a existência de um grupo nos Estados Unidos que luta pelo direito dos homens ao aborto, o que significa o direito de um homem de se eximir de qualquer responsabilidade perante um filho que não desejou, mas cuja gravidez foi levada adiante pela mulher, mesmo sem o acordo do pai da criança. Esta reivindicação visa a que, a partir de um aborto simbólico registrado em documento, o homem não tenha mais (entre outras coisas) o dever de pagar pensão alimentícia para o filho, no caso de a mãe entrar na justiça e provar através de um exame de DNA que ele é o pai da criança.⁵⁶

Também no plano político, tomando como referência um âmbito mais geral, encontramos em duas importantes conferências internacionais registro, em seus documentos oficiais, de uma convocação à responsabilidade masculina na saúde reprodutiva e no cuidado com os filhos. No relatório da Conferência Internacional sobre

⁵⁴ Alguns deles são: o Programa com Homens do Centro de Educação para a Saúde (CES), iniciado em 1994 na região do ABC paulista; o Programa de Apoio ao Pai (PAPAI), iniciado em 1996 no Recife; o projeto Homens, Saúde e Vida Cotidiana, iniciado em 1998 no Rio de Janeiro.

Conferir em: **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**. Informativo semestral, Fundação MacArthur, n. 3, ano 2.

⁵⁵ BLY, R. - 1990. **Iron John. A book about men**. Reading, MA, Addison-Wesley.

⁵⁶ FOLHA de São Paulo, 27 de outubro de 1996, 3^o Caderno. “Homens lutam pelo direito de ‘abortar’ ”.

População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994, há um item denominado “Responsabilidade e participação masculina” que informa:

“O objetivo é promover a igualdade entre os gêneros em todas as esferas da vida, inclusive a vida familiar e comunitária, e incentivar e habilitar os homens a assumirem a responsabilidade por seu comportamento sexual e reprodutivo e por seus papéis na sociedade e na família.”⁵⁷

No relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, encontra-se, na parte sobre saúde reprodutiva, a importância da participação masculina para a melhoria da saúde das mulheres:

“A responsabilidade compartilhada, pela mulher e pelo homem, das questões relativas ao comportamento sexual e reprodutivo também é indispensável para a melhoria da saúde da mulher.”⁵⁸

Segundo Arilha⁵⁹, o Programa de Ação da Conferência do Cairo está pontilhado de exortações e recomendações para o aumento da responsabilidade masculina em relação à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos. A autora encontrou o termo responsabilidade (e equivalentes) mencionado 119 vezes, associado principalmente aos homens, exortando-os a assumir maior responsabilidade em sua vida reprodutiva:

“Esforços especiais devem ser envidados para enfatizar a responsabilidade partilhada do homem e promover seu envolvimento ativo na paternidade responsável, no comportamento sexual e reprodutivo, inclusive no planejamento familiar.”⁶⁰

Para a autora: “(...) o texto resultante da Conferência é informante privilegiado acerca das concepções dominantes (ou cristalizadas) atualmente sobre a responsabilidade masculina e feminina na esfera da vida reprodutiva, em decorrência de dois aspectos principais: do processo de construção do texto final (atores envolvidos e processos de negociação) e do próprio conteúdo de seu programa de ação que, pela primeira vez na

⁵⁷ FUNDO DE População das Nações Unidas (FNUAP) - 1994. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. p. 76.

⁵⁸ ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) - 1996. IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Rio de Janeiro, FIOCRUZ. p. 79.

⁵⁹ ARILHA, M. - 1999. Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁶⁰ CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CIPD), 1997, Cap.IV, par. 4.27, p.40. *Apud* ARILHA, M. - 1999. *Op. cit.*

história das conferências internacionais, trata com ênfase da responsabilidade masculina na vida reprodutiva.”⁶¹

As exortações encontradas no Programa de Ação enfatizam o aumento da responsabilidade masculina e a diminuição da responsabilidade feminina, referida como excessiva, tanto em relação à vida sexual e reprodutiva, quanto aos encargos domésticos:

“(...) os governos devem promover e estimular a participação igual dos homens e das mulheres em todas as áreas da família e das responsabilidades domésticas (...)”⁶²

“Ao mesmo tempo, esses programas devem educar os homens e capacitá-los a compartilhar de uma maneira mais equitativa o planejamento familiar, as responsabilidades domésticas e a criação dos filhos, bem como aceitar sua responsabilidade central na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.”⁶³

“A plena participação e parceria tanto da mulher quanto do homem são necessárias à vida produtiva e reprodutiva, incluindo-se a partilha das responsabilidades no cuidado e alimentação dos filhos e na manutenção da família.”⁶⁴

O Programa de Ação da conferência, que resultou de um amplo acordo e que representa a posição mundial sobre necessidades em matéria de população, desenvolvimento e direitos reprodutivos, afirma a necessidade de incrementar a responsabilidade masculina na vida sexual e reprodutiva, o que leva, implicitamente, ao reconhecimento da existência de uma não-responsabilidade dos homens nestas esferas.

O que se observa é que a noção de responsabilidade reprodutiva utilizada no programa da conferência refere-se à responsabilidade pela saúde reprodutiva e pelo cuidado com os filhos. A manutenção da família é considerada como parte da responsabilidade produtiva e, neste caso, as mulheres é que são chamadas a compartilhar as responsabilidades com os homens. A proposta do programa para o estabelecimento de relações equitativas entre homens e mulheres enfatiza que as responsabilidades reprodutivas devem ser compartilhadas com os homens, isto significando uma exortação

⁶¹ ARILHA, M. – 1999. *Op. cit.* pp. 38 e 39.

⁶² CIPD, 1997, Cap.IV, par. 4.26, p.40. *Apud* ARILHA, M. – 1999. *Op. cit.*

⁶³ CIPD, 1997, par. 7.8, pp. 59-60. *Apud* ARILHA, M. – 1999. *Op. cit.*

⁶⁴ CIPD, 1997, par. 4.1, p. 33. *Apud* ARILHA, M. – 1999. *Op. cit.*

para que os homens dividam com as mulheres a responsabilidade pelo cuidado com os filhos, pelo planejamento familiar e pela prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, já está presente na própria noção de responsabilidade utilizada no Programa de Ação uma distinção de gênero que aponta para uma diferencial distribuição de atribuições femininas e masculinas: a responsabilidade reprodutiva estaria alocada como feminina e a responsabilidade produtiva como masculina.

Tanto o Programa de Ação quanto os autores acadêmicos citados anteriormente consideram que o compartilhamento das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos contribui para a existência de relações mais eqüitativas entre homens e mulheres. Surgem delineados dois tipos de paternidade: uma considerada tradicional, antiga e indesejada; e outra considerada moderna, nova, almejada. Nesta tipificação, os pais ou permanecem nos moldes tradicionais ou modificam-se para exercer a nova paternidade. E esta transformação é vista como um avanço para relações mais eqüitativas entre homens e mulheres.

Porém, há uma diferença: no discurso dos autores que consideram que a nova paternidade livra os homens do peso das expectativas sociais da masculinidade, a ênfase é colocada no **direito** dos homens de usufruir da paternidade. Enquanto que em outros autores e nas conferências internacionais, a ênfase é colocada no **dever** dos homens em dividir com as mulheres os encargos com os filhos. Segundo o Programa de Ação, é uma transformação que precisa ser incutida através da educação e de políticas públicas.

Opondo-se a esta idéia de transformação encontram-se movimentos de homens que, como foi visto, criticam a nova masculinidade e a nova paternidade, e propõem uma recuperação da masculinidade primitiva. Mas, além disso, existe também um questionamento sobre se a incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos efetivamente traria eqüidade entre homens e mulheres. Esta proposta de incorporação é alvo de críticas e gera uma série de tensões.

A tensão sobre a incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos

A principal crítica referente à proposta de incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos baseia-se no argumento de que eles estariam ganhando mais poder em um campo considerado feminino, sem compartilhar com as mulheres o poder que detêm em outras esferas.

Desta perspectiva, considera-se que essa participação pode gerar uma competição pelo saber relativo aos cuidados infantis, e um ganho de poder por parte dos homens na medida em que “invadem” um espaço tradicionalmente feminino. Para Ehrensaft: “(...) el problema de la participación de los hombres en la crianza de los hijos es una verdadera dialéctica. La tensión histórica está entre el deseo de reestructurar la familia de manera que la crianza se considere una responsabilidad de ambos padres y no de la madre, y la realidad de que tanto el ‘nuevo’ padre como la estructura política de poder que representa los valores masculinos tradicionales está quitando a las mujeres su autoridad como madres y su influencia materna.” [...] “La exigencia exclusiva de la plena participación de los hombres en la crianza de los hijos, al no abordar el problema de quitarles a las mujeres el poder del hogar sin ofrecerles simultáneamente mayor igualdad en la esfera pública, también repercutirá negativamente contra las mujeres. Deja a las mujeres sin predominio en ninguna parte. La intención era que las mujeres se recorrieran para darle lugar a los hombres; la realidad es que las mujeres con frecuencia se encuentran excluidas de ambos sitios. Un enfoque feminista viable de la paternidad debe asegurar la responsabilidad del hombre y simultáneamente proteger los derechos y la influencia de la mujer.”⁶⁵

Neste enfoque, algumas perguntas são formuladas para criticar a ideia do “novo pai”: não estaria esse “novo pai” sendo construído mantendo o sentido do “velho pai” como aquele que sabe, que educa e provê? A “invasão” dos homens no espaço doméstico não estaria reproduzindo a “competência” dos homens e a “insuficiência” das mulheres instalada nas relações desiguais da esfera pública? Não estaria sendo reproduzida a ideia

⁶⁵ EHRENSAFT, D. – 1992. Las feministas pelean contra (por) padres. *Debate Feminista*, ano 3, v. 6. pp. 116 e 117.

tradicional de que o saber relativo aos cuidados com os filhos é natural nas mulheres enquanto que para os homens é um saber intelectual e técnico, aprendido?

Há também uma desconfiança em relação aos motivos da busca de incorporação dos homens nessas responsabilidades. Berer⁶⁶ questiona que tipo de participação os homens estão buscando, uma vez que, como citado anteriormente, já predominam nessa área como investigadores, médicos, *policymakers*, legisladores, etc. A autora sugere que os homens desejam participar da saúde reprodutiva justamente em um momento em que as mulheres começam a ter mais poder nesta esfera. Assim, os homens estariam entrando nesta esfera por medo de perda de poder para as mulheres. No seu entender, a entrada dos homens na arena da saúde reprodutiva pode significar perda de poder por parte das mulheres, uma vez que os benefícios para as mulheres, oriundos dessa entrada, não são evidentes. No que se refere ao aborto, por exemplo, a autora acredita que, no momento em que uma mulher solicita um aborto ela necessita de um espaço para falar sobre seus problemas e apoio para resolvê-los: “The last thing she may need is for her partner to be involved in the counselling or in her decision of what to do.”⁶⁷

Em relação aos riscos e avanços que a incorporação dos homens nestas responsabilidades poderia acarretar, analisei em um artigo⁶⁸ a tensão surgida sobre esse tema em um seminário do qual participei. No artigo considero que havia entre os participantes do seminário um consenso de que os homens deveriam estar mais presentes nas suas funções paternas para além do seu tradicional papel de provedor. Entretanto, no decorrer do debate, pôde-se notar que dois discursos foram elaborados a respeito da necessidade da maior participação dos homens. Um, que poderia ser designado de discurso feminista - uma vez que os próprios atores que defendiam essa postura assim se denominavam -, apresentava uma elaboração da “nova paternidade” considerando essa maior participação como um **dever**. Ou seja, esse discurso era proferido em termos de uma exigência de maior participação dos homens no cuidado com os filhos e de maior responsabilidade em relação à saúde reprodutiva, com o intuito de diminuir as responsabilidades colocadas nas mulheres em relação aos filhos.

⁶⁶ BERER, M. – 1996. *Op. cit.*

⁶⁷ “A última coisa que ela precisa é que seu companheiro seja envolvido no aconselhamento ou em sua decisão de o que fazer.” *Id.* p. 9.

⁶⁸ COSTA, R.G. – 1998. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. **Cadernos Pagu** n.11.

Outro discurso, que poderia ser designado de “o novo homem”, defendia uma elaboração da “nova paternidade” que considerava a maior participação dos homens como um **direito**. Esse discurso era proferido em termos de uma reivindicação pelo direito dos homens de estarem mais próximos de seus filhos, de cuidar deles, de dar-lhes carinho e atenção.

Foi a elaboração dos discursos em termos de direitos e deveres que levou ao surgimento da tensão referente aos riscos e avanços que a incorporação dos homens nestas responsabilidades reprodutivas traria. Nessa tensão, representantes do discurso feminista procuraram considerar os riscos, enfatizando que o principal poder que as mulheres dispõem é o reprodutivo, e que passar a dividi-lo com os homens poderia significar uma redução de poder ou mesmo a perda de *la pièce de résistance*.

Por seu lado, aqueles que representavam o discurso do “novo homem” procuraram contemporizar, enfatizando que não se deveria partir do pressuposto de que à medida que os homens ganham poder, as mulheres o perdem, e vice-versa. A proposta trazida por esse grupo foi a idéia de *empowerment* mútuo, isto é, o ganho de poder de maneira simultânea por mulheres e homens.

O contexto em que ocorreu essa discussão está pautado por um dos temas do primeiro dia do seminário, relativo à estruturação do campo homens, sexualidade e reprodução. A discussão trazida sobre esse tema referia vias distintas de inserção do discurso sobre homens e masculinidades no campo da saúde reprodutiva.

No plano acadêmico, o incremento de pesquisas sobre questões relativas a homens e masculinidades foi atribuído ao desejo das feministas de proteger e preservar a saúde das mulheres. A motivação para realizar estudos sobre homens teria surgido, portanto, de uma preocupação com as mulheres, e não com a saúde ou os problemas específicos dos próprios homens. Nessa perspectiva, os homens teriam entrado no campo como instrumentos e não como sujeitos. Por um lado, o desconforto manifestado durante o seminário por parte de algumas feministas pelo fato de terem sido convidadas a falar sobre homens e masculinidades parece corroborar essa perspectiva. Isto é, de que tratar do tema homens e masculinidades é importante somente na medida em que esteja relacionado ao bem-estar das mulheres. Por outro, essa perspectiva permitiu que representantes do discurso do novo homem reafirmassem a luta pelos direitos específicos dos homens como sujeitos.

No plano das agências financiadoras internacionais, foi atribuída à preocupação com o controle da natalidade a incorporação dos homens nas questões sobre saúde reprodutiva. Tais agências teriam percebido que os homens influenciam as mulheres na escolha e na continuidade de uso de métodos anticoncepcionais e na decisão do número de filhos; ao mesmo tempo em que se deram conta de que os homens não têm uma idade reprodutiva restrita como as mulheres. Por esses motivos os homens teriam passado também a ser alvo de pesquisa e intervenção.

Algumas feministas, em uma perspectiva semelhante à de Berer citada anteriormente, atribuíram o interesse dos homens pela saúde reprodutiva à luta pelo poder. Foi considerado que esse interesse surgiu apenas no momento em que a saúde reprodutiva passou a fazer parte da esfera pública/política, através do conceito de direitos reprodutivos. O pressuposto era o de que esse interesse foi suscitado pelo fato de a saúde reprodutiva ter entrado em uma esfera considerada tradicionalmente como masculina.

Uma das questões relativas à tensão entre os riscos e avanços propiciados pela incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos diz respeito à idéia de que a maior participação masculina nestas responsabilidades, nestes deveres, poderia acarretar um alargamento também dos direitos reprodutivos dos homens, como aqueles referentes às decisões a respeito do aborto voluntário, métodos anticoncepcionais, número de filhos, etc. Esta questão fez surgir uma postura ambígua no tratamento do tema.

Assim, nas questões relativas às possibilidades de transformações consideradas desejáveis nas relações assimétricas entre homens e mulheres, acionava-se o conceito de gênero, definido como uma construção social do masculino e do feminino, que não está determinada pela anatomia dos corpos dos homens e mulheres. A não-fixação do masculino e do feminino nos corpos permite uma dessencialização das atribuições dadas a homens e mulheres, colaborando na argumentação de que transformações nessas atribuições são possíveis, uma vez que estas não são naturais.

Por outro lado, quando a discussão remetia ao estabelecimento de direitos reprodutivos de homens e mulheres, a referência passava a ser a diferença natural entre os corpos de mulheres e homens, principalmente a possibilidade que as mulheres têm, e os homens não, de engravidar. A possibilidade de engravidar era então considerada a base

para a reivindicação de maior poder de decisão às mulheres por ser entendida como uma evidência que traz conseqüências distintas para mulheres e homens.

Referindo-se aos direitos reprodutivos, Figueroa Perea considera que o reconhecimento dos direitos reprodutivos masculinos é fundamental para se alcançarem os direitos reprodutivos femininos (mesmo que não deva ser justificado apenas por isso), visto que ambos são oriundos de relações que envolvem tanto homens quanto mulheres. Mas reconhece a dificuldade desse reconhecimento, uma vez que existem por parte dos homens: “esfuerzos aislados que a veces lo que buscan es asegurar ciertas prerrogativas de los varones a las cuales muy probablemente tengan derecho pero que en muchas ocasiones no cuestionan las identidades excluyentes y las causas que originan que la vida de las mujeres se desarrolle en condiciones de desventaja. Ello tiene implicaciones políticas y permite entender la resistencia de diferentes interpretaciones feministas al discurso apenas incipiente de los derechos reproductivos de los varones, mientras éstos quieran negociarse en condiciones de desigualdade com las mujeres o mientras no se hagan evidentes los cambios en la identidad genérica de muchos varones que tendrían que asegurarse como condición para el ejercicio de los derechos reproductivos de las mujeres.”⁶⁹

Essa série de tensões indica as dificuldades acarretadas por um processo de transformação de um campo considerado feminino, o das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos. Se considerarmos, como explanado no Capítulo I, que gênero não se refere apenas a homens e mulheres, mas também a artefatos, eventos, seqüências, ações, espaços⁷⁰, concluímos que a estas responsabilidades foi dada uma atribuição feminina, e que o processo de mudança dessa atribuição se desenrola através de embates.

Neste embate há que ser considerado ainda que, por um lado – como vimos nos relatos da assistente social do ambulatório -, há mulheres que procuram usar estrategicamente a atribuição feminina das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva para engravidar, evitar filhos ou abortar voluntariamente sem o conhecimento do parceiro. Isto é, há mulheres que buscam utilizar essa atribuição a seu favor, como poder para efetivar suas decisões. Por outro lado, há mulheres que fazem a vontade dos parceiros em

⁶⁹ FIGUEROA PEREA, J.G. – 2000. *Op. cit.* p. 137.

⁷⁰ STRATHERN, M. – 1988. *The Gender of the Gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press.

relação à escolha de métodos anticoncepcionais e número de filhos, promovendo uma separação entre as responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e as decisões reprodutivas. Isto é, mesmo que essas mulheres tomem iniciativa e executem os empreendimentos necessários para evitar filhos ou para tê-los, o fazem seguindo a decisão do marido/companheiro.

Há ainda mulheres que fazem pactos explícitos ou implícitos com os maridos/companheiros, como vimos nos casos em que a paciente não queria que o marido se submetesse a uma vasectomia por receio de que ele ficasse impotente; ou ainda da paciente que assumiu a esterilidade no lugar do marido por medo de que as pessoas suspeitassem que ele era impotente. Neste caso, proteger a reputação do marido seria uma forma de a esposa proteger sua própria reputação.⁷¹

Portanto, as atribuições de gênero fazem parte também de um processo de luta pelo poder que se desenrola entre homens e mulheres, mas sem que o fato de ser homem ou mulher proporcione de antemão uma posição estrutural nessa luta. Mulheres e homens podem considerar de maneira positiva ou negativa a atribuição feminina das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e ao cuidado com os filhos; mulheres podem usar estrategicamente a seu favor essa atribuição, ou podem separá-la da esfera das decisões reprodutivas, deixando-as nas mãos dos homens. Assim como os homens podem usar estrategicamente sua maior participação nessas responsabilidades reprodutivas para reclamar maiores direitos reprodutivos. Mulheres podem compactuar com atribuições masculinas de virilidade e potência. As atribuições de gênero podem ser vistas como propícias à manutenção de relações assimétricas entre homens e mulheres, ou como propícias à afirmação de poder sobre uma esfera da vida.

As discussões apresentadas acima sobre a nova paternidade, a crise da masculinidade e sobre o processo de incorporação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos, assim como a tensão gerada, mostram como o tema da masculinidade tornou-se visível e importante. O que é confirmado

⁷¹ Este caso traz uma relação, ainda que inversa, com a questão da honra nas sociedades mediterrâneas. Se nestas sociedades a honra da esposa (sua pureza sexual, sua fidelidade) garante a honra do homem, no caso que apresentei parece que é a reputação do homem (não ser impotente) que preserva a reputação da mulher

pelo número de dissertações e teses acadêmicas, de financiamentos para pesquisas científicas, de grupos de trabalho e mesas-redondas em congressos, de seminários, de livros acadêmicos e não acadêmicos que tratam da questão da masculinidade.

A masculinidade parece ter-se constituído em um campo específico. Porém, o que a discussão anterior apontou é que não podemos tratar homens e mulheres como pertencendo a blocos separados e homogêneos; tampouco podemos cristalizar masculinidades e feminilidades que não estejam em relação. Portanto, considero que o tema da masculinidade deve ser tratado do ponto de vista relacional da categoria **gênero**. Essa será a questão desenvolvida no próximo capítulo.

(não estar casada com um homem impotente). Conferir: PITT-RIVERS, J. – 1979. **Antropología del Honor, O política de los sexos**. Barcelona, Editorial Crítica.

CAPÍTULO III

O DOM DO GÊNERO

Englobando masculinidades

As teorias sobre gênero vêm criticando o caráter identitário que permeou muitos dos trabalhos realizados sobre mulheres. Esta crítica ressalta que o caráter identitário dessas abordagens resultou na constituição de teorias parciais e de fundo essencialista. Ao analisarmos a bibliografia de estudos sobre masculinidades, percebemos que essa crítica pode ser estendida a muitos trabalhos que tratam de homens. Adotar uma perspectiva relacional – e, portanto, não identitária – de gênero, é considerar que gênero não refere-se unicamente a homens e mulheres, e que as associações homem-masculino e mulher-feminino não são óbvias.

Entretanto, também os estudos sobre gênero foram criticados, apontados como incapazes de compreender os sujeitos concretos. Em relação a essa crítica, Kofes escreve que, quando se fala em gênero, mulher é uma categoria, entre outras, formulada pela distinção de gênero: “As categorias ‘mulher’ ou ‘homem’ recobrem, no meu entender, um campo de referência mais restrito que as categorias masculino e feminino, e as primeiras poderiam ser consideradas como partes das segundas. Desta forma, não haveria oposição, exclusão ou substituição (mulher e/ou gênero, gênero por mulher) mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual. Quer onde estão sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontramos estes sujeitos.”¹

Assim, gênero engloba homens e mulheres, indo além dos sujeitos concretos. Muitos dos estudos sobre homens desconsideram referências ao gênero que, segundo Strathern², como vimos, refere-se a um tipo de categorias de diferenciações. Gênero é entendido como as categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências e tudo o que

¹ KOFES, S. – 1993. Categorias analítica e empírica: Gênero e mulher: Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu* n.1. pp. 28 e 29.

² STRATHERN, M. - 1988. *The Gender of the Gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press.

desenha a imagem sexual, indicando os meios pelos quais as características de masculino e feminino tornam concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais.

Assim, masculinidade não se refere somente a homens; em determinadas situações, a masculinidade pode referir-se às mulheres. O que está em jogo são as relações que são estabelecidas e as atribuições de masculino e feminino elaboradas através destas relações.

Enfatizar o caráter relacional do gênero não é afirmar que os estudos de gênero devam ser sempre e necessariamente com homens e mulheres simultaneamente, pois isso seria reforçar uma perspectiva identitária. Enfatizar o caráter relacional do gênero é dizer que os estudos sobre sujeitos concretos devem considerar as percepções sobre masculino e feminino como dependentes, ao mesmo tempo que constitutivas, das relações sociais. É dizer também que gênero possibilita estudar as categorizações cujos referentes falam da distinção sexual, mesmo onde os sujeitos não estão presentes.

A crítica ao caráter identitário de estudos sobre mulheres, que pode ser estendida a muitos estudos sobre homens, refere-se à totalização do sujeito, que ao ser tratado como Homem ou Mulher, como universal, desconsidera outras relações. Perspectivas não identitárias buscam dar ênfase à pluralidade de mulheres e homens, recortados pelas diferenças de raça, classe social, idade, orientação sexual, nacionalidade, etnia, religião, etc.

Essa crítica surgiu no começo dos anos 80, quando saíram publicados nos Estados Unidos livros de mulheres de cor que denunciavam um feminismo branco e dominante, cúmplice do colonialismo, do racismo, do imperialismo, do heterossexismo³. A crítica era dirigida ao fato de o feminismo estar sendo representativo das mulheres brancas, de classe média, norte-americanas, intelectualizadas, heterossexuais; e que desconsiderava as questões trazidas por mulheres que não preenchiam esses requisitos: de cor, pobres, latino-americanas, homossexuais, etc.⁴

As propostas teóricas elaboradas a partir dessas críticas referem-se a uma abordagem que não fixe uma identidade, que permita uma análise da fluidez da identidade, a partir de uma perspectiva relacional: "Within a relation framework, identities shift with a

³ MORAGA, C. & ANZALDÚA, G. (Eds.) – 1981. **This bridge called my back: writings by radical women of color**. Watertown, Mass.: Persephone.

HILL, G.; SCOTT, P.B.; SMITH, B. (Eds.) – 1982. **All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave**. Feminist Press.

⁴ LAURETIS, T. de – 1994. A tecnologia do gênero. In: **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco.

changing context, dependent always upon the point of reference. Not essences or absolutes, identities are fluid sites that can be understood differently depending on the vantage point of their formation and function.”⁵

Friedman chama de narrativas culturais de posicionalidade relacional (*cultural narratives of relational positionality*) o discurso que começa a ser produzido por homens e mulheres de diferentes pontos de vista étnicos e raciais, que entendem a identidade como situacionalmente construída e definida, no cruzamento de sistemas diferentes de alteridade e estratificação.⁶

Haraway⁷, ao tratar da questão da ciência para o feminismo, combate as perspectivas analíticas totalizadoras, mas também chama a atenção para os perigos de uma perspectiva relativista. Para a autora, tanto uma como outra prometem a visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da ciência. Para a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional, Haraway propõe uma perspectiva parcial para a elaboração de saberes localizados. A objetividade feminista só poderia ser alcançada através de perspectivas parciais, que tratassem da localização limitada e do conhecimento localizado.

Em sua proposta de busca da objetividade, a autora considera que o conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial: “Não há maneira de ‘estar’ simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. A procura por uma tal posição ‘inteira’ e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional, que às vezes aparece na teoria feminista como a essencializada Mulher do Terceiro Mundo.”⁸

Entendo que o que a autora chama de objeto perfeito, fetichizado, é o objeto-alvo de uma fixação identitária que, não considerado em termos de suas “posicionalidades relacionais” (termo sugerido por Friedman) acaba por ser essencializado, como no caso da

⁵ FRIEDMAN, S.S. – 1995. Beyond White and Other: Relationality and Narratives of Race in Feminist Discourse. *Signs*, v. 21, n. 1. p. 17.

“Dentro de uma estrutura relacional, identidades mudam com uma mudança de contexto, dependendo sempre do ponto de referência. Nem essenciais, nem absolutas, as identidades são lugares fluidos que podem ser entendidos diferentemente dependendo do ponto vantajoso de sua formação e função.”

⁶ *Id.*

⁷ HARAWAY, D. – 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5.

⁸ *Id.* pp. 26 e 27.

“Mulher do Terceiro Mundo”. Assim, parece-me que o que está em questão é o pouco avanço analítico que representa sair de uma perspectiva que considera a mulher branca norte-americana de classe média como a Mulher do feminismo, para cair em uma perspectiva englobante da “Mulher do Terceiro Mundo”.

Para Haraway, o interesse não está na parcialidade em si mesma, mas nas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece, sendo que o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular.

Parece-me que Butler oferece uma definição que abarca as propostas de se considerar o gênero como relacional, situacional, posicional; que se opõe a mecanismos de fixação, cristalização e essencialização trazidos por abordagens de caráter identitário:

“Gender is a complexity whose totality is permanently deferred, never fully what it is at any given juncture in time. An open coalition, then, will affirm identities that are alternately instituted and relinquished according to the purposes at hand; it will be an open assemblage that permits of multiple convergences and divergences without obedience to a normative telos of definitional closure.”⁹

Se por um lado a definição da autora enfatiza a idéia de identidades não fixas e não totalizadas, seu conceito de coalizão sugere que identidades podem ser constituídas quando há um propósito comum. Esse conceito busca responder às críticas feitas a abordagens fluidas das identidades, que afirmam a necessidade do caráter identitário nas lutas políticas. Através do conceito de coalizão, Butler não nega que identidades possam ser afirmadas, inclusive para causas políticas, mas enfatiza que são identidades instituídas e abandonadas conforme os propósitos, as relações, as situações, as posições. Neste mesmo sentido, Haraway¹⁰ propõe que as coalizões devem partir de afinidades, e não de identidades.

As considerações acima foram tecidas com o intuito de apontar a perspectiva de gênero como abordagem fundamental para os estudos sobre homens e masculinidades. Esta

⁹ BUTLER, J. – 1990. **Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity**. New York, Routledge. p. 16.

“Gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente adiada, nunca inteiramente o que é em uma dada circunstância histórica. Isto é, uma coalizão aberta que afirmará identidades alternadamente instituídas ou deixadas de lado de acordo com os propósitos do momento; será um conjunto aberto que permite múltiplas convergências e divergências sem obedecer a uma finalidade normativa de definições fechadas.”

¹⁰ HARAWAY, D. – 1985. A manifesto for Cyborgs: science, technology and socialist feminism in the 1980's. **Socialist Review**, 80.

afirmação visa a enfatizar a crítica a estudos sobre homens e masculinidades que desconsideram a perspectiva de gênero.

Parece-me o caso, por exemplo, da obra de Badinter, intitulada **XY, a Identidade Masculina**¹¹. O livro pretende demonstrar como a masculinidade precisa ser construída e conquistada, com o intuito de provar que ela não é tão natural quanto se pretende. Para a autora, a identidade masculina se adquire à custa de grandes sacrifícios, que incluem ritos de passagem, suportando dor e humilhação. Segundo ela, atualmente, a masculinidade define-se principalmente através da afirmação da heterossexualidade, da negação do que é propriamente feminino, da homofobia e da dominação sobre as mulheres.

Ao oferecer uma definição tão precisa e pragmática da masculinidade, parece-me que Badinter reduz a masculinidade aos homens, e trabalha com a idéia de uma Masculinidade e de um Homem universais. A falta de pluralidade em seu trabalho pode ser vista primeiro pelo título da obra (*A identidade masculina*), seguido dos títulos dos capítulos (*O enigma masculino; A construção de um macho; A diferenciação masculina; É o homem que engendra o homem; etc.*). Essa singularidade impede a consideração da existência de diferentes masculinidades, constituídas a partir de diferenças de classe, raça, nacionalidade, etc. E a conjunção homem-masculino reduz a um sujeito atribuições que podem ser encontradas em outros sujeitos e também fora deles.

A falta de uma perspectiva de gênero também pode ser encontrada em trabalhos que analisam a crise da masculinidade e que trazem propostas de um “novo homem”. O objetivo de tais trabalhos é denunciar os problemas sofridos pelos homens em consequência da expectativa social de que cumpram seu “papel tradicional”. Esse papel tradicional privilegiaria comportamentos ligados à agressividade, assertividade, potência, virilidade, ação, dominação, imposição, decisão, poder, autonomia, controle emocional, racionalidade, frieza, homofobia, coragem, força. Assim, o cumprimento desse papel traria consequências negativas para os homens, como a impossibilidade de demonstrar seus sentimentos; a cobrança contínua de ter que se mostrar sempre forte, capaz e corajoso; de ter que viver quase que exclusivamente em campos competitivos; de ser o responsável pelo sustento do lar; de perder o contato com filhos, amigos; etc.¹²

¹¹ BADINTER, E. – 1993. **XY, la Identidad Masculina**. Bogotá, Grupo Editorial Norma.

¹² NOLASCO, S. (Org.) – 1995. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro, Rocco. FIGUEROA PEREA, J.G. & LIENDRO ZIGNONI, E. – 1995. La presencia del varón en la salud reproductiva. *In*:

A crítica que poderia ser feita a essa perspectiva é a mesma dirigida anteriormente ao trabalho de Badinter, a essencialização de uma masculinidade. A não-percepção, por exemplo, de que situações distintas atribuem às mulheres comportamentos que foram citados como de homens. Ou ainda, que diferenças de classe ou raça podem dizer mais sobre atribuição de poder do que de gênero. Isso se quisermos nos ater apenas às atribuições de comportamentos de homens e mulheres.

Também Kaufman¹³ procura mostrar que deter o poder pode ser fonte de dor, isolamento e alienação para os homens. O autor analisa as experiências contraditórias de poder entre os homens, procurando considerar o conceito de gênero e enfatizando as distinções de classe, raça, idade, etc. A teorização do autor começa com a afirmação da distinção entre “sexo biológico e gênero socialmente construído”, e continua com a de que não existe uma só masculinidade, embora haja formas hegemônicas e subordinadas desta.

Entretanto, o que se vê em seu texto é que sua forma de desenvolver o argumento resulta em uma postura essencialista, a princípio por ele mesmo combatida. Em primeiro lugar porque, ao afirmar a distinção “sexo biológico e gênero socialmente construído”, o autor não leva em consideração que o sexo também é construído¹⁴. Como escreveu Butler, se o corpo só pode ser apreendido através de significados culturais, então o sexo, por definição, já teria sido gênero (a marca da cultura) desde o princípio¹⁵. E em segundo lugar, porque as distinções de classe, raça, idade, etc., que o autor escreve que precisam ser consideradas, não o impedem de narrar uma “construção da masculinidade hegemônica” que acaba por ter um caráter fixo dentro da “sociedade patriarcal”:

“Poder, en efecto, es el término clave a la hora de referirse a masculinidad hegemónica. (...) el rasgo común de las formas dominantes de masculinidad contemporánea es que se equipara el hecho de ser hombre con tener algún tipo de poder.”¹⁶

HARDY, E. et al. (Eds.) – **Ciências Sociais e Medicina: atualidades e perspectivas latino-americanas**. Campinas, CEMICAMP. MONTGOMERY, M. – 1994. **O novo pai: a dimensão da paternidade**. São Paulo, Saraiva.

¹³ KAUFMAN, M. – 1995. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: ARANGO, L.G.; LEÓN, M.; VIVEROS, M. (Comps.) **Género e identidad. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino**. Bogotá, TM Editores.

¹⁴ A este respeito ver LAQUEUR, T. – 1994. **La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud**. Madrid, Ediciones Cátedra.

¹⁵ BUTLER, J. – 1990. *Op. cit.*

¹⁶ KAUFMAN, M. – 1995. *Op. cit.* p. 127.

“La equiparación de la masculinidad con el poder es un concepto que ha evolucionado a través de los siglos, y ha conformado y ha justificado a su vez la dominación de los hombres sobre las mujeres en la vida real y su mayor valoración sobre éstas. Los hombres como individuos interiorizan estas concepciones en el proceso de desarrollo de sus personalidades ya que, nacidos en este contexto, aprendemos a experimentar nuestro poder como la capacidad de ejercer el control.”¹⁷

Almeida¹⁸ alertou para os problemas que a abordagem construcionista traz: manter as categorias dicotômicas de homens e mulheres; partir do princípio de que existem indivíduos unitários que vão se conformar a um gênero através da socialização; não abordar como o sexo é construído; localizar o gênero na pessoa unitária, reproduzindo assim idéias ocidentais sobre o indivíduo e a lógica mercantil; encarar as relações entre homens e mulheres como entidades polarizadas e fixas; impedir uma visão da dinâmica polifacetada das masculinidades e feminilidades e o uso destes termos como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação mesmo em níveis que não são os de sexo e gênero.

Baseada nessa crítica, eu diria que as citações do texto de Kaufman ilustram uma perspectiva que considera que existem indivíduos unitários que vão se conformar a um gênero através da socialização, uma vez que é o contexto em que os homens nascem - sua socialização - que os leva a exercer o poder e o controle. Diria também que a associação homem-masculinidade impede que o autor tenha uma “visão da dinâmica polifacetada das masculinidades e feminilidades e o uso destes termos como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação mesmo em níveis que não são os de sexo e gênero”.

Considero que a ausência de uma “visão polifacetada” pode ser encontrada em muitos trabalhos que foram denominados de Men’s Studies, que propõem uma união dos

¹⁷ *Id.* p. 128.

¹⁸ ALMEIDA, M.V. de – 1996. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

homens contra o sexismo. No livro editado por Brod e Kaufman¹⁹, que trata da teorização de masculinidades, o prefácio escrito por Kimmel enfatiza a disjunção entre o “agregado poder social dos homens e suas experiências individuais de falta de poder” como ponto de partida e modelo de construção para teorização sobre homens. Parece-me que o problema em relação a esse tipo de estudo é que parte de uma perspectiva parcial, mas busca uma explicação totalizadora para a masculinidade.

Além disso, a postura de autores como Kaufman e outros²⁰ acaba por constituir-se em um discurso vitimista²¹, que considera como motivo da opressão e dominação masculinas a necessidade dos homens de cumprir com o papel social deles esperado²². A força é vista como uma máscara para a insegurança e a fragilidade masculinas, assim essa fragilidade é um fato demonstrado justamente em situações onde a dominação se expressa. A proposta desses autores é a da emergência de um “novo homem”, que seja capaz de expressar emoções e se libertar da opressão que o exercício da masculinidade hegemônica lhe impõe.

Porém, dentro da própria gama de estudos sobre masculinidades, há autores que criticam esse discurso vitimista. Segal²³ argumenta que o discurso vitimista desconsidera as questões relativas à dominação dos homens sobre os segmentos a eles subordinados, e que no fundo esse discurso almeja apenas a flexibilização dos papéis como uma forma de diminuir as “exigências da masculinidade”, sem que com isso seja alterada a dinâmica de poder.

Messner refere-se aos “custos de se estar no topo” para criticar a postura vitimista, afirmando que, assim como um rei deve pautar-se por um decoro maior em função de sua posição, o mesmo ocorre com os que estão no topo: “Men continue to benefit from this oppression of women, but, significantly, in the past twenty years, women’s compliance with masculine hegemony has been counterbalanced by active feminist resistance. Men, as

¹⁹ BROD, H. & KAUFMAN, M. (Eds.) – 1994. **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks, Sage Publications.

²⁰ KAUFMAN, M. – 1994. The construction of masculinity and the triad of men’s violence. In: KIMMEL, M. & MESSNER, M. (Orgs.) – **Men’s Lives**. Boston, Allyn and Bacon.

NOLASCO, S. – 1993. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro, Rocco.

²¹ Apesar de o termo “vitimário” ser o que está efetivamente contido nos dicionários, considero que o termo “vitimista” já foi incorporado pelos pesquisadores do tema.

²² OLIVEIRA, P.P.M. de – 1998. Discursos sobre a masculinidade. Texto apresentado no GT Relações de Gênero da XXI Reunião Brasileira de Antropologia, Vitória.

²³ SEGAL, L. – 1993. Changing men: masculinities in context. **Theory and Society**. v.22, n.5.

a group, are not oppressed by gender, but some certainly feel threatened by women's challenge to their power. Men are also hurt by this system of power: we are often emotionally limited, and commonly suffer poor health and a lower life-expectancy than women. But these problems are more accurately viewed as the 'costs of being on top'. In fact, the shifts in masculine styles that we see among relatively privileged men may be interpreted as a sign that these men would like to stop paying these 'costs', but it does not necessarily signal a desire to cease being 'on top'." ²⁴

Há autores que, distanciando-se de uma postura vitimista e/ou totalizadora, realizam estudos sobre masculinidades a partir de uma perspectiva relacional. Connell²⁵ parte de uma definição que considera gênero como uma forma de estruturação das práticas sociais que constantemente se refere ao corpo e ao que o corpo faz, mas que não se reduz ao corpo. Para o autor, no processo de gênero, a conduta de vida cotidiana está organizada em relação à arena reprodutiva, definida pela estrutura corpórea e processos de reprodução humana. Entretanto, a arena reprodutiva se refere a um processo histórico envolvendo o corpo, e não a determinantes biológicos fixos. Nesse contexto, o autor define masculinidade como: "(...) simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture."²⁶

Essa perspectiva permite ao autor escrever que instituições como o Estado, o ambiente de trabalho e a escola são locais de configuração de gênero, pois suas práticas estão estruturadas em relação à arena reprodutiva. Segundo Connell, dizer que o Estado é uma instituição masculina não significa dizer somente que a maioria dos altos cargos

²⁴ MESSNER, M. – 1993. "Changing men" and feminist politics in the United States. *Theory and Society*, v.22, n.5. p.730.

"Os homens continuam a se beneficiar da opressão das mulheres, mas, significativamente, nos últimos vinte anos, a anuência das mulheres com a hegemonia masculina tem sido contrabalançada pela resistência feminista ativa. Os homens, como grupo, não são oprimidos pelas relações de gênero, mas alguns, certamente, sentem-se ameaçados pelo desafio feminista aos seus poderes e privilégios. Os homens também são afetados por esse sistema de poder: somos, muitas vezes, emocionalmente limitados e comumente temos uma saúde mais precária e uma expectativa de vida menor do que a das mulheres. Mas estes problemas são, com mais precisão, vistos como 'os custos de se estar no topo'. De fato, as mudanças nos estilos masculinos que vemos entre homens relativamente privilegiados podem ser interpretadas como um sinal de que estes homens gostariam de parar de pagar estes 'custos', mas isto não significa necessariamente um desejo de parar de estar 'no topo'."

²⁵ CONNELL, R.W. – 1995. *Masculinities*. Berkeley, University of California Press.

²⁶ *Id.* p. 71.

"(...) simultaneamente um lugar nas relações de gênero, as práticas através das quais homens e mulheres engajam esse lugar no gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência do corpo, personalidade e cultura."

estatais está ocupada por homens; mas enfatizar que há uma configuração de gênero de recrutamento e promoção, de divisão interna de trabalho e sistemas de controle, etc.

Para Connell, a masculinidade faz parte de um processo e não é uma categoria estática e universal que possa ser definida em definitivo. As masculinidades são configurações das práticas das relações de gênero, da mesma forma como estão perpassadas pelas relações de raça e de classe social.

O autor propõe quatro padrões principais de masculinidade que ele acredita estarem vigentes na ordem de gênero do Ocidente: a hegemônica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada. A masculinidade hegemônica seria aquela ligada à legitimidade do patriarcado, que garante a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominância e subordinação entre grupos de homens, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. A masculinidade cúmplice se define pela conexão com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem a completa incorporação deste projeto. São masculinidades cúmplices porque percebem e desfrutam de algumas vantagens do patriarcado sem, no entanto, defenderem publicamente esta posição. A masculinidade marginalizada se refere a relações entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados; é uma masculinidade que está marginalizada devido à condição subordinada de classe ou raça.

Connell enfatiza que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo, igual em qualquer tempo ou lugar. É uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero, sendo uma posição sempre contestável. A masculinidade hegemônica não diz respeito a um estilo de vida, mas a configurações que formam as relações de gênero. Novos grupos podem desafiar antigas soluções e construir uma nova hegemonia. Mesmo porque, segundo o autor, o conceito de hegemonia, emprestado de Gramsci, é de caráter dinâmico, pois leva em consideração a luta pela liderança na mudança social.

A hegemonia está relacionada à dominância cultural na sociedade como um todo. O número de homens que rigorosamente praticam o padrão hegemônico de masculinidade inteiramente pode ser pequeno, mas a maioria dos homens usufrui dessa hegemonia, pois se beneficia do dividendo patriarcal da subordinação geral das mulheres.

Almeida²⁷ considera que a masculinidade hegemônica implica um discurso que atribui aos homens privilégio potencial de dominação e ascendência social. O patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas.

Cornwall e Lindisfarne²⁸ trazem a idéia de que a masculinidade hegemônica não é única, mesmo se nos referirmos a uma mesma sociedade. Argumentam que existem vários modelos de masculinidade hegemônica que estão competindo entre si, sendo que diferentes masculinidades hegemônicas produzem diferentes masculinidades subordinadas. Em contextos diferentes, diferentes masculinidades hegemônicas são impostas, enfatizando certos atributos e negando outros.

Assim, consideram que revidar fisicamente a um insulto pode ser visto como prova de masculinidade dentro de um determinado contexto. Ao passo que em outro contexto pode ser considerado prova de masculinidade não revidar fisicamente a um insulto e conseguir controlar as emoções, uma vez que não conseguir controlar as emoções pode ser interpretado como atribuição feminina. Da mesma forma, a suposta sexualidade incontrolável dos homens pode ser interpretada como alocando-os mais perto da natureza que da cultura. Interpretação oposta àquela que associa as mulheres à natureza porque são elas que engravidam, dão à luz, amamentam.

Assim, para as autoras: "(...) each episode is part of a continuing process whereby people negotiate relative positions of power as individuals and as representatives of social categories such as those based on gender, age, class or ethnicity. Interpretations of violence – in racist attacks, domestic battering, child abuse or queer-bashing – depend on perceptions of legitimacy and provocation. Not only will some people applaud a violent response which others deplore, but an individual reactions are not necessary constant. At different stages in the process of negotiating masculinities, and according to the different perspectives of the actors and their audiences, attributions of masculinity can and do change radically. Resort to physical violence can be interpreted as potency, brute ignorance or a pathetic fragility, depending on the perspective." ²⁹

²⁷ ALMEIDA, M.V. de – 1995. *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.

²⁸ CORNWALL, A. & LINDISFARNE, N. – 1996. *Dislocating masculinity. Gender, power and anthropology*. In: CORNWALL, A. & LINDISFARNE, N. (Eds.) – **Dislocating Masculinity. Comparative Ethnographies**. London, Routledge.

²⁹ *Id.* p.15. "Cada episódio é parte de um processo contínuo onde pessoas negociam posições relativas de poder como indivíduos e como representantes de categorias sociais tais como aquelas baseadas em gênero,

Porém, da perspectiva de Connell, a argumentação das autoras não estaria apontando a existência de várias masculinidades hegemônicas, mas sim a luta pela hegemonia ou a não-participação completa de um grande número de homens no padrão hegemônico de masculinidade. Pois reações distintas em determinados contextos não significa que haja várias masculinidades hegemônicas; significa, antes, que há uma luta por essa hegemonia. Da mesma forma que o fato de que nem todos os homens tenham acesso à masculinidade hegemônica não significa sua inexistência. Como enfatiza Almeida³⁰, a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingido por nenhum homem, exerce poder controlador sobre homens e mulheres.

Além do mais, há que se considerar que a própria idéia de “várias masculinidades hegemônicas” é uma contradição em termos porque, se existem várias igualmente preponderantes, é sinal de que efetivamente não há hegemonia.

Nascimento³¹ mostrou como mesmo homens em condições de extremo distanciamento dos elementos postulados como parte do modelo de masculinidade hegemônica acabam por desenvolver recursos para a atualização deste modelo. O autor define o modelo hegemônico de masculinidade caracterizado pela compreensão de que homem tem autoridade, sobretudo no lar; é autônomo e livre diante de outros homens; tem força e coragem e não expressa suas emoções, tampouco chora; é provedor do lar; é heterossexual. Pesquisando homens extremamente pobres de Camaragibe (PE), desempregados e sustentados pelas esposas ou pelas mães, o autor encontrou que as principais estratégias utilizadas para a atualização do modelo hegemônico de masculinidade são: “(...) a idealização do passado, implicando em uma redefinição do tempo cronológico capaz de configurar a experiência atual como passageira e atípica; a supervalorização dos

idade, classe ou etnicidade. Interpretações de violência – em ataques racistas, violência doméstica, abuso infantil ou espancamento de homossexuais - dependem de percepções de legitimidade e provocação. Não somente algumas pessoas aplaudirão uma resposta violenta que outras deploram, como também as reações individuais não são necessariamente constantes. Em estágios diferentes do processo de negociação das masculinidades, e de acordo com as diferentes perspectivas dos atores e de suas audiências, atribuições de masculinidade podem mudar e efetivamente mudam radicalmente. Partir para a violência física pode ser interpretado como potência, pura ignorância ou uma fragilidade patética, dependendo da perspectiva.”

³⁰ ALMEIDA, M.V. de – 1996. *Op. cit.*

³¹ NASCIMENTO, P.F.G. – 1999. “Ser Homem ou Nada”: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco.

amigos reais ou fictícios e a criação de 'outros' marginalizados como os 'maconheiros', os homossexuais e as mulheres.”³²

Leal e Boff³³ mostram que no universo masculino de grupos populares urbanos do sul do país, até mesmo as queixas dos homens são feitas através de um discurso baseado em suas qualidades viris. A virilidade é a referência recorrente no discurso do que é ser homem, independente da situação vivida por estes homens, de sua fase do ciclo de vida, e de suas trajetórias individuais e conjugais.

Fonseca³⁴, estudando famílias de classes populares de Porto Alegre, relata que o marido/pai é considerado o responsável por prover a esposa e os filhos. E esta percepção persiste mesmo que a presença do marido não garanta a sua contribuição econômica. Segundo a autora, os poucos ganhos obtidos pelo marido, as incertezas do mercado de trabalho, e o gasto do dinheiro com consangüíneos, amigos ou outras mulheres, faz com que o homem não consiga sustentar sua família, e a mulher termine responsável tanto por cuidar dos filhos como por sustentar a casa.

Outras pesquisas feitas entre população de baixa renda trazem como traços marcantes da masculinidade a autonomia dos homens perante as mulheres, seu papel ativo, a iniciativa sexual, a prescrição da força e da disputa, e sua associação à esfera pública³⁵.

Assim, no nível empírico, em vista das pesquisas citadas acima em relação ao Brasil, poder-se-ia dizer que os elementos que aparecem associados a um modelo hegemônico de masculinidade são: virilidade (vigor e energia), sustento dos filhos, autonomia e autoridade em relação às mulheres, iniciativa sexual, prescrição de força e disputa, heterossexualidade, associação com a esfera pública. Tais elementos mostram-se compatíveis com a definição teórica de Almeida citada anteriormente, segundo a qual a masculinidade hegemônica implica um discurso que atribui aos homens privilégio potencial de dominação e ascensão social, pertencente a uma ordem de gênero que define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas.

³² *Id.* p.2.

³³ LEAL, O. & BOFF, A.M. – 1996. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R. & BARBOSA, R.M. – 1996. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

³⁴ FONSECA, C. – 1995. **Caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez Editora.

³⁵ LEAL, O. (Org.) – 1992. Cultura e identidade masculina. **Cadernos de Antropologia**, n.7.
VILLELA, W.V. & BARBOSA, R.M. – 1996. Repensando as relações entre gênero e sexualidade. In: PARKER, R. & BARBOSA, R.M. – 1996. *Op. cit.*

Portanto, o conceito de masculinidade hegemônica pode ser útil aos estudos sobre masculinidades em determinadas sociedades, desde que não seja tomado como fixo, universal, auto-explicativo, identitário; o que colocaria o conceito em uma camisa-de-força pouco produtiva. Falar em masculinidade hegemônica seria referir-se também à luta pela posição hegemônica, o que implica considerá-la como um padrão orientador exposto a disputas de poder.

Considerar a masculinidade hegemônica como fixa e universal parece ser o caso de Bourdieu³⁶ em seu livro sobre a dominação masculina. Nele, o autor compara sociedades tão diferentes quanto a cabila e a inglesa para concluir que, independentemente das diferenças econômicas, sociais e de época, no essencial existem nas duas sociedades os mesmos sistemas classificatórios das estruturas sexuais que apontam para a dominação masculina. Seu objetivo é o de historicizar a des-historização e a eternização das estruturas de dominação masculina. Porém, ao tomar esta dominação como universal e permanente, o autor não leva em consideração, como enfatiza Corrêa³⁷, que: “(...) o princípio da dominação, em qualquer sociedade, é acessível, em princípio, a ‘homens’ e ‘mulheres’- se for socialmente necessário, politicamente desejável e economicamente ‘rentável’, ‘homens’ ou ‘mulheres’ podem, e sempre o fizeram, ocupar o lugar da dominação.”

Neste sentido, é ilustrativo o estudo de Pitt-Rivers³⁸ sobre a honra nas sociedades mediterrâneas. O autor escreve que nestas sociedades as mulheres da aristocracia estão livres das sanções que impõe o código de honra para as mulheres da classe baixa (pureza sexual e fidelidade conjugal), uma vez que devido à condição de aristocrata, sua honra é inexpugnável, não depende da proteção masculina. Uma mulher da classe alta pode mandar nos homens de classe mais baixa: “(...) ya que su poder deriva de su rango, no de su sexualidad.”³⁹ As mulheres de classe alta têm o direito a um tipo de orgulho que é atributo dos homens, uma parte da honra masculina, sem que por isso percam sua feminilidade; e adquirem, ainda, alguns dos atributos morais dos homens. “La condición sexual y de clase se unen para calificar las reglas de la conducta que se aplican a su comportamiento.”⁴⁰ Assim, para Pitt-Rivers, a dominação depende de uma conjunção entre atributos que

³⁶ BOURDIEU, P. – 1999. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

³⁷ CORRÊA, M. – 1999. O sexo da dominação. **Novos Estudos CEBRAP**, n.54. p.49.

³⁸ PITT-RIVERS, J. – 1979. **Antropología del Honor, O política de los sexos**. Barcelona, Editorial Crítica.

³⁹ *Id.* pp. 79 e 80. Grifos meus.

⁴⁰ *Ibid.* p.80.

derivam tanto do que ele denomina de “sexualidade” ou “condição sexual”, quanto da condição de classe, contrariando a perspectiva universalista de Bourdieu a respeito da dominação masculina.⁴¹

Porém, considero que o conceito de masculinidade hegemônica, mesmo podendo ser útil - desde que não fixo e universal -, não é suficiente para dar conta da análise das representações sobre masculinidade. O universo empírico desta pesquisa mostrou que mesmo quando a virilidade é considerada elemento constituinte da masculinidade hegemônica, a própria noção de virilidade depende dos contextos a que é referida. Assim, tanto ter como não ter filhos pode ser considerado prova de virilidade. Como será visto na análise das entrevistas, ter filhos pode ser considerado como prova de potência sexual e de virilidade no caso dos homens casados. Ao passo que não ter filhos, não ter responsabilidades, ser livre, ter várias mulheres, também pode ser considerado prova de potência sexual e virilidade no caso dos homens solteiros.

A análise dos dados empíricos apontou a necessidade de uma abordagem que considere a idéia de “masculinidade normativa”. Isto é, os entrevistados, ao expressarem suas idéias e opiniões, expressam também o que consideram ser uma masculinidade normativa - seja para criticá-la ou para justificá-la - que, mesmo quando está de acordo com o modelo hegemônico de masculinidade (no exemplo, virilidade), depende de relações e contextos mais específicos (ser casado ou solteiro).

Almeida⁴² é um autor que situa o estudo da masculinidade no âmbito dos estudos de gênero. Seu trabalho está baseado em uma pesquisa de campo realizada em uma aldeia do sul de Portugal (Pardais), e busca elaborar uma interpretação antropológica da masculinidade.

Para o autor, masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tal, acessíveis a homens e mulheres. Portanto, é preciso ressaltar que a relação comumente

⁴¹ Interessante neste sentido é a observação do índice do livro de Reyero sobre história da arte. O autor reúne pinturas e esculturas do período entre o Iluminismo e o começo do século XX para realizar um estudo sobre aparência e identidade masculina. O índice do livro já basta para ilustrar a pluralidade de masculinidades encontrada pelo autor: O corpo imaginário; De caráter viril; Apaixonados e fatais; Honrados e respeitáveis; Os amigos particulares; Indolentes e desejados; Assexuados e perfeitos; Ambíguos venéreos; Vítimas. REYERO, C. – 1996. **Aparencia e Identidad Masculina. De la Ilustración al Decadentismo**. Madrid, Ediciones Cátedra.

⁴² ALMEIDA, M.V. de – 1995. *Op. cit.*

estabelecida entre masculinidade, homens e poder tem um caráter móvel e contingente. Esta disjunção, entretanto, não significa que não exista uma “masculinidade dos homens”; significa que esta expressão não é óbvia.

Para Almeida, a masculinidade não pode ser vista como a mera formulação cultural de um dado natural, uma vez que ela é marcada por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”). O exame que o autor faz das situações de interação criadoras e apresentadoras de noções de masculinidade, que encontrou em seu trabalho de campo, aponta para uma perspectiva analítica relacional e não identitária, que enfatiza a pluralidade de homens, e considera suas diferenças de classe social, idade, orientação sexual, etc.

Em um artigo referente à sua pesquisa em Pardais, Almeida⁴³ reanalisa seus dados tendo em vista conceitos tecidos por Marilyn Strathern no livro **The Gender of the Gift**. Almeida apoiou-se nos conceitos de *dividual*, *impingement* e *replication* de Strathern. *Dividual* aborda os seres humanos como tendo fronteiras permeáveis, experimentando um movimento constante entre diferentes aspectos da vida social. Para a autora, nas sociedades melanésias, ser homem ou mulher surge como um estado unitário e total apenas em circunstâncias particulares; sendo que esse estado contém dentro dele uma identidade composta, que está suprimida naquele momento. O estado unitário só surge através de uma *ação*, isto é, através de uma performance de apresentação.

Impingement são os efeitos das pessoas uma sobre as outras, não associado automaticamente nem com homens nem com mulheres, podendo descrever qualquer transação social. *Replication* refere-se ao caráter coletivo das relações entre pessoas do mesmo sexo, onde o sexo excluído está sempre presente.

Utilizando estes conceitos tecidos pela autora para estudar as sociedades melanésias no estudo dos homens de Pardais, Almeida enfatiza que, dependendo da situação e da relação estabelecida, estes homens podem acionar diferentes atribuições de masculinidade. E que, também na dependência da situação e da relação estabelecida, os homens podem acionar atribuições para suas ações que não se referem ao gênero diretamente. Além disso, a perspectiva relacional permitiu que o autor estudasse a masculinidade dos homens,

⁴³ ALMEIDA, M.V. de – 1996. *Op. cit.*

convivendo principalmente com homens, justamente por considerar que o sexo excluído está sempre presente:

*“Dividuation, impingement, replication: os homens em Pardais são *dividuals* que nem sempre agem a partir da justificativa de ‘serem homens’, mas com justificativas como as de ‘trabalhador’, ‘pobre’, ‘marido’ ou ‘amigo’. Mas nas interações e disputas pelo poder, a ideologia da masculinidade hegemônica é um fortíssimo instrumento de *impingement*. Daí as contaminações semânticas entre ideologia da masculinidade e da desigualdade social ou de poder. E é no processo de *replication*, como acontece nas situações de homossocialidade, que se dá a construção da categoria masculina, mesmo que – ou, se calhar, porque – ‘os homens não são todos iguais’, mesmo quando o modelo hegemônico diz que ‘um homem é um homem’ ”*⁴⁴.

Importante resgatar que, mesmo sem referir-se à noção de *replication*, outras pesquisas etnográficas apontam nesta direção. Em um estudo sobre bares (botecos) como um dos principais locais de reuniões de homens de classes populares em Porto Alegre, Jardim procura enfatizar a auto-segregação destes homens nestes locais. Mas sua descrição acaba por mostrar como as mulheres estão presentes nestes locais de auto-segregação: “As músicas ouvidas nos butecos coadunam sons e mensagens e são escutadas atentamente pelos homens. (...) Os temas cantados traduzem *verdades* que tem aprovação dos que as escutam. Entre os temas compartilhados e trazidos pelas músicas estão as referências às mulheres, estas que estão ausentes (quase que totalmente) ou se encontram simbolicamente distantes, pois é sobre elas (e não para elas) que são cantados muitos dos temas. (...) O cantor que era ouvido na máquina de música referia-se às mulheres ausentes dos bares e a sua condição de abandono.”⁴⁵

Outro caso refere-se ao convite feito a um homem para que participasse de um grupo de reflexão masculina. O convite foi feito pelo coordenador do grupo, que se referiu ao encontro como o de um grupo de homens. Depois que o convidado começou a participar do grupo, relatou, em uma entrevista: “Para falar a verdade, eu fiquei um pouco surpreso com o convite. [...] Achei que, como sempre acontece, seria, no mínimo, para falar sobre mulheres, tomar uma cervejinha ...”⁴⁶. Isto é, em um grupo só de homens as mulheres, mesmo excluídas, já estavam pressupostamente presentes.

⁴⁴ *Id.* p. 187.

⁴⁵ JARDIM, D.F. – 1992. Espaço Social e Auto-segregação entre Homens: gostos, sonoridades e masculinidade. In: LEAL, O. (Org.). – 1992. *Op. cit.* p. 39.

⁴⁶ **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos.** Informativo semestral, Fundação MacArthur, n. 3, ano 2, p. 27. (Grifos meus.)

LiPuma⁴⁷ critica a oposição da noção de pessoa como indivíduo no Ocidente *versus* a noção de pessoa como *dividual* na Melanésia. Para o autor, a pessoa emerge precisamente desta tensão entre o aspecto individual e o *dividual*. Nas sociedades ocidentais, o aspecto individual pode estar em primeiro plano, mas isto não significa que o aspecto *dividual* deixe de existir. Da mesma forma, na Melanésia, a prevalência do aspecto *dividual* não descarta a existência do individual.

O autor procura mostrar como o aspecto individual existe na Melanésia e vem sendo reforçado pelo processo de ocidentalização. Este processo vem criando contextos para a expressão do aspecto individual da personalidade, e a legitimação e aumento de poder deste aspecto e desta expressão.

Para LiPuma, o problema em relação aos estudos de pessoa na Melanésia é que estes comparam as noções melanésias de pessoa não com a realidade ocidental, mas com a ideologia ocidental, ela própria um produto altamente contestável. E tendem a ver as noções melanésias como o inverso da ideologia ocidental:

“My reading of ethnographic theory and methods indicates that the ontological form is the dual person delineated by dividual and individual facets. Universally, then, the person emerges from the tension, itself always variable and culturally/historically shaped, between these two aspects of personhood and the ways in which they are objectified and embodied. And further, the marginalization of individuality in Melanesia and the sublimation of dividuality in the West are necessary for the creation of the kind of person that each of these sets of societies attempts to produce. It is precisely this individual dimension of Melanesian personhood, traditionally subordinated to the dividual image of the person, for the most part ideologically unarticulated, almost invisible in the context of ‘traditional’ social practice, that is now beginning emerge with modernity.”⁴⁸

⁴⁷LiPUMA, E. – 1998. Modernity and forms of personhood in Melanesia. In: LAMBECK, M. & STRATHERN, A. - **Bodies and persons. Comparative perspectives from Africa and Melanesia.** Cambridge, Cambridge University Press.

⁴⁸ *Id.* pp. 75 e 76.

“Minha leitura da teoria e métodos etnográficos indica que a forma ontológica é a pessoa dual delineada por facetas *dividual* e individual. Universalmente, então, as pessoas emergem desta tensão, ela própria sempre variável e formada cultural e historicamente, entre estes dois aspectos da personalidade e as maneiras pelas quais elas são objetificadas e incorporadas. E ainda, a marginalização da individualidade na Melanésia e a sublimação da *dividualidade* no Ocidente são necessárias para a criação do tipo de pessoa que cada uma destas sociedades procura produzir. É precisamente a dimensão individual da personalidade melanésia, tradicionalmente subordinada à imagem *dividual* da pessoa, na maior parte ideologicamente inarticulada, quase invisível no contexto da prática social ‘tradicional’, que está agora começando a emergir com a modernidade.”

Se LiPuma procura mostrar através de sua análise que a noção de pessoa como indivíduo está presente na Melanésia, poderíamos dizer que Almeida procura mostrar como a noção de pessoa como *dividual* está presente no Ocidente. De fato, parece-me que os estudos que buscam uma perspectiva não identitária e não essencialista de gênero vão justamente neste sentido, na ênfase do aspecto *dividual* da pessoa no Ocidente. Tais estudos apontam a constituição da pessoa feminina ou masculina como dependente de relações e contextos, e não como estabelecida de antemão. E estas relações e contextos dizem respeito a diferentes aspectos da vida social.

Corrêa⁴⁹, em sua crítica ao livro de Bourdieu sobre a dominação masculina, faz um contraponto deste autor com M. Strathern, considerando que os atributos de masculinidade e feminilidade circulam - seja em relação a pessoas, objetos, rituais, artefatos, etc. -, e propiciam situações em que homens são feminilizados e mulheres masculinizadas: “Ainda é do masculino e do feminino, como princípios estruturais estruturantes do que se trata, mas tais princípios não estão mais (ou não estão ainda) inteiramente corporificados em homens e mulheres: eles circulam pela sociedade Cabila, assim como Strathern sugere que tais princípios circulam na sociedade melanésia e, desconfio eu, em muitas outras sociedades, inclusive a nossa ...”⁵⁰

O uso dos conceitos utilizados por M. Strathern para estudar as sociedades melanésias no estudo de sociedades ocidentais parece ser aprovado pela própria autora. Durante palestra proferida pela professora Marilyn Strathern⁵¹, tive oportunidade de perguntar se ela considerava que os conceitos por ela utilizados para estudar as sociedades melanésias poderiam servir para estudar as “nossas” sociedades (sociedades “ocidentais” ou “euro-americanas”, como ela denomina). A resposta foi a de que somente a pesquisa empírica poderia dizer se estes conceitos podem contribuir ou não para a compreensão das realidades estudadas.

Desta forma, tampouco a autora parece considerar de forma oposta e excludente as noções de pessoa como indivíduo e *dividual*. E o trabalho de Almeida vem mostrar a pertinência do uso de determinadas noções usadas para estudar sociedades melanésias no

⁴⁹ CORRÊA, M. – 1999. *Op. cit.*

⁵⁰ *Id.* p.53.

⁵¹ A professora Marilyn Strathern esteve no Brasil em setembro de 1998 para uma série de palestras na UNICAMP.

estudo de uma sociedade ocidental, o que parece apontar, como argumenta LiPuma, que a pessoa emerge precisamente da tensão entre o aspecto individual e o *dividual*.

Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades

Os estudos sobre masculinidades vêm sendo alvo de várias críticas, que podem ser encontradas em artigos científicos ou em congressos e simpósios. Pretendo aqui fazer uma análise sobre essas críticas, posicionando-me a favor de algumas e rebatendo outras. Não pretendo fazer um levantamento exaustivo de todas as críticas a esses estudos, mas destacar as que me parecem mais relevantes.

Em primeiro lugar, considero que os estudos sobre masculinidades não formam um bloco monolítico, podendo ser encontrados distintos tipos de estudos, que apresentam diferentes abordagens teórico-metodológicas. Assim, a alguns estudos poderiam ser aplicadas determinadas críticas que não procedem a outros.

A primeira crítica que gostaria de salientar ressalta que os estudos sobre masculinidades vêm incorrendo no mesmo erro apontado pelas teorias de gênero em relação aos estudos sobre mulheres, isto é, que estes estariam associando sem mediações homem-masculino e mulher-feminino. Neste sentido, os estudos sobre masculinidades estariam centrando-se nos homens, sem uma perspectiva relacional pressuposta pela categoria gênero, isto é, sem relacionar masculinidades e feminilidades.⁵²

Toda discussão apresentada na seção anterior aponta a minha concordância em relação a essa crítica. Considero que os estudos sobre masculinidades não deveriam se

⁵² Exemplo desse tipo de crítica pode ser encontrado em PISCITELLI, A. – 1998. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, n. 11. pp. 153-155.

“As revisões dos estudos antropológicos sobre masculinidade mostram também a tendência a identificar masculinidade com homens: com qualquer coisa que os homens pensem e façam; qualquer coisa que pensem e façam para serem homens ou com qualquer coisa que as mulheres não sejam.” [...] “Sabendo dos riscos que uma ênfase nas feminilidades apresenta em termos de uma perspectiva relacional, riscos exaustivamente debatidos nas discussões feministas, não posso deixar de considerar ‘as ciências da masculinidade’ como um retrocesso.” [...] “Após as densas discussões em torno do gênero terem aberto penosamente os caminhos para pensar na interação entre a multiplicidade de categorias de diferenciação, na relação entre essas categorias e diversas conceitualizações de masculinidade e feminilidade, inclusive em espaços que tendiam a ser considerados, até pouco tempo atrás, como homogêneos, que sentido faz a ‘nova’ ênfase num dos lados da categoria (de gênero) que, **mais uma vez**, limita os aportes possíveis?”

constituir em um campo específico, sob o risco de incorrer em análises identitárias que não investigam as relações que vêm a estabelecer determinados tipos de masculinidades, nem o contexto onde estão inseridas estas relações. Compreendo que os estudos sobre masculinidades são instigantes na medida em que incorporam uma perspectiva relacional de gênero. O que não impede que estudos possam ser feitos somente com homens, uma vez que, nesta perspectiva, é a análise das mediações entre masculino e feminino que informa a investigação.

Passo então a discutir algumas críticas com as quais estou em desacordo. Uma delas anuncia que muitos dos estudos sobre masculinidades surgiram impulsionados pelo interesse de agências financiadoras nacionais e internacionais, que visavam a um maior conhecimento dos homens devido às preocupações com o controle da natalidade nos países em desenvolvimento. Essas agências teriam compreendido que os homens influenciam nas decisões reprodutivas das mulheres, e então resolveram promover o “conhecimento” sobre os homens, além de envolvê-los diretamente na denominada saúde reprodutiva.

Não discordo da idéia de que o interesse de agências internacionais possa ter incrementado o interesse por estudos sobre masculinidades. Entretanto, acredito que reduzir o surgimento do interesse do tema a isso subestima os resultados do próprio movimento feminista que, ao discutir as formas de relações de poder entre homens e mulheres, e ao promover mudanças experimentadas por homens e mulheres, colaborou para o surgimento de várias formas de questionamento sobre a masculinidade. Entre elas, o movimento de homens no Brasil e no exterior interessados em repensar a masculinidade⁵³.

Há que se considerar ainda que o interesse controlista das agências nacionais e internacionais também promoveu muitas pesquisas sobre e com as mulheres, sem que isso tenha servido de argumento, por parte do feminismo, para combater o interesse de se fazerem pesquisas sobre as mulheres. Serviu, antes, para o aguçamento de uma postura crítica em relação a esse tipo de pesquisa, o que pode perfeitamente ser incorporado aos estudos sobre masculinidades. Se o movimento feminista, na sua diversidade, soube

⁵³ NOLASCO, S. (Org.) – 1995. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro, Rocco.
 COSTA, R.P. da – 1986. **Macho, Masculino, Homem. A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro**. São Paulo. L&PM. Este livro foi fruto do I Simpósio do Homem, realizado em 1985 em São Paulo, que visava a discutir a crise da identidade masculina.
 Ver também série editada por Michael Kimmel, que traz vários volumes sobre homens e masculinidades. **Research on Men and Masculinities Series**, Thousand Oaks, Sage Publications.

enfrentar os interesses que considerava espúrios e continuar envolvido nas pesquisas com mulheres, não há motivo para duvidar que o mesmo possa ser feito em relação às pesquisas com homens.

Outro tipo de crítica sustenta que não existem estudos suficientes sobre as mulheres que justifiquem uma mudança para estudos sobre homens; e que tampouco os problemas enfrentados pelas mulheres em relação à assimetria de poder estão solucionados, justificando uma preocupação com os problemas dos homens.⁵⁴

Considero que argumentar que não existem pesquisas suficientes sobre as mulheres que justifiquem se fazer pesquisa com os homens suscita um contra-argumento que pode ser elaborado através de algumas perguntas: o que é considerado “suficiente”? Quem julga/define o que é suficiente ou não? Por que é necessário primeiro resolver os problemas das mulheres para depois estudar os homens se esses problemas dizem respeito justamente às relações de poder que envolvem ambos?

Crítica-se ainda o fato de que “(...) todas as histórias contadas até o presente têm sido quase sempre narrativas a partir da perspectiva masculina”⁵⁵, e que, portanto, não teríamos motivo para voltar a ela. Porém, considero necessário levar em conta a que perspectiva masculina essa crítica se refere, isto é, é preciso considerar qual perspectiva masculina guiou essas narrativas. Dessa forma, poderíamos perguntar: foi uma perspectiva masculina de homens libertos ou escravos; de brancos ou negros; de colonizadores ou colonizados; de ricos ou pobres; de heterossexuais ou homossexuais? Parece-me que as histórias têm sido contadas através de **uma** perspectiva masculina, por **uma parte** dos homens. Assim, os estudos sobre masculinidades poderiam ser vistos também como uma forma de mostrar outras perspectivas masculinas e de dar voz aos outros homens que, devido à sua condição de classe, raça, orientação sexual, nunca puderam contar suas histórias.

Sobre a questão de que as histórias têm sido narradas de uma perspectiva masculina incide uma outra discussão. Vários autores têm apontado o fato de os homens não

⁵⁴ Exemplo desse tipo de crítica pode ser encontrado em COSTA, C. de L. – 1998. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11. p. 136. “Para dar um exemplo, em seminário recente em minha universidade sobre estudos de gênero, deparei-me com um trabalho que se propunha a analisar o olhar masculino sobre o aborto. Quando não temos sequer relatos suficientes do olhar feminino sobre o aborto, parece um pouco apressado abandonarmos as mulheres diante do aborto para contemplação dos homens.”

⁵⁵ *Id.* p. 136.

aparecerem nas investigações de diferentes áreas a partir de suas próprias especificidades de gênero; e sim como o Homem universal, representante do ser humano. Enquanto que as mulheres vêm sendo pesquisadas segundo sua especificidade de gênero.

Na história da arte, por exemplo, Reyero considera que: “(...) los estudios feministas en el campo de la historia del arte han venido a demostrar que las imágenes femeninas han definido a las mujeres subrayando su identidad sexual por encima – o incluso al margen – de su identidad como seres humanos, mientras que en el hombre esa identidad ha sido paralela. Por eso, quizá, la masculinidad se ha mantenido bastante oculta, como si fuese un elemento obvio que no necesitase explicación alguna o, peor aún, como si no existiese, es decir, como si ser hombre y ser persona fuese exactamente lo mismo. Me ha preocupado precisamente la distinción de ambos aspectos.”⁵⁶

Oliveira et al.⁵⁷ consideram que os papéis masculinos estão ocultos na demografia. Com exceção do tema das migrações, a protagonista privilegiada tem sido a mulher como potencial reprodutivo, como responsável pelos níveis de fecundidade da população.

A ênfase nas mulheres como potencial reprodutivo estende-se também ao campo da saúde reprodutiva, tornando os homens, segundo as autoras, novamente ocultos: “É certo que as modernas tecnologias anticoncepcionais e a ênfase a elas associada no controle da mulher sobre seu próprio corpo podem ter contribuído para acentuar a sobrecarga das mulheres, excluindo definitivamente os homens. A medicalização da reprodução e de sua regulação produz efeitos na mesma direção, pois o público alvo das intervenções médicas é constituído de mulheres. Uma das consequências disso foi um obscurecimento do lado masculino das relações entre saúde e sexualidade e o desconhecimento das possibilidades eventualmente presentes no repertório cultural para o enfrentamento dos desafios que hoje se apresentam.”⁵⁸

Gutmann⁵⁹, situando-se no âmbito das discussões antropológicas, considera que existe o reconhecimento de um viés de gênero nas etnografias que, realizadas por homens, e tendo como informantes homens, centravam neles suas descrições e explicações culturais, tomando os homens como o parâmetro de estudo da cultura como um todo, sem atentar para as especificidades das mulheres. Até recentemente, segundo o autor, poucos dentro da

⁵⁶ REYERO, C. – 1996. *Op. cit.*, p.11.

⁵⁷ OLIVEIRA, M.C. de; BILAC, E.D.; MUSZKAT, M. – 1994. Os homens, esses desconhecidos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.11, n.1.

⁵⁸ *Id.* p. 92.

⁵⁹ GUTMANN, M.C. – 1997. Trafficking in Men: The Anthropology of Masculinity. **Annual Review of Anthropology**, v. 26.

disciplina se dispuseram a estudar os próprios homens dentro de suas especificidades de gênero, sendo os estudos de gênero equacionados quase sempre com os estudos de mulheres.

Para Clifford⁶⁰: “If women’s experience has been significantly excluded from ethnographic accounts, the recognition of this absence, and its correction in many recent studies, now highlights the fact that men’s experience (as gendered subjects, not cultural types – ‘Dinka’ or ‘Trobrianders’) is itself largely unstudied.”

Cornwall e Lindisfarne⁶¹ argumentam que a antropologia tem considerado as mulheres somente em situações onde elas estão englobadas pelos homens. Estudos de parentesco e casamento têm sido centrais para a definição da disciplina e têm assegurado a inclusão das mulheres nas etnografias, mas como mães e esposas e não como agentes sociais elas próprias. Por outro lado, os homens têm sido descritos como agentes sociais em todas as formas, em diferentes localizações e posições, e suas identidades de gênero têm usualmente sido tomadas como dadas.

Haveria, portanto, segundo estes autores, um *male bias* dentro da antropologia que, tomando como ponto de referência os homens, não os considerava em sua especificidade de gênero, ao passo que as mulheres, quando levadas em conta, eram consideradas apenas em sua especificidade de gênero.

A existência desse debate em vários campos parece apontar efetivamente algum tipo de ocultamento/desconsideração das especificidades de gênero dos homens no desenvolvimento de pesquisas. Pretendo discutir essa questão tomando algumas das idéias de Sahlins. Mas antes gostaria de fazer algumas ressalvas relativas às considerações dos antropólogos citados acima.

Quanto à afirmação de Clifford, parece-me que seria necessária uma leitura mais detida das etnografias em geral (e, especificamente, daquelas citadas pelo autor sobre os dinka e os trobriandeses) para se afirmar que a experiência das mulheres tem sido significativamente excluída. Como este seria tema para outro trabalho, quero apenas

⁶⁰ CLIFFORD, J. – 1986. Partial Truths. In: CLIFFORD, J. & MARCUS, G.E. (Eds.) - **Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley, University of California Press. pp.18 e 19.

“Se a experiência das mulheres tem sido significativamente excluída das preocupações etnográficas, o reconhecimento dessa ausência, e sua correção em muitos estudos recentes, agora iluminam o fato de que a experiência dos homens (como sujeitos com gênero, não tipos culturais – ‘Dinka’ ou ‘Trobriandeses’) é ela mesma amplamente não estudada.”

⁶¹ CORNWALL, A. & LINDISFARNE, N. – 1996. *Op. cit.*

levantar a questão de que o estudo do parentesco, tão fundamental nas etnografias, nunca pode prescindir da referência às mulheres.

Porém, é justamente a isso que se refere a crítica de Cornwall e Lindisfarne, isto é, que as mulheres têm sido incluídas nas etnografias, devido ao estudo do parentesco, mas apenas como mães e esposas e não como “agentes sociais elas próprias”. Em relação a essa crítica, seria conveniente lembrar aqui de trabalhos como os de Strathern⁶², onde a autora discute os conceitos de público-privado e político-doméstico, comparando categorias melanésias e ocidentais.

Segundo Strathern, o conceito ocidental de sociedade subscreve uma identificação de vida coletiva e mundo público/político dos homens como um domínio metaforicamente categorizado como masculino, e isto é tomado para revelar homens equacionando a si mesmos com a sociedade. Numa visão ocidental, um domínio masculino deve falar de interesses de homens. E um domínio concebido como público e coletivo é assumido como oposto às áreas individuais e não coletivas da vida, da mesma forma que o social é considerado oposto ao individual.

Entretanto, o estudo de grupos melanésios revelou que as mulheres não precisam ir para o domínio político para desempenhar atividades que representam a coletividade. Há situações onde as mulheres estão associadas com responsabilidade social, fixação à terra e rituais de renascimento. A natureza da atividade das mulheres é pública, cultural, coletiva, mesmo não sendo um engajamento político no sentido de promover a solidariedade dos interesses de grupos em confrontação uns com os outros, nem uma reivindicação de prestígio.

Por isso, as referências ocidentais de público/doméstico divididas em termos de orientações externas e internas seriam impróprias se usadas para sugerir que valores internos para a sociedade melanésia foram colocados contra aqueles do mundo externo. A política dos melanésios não foi domesticada neste sentido, pois as mulheres podem ser vistas em situações específicas como repositoras de toda obrigação social, mas isso não significa que realmente elas superam o poder político dos homens. O que é novo nestas atividades é a maneira pela qual um certo tipo de socialidade torna-se visível. O que é tornado visível é aquela socialidade específica das relações domésticas de parentesco.

⁶² STRATHERN, M. – 1988. *Op. cit.*

Em um grupo específico da Melanésia, por exemplo, as mulheres estão envolvidas em atividades até certo ponto privadas e até certo ponto públicas, mas através de uma natureza enfaticamente coletiva. A natureza totalmente social do envolvimento das mulheres em negócios locais é tornada visível, sem que esta formulação esconda a diferenciação entre atividades de homens e mulheres. Porém, esta diferenciação não pode ser lida nos termos ocidentais que associam homens com socialidade e mulheres com a falta desta socialidade, associam masculino=público=político=coletivo e feminino=privado=doméstico=particular; pois a diferença entre público e privado não significa dicotomia entre coletivo e particular. Para Strathern, os antropólogos enfatizam esta dicotomia e se esquecem de estudar as relações que a estabelece, pois, segundo argumenta a autora, o que deve ser examinado é a forma da disjunção e não a disjunção em si mesma.

Também é conveniente lembrar em relação à presente discussão, do trabalho de Weiner⁶³, onde a autora, através de uma etnografia sobre os trobriandeses, realiza uma revisão das análises de Malinowski sobre a troca. Neste trabalho, Weiner mostra como a importância da riqueza das mulheres excede a importância do tempo histórico controlado pelos homens; como, na sua performance de distribuição mortuária, as mulheres controlam o aspecto aistórico do tempo; como em todas as trocas matrimoniais são as mulheres, e não homens, que permanecem como a força autônoma; como as mulheres representam sexualidade e fertilidade, mas também perigo; como o controle sobre as mulheres não é facilmente exercido; como as mulheres têm um grande grau de liberdade porque encontram menos restrições sociais em seu comportamento sexual; como o conceito de nascimento virgem protege a mulher da vergonha de ter sido rejeitada pelo homem, conferindo-lhe um poder maior que é a habilidade de conceber sozinha.

Além disso, afirmar - como fizeram Cornwall e Lindisfarne - que as mulheres são tratadas nas etnografias como mães e esposas e não como “agentes sociais elas próprias” significa dizer que as mulheres enquanto mães e esposas não são agentes sociais. Ora, não seria esta uma perspectiva de pouco fundamento antropológico ao associar a “agência social própria” somente a atividades distintas da reprodução e parentesco?

⁶³ WEINER, A. - 1976. *Women of value, men of renown – new perspectives on Trobriand exchange*. Austin & London, University of Texas Press.

Porém, como escrevi anteriormente, a existência desse debate em vários campos parece apontar para algum tipo de ocultamento/desconsideração das especificidades de gênero dos homens no desenvolvimento de pesquisas. Como esse debate poderia ser analisado? Não foram poucos os projetos de pesquisa destinados a estudar masculinidades que traziam como justificativa a falta de conhecimento das especificidades dos homens.

Para contribuir na análise desse debate introduzo aqui uma idéia tecida por Sahlins⁶⁴ em seu estudo sobre o sistema de vestuário americano⁶⁵. Segundo o autor: "Como tem sido frequentemente observado, há uma assimetria no gênero de quase todos os objetos, incluindo os do vestuário: são as coisas femininas que são marcadas e exclusivas; os objetos masculinos, mesmo algo como lâminas de barbear ou barbeadores elétricos, são frequentemente usados por mulheres ou existem em versões femininas."⁶⁶

Adaptando essa idéia, o que me parece estar na base do debate em questão é que as mulheres têm aparecido nas investigações **marcadas** pelo seu gênero, sendo que os homens têm aparecido como **não marcados**.

Quando Gutmann considera que as etnografias centravam nos homens suas descrições e explicações culturais, tomando os homens como o parâmetro de estudo da cultura como um todo, sem atentar para as especificidades das mulheres, pode-se considerar que ele está dizendo que os homens apareciam como **não marcados**. Quando Cornwall e Lindisfarne argumentam que as mulheres têm sido incluídas nas etnografias apenas como mães e esposas, pode-se considerar que elas estão criticando o fato de as mulheres aparecerem **marcadas** nas etnografias. Quando Clifford escreve que o reconhecimento de que as experiências das mulheres têm sido excluídas das etnografias descortinou o fato de que os homens não têm sido considerados nas suas especificidades de gênero, pode-se considerar que ele está criticando o fato de os homens continuarem aparecendo **não marcados** nas etnografias.

Em relação à demografia e à saúde reprodutiva, parece que é a especificidade reprodutiva⁶⁷ que **marca** as mulheres. Enquanto na história da arte, segundo Reyero, as mulheres estariam **marcadas** pela sua identidade sexual.

⁶⁴ SAHLINS, M. – 1979. *La pensée bourgeoise*. In: **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

⁶⁵ Aqui inspiro-me livremente nas idéias de Sahlins sobre marcado e não marcado, sem a pretensão de acompanhar toda a sua análise lingüística estrutural.

⁶⁶ SAHLINS, M. – 1979. *Op. cit.* p. 211.

⁶⁷ Especificidade reprodutiva entendida dentro de uma representação específica sobre a reprodução.

A crítica presente nesse debate parece querer sugerir que os homens precisam ser estudados como **marcados**, sob pena de desconhecimento de suas especificidades de gênero. Enquanto as mulheres precisam ser estudadas como **não marcadas**, sob pena de serem estigmatizadas pelas suas especificidades de gênero, por pertencerem ao “segundo sexo”.

Outra crítica que os estudos sobre masculinidades receberam enfatiza que tais estudos retiram a força política de luta das mulheres, diluindo seus problemas. Esta crítica também já foi dirigida aos estudos de gênero. No primeiro caso, entende-se que centrar a atenção nos homens diminui a força política de luta das mulheres. No segundo caso, considera-se que os estudos de gênero de uma perspectiva não identitária são incapazes de compreender os sujeitos concretos (como procurei mostrar e contrapor no início deste capítulo) porque os dilui, inviabilizando assim as lutas políticas feministas.

Em primeiro lugar, considero que estudos sobre masculinidades realizados a partir de uma perspectiva de gênero não identitária não diluem a força de luta política das mulheres porque não focam a sua análise nos homens, mas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e nas mediações masculino-feminino.

Em segundo lugar, a crítica de que os estudos sobre masculinidades e os estudos de gênero de uma perspectiva não identitária estariam retirando a força política de luta das mulheres, diluindo seus problemas, aponta para uma questão problemática que é tomar a categoria gênero como sinônimo de feminismo. Se considerarmos que o feminismo e as teorias feministas são relativos às questões específicas de um sujeito, as mulheres, mesmo que desnaturalizadas e pluralizadas, eles não podem ser tomados como sinônimo da categoria gênero pois: “(...) no plano teórico, algumas interpretações sobre gênero põem sob suspeita as identidades fixas e têm como foco não as mulheres, mas indagações sobre como ações sociais, concepções culturais e relações políticas produzem a diferença sexual e reflexivamente são produzidos por ela. Neste caso, o compromisso com as experiências de um sujeito específico não seria necessariamente privilegiado.”⁶⁸

Assim, a tensão entre teorias feministas e teorias de gênero não identitárias parece residir no fato de que as primeiras, quando tomam o feminismo como sinônimo de gênero, acabam por comprometer os supostos teóricos mínimos que fundamentam os estudos de

⁶⁸ KOFES, S. – 1998. A bela esquina: ou, os estudos de gênero e seu duplo. Texto apresentado no GT Relações de Gênero da XXI Reunião Brasileira de Antropologia, Vitória, pp.8 e 9.

gênero. A incorporação da categoria gênero nos estudos feministas se daria através do processo de englobamento dessa categoria por sujeitos concretos; ao passo que, para a teoria de gênero, gênero é que englobaria os sujeitos concretos do feminismo (e outros sujeitos). Como argumenta Kofes⁶⁹, se os estudos de mulheres são parte dos estudos de gênero, nem todo estudo de gênero é ou precisa estar flexionado pela perspectiva feminista.

Além disso, a crítica de que os estudos sobre masculinidades estariam retirando a força política de luta das mulheres, parece considerar que não é possível falar sobre feminismo quando os estudos referem-se a homens e masculinidades.

Se, como escreveu Piscitelli⁷⁰ em relação aos estudos sobre masculinidades, não faz sentido a ênfase em um dos lados das categorias de gênero, o mesmo pode ser dito em relação aos estudos sobre mulheres. A escolha de determinados sujeitos de investigação (homens ou mulheres, homens e mulheres) não interfere, do meu ponto de vista, na perspectiva relacional analítica que se deve adotar. Neste sentido, a crítica feminista estaria criando outro tipo de viés ao não incorporar os homens em seus estudos, contribuindo na produção de uma percepção, ao meu ver equivocada, de mundos - masculino e feminino - separados, que não se relacionam.

A esse respeito há um artigo de Strathern⁷¹ onde a autora discorre sobre a relação difícil entre antropologia e feminismo. A autora considera que é essencial para o feminismo expor e destruir a autoridade de outras pessoas na determinação da experiência feminina, isto é, é necessário para a construção do *self* feminista um Outro não feminista. Esse Outro é concebido geralmente como o “patriarcado”, as instituições e pessoas que representam a dominação masculina, freqüentemente simplesmente concretizado como “homens”: “Because the goal is to restore to subjectivity a self dominated by the Other, there can be no shared experience with persons who stand for the Other.”⁷²

Por sua vez, a autora considera que a antropologia constitui-se em relação ao Outro, mas um Outro que não está sob ataque. Ao contrário, o esforço é para criar uma relação com o Outro: “Feminist inquiry suggests that it is possible to discover the self by becoming conscious

⁶⁹ *Id.*

⁷⁰ PISCITELLI, A. - 1998. *Op. cit.*

⁷¹ STRATHERN, M. - 1987. An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. *Signs*, v. 12, n.2.

⁷² *Id.* p. 288.

“Uma vez que o objetivo é recuperar a subjetividade de um *self* (“eu”) dominado pelo Outro, não pode haver experiência compartilhada com pessoas que representem o Outro.”

of oppression from the Other. Thus one may seek to regain a common past which is also one's own. Anthropological inquiry suggests that the self can be consciously used as a vehicle for representing an Other. But this is only possible if the self breaks with its own past. These thus emerge as two very different radicalisms. For all their parallel interests, the two practices are differently structures in the way they organize knowledge and draw boundaries, in short, in terms of the social relations that define their scholarly communities.”⁷³

Assim, segundo Strathern, o feminismo pode zombar da pretensão antropológica de produção de um conhecimento cuja autoridade possa ser compartilhada com os informantes, uma vez que pode ressaltar que não existe paridade entre a autoridade do antropólogo e a do informante devido às relações coloniais entre a sociedade do antropólogo e a do informante; e também por não haver interesses comuns entre ambos a que possa servir o produto da pesquisa. Por seu lado, a antropologia pode zombar da pretensão feminista de conseguir a almejada separação de um antitético Outro. Pois, situando-se em um ponto vantajoso fora de sua própria cultura, antropólogos vêem que a própria base para a separação reside em suposições culturais comuns sobre a natureza das personalidades e dos relacionamentos. Se as mulheres constroem subjetividade para elas mesmas, elas o fazem estritamente dentro dos constrangimentos de sua própria sociedade. Assim, o estabelecimento do *self* endossa uma visão de mundo compartilhada igualmente pelo Outro: no caso do feminismo, os homens.

Isto é, a separação proposta pelo feminismo e usada como instrumento político não estaria levando em conta que homens e mulheres compartilham os valores culturais e constrangimentos de uma mesma sociedade. Nesse processo, homens e mulheres aprendem a respeito um do outro, pois se gênero é constituído relacionalmente, aprender a ser homem traz em seu bojo aprender o que é ser mulher, e vice-versa.

⁷³ *Ibid.* p.289.

“A investigação feminista sugere que é possível descobrir o *self* tomando consciência da opressão do Outro. Assim, deve-se recuperar um passado em comum, que é em parte também seu próprio passado. A investigação antropológica sugere que o *self* pode ser conscientemente usado como um veículo para representar o Outro. Mas isso só é possível se o *self* rompe com seu próprio passado. Estas [práticas] surgem então como dois radicalismos muito diferentes. Apesar de seus interesses paralelos, as duas práticas estão diferentemente estruturadas na maneira como elas organizam o conhecimento e estabelecem seus limites, isto é, em termos das relações sociais que definem suas comunidades acadêmicas”.

É neste sentido que Corrêa⁷⁴ chama a atenção para o relato feito por M. Mead de que apesar de o inglês Pidgin ser interdito às mulheres em Samoa, muitas mulheres e meninas falavam fluentemente o dialeto. Isto era interpretado pelos homens como resultado de possessão. Para Corrêa: “Aqui convém reter não só a informação de que **é impossível viver uma cultura sem vivê-la integralmente, isto é, sem ter um conhecimento, ainda que incompleto, das várias linguagens operando nela**, como também a de que os agentes dela são rápidos em recodificar comportamentos aparentemente transgressores (as mulheres samoanas estariam possuídas por um velho trabalhador, já que o Pidgin era uma língua que os homens utilizavam quando iam trabalhar fora).”⁷⁵

Butler⁷⁶, em uma postura mais radical, considera que a própria perspectiva identitária feminista compromete as lutas políticas, uma vez que toma como fundamental a referência aos sujeitos para esta luta. A autora analisa a relação entre teoria social e política feminista, discutindo as controvérsias colocadas ao feminismo a partir da crítica da política identitária.

Butler inicia sua análise argumentando que a teoria postula fundamentos o tempo todo, e com isso cria compromissos metafísicos implícitos; assim os fundamentos funcionam como o inquestionado e o inquestionável em qualquer teoria. Todavia, esses fundamentos, essas premissas que funcionam como base autorizante, são eles mesmos constituídos mediante exclusões que colocam a premissa fundamental como uma suposição contingente e contestável. Afirmar que há alguma base universal em um determinado fundamento significa simplesmente que essa implicação e essa universalidade constituem uma nova dimensão de inquestionabilidade.

Para a autora, a crítica do sujeito atribuída ao pós-modernismo não tem por objetivo negar ou repudiar o sujeito, mas sim interrogar sobre sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão. Segundo ela, a proposta de Foucault é que esse sujeito é ele mesmo o efeito de uma genealogia que é apagada no momento em que o sujeito se toma como única origem de sua ação. Para Foucault, o efeito de uma ação sempre suplanta a intenção ou propósito declarado do ato.

⁷⁴ CORRÊA, M. – 1997. O esparrilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. **Horizontes Antropológicos** n. 7.

⁷⁵ *Id.* p.18. (Grifos meus).

⁷⁶ BUTLER, J. – 1998. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11.

Portanto: “Não há reflexividade ontologicamente intacta para o sujeito que é então colocado dentro de um contexto cultural; é como se esse contexto já estivesse aí como o processo desarticulado da produção desse sujeito, escondido pelo enquadramento que situaria um sujeito *ready-made* numa teia externa de relações culturais.”⁷⁷

Criticando a idéia de identidades fixas está a noção de que o sujeito é constituído pelo poder, mas esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, uma vez que esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de re-significação, que possibilita retrabalhar o poder. “Não é suficiente dizer que o sujeito está invariavelmente engajado num campo político; este fraseado fenomenológico não percebe que o sujeito é uma realização regulada e produzida de antemão. E como tal, é totalmente político; com efeito, talvez **mais** político no ponto em que se alega ser anterior à própria política. Fazer esse tipo de crítica foucaultiana do sujeito não é acabar com o sujeito ou pronunciá-lo morto, mas apenas afirmar que certas versões do sujeito são politicamente insidiosas.”⁷⁸

Em relação à “morte do sujeito”, há uma crítica vinda por parte do feminismo que aponta para o fato de que, justamente quando as mulheres começaram a assumir o lugar de sujeitos, as teorias pós-modernas chegaram para anunciar que o sujeito está morto. Pareceria, portanto, uma conspiração contra as mulheres e outros grupos privados de direitos que só agora começaram a falar em sua própria defesa. Em resposta a essa crítica, Butler enfatiza que autoras como Anzaldua⁷⁹ e Spivak⁸⁰ criticaram o sujeito como instrumento da hegemonia imperialista ocidental. E que, portanto, há que se atentar para o fato de que na luta pela emancipação e democratização, os próprios modelos de dominação podem vir a ser adotados, uma vez que um dos modos de a dominação funcionar é mediante a regulação e produção de sujeitos.

Para Butler, a construção de um sujeito feminista implicaria uma série de exclusões; sendo que essas exclusões, com o tempo, retornariam para reclamar sua posição. Como ilustração dessa afirmação da autora, poderíamos citar as metanarrativas de “Negação,

⁷⁷ *Id.* p. 30.

⁷⁸ *Ibid.* pp. 31 e 32.

⁷⁹ ANZALDUA, G. – 1988. **La Frontera/Borderlands**. San Francisco, Spinsters Ink. *Apud* BUTLER, J. – 1998. *Ibid.*

⁸⁰ SPIVAK, G. – 1988. Can the Subaltern Speak? In: NELSON & GROSSBERG (Eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago, University of Illinois Press. *Apud* BUTLER, J. – 1998. *Ibid.*

Acusação e Confissão” ocorridas na década de 70 nos Estados Unidos. Segundo Friedman⁸¹, a narrativa de negação se caracterizou por uma postura de feministas brancas, de classe média, estadunidenses, heterossexuais e intelectualizadas de elaborar um discurso sobre igualdade entre as mulheres que acabava por negar a importância de diferenças como raça, etnia, classe, orientação sexual, etc. A narrativa de acusação se caracterizou pela crítica a essa postura por parte de mulheres que não se sentiam representadas na luta feminista (negras, lésbicas, de países em desenvolvimento, etc.). A narrativa de confissão se caracterizou pelo reconhecimento dessa crítica passando, porém, a uma idealização e romantização das diferenças.

Assim, a própria categoria, o sujeito, o ‘nós’, que deveria ser presumido com o propósito da solidariedade, produz a facciosidade que deveria liquidar. Por isso Butler pergunta se as mulheres querem tornar-se sujeitos com base no modelo que exige e produz uma região excluída. E propõe que o feminismo deve tornar-se um processo que é autocrítico sobre os processos que produzem e desestabilizam categorias de identidade.

Assim, a desconstrução do sujeito não implicaria uma negação do conceito, mas uma suspensão com os compromissos a que o termo ‘o sujeito’ se refere, para desvendar os pressupostos que oculta. Desconstruir não seria descartar, mas pôr em questão, abrir um espaço a uma reutilização do conceito que anteriormente não estava autorizada.

Para a autora, qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções, e a noção de ‘identidade’ como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. Isso porque: “As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo ‘mulheres’ não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação. Eu diria que os rachas entre as mulheres a respeito do conteúdo do termo devem ser preservados e valorizados, que esses rachas constantes devem ser afirmados como o fundamento infundado da teoria feminista. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao

⁸¹ FRIEDMAN, S.S. – 1995. *Op. cit.*

contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir.”⁸²

Butler não propõe que o termo “mulheres” deixe de ser usado, mas que seja usado atentando para as implicações trazidas no momento em que se constrói esse sujeito, atentando para os elementos que participam dessa construção. Pois, respondendo à questão de se não deveria haver um conjunto de normas que discrimine entre as descrições que devem e que não devem aderir à categoria mulheres, a autora elabora outra questão: quem estabeleceria essas normas e que contestações elas produziriam? Pois uma vez estabelecido um fundamento normativo do que deveria ser propriamente incluído na descrição de mulheres, um novo lugar de disputa política seria estabelecido, já que a elaboração desse fundamento implica algumas exclusões, retornando a um esquema autoritário.

Para rebater as críticas de que as lutas políticas são impossíveis de serem efetivadas a não ser através da noção de identidade, Butler⁸³ propõe a noção de coalizão, sugerindo com ela que identidades podem ser constituídas quando há um propósito comum, uma causa política. Mas enfatizando que são identidades instituídas e abandonadas conforme os propósitos, as relações, as situações, as posições.

Essa idéia pode nos ajudar a responder à argumentação de que é necessário invocar a noção de “mulher” em enfrentamentos políticos tais como requerer a legalização do aborto⁸⁴. Ao invocar a noção “mulher” para essa luta política, pareceria que todas as mulheres são a favor da legalização do aborto, em um processo de exclusão daquelas que são contra. Há que se considerar que as mulheres podem formar distintas coalizões a respeito da mesma luta política (contra e a favor da legalização do aborto), todas utilizando e apoiando-se na mesma noção “mulher”.

Além disso, como as coalizões constituem identidades temporárias, transitórias, elas podem ser feitas a partir de elementos vários. Assim, por exemplo, muitas mulheres, identificando-se como católicas, lutam contra a legalização do aborto em qualquer situação, seguindo a doutrina da Igreja. Entretanto, dentro da própria Igreja há um grupo de mulheres

⁸² BUTLER, J. – 1998. *Op. cit.* p. 36.

⁸³ BUTLER, J. – 1990. *Op. cit.*

⁸⁴ Exemplo deste tipo de argumentação pode ser encontrado em ALCOFF, L. – 1988. Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. *Signs*, v.3, n.13, p.407. “Como podemos

cujas identificação nesse caso é feita não com a doutrina católica, mas com as idéias do movimento feminista sobre a liberdade de escolha das mulheres. Trata-se de um grupo denominado “Católicas pelo Direito a Decidir”, que luta pelo direito das mulheres de decidirem se querem abortar ou não, conforme sua consciência e livre-arbítrio.

Se no primeiro exemplo poderíamos dizer que há uma coalizão contra a legalização do aborto instituída em nome das **mulheres** católicas; no segundo poderíamos dizer que há uma coalizão a favor da livre escolha instituída em nome das **mulheres** católicas pelo direito a decidir. Portanto, as coalizões dependem dos propósitos e das relações que são estabelecidas em torno de lutas políticas específicas, e não da recorrência ao termo “mulher”.

Além disso, há que se considerar que a questão do aborto diz respeito também aos homens, seja porque afeta suas vidas pessoais⁸⁵; seja porque eles influenciam nas decisões e opiniões das mulheres sobre este tema; seja porque a maioria dos legisladores no Brasil e no mundo é constituída por homens.

Em contraste com a postura de Butler, autoras como Harding⁸⁶ consideram que devemos persistir nas dicotomias gênero e sexo, cultura e natureza, mesmo que estas sejam empiricamente falsas, porque elas permanecem estruturando nossas vidas e nossas consciências. Assim, mesmo ciente de que embasar argumentos no reconhecimento das diferenças biológicas entre mulheres e homens abre precedentes para posições que o feminismo busca combater - como é o caso de se considerar a biologia como fatalidade para homens e mulheres -, a autora enfatiza que: “A estrutura do corpo da mulher é diferente da estrutura do corpo do homem. Queremos, portanto, conhecer as implicações dessa configuração corpórea diversa sobre as relações sociais e a vida intelectual. Menstruação, penetração vaginal, práticas sexuais lésbicas, parto, aleitamento e menopausa são experiências sexuais que os homens não podem ter.”⁸⁷

Parece-me que o problema trazido pela afirmação de Harding encontra-se no fato de a autora considerar que os itens por ela eleitos como experiências possíveis unicamente pelos corpos das mulheres foram extraídos da **evidência natural e universal dos corpos**. Porém, há

requerer a legalização do aborto, creches ou salários iguais para tarefas iguais sem invocar o conceito de mulher?”

⁸⁵ RAMÍREZ, M.C. – 1999. Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP.

⁸⁶ HARDING, S. – 1993. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v.1, n.1.

⁸⁷ *Id.* p.25.

que se atentar que esta lista está elaborada a partir de elementos que são considerados significativos da distinção sexual dentro da cultura da própria autora; excluindo elementos que podem ser considerados significativos em outras culturas. Certamente, como argumenta Harding, essa diferenciação corpórea diversa incide nas relações sociais, mas somente na medida em que se torna significativa para a cultura. Portanto, a lista de diferenças sexuais não pode ser tomada como dada a partir da estrutura corpórea distinta (universal e natural) de homens e mulheres. Mas como uma lista significativa dentro de uma cultura e, por isso mesmo, com uma realidade que pesa na construção das relações sociais e jogos de poder.

Porque da mesma forma que as categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas; uma lista das diferenças sexuais também é normativa, pois: “(...) o sexo não *descreve* uma materialidade prévia, mas produz e regula a **inteligibilidade da materialidade dos corpos..**”⁸⁸

Não se trata, portanto, de negar a materialidade dos corpos, ou a materialidade da natureza. Mas de perceber que essa materialidade só existe na medida em que é significada pela cultura. Nas palavras de Sahlins⁸⁹, em sua análise da produção nas sociedades capitalistas: “O todo da natureza é o objeto potencial da práxis simbólica, cuja trama, bastante parecida com a Razão de Hegel, consiste no seguinte: põe a serviço de suas próprias intenções aquelas relações entre coisas que existem por suas próprias qualidades. A diferença entre a linha vertical e a horizontal pode trazer com ela uma ‘resistência’ e ‘submissão’, comumente experimentadas, a uma ‘força’ bem conhecida. Daí a conveniência de um contraste proporcionado pela natureza para uma distinção presente na cultura – por exemplo, entre autoridade e subordinação. Tampouco nos devemos iludir com a aparente objetividade do signo, o qual não passa do resultado de um processo dialético em que o fato natural foi primeiro dominado culturalmente de maneira a ser reaplicado naturalmente. A natureza rigidamente separada do homem, como disse Marx, não existe para o homem. As noções de ‘força’, ‘resistência’, e outras semelhantes já são avaliações, representações culturais relativas do processo natural. Contrário às nossas perspectivas correntes, esse tipo de metáfora não vai realmente do concreto para o abstrato, da natureza para a cultura.”

Assim, teríamos que os contrastes apresentados pela natureza (como as diferenças entre os sexos) são tomados para dar sentido a uma distinção presente na cultura. As

⁸⁸ BUTLER, J. – 1998. *Op. cit.* p. 39.

⁸⁹ SAHLINS, M. – 1979. *Op. cit.* p. 217.

diferenças corporais apareceriam como uma metáfora da cultura, sendo então reaplicadas como naturais. Não haveria como, portanto, fazer uma lista definitiva das diferenças sexuais, porque estas dependem das distinções feitas pela cultura.

Para finalizar, voltemos a Butler. Para a autora, o feminismo não deveria temer o fato do sujeito, seu gênero, seu sexo ou sua materialidade não poderem mais ser tomados como certos, achando que isso poderia esvaziar o feminismo; pois tomá-los como certos seria manter em seus lugares as próprias premissas que tentaram assegurar a subordinação das mulheres.

Concluo esta discussão sobre as críticas endereçadas aos estudos sobre masculinidades enfatizando o que já escrevi anteriormente. Isto é, que considero que os estudos sobre masculinidades não devem constituir-se em um campo específico, mas fazer parte dos estudos de gênero, a partir do uso da categoria gênero como relacional, situacional, não identitária. Isto salvaguardaria tais estudos de tratarem as categorias de gênero como pólos fixos e de referirem-se apenas ao que é considerado um desses pólos: homem-masculino. Essa fixação tem como efeito indesejado a desconsideração do que é tido como o outro pólo (mulher-feminino), e de todas as mediações que existem entre ambos e dentro de cada um deles, que faz com que as categorias de gênero, em vez de polarizadas fixamente, sejam relacionais.

CAPÍTULO IV

O MÉTODO E A DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa foi realizada no Ambulatório de Reprodução Humana do Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher da Universidade Estadual de Campinas (CAISM-UNICAMP), com homens que estavam procurando o ambulatório em busca de tratamento para esterilidade ou em busca de orientação sobre planejamento familiar. O estudo procurou compreender as concepções masculinas sobre paternidade e aborto voluntário independentemente do fato de os pesquisados terem passado por essas experiências. Estas experiências não foram condição necessária para participação nas entrevistas porque o enfoque da pesquisa são as concepções e representações sobre a paternidade, elaboradas ao longo da própria experiência da masculinidade. O fato de terem passado ou não pelas experiências da paternidade e do aborto voluntário foi considerado na análise dos dados e não na seleção dos sujeitos.

Para realizar a pesquisa utilizei dois instrumentos. O primeiro foi uma ficha onde coletei os dados sociodemográficos; e o segundo consistiu em entrevistas abertas e em profundidade. Estas foram feitas seguindo-se um roteiro de perguntas, utilizando-se também a técnica de "história de vida". Utilizei as "histórias de vida" como um relato motivado pelo pesquisador, que também nele interfere com perguntas, e que se restringe às informações dadas pelo entrevistado, sem complementação de outras fontes. Neste caso, o entrevistado se refere preferencialmente àquela parcela de sua vida ligada ao tema da pesquisa, sem esgotar sua biografia¹.

Entrevistei 21 homens. Esse número (20) estava em minha proposta inicial, e o desenvolvimento do trabalho indicou que era um número adequado, por satisfazer o "critério de saturação". Este critério consiste em realizar as entrevistas até o ponto em que

¹BERTAUX, D. – 1980. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. LXIX.

KOFES, S. – 1994. Experiências sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu** (3).

se perceba que não estão sendo obtidos dados novos². Segundo Bertaux³, o fenômeno da saturação aparece quando os elementos de conhecimento das relações socioestruturais trazidas por cada “história de vida” permitem uma totalização da proposta inicial da pesquisa.

Os homens foram entrevistados em uma sala privada no próprio ambulatório. A proposta inicial era entrevistar os homens fora do ambulatório, em suas casas ou em seu local de trabalho. Entretanto, um motivo surgido no início do trabalho de campo me fez optar por fazer as entrevistas no ambulatório: a maioria dos homens não desejava participar da entrevista, apesar de não recusar de imediato. Davam desculpas e procuravam se esquivar como podiam. Por isso eu temia que muitos marcassem comigo para outro dia, em outro local, somente para ficar livres da minha solicitação, e não comparecessem (como de fato aconteceu no começo).⁴

O procedimento para começar uma entrevista era me apresentar, falar sobre a pesquisa e perguntar se ele poderia participar dela através de uma entrevista. Em caso afirmativo, íamos até uma sala do ambulatório onde ficávamos a sós, com a porta fechada, para garantir um mínimo de privacidade. Então eu aplicava o questionário para coletar os dados sociodemográficos e depois dava início à entrevista em profundidade. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Os homens participaram voluntariamente da pesquisa. Esclareci para eles que sua recusa em participar não alteraria em nada seu atendimento no referido ambulatório. A identidade dos participantes foi mantida em sigilo, uma vez que as fichas e as entrevistas foram organizadas por números, não contendo qualquer informação que permita identificar o entrevistado. Posteriormente dei nomes fictícios aos entrevistados.

A seguir, apresento alguns dados do ambulatório, com o intuito de mapear minimamente a instituição. Nos meses de agosto e setembro de 1998, época em que realizei

² PATTON, M.Q. – 1990. **Qualitative evaluation and research methods**. London, Sage Publications.

³BERTAUX, D. 1980. *Op. cit.*

⁴Além disso, o início do trabalho de campo estava bastante atrasado por causa das normas do ambulatório. Para ter a permissão de fazer pesquisa no ambulatório tive que apresentar meu projeto de pesquisa (reescrito segundo especificidades da área médica) primeiro para uma Comissão de Pesquisa do Departamento de Tocoginecologia, e depois para uma Comissão de Ética. O problema era que essas comissões reuniam-se somente de 15 em 15 dias, e analisavam um número limitado de projetos a cada vez. Uma vez que os projetos de todos os mestrados e doutorandos do departamento necessitam passar por estas comissões, meu projeto

as entrevistas, 77 mulheres solicitaram laqueadura no ambulatório. Segundo dados colhidos no livro de controle, três maridos/companheiros dessas mulheres optaram por fazer vasectomia após passarem pela entrevista com a assistente social. Das 74 mulheres restantes, 46 tiveram seu pedido aprovado, 25 abandonaram o acompanhamento no ambulatório, duas tiveram seu pedido reprovado por estarem fora dos critérios, e uma desistiu.

Uma vez que o paciente opte por fazer a vasectomia, ele é encaminhado à assistente social do Hospital das Clínicas da UNICAMP, mas não há dados no ambulatório sobre esses casos. O hospital atende, além dos encaminhados pelo ambulatório, homens que lá chegam diretamente solicitando vasectomia. A assistente social do hospital não anota em seu livro de controle a procedência do paciente, assim não há como saber quem chegou através do ambulatório e quem veio diretamente. No mês de agosto de 1998 não houve atendimento de solicitação de vasectomia; mas no mês de setembro foram atendidos 46 homens que estavam solicitando essa cirurgia. Desses 46 homens, quatro desistiram da cirurgia e 42 fizeram a vasectomia. A maioria tinha entre 31 e 35 anos de idade; até o primeiro grau de escolaridade; com uma união; como mostram as tabelas abaixo:

IDADE

Até 30 anos	8
31 – 35	17
36 – 40	10
41 – 50	8
51 ou mais	3

ESCOLARIDADE

Até a 4ª série do 1º grau	16
Até o primeiro grau	18
Até o segundo grau	10
Até o superior	2

NÚM. DE FILHOS VIVOS

Um filho	2
Dois filhos	12
Três filhos	12
Quatro filhos	10
Cinco ou mais	10

NÚM. DE UNIÕES

Uma	39
Duas	7

Nos meses de agosto e setembro de 1998, 102 casais procuraram o ambulatório para tratamento de esterilidade. No que se refere aos homens, a maioria tinha entre 26 e 30 anos; era de cor branca; era casada; com primeiro grau de escolaridade; sem casamento prévio; e sem filhos de outro casamento; como pode ser observado pelas tabelas abaixo:

IDADE		COR	
16 anos	1	Branca	84
20 – 25	9	Parda	13
26 – 30	34	Preta	3
31 – 35	26	Morena	2
36 – 40	22		
41 – 50	8		
51 – 60	2		

ESCOLARIDADE		ESTADO CIVIL	
Nenhuma	3	Casado	70
Até 4ª série do 1º grau	19	Amasiado	32
Até 1º grau	35		
Até 2º grau	28		
Superior (completo ou não)	17		

COM CASAMENTO PRÉVIO	15
COM FILHOS DE OUTRO CASAMENTO	18

Esses dados foram colhidos das fichas que são preenchidas pelas enfermeiras na segunda visita ao ambulatório. Nessa visita, segundo as enfermeiras, não é necessária a presença do parceiro porque a paciente vai somente pegar o resultado dos exames. A ficha é preenchida, portanto, segundo as informações que as esposas/companheiras fornecem, porque raramente os parceiros estão presentes nessa consulta. A cor da paciente é preenchida pela enfermeira, sem ser perguntada. A cor do parceiro é colocada segundo a informação dada pela paciente. A informação de que 18 dos parceiros tinham filhos de outros relacionamentos também está condicionada ao conhecimento que as esposas/companheiras tinham ou não de outros filhos de seus parceiros.

Vinte e quatro mulheres e 18 homens já tinham filhos de outros casamentos. Esse desejo por ter mais filhos pode ser explicado pelo fato de os filhos já nascidos não morarem com eles. Outra explicação é a de que - como veremos na análise das entrevistas e também como observei em minha pesquisa anterior - um filho é importante para oficializar, sacramentar uma nova relação, um novo casamento, independentemente do fato de um dos dois ou de ambos já terem filhos. Cada união “necessita” de seus próprios filhos.

Durante o ano de 1998, 66 casais participaram do programa de fertilização *in vitro* (FIV) do ambulatório. Somente seis casos resultaram em gravidez, sendo uma delas de gêmeos. Nos demais casos, 24 mulheres não conseguiram engravidar e menstruaram logo após a transferência do ovo fecundado; não houve transferência do ovo - por razões médicas - no caso de 19 casais; seis casos foram cancelados porque a medicação foi tomada de maneira errada; cinco casais desistiram da FIV, sendo que em uma das fichas a explicação era não ter mais condições financeiras de continuar comprando os remédios; não há informação na ficha de seis casais sobre o desfecho do procedimento.

Há um levantamento feito pelas assistentes sociais referente a 86 casais que receberam atendimento de FIV nos anos de 1993 e 1994. Esse levantamento concluiu que o grupo de casais estudado não representava o perfil da população que é atendida rotineiramente na UNICAMP, uma vez que um quinto das mulheres e um quarto dos homens tinham grau superior; a renda de quase um terço dos casais era acima de 11 salários mínimos, e quase dois terços possuíam casa própria. Segundo o informe: “O melhor nível sócio-econômico desse grupo de casais em comparação com os outros pacientes da UNICAMP, representado por um melhor ingresso, moradia própria e alguns com educação superior tem uma explicação. Dadas as limitações do setor público em fornecer o necessário para este programa, a instituição aporta o pessoal, medicamento, anestesia e uma quantidade limitada de medicamentos. Isto leva a que o Serviço Social durante sua entrevista, faça uma avaliação sócio-econômica do casal, visando obter informações e orientar quanto à importância de sua participação em adquirir parte ou o total dos medicamentos. Pois todo o processo da FIV é muito oneroso, principalmente os medicamentos utilizados para indução da ovulação. Dessa forma, podemos fazer mais ciclos de FIV, aumentando a experiência da equipe. Isto tem levado a que casais com melhores possibilidades econômicas participem desse programa de FIV.”⁵

⁵MURAYAMA, A. et al. - 1995. Características dos casais do Programa de Fertilização *in vitro* do CAISM/UNICAMP. **Reprodução & Climatério**, v. 10, n. 4, p. 169.

Portanto, mesmo que seja através de um órgão público, apenas casais com uma razoável situação financeira conseguem se submeter a uma fertilização *in vitro*.

A seguir encontram-se alguns dados extraídos do levantamento referido acima:

IDADE DOS HOMENS

Até 30 anos	24
31 – 34	20
35 – 38	21
39 ou mais	21

ESCOLARIDADE DOS HOMENS

1 ^a a 4 ^a série do 1 ^o grau	14
5 ^a a 8 ^a série do 1 ^o grau	20
1 ^a a 3 ^a série do 2 ^o grau	29
Superior incompleta	4
Superior completa	18
Ignorada	1

RENDA DO CASAL

Até 3 salários mínimos	14
Mais de 3 a 5 s.m.	12
Mais de 5 a 7 s.m.	8
Mais de 7 a 9 s.m.	18
Mais de 9 a 11 s.m.	6
Mais de 11 a 13 s.m.	28

MORADIA

Casa própria	56
Casa alugada	21
Casa cedida	9

Os entrevistados

Foram entrevistados 21 homens. Antes da entrevista, como citei anteriormente, aplicava um pequeno questionário para colher os dados sociodemográficos. As tabelas abaixo resumem esses dados:

IDADE

20 – 25	5
26 – 35	12
36 – 50	4

RAÇA OU COR

Branca	12
Preta/negra	4
Morena	3
Parda	1
Mulato	1

RELIGIÃO

Católica	16
Protestante/evangélica	4
Nenhuma	1

FREQÜÊNCIA À MISSA/CULTO

Raramente	10
1 vez por semana	7
1 vez por mês	2
1 vez por ano	1

TRABALHO

Empregados	19
Desempregados	2

SALÁRIO (em salários mínimos ⁶)

De 1 a 2 s.m.	1
Mais de 2 a 3 s.m.	2
Mais de 3 a 4 s.m.	3
Mais de 4 a 6 s.m.	7
Mais de 6 a 8 s.m.	1
Mais de 8 a 14 s.m.	4
Mais de 20 s.m.	1

⁶ Estou me baseando no salário mínimo dos meses de agosto e setembro de 1998, correspondente a R\$120,00.

ESCOLARIDADE

Primário completo	10
Ginasial completo	4
Colegial completo	5
Superior incompleto	1
Superior completo	1

ESTADO MARITAL

Casado	16
Vive junto	4
Solteiro	1

ESCOLARIDADE DAS ESPOSAS/COMPANHEIRAS

Primário incompleto	2
Primário completo	9
Ginasial completo	1
Colegial completo	4
Superior incompleto	2
Superior completo	1
Nenhuma	1

ESPOSAS/COMPANHEIRAS QUE TRABALHAM 7

SALÁRIO DAS ESPOSAS/COMPANHEIRAS (em salários mínimos)

1 s.m.	1
De 2 a 3 s.m.	2
Mais de 3 a 4 s.m.	2
Mais de 4 a 6 s.m.	2

RENDA FAMILIAR TOTAL (em salários mínimos)

De 1 a 2 s.m.	1
Mais de 2 a 3 s.m.	1
Mais de 3 a 4 s.m.	1
Mais de 4 a 6 s.m.	4
Mais de 6 a 8 s.m.	3
Mais de 9 a 10 s.m.	4
Mais de 10 a 15 s.m.	3
Mais de 15 a 20 s.m.	1
Mais de 20 s.m.	2
Não sabe	1

HOMENS COM FILHOS 14

NÚM. DE FILHOS

Um	9
Dois	2
Três	2
Cinco	1

MOTIVO PARA PROCURAR O AMBULATÓRIO

Tratamento para esterilidade	12
Planejamento familiar	9

O quadro mostra que a maioria dos entrevistados tinha idade entre 26 e 35 anos, sendo que o mais jovem tinha 20 e o mais velho 50 anos. Eu perguntei aos entrevistados qual a sua cor ou raça e anotei exatamente a resposta que me deram. Doze responderam que eram brancos, quatro que eram pretos ou negros, e quatro se disseram morenos, pardos ou mulatos.

A maioria dos entrevistados afirmou ser católica, mas estes foram também os que mais afirmaram iram raramente à igreja. O nível de escolaridade pode ser considerado baixo, uma vez que metade dos entrevistados possuía apenas o primário completo e três quartos deles apenas completaram o primeiro grau. Apenas um tinha nível superior

completo. Dois entrevistados estavam desempregados no momento da entrevista e o salário da maioria que trabalhava não era superior a seis salários mínimos. Os desempregados viviam de trabalhos temporários ou das economias que tinham feito. Aqui cabe dizer que um dos entrevistados se destaca dos demais por ganhar um salário de R\$ 4.000,00, ter uma renda familiar de R\$ 5.000,00, e nível superior completo. Esse caso é parecido com o de uma entrevistada de minha pesquisa anterior. Em ambos os casos o ambulatório estava sendo procurado para tratamento de esterilidade porque, como já tive oportunidade de escrever na minha Dissertação de Mestrado, o Ambulatório de Reprodução Humana da UNICAMP é um centro de referência e um centro avançado de pesquisa. O entrevistado ao qual me refiro, já tendo procurado médicos particulares (muitas vezes muito caros) sem sucesso para a resolução de seu problema, procura a UNICAMP na esperança de encontrar avanços científicos na área da esterilidade, que julga não haver chegado aos médicos que consultou.

A maioria dos entrevistados era casada. Um era solteiro pois, apesar de ter tido uma filha, de ter assumido a paternidade desta, de continuar namorando a mãe da criança, e estar acompanhando-a ao ambulatório, não havia se casado, sendo que cada qual continuava vivendo na casa de seus pais.

A maioria das esposas/companheiras havia ido à escola e tinha o primário completo. Duas tinham o primário incompleto, sendo que os todos os maridos/companheiros tinham pelo menos o primário completo. O nível educacional das parceiras também pode ser considerado baixo, já que a maioria tinha apenas o primeiro grau completo, e somente uma completou a universidade. A maioria das parceiras não trabalhava fora de casa, e as que trabalhavam ganhavam menos que seus maridos/companheiros, não chegando nenhuma a ganhar mais de sete salários mínimos.

A renda familiar, onde está incluído o salário do esposo/companheiro, da esposa/companheira, rendas temporárias de trabalhos informais e ajuda de filhos ou pais (como é o caso dos dois entrevistados desempregados) mostrou uma variação que vai de dois até mais de 20 salários mínimos. As rendas que eram mais altas e que se destacavam da maioria eram de um entrevistado que disse morar com os pais (R\$ 3.000,00), e do entrevistado citado acima (R\$ 5.000,00), uma exceção nesse contexto. Um entrevistado disse não saber a renda familiar total porque vivia com sua esposa na casa de seus pais.

Nove entrevistados eram migrantes que trabalhavam na área rural e foram procurar (eles ou seus pais) emprego e melhores condições de vida na cidade. Os migrantes vieram do interior de: Rondônia (1), Rio Grande do Norte (1), Minas Gerais (1), Paraná (1), Sergipe (1), Alagoas (1), Mato Grosso (1), e São Paulo (2). Um outro entrevistado sempre morou na área rural, no interior de São Paulo, e se diferenciava por nunca ter tido necessidade financeira de sair de suas terras.

Estar procurando o ambulatório para tratamento de esterilidade não significava que o entrevistado não tivesse filho, ou que não estivesse criando um filho (adotivo, da atual esposa ou de outro parente). De fato, entre os 12 entrevistados que estavam procurando tratamento para esterilidade:

- um tinha uma filha de seu primeiro casamento, que morava com a ex-esposa; e ele criava os três filhos que a atual parceira tinha de seu primeiro casamento. Desejavam agora ter um filho que fosse dos dois;
- um criava como sua a filha da irmã;
- um já tinha um filho com a esposa e desejava outro, mas a esposa estava tendo dificuldades para engravidar novamente;
- um tinha uma filha adotiva;
- um tinha cinco filhos do primeiro casamento, sua atual esposa tinha dois filhos do primeiro casamento, mas desejavam ter um filho porque nenhum filho morava com eles;
- um tinha um filho com a esposa, criava o filho que a esposa teve no primeiro casamento, e agora a esposa havia se arrependido de ter feito laqueadura e desejava ter outro filho.

A seguir faço uma pequena descrição de cada um dos entrevistados, dando-lhes um nome fictício, e utilizando o presente etnográfico. Esse procedimento visa a uma análise mais contextualizada das entrevistas.

GERALDO nasceu em Guaraci e mora em Mogi-Mirim (ambas cidades do interior do Estado de São Paulo). Tem 39 anos, trabalha na lavoura em serviços temporários, sem emprego fixo ou registro na carteira de trabalho. Tem uma renda familiar em torno de

quatro salários mínimos e primário completo. Separou-se da primeira esposa, com a qual teve uma filha que vive com ela em São Paulo, e mora há quatro anos com uma mulher que enviuvou com três filhos. As crianças moram com eles, mas eles estão procurando o ambulatório em busca de tratamento para esterilidade porque desejam ter um filho que seja dos dois. Sua atual esposa exerce trabalho remunerado fora de casa.

OSVALDO nasceu e mora em Capivari (SP). Tem 30 anos, trabalha no Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Capivari e estuda Direito à noite. Tem uma renda familiar em torno de 15 salários mínimos e está casado há seis anos. Sua esposa exerce trabalho remunerado fora de casa e ambos criam uma filha da irmã dele. A irmã desejava fazer um aborto, mas Osvaldo disse para ela ter o filho que ele criaria a criança, o que vem fazendo desde seu nascimento, há quatro anos. Procurou o ambulatório para tratamento de esterilidade, desejando um filho que seja dele e da esposa.

JAIRO nasceu e mora em Campinas. Tem 22 anos, trabalha na instalação de telefones e completou o colegial. Vive com os pais e irmãos e calcula que a renda da família, somando os salários do pai e dos irmãos, chega a 25 salários mínimos. Tem uma filha com a namorada, mas resolveram que não iam se casar porque eram muito novos. Continuam namorando, ela vive na casa dos pais dela e ele participa da criação e do cuidado da filha. Foi junto com a namorada ao ambulatório para uma consulta de acompanhamento do uso do DIU.

MÁRIO nasceu em Rondônia e foi criado trabalhando na roça. Morou em Rio Branco e mora em Campinas há oito anos. Trabalhava na lavoura, mas depois que migrou trabalha na manutenção de um clube esportivo cortando árvores, fazendo trabalho de pintura, arrumando cercas, etc. Tem 33 anos, o ginásio completo e uma renda familiar em torno de seis salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado e eles têm um casal de filhos. Procuraram o ambulatório para a esposa fazer laqueadura tubária, pois não desejam ter mais filhos por falta de condições financeiras para criar mais crianças.

RAFAEL nasceu e mora em Araras (SP) e trabalha como servidor público. Tem 20 anos, começou a morar junto com sua companheira aos 16 e decidiu ter filhos com 18 anos. Como não conseguiu, procurou o ambulatório para tratamento de esterilidade. Tem o primário completo e sua companheira não exerce trabalho remunerado. Ambos moram com

os pais e irmãos dele, e ele não tem idéia de quanto é a renda familiar; seu salário é de quase três salários mínimos.

ROMERO nasceu em uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, foi criado trabalhando na roça, morou no Ceará e na Bahia, e atualmente mora em Monte-Mor (SP), onde trabalha como azulejista. Tem 34 anos, o primário completo e uma renda familiar de cinco salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado. Eles têm uma filha e desejam ter um casal; como há dois anos sua esposa deixou de usar método anticoncepcional e não engravidou até o momento, resolveram procurar o ambulatório para tratamento de esterilidade.

MARCOS nasceu em uma cidade do interior de Minas Gerais e foi criado trabalhando na roça. Atualmente mora em Santa Bárbara d'Oeste (SP) onde trabalha fazendo manutenção da rede elétrica na CPFL. Tem 33 anos, primário completo e uma renda familiar de 7,5 salários mínimos. Sua esposa exerce trabalho remunerado fora de casa. Marcos disse que foi ao ambulatório em busca de tratamento para esterilidade mais por causa do desejo dela de ter um filho. Ele deseja ter um filho, mas só se vier naturalmente, sem ter que fazer muito tratamento, pois considera a vida hoje em dia muito cara e perigosa para se ter um filho.

PAULO nasceu em Alagoas e foi criado trabalhando na roça. Morou no Rio de Janeiro, em São Paulo, e atualmente mora em Hortolândia (SP). Trabalha como operário na Singer e está de aviso prévio, pois a empresa está indo para outro estado; recebe quatro salários mínimos. Tem 29 anos, o primário completo e faz supletivo à noite. Está separado da esposa, ele mora com o irmão e ela com uma tia. Mas deseja reatar o casamento e estava acompanhando a esposa para uma consulta no ambulatório em busca de método de planejamento familiar. Tem uma filha com ela que costuma ver sempre que pode.

SÉRGIO nasceu em Tupã (SP), foi criado no Paraná, morou em Rondônia e atualmente mora em Indaiatuba (SP). Foi criado trabalhando na roça e mora há oito anos na cidade, onde trabalha como servente de pedreiro. Tem 30 anos, o primário completo e uma renda familiar em torno de três salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado. Ela já engravidou sete vezes, mas houve aborto espontâneo em todas as gravidezes. Está grávida novamente e faz no ambulatório tratamento para abortos espontâneos recorrentes.

JOÃO nasceu em Vinhedo e mora atualmente em Indaiatuba (ambas cidades do interior paulista), onde tem um sítio em que planta uvas. Tem 33 anos, o ginásio completo e uma renda familiar em torno de 10 salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado. Eles adotaram uma filha (que está com seis anos) depois que a esposa teve três abortos espontâneos. A adoção foi clandestina, isto é, João pegou uma menina que acabava de nascer em casa e que a mãe queria dar para alguém criar, e registrou-a como sendo sua e da esposa⁷. Mas resolveram ir ao ambulatório em busca de tratamento para esterilidade, pois desejam ter um filho “natural” dos dois.

PEDRO nasceu e mora em Araras (SP), onde trabalha em uma concessionária de automóveis como mecânico. Tem 33 anos, o colegial completo e uma renda familiar de cinco salários mínimos. Está casado há 10 anos, e sua esposa não exerce trabalho remunerado. Como não conseguiam ter filhos, tentaram adotar uma criança de uma mulher que queria doar o filho assim que nascesse. Porém, depois que a criança nasceu, a mãe desistiu de entregá-la para a adoção, e Pedro e a esposa resolveram procurar tratamento para esterilidade porque um filho “completa o casal”.

JOSÉ nasceu no sul de Minas Gerais e mora atualmente em Monte-Mor (SP), onde trabalha na construção civil, fazendo a parte de acabamento. Tem 50 anos, o primário completo e recebe cinco salários mínimos. Está separado da esposa, com quem teve cinco filhos que vê ocasionalmente; e atualmente mora junto com uma mulher que não exerce trabalho remunerado e que tem duas filhas que estão morando com a ex-sogra. Foram procurar tratamento para esterilidade porque a companheira deseja ter um filho com ele. José não faz muita questão de ter outro filho, mas foi ao ambulatório por insistência da companheira.

JOAQUIM nasceu e viveu sempre em Campinas, mas trabalha em São Paulo onde é auditor de uma grande empresa. Tem 38 anos e se diferencia dos demais entrevistados por ter nível superior completo e uma renda familiar de mais de 40 salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado. Estão procurando tratamento para esterilidade, e pensam em adotar uma criança se o tratamento não der resultado. Já haviam procurado outros médicos que disseram que o “problema” é dele e não da esposa, e que a única

⁷“Adoção à brasileira”, segundo FONSECA, C. – 1995. *Caminhos da adoção*, São Paulo, Cortez Editora.

maneira de ela engravidar seria através de inseminação artificial. Então procuraram o ambulatório por causa do renome da UNICAMP.

ANTÔNIO nasceu no Paraná e foi criado trabalhando na roça. Morou em São Paulo e mora atualmente em Campinas, onde trabalha como pedreiro, sem carteira de trabalho assinada. Seu desejo é voltar a morar e trabalhar na roça. Tem 25 anos, o primário completo e uma renda familiar em torno de seis salários mínimos. Está casado há nove anos e sua esposa não exerce trabalho remunerado. Quando se casou, a esposa já tinha um filho de um homem que não assumiu a criança. Com ela, Antônio teve um casal de filhos e considera o filho da esposa como se fosse dele. Procuraram o ambulatório para a esposa fazer a laqueadura.

MIGUEL nasceu em Campinas, foi criado em Itapetininga (SP) e atualmente mora em Campinas. Está desempregado e faz trabalhos temporários como segurança de casa noturna, o que lhe rende um salário mínimo e meio. Tem 20 anos e o colegial completo. Mora junto com a companheira, na casa da avó, desde que tiveram uma filha há um ano e dois meses. A companheira está desempregada. Procuraram o ambulatório em busca de outro método anticoncepcional, pois a companheira não está se adaptando bem ao DIU.

CARLOS nasceu em Minas Gerais e mora em Campinas há 20 anos, onde trabalha como eletricitista. Tem 31 anos, o colegial completo e uma renda familiar em torno de seis salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado. Eles têm dois filhos. Tinham planejado ter um, mas a esposa engravidou pela segunda vez. A criança foi bem aceita, mas a partir de então procuraram o ambulatório em busca de método de planejamento familiar. A esposa está usando DIU (estavam no ambulatório em uma consulta de acompanhamento do método) até o filho completar um ano e Carlos, segundo as normas do ambulatório, poder fazer a vasectomia. Ele mesmo se propôs a fazer a vasectomia porque é uma cirurgia mais simples que a laqueadura.

EDUARDO nasceu em Sergipe e mora em Limeira (SP) há três anos, onde trabalha como operador de máquina. Tem 22 anos e aos 15 anos parou de estudar - não porque precisasse deixar a escola para trabalhar, mas porque não gostava de estudar - e começou a trabalhar na lavoura. Completou o primário. Hoje se arrepende dizendo que, para arranjar um bom emprego, é preciso ter estudo. Sua renda familiar é de 7,5 salários mínimos, e sua esposa exerce trabalho remunerado fora de casa. Procurou o ambulatório em busca de

tratamento para esterilidade. Está tentando adotar uma criança recém-nascida, mas há uma fila de espera muito grande. Eduardo gostaria de ter muitos filhos como seu pai teve.

AUGUSTO nasceu e mora em Indaiatuba (SP), onde trabalha em seu próprio sítio. Tem 38 anos, o colegial completo e uma renda familiar em torno de 10 salários mínimos. Sua esposa exerce trabalho remunerado fora de casa e ambos tiveram um filho que faleceu com dois dias de vida. A esposa já teve três abortos espontâneos e estavam procurando tratamento no ambulatório porque desejam ter um filho que seja “deles mesmos”.

RODRIGO nasceu e mora em Campinas, onde trabalha como operário especializado em uma fábrica de pneus. Tem 30 anos, o ginásio completo e uma renda familiar em torno de 11 salários mínimos. Está casado há cinco anos e sua esposa não exerce trabalho remunerado. Tem uma filha e está pensando em ter outro filho no futuro. Estava acompanhando a esposa no ambulatório para uma consulta de acompanhamento do uso do DIU.

ALFREDO nasceu no Mato Grosso, onde foi criado trabalhando na roça, e atualmente mora em Hortolândia (SP). Está desempregado há dois anos e faz trabalhos temporários de pintor e eletricitista. Deseja voltar a estudar para conseguir um bom emprego. Tem 28 anos, o primário completo e uma renda familiar de dois a três salários mínimos. Sua esposa não exerce trabalho remunerado. Ele tem três filhos com a esposa e gostaria de ter mais, mas sua condição financeira não permite. Procuraram o ambulatório em busca de método de planejamento familiar. Ele queria fazer vasectomia para a esposa não ter que se submeter a outra cirurgia (ela já havia feito cesárea), mas não tem a idade mínima estabelecida pelo ambulatório (30 anos) para poder fazer a operação. Portanto, para não correr o risco de uma quarta gravidez, a esposa fará a laqueadura.

MILTON nasceu em Catanduva (SP) e mora há mais de 20 anos em Campinas, onde trabalha como agente aeroportuário na INFRAERO. Tem 32 anos, o ginásio completo e uma renda familiar de 7,5 salários mínimos. Está casado há seis anos e sua esposa exerce trabalho remunerado fora de casa. Quando se casou, a esposa tinha um filho de um homem que não assumiu a criança. Milton assumiu a criança como sua e teve outro filho com a esposa. Depois disso a esposa resolveu fazer laqueadura, embora Milton fosse contra a idéia, pois desejava ter mais filhos. Após cinco anos a esposa se arrependeu de ter feito a

cirurgia, e estavam procurando o ambulatório para tentar reverter a laqueadura e ter mais um filho.

CAPÍTULO V

OS PAIS E OS QUE DESEJAM SER PAIS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Responsabilidades paternas

A idéia dos entrevistados sobre o que significa ser um bom pai está articulada, principalmente, em torno da educação, atenção, e sustento material que este deve dar aos filhos. Um bom pai deve estar presente nos momentos bons e nos maus; deve orientar, ensinar o que é certo e o que é errado; deve dar uma boa educação; deve expressar amor e carinho pelos filhos. Mas, principalmente, o pai deve ser o provedor, aquele que sustenta material e economicamente o filho. Por seu lado, a boa mãe é representada como aquela que se ocupa do cuidado dos filhos tais como limpá-los, dar-lhes comida, colocar para dormir.

Para dar seqüência à análise é importante esclarecer dois pontos. O primeiro é que, a respeito dos entrevistados terem ou não filhos, não encontrei diferenças nas concepções sobre paternidade que possam ser atribuídas a esse fato. Parece-me que isso ocorre porque essas representações vêm sendo elaboradas ao longo da vida dos homens, e não no momento em que têm um filho. Ter ou não filhos foi um fator que gerou reações e opiniões distintas apenas quando o tema tratado foi esterilidade, como será visto na seção seguinte.

O segundo ponto a ser considerado é que no questionário eu indagava sobre cor ou raça, assim como sobre salário, renda familiar e escolaridade; sendo que durante as entrevistas não fiz perguntas diretas sobre esses temas. Desde logo surgiu espontaneamente por parte dos entrevistados a articulação entre questões sobre paternidade e classe, o que não ocorreu em relação à raça, que não chegou a ser referida. Isto não significa que questões relativas à raça não estejam também articuladas às formulações sobre paternidade. Se eu houvesse feito perguntas nesta direção, esta associação poderia ter aparecido, porém optei por trabalhar com os dados surgidos espontaneamente. Pondero, no entanto, que a entrada nas questões referentes à raça poderia apontar relações significativas entre, por exemplo, a paternidade e o

sistema de classificação de cor¹, a paternidade e o ideal de branqueamento ou de resistência a ele².

Ao tematizar sobre a paternidade, os entrevistados com mais baixa renda e nível de escolaridade enfatizaram que queriam dar para os filhos tudo o que não puderam ter, o que incluía bens materiais e educação formal. Entretanto, manifestaram uma consciência de não ter condições financeiras para dar tudo o que os filhos queriam. Romero, que enfatizava durante a entrevista a vida dura que teve desde criança, disse que:

“Porque eu sempre trabalhei, eu com oito anos de idade eu já trabalhava, ajudando meu pai, porque não tinha condições. Eu com 12 anos de idade eu não sabia escrever meu nome, vim fazer a primeira série com 12 anos, porque lá onde eu morava não tinha, né? Tinha assim uma escolinha igual você vê essas caatingas aí do norte. Então eu quero tudo nos conformes pra minha filha, e o outro que nascer principalmente. Fazer o pré agora com seis anos, com sete já está na escola.”

Para Romero, a migração para a “cidade grande” acarretou uma melhoria na sua condição de vida que permite que ele planeje que seus filhos estudem, o que não foi possível no seu caso.

Por outro lado, a preocupação com os estudos e com o conforto material não foi tão enfatizada por Joaquim, que se diferenciava dos demais entrevistados por ter uma renda familiar muito mais alta e curso superior completo. Joaquim enfatizou a importância de se dar amor aos filhos, pois “sem amor a parte material nada vale”. Isso me leva a pensar que, por não se constituir um problema para ele a questão do sustento material dos filhos, esta não foi sublinhada. Já para os entrevistados que temem não conseguir sustentar os filhos, essa questão é um tema premente. Da mesma forma, Joaquim sublinhou que gostaria de ter um

¹Em relação ao sistema de classificação de cor das pessoas no Brasil, Maggie considera que a oposição preto/branco denota desigualdade social, enquanto a oposição negro/branco refere-se a diferenças culturais, à origem, e o gradiente claro/escuro valoriza diferenças por contigüidade e dilui as oposições por ser relacional, remetendo ao mito da democracia racial.

MAGGIE, Y. – 1991. A Ilusão do Concreto: análise do sistema de classificação racial no Brasil. Tese para professor titular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ.

² Poder-se-ia indagar, por exemplo, em que medida há uma preocupação paterna em relação à sua própria cor e à cor que o filho tem ou terá, ou em que medida a transmissão da cor é importante, valorizada ou negada.

filho para ser seu herdeiro, enquanto os demais referiam-se ao que poderiam ensinar para os filhos, e não ao que poderiam deixar-lhes de herança.

Para todos os entrevistados, o trabalho do homem apareceu como ponto de referência ao se falar em paternidade, seja através da afirmação da necessidade do trabalho para sustentar os filhos, ou na visão do trabalho remunerado da mulher como secundário. Nesse sentido, muito se falou sobre o medo do desemprego, a importância de ter saúde para poder trabalhar, e à “ajuda” que pode representar o trabalho remunerado da mulher.

Entre os entrevistados existia a idéia de que prejudica na criação da criança a mulher trabalhar fora de casa. A justificativa dada era a de que a criança precisa do cuidado e da presença maternos, que deixá-la em creche ou com avós ou parentes não é o ideal. Se há a possibilidade de a família se manter sem a remuneração trazida pelo trabalho da mulher, acredita-se que ela não deve trabalhar fora de casa, pelo menos enquanto os filhos são pequenos. Alguns entrevistados disseram que seria bom se o pai pudesse ficar mais tempo também junto com a criança, mas uma vez que ele tem que trabalhar para sustentar a família, é a mãe que deve ficar cuidando dos filhos. Para Eduardo, cuja esposa exerce trabalho remunerado fora de casa, mas que não tem filhos:

“Prejudica porque a criança fica sendo cuidada por outra pessoa e eu acho que o direito e o dever de estar com a criança tem que ser da mãe. A mãe que tem que estar do lado dela. O pai não pode ficar grudado todo dia, toda hora, todo segundo, porque se ele deixar o serviço pra tomar conta dele, quem vai dar de comer em casa? E a mãe, a mãe não, a mãe casou pra cuidar da casa e cuidar das crianças e não pra ficar trabalhando.”

A noção de que o homem deve trabalhar fora de casa para prover a família parece ser algo tão óbvio para os entrevistados, que alguns não compreenderam minha pergunta quando lhes indagava se prejudicava na criação da criança o pai trabalhar fora de casa. O “fora de casa” foi entendido como “longe de casa”, como no caso de Sérgio:

“Você fala trabalhar fora, longe da cidade? (...) O homem acho que não (prejudica), o serviço do homem sempre mais é fora. Difícil a pessoa que tenha o serviço dentro da própria casa.”

Entretanto, Osvaldo acreditava que a mulher deveria trabalhar fora de casa porque era bom para sua independência, para sua auto-estima, e isso levaria a uma melhor educação da criança:

“O trabalho fora de casa valoriza mais a mulher, ela vai ter dentro dela que pode fazer as coisas, senão fica totalmente dependente dos outros e isso ela vai passar para a criança. Vai ser bom porque ela vai passar para a criança aprender a desenvolver as próprias aptidões, o que ela é capaz de fazer ou não.”

Osvaldo acrescentou que achava que trabalhar fora de casa era bom para a mulher independentemente de ela ter filhos ou não, porque ela se torna mais independente, e que se referiu à criação dos filhos porque era sobre isso que eu estava perguntando. Disse que sempre apoiou sua esposa a ter seu trabalho e sua realização pessoal. O que impede uma interpretação que diga que ele estava pensando na mulher apenas através dos filhos, e não no seu próprio bem-estar. Sua opinião relativiza as concepções referidas acima, sobre ser função materna o cuidado com os filhos, ficando o trabalho remunerado em segundo plano, em caso de necessidade financeira ou depois que os filhos já cresceram.

As mulheres foram consideradas como tendo mais trabalho com os filhos, mais contato e mais preocupação com eles, e mais trabalho dentro de casa do que os homens; mesmo pelos entrevistados que disseram que ajudam em casa e com o cuidado dos filhos. Como o próprio termo diz, a participação do homem é considerada uma “ajuda”, uma contribuição, não uma obrigação, um dever.

Nesse sentido, em muitas ocasiões surgiu um pensamento circular, uma vez que se considerava que a mulher tem mais tempo para ficar com os filhos porque não trabalha fora de casa (ou trabalha menos tempo que o homem), por isso tem mais contato com os filhos, mais ligação com eles. Por sua vez, argumenta-se que a mulher não trabalha fora ou trabalha menos tempo que o homem porque como mãe está mais ligada aos filhos, deve ficar mais perto deles e preocupar-se com os cuidados infantis. Para Sérgio:

“(...) a mãe tem mais tempo pra ficar com a criança, não deixar a criança sair sozinha, estar sempre ao lado dela. (Prejudica a mãe trabalhar fora de casa) eu acho mais

nos primeiros anos acho que sim. Depois que a criança já tem mais uns cinco anos pra frente eu acho que aí não.”

Segundo João, cuja esposa não exerce trabalho remunerado:

“A mãe está sempre em contato com o filho desde quando nasce. Sei lá, a mãe é mais ... o instinto feminino é diferente, sabe a hora que o filho está com dor de barriga, a hora que está com febre, a criança já levanta, já vê na cara da criança, já sabe que deu um problema. O instinto feminino é mais assim. Eu acho mais importante no aspecto da saúde da criança. Pai é mais... meio desligado, às vezes não percebe as coisas.”

Ao falar sobre suas vidas, foram referências constantes por parte da maioria dos entrevistados a falta de condições financeiras, de educação escolar, e o fato de trabalhar muito. Romero, que trabalha como azulejista:

“Eu levanto cedo, tipo 5:30 horas, aí eu venho trabalhar, chego em casa na fase de 6:00 horas e fico esperando o dia seguinte pra ir trabalhar novamente. Sábado eu trabalho também e domingo eu fico em casa. De vez em quando levo a família pra passear um pouco, quando eu posso.”

Marcos, que trabalha fazendo manutenção da rede elétrica:

“Bom, eu nasci em Minas, (...) de família muito pobre, portanto quase não estudei, porque quando eu ia estudar tive que ajudar minha mãe. Porque eu sou filho de pais separados, então foi tumultuando tudo. E de uma classe bastante sofrida, bem castigada. (...) Que a gente está casado já faz uns nove anos, (...) mas somos tudo de família pobre, entendeu? Nível baixo de estudo.”

Essas referências constituem o relato de vida da maioria dos entrevistados: a falta de boas condições financeiras da família de origem os levou à necessidade de entrar precocemente no mercado de trabalho e abandonar os estudos. Como consequência,

atualmente não possuem uma formação escolar que lhes dê acesso a trabalhos mais bem remunerados e, portanto, precisam “trabalhar muito”, “trabalhar pesado”, sem muito tempo ou dinheiro para o lazer.

Uma vez que o trabalho do homem é visto como fundamental para o sustento dos filhos, as justificativas em relação a quem deve cuidar das crianças foram dadas também em função desse trabalho. Assim, muitos entrevistados disseram que ajudam a cuidar dos filhos quando têm tempo, quando não estão trabalhando, quando a esposa/companheira está trabalhando ou quando ela está com muito serviço dentro de casa. Como consideram que cuidar das crianças é atribuição materna, o pai só assume essa tarefa quando tem tempo ou na impossibilidade da mãe.

Porém, alguns entrevistados que dividiam as tarefas domésticas com a esposa ressaltaram que alguns serviços domésticos não faziam. A justificativa podia ser que não sabiam fazê-los, que a parceira fazia melhor, que a parceira era muito exigente e eles não sabiam fazer direito, etc. Cada entrevistado se referiu a um tipo de serviço, podia ser cozinhar, lavar ou passar roupa, limpar a casa. Marcos, por exemplo, disse que:

“Sempre quando eu posso eu faço. Eu tenho dó dela porque trabalha fora, serviço pesado, né? Então sempre quando eu chego, se tem alguma coisa pra fazer... Eu só não faço comida porque se eu faço nem eu como, mas se não fosse isso eu faria também. Roupa, eu passo roupa, não fica lá aquela grande coisa, mas dá pra quebrar um galho. Até roupa eu lavava, mas eu parei de lavar porque estava ficando mal lavada e ela é muito exigente com esse lado de limpeza, ela é muito exigente. Então o que eu posso fazer, que depende de mim eu faço.”

Se esses entrevistados consideravam que os homens podem e devem dividir os serviços de casa com as mulheres, me parece que estabelecer qual serviço não realizam é uma forma de colocar limites a uma indiferenciação nas atribuições de funções e, por extensão, um limite à indiferenciação das atribuições de gênero.

Strathern³ ressalta que os antropólogos levantam a questão do conservadorismo cultural porque eles estão interessados tanto nos limites que as pessoas colocam em suas vidas, quanto em como elas se capacitam para vivê-los. Nesse caso, parece que os entrevistados consideram que determinados serviços domésticos podem ser realizados tanto por homens como por mulheres; enquanto que para outros serviços a atribuição segue sendo feminina. Isto é, há um alargamento das funções que são consideradas como podendo ser desempenhadas pelos homens dentro de casa. Entretanto, esse alargamento não desemboca em uma ausência de delimitação do que é considerado propriamente feminino e masculino, isto é, segue sendo necessária a manutenção de alguma demarcação de fronteiras.

Em relação a essa necessidade de manutenção de demarcação de fronteiras, parece-me pertinente evocar a noção de poluição de Mary Douglas⁴, onde a autora mostra o perigo inerente da união do que deveria estar separado. Corrêa⁵ nos chama a atenção para a análise que Bourdieu⁶ faz da sociedade cabila, onde a segregação entre homens e mulheres é extrema. Essa segregação "(...) acentua justamente a importância atribuída aos limiares entre o mundo masculino e o feminino, e mostra como é necessário atribuir a cada objeto, a cada espaço, seu lugar num desses mundos, para evitar a poluição de um pelo outro." ⁷

Assim, poderíamos interpretar essa necessidade de delimitação do que os entrevistados não fazem em relação às tarefas domésticas como uma forma de demarcar fronteiras para evitar o risco de que limiares fiquem nublados, confusos. Tal demarcação evitaria os perigos de poluição, de contaminação das atribuições masculinas pelas femininas e vice-versa. Neste caso importa menos a tarefa em si – já que cada entrevistado citou uma diferente -, e mais a própria delimitação. Considero que o perigo estaria representado pela possibilidade - que está no bojo da ausência de delimitação de fronteiras - da indistinção das atribuições de gênero e, afinal, do próprio gênero.

³ STRATHERN, M. – 1993. A Question of Context. In: EDWARDS, J.; FRANKLIN, S.; HIRSCH, E.; PRICE, F.; STRATHERN, M. – *Technologies of Procreation – Kinship in the age of assisted conception*. Manchester, Manchester University Press.

⁴ DOUGLAS, M. – 1976. *Pureza e Perigo. Uma análise dos conceitos de poluição e tabu*. São Paulo, Ed. Perspectiva.

⁵ CORRÊA, M. – 1995. A natureza imaginária do gênero. *Cadernos Pagu*, n.5.

⁶ BOURDIEU, P. – 1972. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Librairie Droz, Genève, Paris.

⁷ CORRÊA, M. – 1995. *Op. cit.* p. 125.

A concepção expressa pelos entrevistados também se refere ao pai como educador dos filhos, como o responsável por ensinar-lhes a distinguir o bem do mal, o certo do errado; levando-os a escolher sempre o lado certo. Assim, o pai teria uma função moral além da econômica.

Uma vez que a concepção de pai está associada à de provedor e educador, não possuir boas condições econômicas e escolaridade dificulta o desempenho dessas funções. Na fala de Marcos podemos encontrar todos esses elementos juntos:

“Eu olho pro futuro e não vejo nada, nada, nada. Só peço muito ao paizão lá de cima que me dê saúde, mas não tenho esperança de muita coisa não. A minha esposa é louca pra ter um filho, mas não sei se é porque eu pastei demais quando pivete... Porque o filho, não é só fazer. Eu chego na minha terra lá eu fico bobo de ver os meus colegas: três, quatro. Eu falo pô, fazer todo mundo faz, eu quero ver educar, dar uma boa alimentação, um bom estudo, é meio complicado. Mas eu sempre falo pra ela, se tiver de vir normalmente, mas fazer tratamento não. E depois também tem outra, eu não tenho assim, quer dizer, ter a gente não tem, uma boa estrutura. Porque pra ter família, você tem que pelo menos não pagar aluguel. Eu já pago, entendeu? E já complica. Tem que ter um cantinho seu, trabalhar um pouco mais, menos preocupado, porque filho hoje em dia não é fácil. Você luta, você fala o caminho é esse, e o bicho vai pra cá. Então é muito complicado.”

Marcos disse que tinha ido ao ambulatório por insistência da esposa, pois ela desejava muito ter um filho. Ele também desejava, mas não tanto quanto ela, não a ponto de fazer “tratamento” (que para ele significava inseminação artificial). Sua preocupação em relação a ter filhos relacionava-se à sua falta de condições financeiras para sustentar uma criança. Referindo-se constantemente a essa preocupação, ele diminuía a importância da capacidade de “fazer” filhos, relacionando a paternidade mais à capacidade de trabalho (que garante o sustento material e a educação dos filhos), que à capacidade física da fertilidade. Nesse ponto parece que a fala de Marcos serve para colocá-lo em pé de igualdade com os “colegas de sua terra que têm três ou quatro filhos”. Isto é, se não conseguir ter filhos pode diferenciá-lo desses homens e colocá-lo em uma situação de

inferioridade, a falta de condições econômicas para criar bem uma criança atua igualando a todos. Já que “ter filhos é fácil, difícil é conseguir sustentá-los”.

Portanto, ser um bom pai, para os entrevistados, está relacionado com a capacidade de sustentar os filhos, e a capacidade de dar-lhes atenção, carinho e uma boa educação; sendo que o sustento depende do trabalho do homem, assim como do trabalho depende o tempo disponível que o pai terá para dar atenção aos filhos. Isso transforma o trabalho em referência importante para as concepções de paternidade e também de masculinidade.

A figura do pai como provedor também foi encontrada em uma pesquisa com homens de classe média da cidade de São Paulo, onde foi adotada como critério a formação educacional de nível superior⁸. Os entrevistados entre 25 e 39 anos de idade condicionavam a vinda dos filhos a uma certa estabilidade profissional e financeira que assegurasse conforto e segurança aos filhos: “Prover materialmente os filhos, podemos afirmar, é responsabilidade primeira e inequívoca dos pais.”⁹ E, apesar destes entrevistados relatarem maior presença e envolvimento com seus filhos do que disseram que seus pais tiveram com eles, ainda se atribui à mulher a maior responsabilidade pela administração doméstica e pelo cuidado dos filhos. Também foi referida como atribuição paterna a transmissão de valores e normas do que é ser uma boa pessoa, e de noções de distinção entre o bem e o mal.

Se estas noções apresentam-se semelhantes entre estes homens e aqueles que entrevistei, há distinções que podem ser atribuídas à diferença de classe. Assim, enquanto a preocupação em sustentar os filhos se expressa entre estes entrevistados de classe média como um compromisso de garantir-lhes ao menos aquilo que seus próprios pais lhes proporcionaram, a grande maioria dos meus entrevistados almeja proporcionar aos filhos o que não puderam ter na infância.

Outra diferença é que, entre alguns entrevistados da classe média, a responsabilidade de prover os filhos é ampliada, incluindo suas parceiras. No caso de ambos trabalharem, a idéia é a de manter uma única economia doméstica. Já os meus entrevistados consideravam o trabalho da mulher como uma contingência necessária à

⁸ OLIVEIRA, M.C. de; MARCONDES, G.S. – 1999. “Caindo na Real”: reprodução e paternidade. In: “Os homens, esses desconhecidos ...” (Masculinidade e Reprodução). Relatório Final de Pesquisa apresentado à FAPESP.

⁹ *Id.* p. 62.

sobrevivência, e não como uma ampliação da responsabilidade das mulheres. O que remete a outra diferença de classe, que é o recurso da classe média de contratar babás e empregadas para a organização da vida cotidiana; recurso inexistente entre a grande maioria de meus entrevistados.

Outras pesquisas com homens de camadas médias¹⁰ consideram que, embora os entrevistados expressem um discurso relativo a um ideal de divisão de tarefas entre marido e esposa dentro de casa, assim como de compartilhamento dos cuidados diários com os filhos, na prática as mulheres acabam sendo responsáveis e executando a maior parte destas tarefas. Assim, as autoras destas pesquisas consideram que o discurso igualitário proferido pelos entrevistados não se traduz ainda em atitudes cotidianas.

A ideologia igualitária que diversos autores apontam como caracterizando as camadas médias urbanas¹¹ parece não estar presente entre a grande maioria de meus entrevistados. A divisão do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos não são justificados em termos de uma posição igualitária do casal. Porém, se para meus entrevistados idealmente é a mãe quem cuida dos filhos e o pai os provê e educa, o relato de seu dia-a-dia mostrou que os homens também cuidam dos filhos e as mulheres também os provêm e educam. Muitos entrevistados referiram que dão banho nos filhos, os levam para passear, trocam fraldas, dão mamadeira. Alguns entrevistados enfatizavam a estreita relação que tinham com os filhos, o quanto gostavam de crianças e o quanto gostavam de cuidar delas.

Geraldo disse que cuida dos filhos que a esposa teve com o primeiro marido e que vivem com eles: dá banho, corta as unhas, troca a roupa, leva para cortar os cabelos. Mário e Antônio, de uma maneira feliz e orgulhosa, disseram que as crianças eram mais apegadas a eles que à mãe. Rodrigo disse que era mais mãe que a própria mãe, para referir que cuidava mais e estava mais próximo da filha que a esposa:

¹⁰ QUADROS, M. T. de – 1996. Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife, PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.

UNBEHAUM, S.G. – 2000. Experiência masculina da paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP.

¹¹ RIDENTI, S.G.U. – 1998. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U.; MEDRADO, B. – **Homens e masculinidades. Outras palavras.** São Paulo, ECOS/Editora 34.

“Essa resposta seria bom a minha esposa responder, porque eu, olha, eu cuido mesmo, sou até mais mãe do que ela. Porque eu cuido mesmo, porque eu gosto muito dela (da filha), eu gosto muito mesmo. O que quer que eu faça hoje é por atenção a ela.”

A ênfase de Rodrigo em dizer que “é mais mãe que a própria mãe” não deixa de ser uma forma de expressar que os cuidados infantis são considerados responsabilidades/atribuições maternas. Porém, embora a referência aponte para a idéia de que é a mãe quem cuida com competência da criança, ela diz também que um pai pode ter esta competência, que um homem pode tornar-se “mais mãe que a própria mãe”. Essa referência mostra como atribuições femininas podem ser estrategicamente reivindicadas pelos homens, indicando como a masculinidade pode comportar dimensões da feminilidade no que se refere ao cuidado com os filhos. A fala de Rodrigo aparece como uma reivindicação de atribuição feminina para a paternidade e a masculinidade, apontando para um descolamento das junções homem-masculino e mulher-feminino. Nesta fala, Rodrigo não enfatiza uma mudança da responsabilidade paterna de prover para a de cuidar de filhos; mas incorpora estrategicamente na paternidade uma dimensão que ele próprio define como materna, como feminina.

Geraldo disse que trabalhava duro o dia inteiro fora de casa, que o trabalho do homem é mais duro que o da mulher, porém falou também que quando chega em casa faz o trabalho doméstico e cuida dos filhos:

“Sempre quando eu chego eu procuro ajudar, que nem foi ontem a hora que ela chegou, já estava a comida pronta já, já tinha dado banho nos moleques, já estavam assistindo televisão, já tinham jantado, já estava tudo em ordem. A hora que ela chegou o serviço já estava pronto. Eu sempre espero ela pra tomar banho, a gente toma banho junto. Ai esperei, tomamos banho, fomos jantar.”

Para ele, ter “trabalhado duro o dia todo” não o impediu de chegar em casa e cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, para que a esposa encontrasse “tudo em ordem” quando chegasse do trabalho.

Joaquim, que estava no ambulatório procurando tratamento para esterilidade, ao responder se iria cuidar do filho, caso viesse a tê-lo, preferiu referir-se ao que não faria, pois considerava que seria uma exceção diante de tudo que estava disposto a fazer pelo filho:

“O que eu não vou fazer, eu falo que não vou fazer mas você sempre acaba fazendo, é trocar o nenê. Nesse aspecto eu sou meio nojento, mas o pessoal fala que você acaba aprendendo. Mas fazer eu faço tudo, eu cuido. Não tem problema acordar de madrugada pra cuidar do meu filho, dar banho, eu faço tudo. Eu quero curtir meu filho, não adianta ser pai só nas horas boas, eu quero curtir meu filho. Acho legal, você tem que curtir todos os momentos, bons e ruins, não adianta só ser pai na hora boa, na hora ruim deixar pra mãe, nada disso. Os dois têm que repartir um pouco o peso.”

A fala de Joaquim também mostra que ele conversa a respeito de filhos com outras pessoas. Isso pode apontar seu interesse pelo filho que deseja ter, assim como a pressão social que pode sentir para ter filhos. Esse assunto será discutido adiante.

Antônio disse que cria o filho que a parceira teve com outro homem, e que o considera como seu próprio filho. Disse que o menino tem respeito e carinho por ele e não deseja conhecer o pai “verdadeiro”, pois ele mesmo já se ofereceu para apresentá-los.

Mário, que foi criado trabalhando na roça, disse que desde adolescente gostava de cuidar dos sobrinhos pequenos enquanto a irmã ia trabalhar. Isso fez com que soubesse cuidar dos filhos melhor do que a esposa, precisando ensiná-la quando tiveram o primeiro:

“Nas minhas sobrinhas dava banho, dava mamadeira. Às vezes a gente chegava no sítio, quando elas eram pequenininhas, parece que era Nestogeno que ela (a irmã) comprava e leite em pó. Eu acordava de madrugada pra poder fazer as mamadeiras, ela me ensinou a fazer, eu que fazia as mamadeiras pra ela. Porque ela trabalhava à noite e chegava cansada. Onde eu estava levava comigo as meninas, às vezes eu ia pra roça com meu pai assim e levava elas. Eu cuidava mesmo, não deixava descuidar de nada. Ela ficava despreocupada, se estavam comigo ela ficava despreocupada.” [...] “A minha mulher não conseguia trocar a faixa dela (da filha) quando estava com umbigo, quando não tinha

caído. Eu trocava faixa, dava banho, fazia mamadeira, chorava de noite eu ia ver o que era. Eu lavava, fazia curativo no umbigo. (...) Eu tenho mais intimidade com essas coisas, ela se perdia muito, às vezes ela deixava a criança cair da mão dela, eu pegava, virava na mão, lavava, fazia curativo, amarrava a faixa, toda vida não teve problema nenhum.”

Mário relata sua experiência, disse que cuidava das filhas da irmã, mas também as levava para a roça quando ia trabalhar com seu pai. E que cuidava melhor da filha do que a esposa. Uma vez que “Experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação”¹², pode-se considerar que, ao relatar sua experiência, Mário está mostrando como cuidar de crianças não afetou sua masculinidade, como podia cuidar de crianças ao mesmo tempo em que ia trabalhar na roça com seu pai. Ao referir-se constantemente ao fato de gostar muito de crianças e de ter facilidade para aprender as coisas, Mário reivindica para a masculinidade a habilidade de cuidar de crianças, afirmando-a. Considerava que ser bom pai é:

“(...) participar da vida da criança, dar amor, dar carinho, ouvir as reivindicações deles, atender, perguntar. Às vezes ele está mostrando um desenho, nem que seja um rabisco, você olha assim e não dá a mínima, a criança só vai ficar sentida porque aquilo é o máximo dele. Então eu acho que a gente tem que sentar, elogiar, falar, tratar legal, que ele se sente super, né? Isso tá legal, tá parecendo um monstro das estrelas, é ficou legal seu desenho, faz outro aí que eu quero ver. Às vezes a gente não está com aquela paciência, mas tem que dar atenção, eu acho que isso é importante.”

Entretanto, ao responder sobre sua preferência em relação ao sexo dos filhos, disse que queria ter um casal porque a menina fica mais com a mãe, se apegua mais, e o menino mais com o pai. O que parece indicar as diferentes conexões que faz ao longo da entrevista, uma relativa a um contexto mais pessoal, cotidiano, onde considera que sobrinhos e sobrinhas, filho e filha são mais apegados a ele que às mães. Outra relativa a um contexto

¹² SCOTT, J. W. – 1999. Experiência. In: SILVA, A.L.; LAGO, M.C.S.; RAMOS, T.R.O. (Orgs.). **Falas de gênero**. Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, p. 48.

que parece considerar mais normativo, onde julga que as meninas se apegam mais às mães e os meninos aos pais.

Paulo disse que tinha muitos irmãos menores e sobrinhos, e que ajudava a mãe a cuidar deles. Por isso aprendeu a cuidar de crianças e ensinou a esposa a trocar a fralda da filha, pois ela não sabia. Disse que tinha curiosidade em aprender como cuidar das crianças, como dar banho, trocar fralda, dar mamadeira.

Alfredo, que tem três filhos, disse que:

“De manhã eu sou o primeiro que acordo, eu preparo o café da manhã. Eu levanto já vou ajudar eles, preparo eles pra ir pra escola, tomo café da manhã e vou pro serviço. (...) À noite eu converso com meus garotos, ajudo com a lição. (...) Nos finais de semana se a gente tem condições a gente vai no bosque ou alguma área de lazer. Senão a gente procura lazer dentro de casa mesmo, assistir um programa, qualquer coisa que interesse a eles, é mais dedicado aos filhos os finais de semana.” [...] “Eu escolhi os padrinhos, escolhi os nomes, fralda, eu cuidava, dava de mama, colocava pra arrotar, tanto que meu caçula ainda toma mamadeira, então o leite eu sempre preparo o leite dele.”

A fala de Milton também é ilustrativa:

“(Quando eram pequenos) trocava fralda, lavava fralda, dava mamadeira, corria com ele pra baixo e pra cima, as mesmas coisas que a minha mulher fazia eu fazia também. E é assim até hoje.”

Assim, mesmo que idealmente as mulheres sejam responsáveis pelos cuidados dos filhos, no dia-a-dia muitos homens cuidam das crianças, demonstrando, inclusive, muito prazer e orgulho ao desempenharem esta atividade.

Alguns justificavam este cuidado referindo-se à sua condição de classe (baixa renda e nível de escolaridade), considerada pela maioria dos entrevistados como uma ameaça ao exercício da paternidade e da masculinidade, simbolizadas pelo sustento dos filhos. Desta forma, o trabalho remunerado da esposa era colocado como uma necessidade para a manutenção da família, levando os entrevistados a terem que cuidar dos filhos para dar

conta da vida diária, já que tampouco tinham condições financeiras de contratar babás ou empregadas. Assim, cuidar dos filhos podia ser visto como uma adequação do modelo ideal aos seus contextos de vida.

Interessante introduzir aqui um contraponto com pesquisas sobre paternidade com homens de camadas médias¹³. Estas pesquisas apontam que, idealmente, para estes entrevistados, homens e mulheres devem dividir as tarefas de casa e o cuidado com os filhos; mas que, na prática, as mulheres acabam realizando quase todas estas atividades, ou dividindo-as com babás e empregadas. No caso de meus entrevistados, o ideal é o de separação de funções paternas e maternas, e a justificativa do cuidado com a casa e os filhos se dá, algumas vezes, pela sua condição de classe.

Porém, muitos entrevistados disseram que gostam de cuidar dos filhos, que são apegados a eles, que são “mais mãe que a própria mãe”. É certo que poderíamos considerar que alguns citaram que aprenderam a cuidar de crianças justamente porque tinham que ajudar a mãe com os irmãos menores, ou a irmã que precisava trabalhar; o que também poderia ser interpretado como uma situação propiciada pela condição de classe, pela necessidade de dar conta da vida diária.

Mas, mais que isto, a ênfase no cuidado com os filhos, e o prazer e orgulho gerados por estes cuidados apontam que as atribuições de funções que alocam na maternidade o cuidado dos filhos e na paternidade seu sustento, não contemplam plenamente os desejos e expectativas dos entrevistados. Como escreveu Almeida¹⁴: “A experiência dos homens (e das mulheres) é justamente um diálogo por vezes difícil entre a complexidade polimorfa dos seus sentimentos e o simplismo dos padrões orientadores. Não me refiro aqui a teorias psicológicas ou psicanalíticas sobre as pulsões, mas tão somente ao fato de um qualquer ser humano, apesar de localizado em uma determinada identidade pessoal e social, *saber* que as outras identidades e comportamentos são potencialmente seus também, mesmo que socialmente isso seja indesejável.”

As idéias sobre a “crise da masculinidade” e as propostas do “novo homem” e do “novo pai”, explanadas no Capítulo III, também dizem respeito ao fato de as atribuições

¹³QUADROS, M. T. de – 1996. *Op. cit.*

ROSENBAUM, S.F.R. – 1998. Permanência e transformação: a paternidade na revista Pais e Filhos. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, M.C. de; MARCONDES, G.S. – 1999. *Op. cit.*

UNBEHAUM, S.G. – 2000. *Op. cit.*

usuais de gênero não contemplarem plenamente os desejos dos homens, propondo uma redefinição do que é “ser homem”. Essas idéias enfatizam os prejuízos que sofrem os homens ao se conformarem a essas atribuições, como não poder ter uma relação próxima e prazerosa com os filhos. Porém, em nenhum momento os entrevistados fizeram referência direta a estas idéias. Considero que a ênfase em dizer que gostavam de cuidar de crianças indica uma reivindicação estratégica de certa atribuição tida como feminina (cuidado dos filhos) para a paternidade e a masculinidade.

Portanto, a noção de masculinidade dos entrevistados abriga dimensões da feminilidade, sem que isto signifique uma redefinição da masculinidade. Parece significar, antes, a afirmação de uma masculinidade que não é afetada pela incorporação de dimensões femininas; como um processo de alargamento que possibilita abrigar na masculinidade dimensões consideradas femininas.

Formação de uma família e descendência

Diferentemente das entrevistadas de minha pesquisa anterior, que concebiam a maternidade como um desejo natural por filhos, os entrevistados concebem a paternidade como um desejo de formar uma família. Colocam a ênfase da paternidade na descendência, entendida como a continuidade de si mesmos, da família e da sociedade. Neste sentido, em muitas ocasiões a paternidade foi referida pelo lado positivo que representa ter alguém por quem trabalhar, ter alguém que signifique que o homem possui um objetivo na vida. Assim, a paternidade refere-se também a ter alguém para quem deixar o que construiu durante a vida, e para transmitir sua experiência de vida; refere-se a um/a herdeiro/a de conhecimentos e de bens.

Essas noções foram manifestadas tanto pelos entrevistados com baixa renda e escolaridade - inclusive por aqueles que se mostravam pessimistas quanto às suas

¹⁴ ALMEIDA, M.V. de – 1996. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p.164.

possibilidades de melhorar de vida -, quanto por Joaquim, que se diferenciava pela sua renda e escolaridade. Joaquim, que buscava tratamento para esterilidade declarou:

“(..) eu acho que a gente vai chegar numa certa idade que você vai olhar pra trás e o que você fez, você fez um monte de coisas mas você não tem aquele seu sucessor, aquela pessoa que afinal de contas depois que você começa a envelhecer, você tem o seu filho, onde você vai procurar, vai dar pra ele, você trabalha pra um monte de coisas que você faz, tem um objetivo, e se eu não tenho um filho, tudo bem, tem minha esposa que eu adoro e tudo e que eu quero dar as coisas pra ela, mas um filho também complementa.”

Romero, que tem uma filha e deseja ter um casal de filhos, afirma que:

“Eu imagino construir alguma coisa e deixar para os meus filhos, minha mulher. Se eu chegar a falecer antes, eu pretendo fazer alguma coisa, dependendo das minhas condições. Estou tentando ainda comprar um terreno (...), e construir, porque futuramente meus filhos também vão pensar a mesma coisa. A gente tenta educar da melhor maneira pra não se envolver com drogas. A minha filha é pequena mas já começa, né? Falo sobre droga.”

Assim, o trabalho ganha uma nova dimensão, porque é visto como fazendo parte de um objetivo de vida, como parte de um projeto para o futuro, e não apenas servindo à sobrevivência imediata. O trabalho é visto como proporcionando a possibilidade de deixar alguma coisa para os filhos, para os sucessores. Porém, não é só o fruto do trabalho que será transmitido aos filhos, mas principalmente a educação, a orientação moral, os valores familiares e sociais, que irão permitir que os filhos tomem decisões corretas quando crescerem. Será transmitido ainda o conhecimento de alguma atividade ou ofício exercido pelo pai.

Os entrevistados que se mostraram pessimistas quanto ao futuro em relação às suas condições financeiras, enfatizavam a idéia da transmissão de valores e de conhecimentos; talvez por ser o que consideravam que era o que poderiam oferecer aos filhos.

A importância da transmissão do nome de família apareceu de maneira significativa no relato de Augusto, que procurava tratamento para esterilidade. Augusto teve um filho que morreu com dois dias de vida:

“Ele morreu com dois dias de vida. Pelo menos deu tempo de toda a minha família ver, conhecer. Depois ele morreu. Mas eu coloquei meu nome nele, registrei. Foi enterrado com meu nome.”

Mesmo que o filho tenha morrido, foi importante para Augusto poder ter transmitido a ele seu nome, ter registrado social e oficialmente esta transmissão.

Assim, a noção de paternidade dos entrevistados aparece associada à idéia de transmissão de um legado. O conteúdo deste legado varia de acordo com a escolaridade e a renda dos entrevistados, e refere-se tanto a bens materiais quanto a valores familiares e sociais e a conhecimentos técnicos. Neste legado estaria contido o melhor de si mesmo que o pai pode transmitir aos filhos.

Nesta perspectiva, não ter filhos é visto como descortinando a inutilidade dos esforços dos homens (em relação ao trabalho, adquirir conhecimento, ter bons valores), ao passo que filhos aparecem como depositários e representantes desses esforços, dos esforços máximos que foram capazes de realizar e transmitir.

Em relação à noção de paternidade associada ao desejo de formar uma família, Paulo, que tem uma filha, ressalta que:

“Eu penso assim em ter uma família, e eu acho que um casal sem um filho é um casal infeliz. (...) às vezes o filho é mais pela união, dá uma força.”

O desejo de formar uma família relaciona-se tanto à idéia de que casamento pressupõe filhos, quanto a de que é o casamento que suscita o desejo pela paternidade. Para Milton, que cria o filho da esposa, tem um filho com ela e deseja ter outro:

“Foi depois, antes não tanto, mais foi depois que eu casei que eu tive vontade. Ai apareceu o primeiro e deu vontade de ter mais.”

Segundo Carlos, que tem dois filhos:

“Eu considero que a família é a base, e nós vivemos sempre do lado da família e desistir jamais. (...) o casamento ele é baseado no fato da reprodução, então o casamento não existiria se não fosse pra reprodução. Eu acho isto, dentro da lei divina o casamento foi feito para se reproduzir. Se você casa com condição de reprodução mas não quer reproduzir, seu casamento deve ser desfeito sem prejuízo até diante da lei.”

Geraldo tem uma filha que vive com a primeira esposa e estava querendo ter um filho com a segunda esposa, que também tem filhos do primeiro marido que vive com eles. O que indica a mesma representação que encontrei entre as entrevistadas, de que um casal necessita ter filhos que sejam de ambos como sinal de constituição de uma nova família:

“(...) eu conheci essa outra mulher, viúva, aí deu certo, fiquei junto com ela e já vai fazer uns quatro anos que estamos juntos. Aí nós resolvemos construir mais uma família. Ela tem três filhos do falecido e eu tenho uma da minha outra mulher. Então agora vamos fazer uma nossa. Nós estamos novos ainda, então vamos fazer, vamos programar. Falta muito um filho pra gente, pra ficar juntos assim quatro anos, né? Aquela ansiedade de ter um filho. Se não deu certo de conviver a primeira vez com as pessoas, a gente vai tentar uma segunda vez.”

A idéia de que ter um filho com o/a atual companheiro/a simboliza a constituição de uma nova família é confirmada por várias pesquisas epidemiológicas¹⁵ que apontam o desejo de ter filho com o novo companheiro para construir uma nova família como uma das causas mais freqüentes de arrependimento da laqueadura tubária.

¹⁵ BAHAMONDES, L. et al. – 1992. Significado do recente aumento do número de solicitantes de reversão de laqueadura em um serviço de esterilidade. **Femina**, 20.

HARDY, E. et al. – 1996. Risk factors for tubal sterilization regret, detectable before surgery. **Contraception**, 54.

PINOTTI, J.A. et al. – 1986. Identificação de fatores associados à insatisfação após a esterilização cirúrgica. **Ginecologia e Obstetrícia Brasileira**, 9.

VIEIRA, E.M. – 1994. Regret after sterilization among low income women in São Paulo, Brazil. Tese de Doutorado, Exeter: Faculty of Social Studies, University of Exeter.

Também encontrei entre as entrevistadas de minha pesquisa anterior a idéia de que casamento pressupõe filhos. Essa concepção, entre outras coisas, levou algumas delas a procurarem o ambulatório para reverter a laqueadura e ter um filho com o atual companheiro, independentemente de ele ou de ela já terem filhos de uniões anteriores. Entretanto, as entrevistadas, concomitantemente com a idéia de que o casamento pressupõe filhos, concebiam o desejo pela maternidade como algo natural, instintivo nas mulheres. Diferentemente delas, os entrevistados enfatizaram o casamento como marco para o desejo de ter filhos. Mesmo os que disseram que sempre gostaram de crianças, que cuidavam de crianças (como é o caso de Mário e Paulo), afirmaram que o desejo de ter filhos veio com o casamento.

A referência ao desejo pela paternidade como natural e instintivo apareceu na fala de Osvaldo e João, mas de maneira diversa da fala das entrevistadas a esse respeito. Osvaldo citou esse instinto como sendo do casal, como fazendo parte do casamento, e não como um desejo essencial masculino. A palavra natural foi utilizada para enfatizar que era um desejo normal, e não uma obsessão:

“Primeiro acho porque todo casal quer ter um filho, é instinto natural da gente. Acho um instinto normal, você casa e quer ter um filho. Não é obsessão, é natural.”

João referiu-se ao desejo do homem por filhos como um instinto, mas um instinto que pode não existir no começo, que vem com o tempo, e é amadurecido pela consciência da importância da descendência, da continuidade:

“Acho que todo homem quer ser pai, agora, dependendo da condição de poder ou não ter. Eu acho que o instinto do homem é ... pode ser que no começo não amadureça isso, mas mais pra frente... Pensa bem, a pessoa cresce ela aprende as coisas, ela vai passar pra quem isso? Se ela não tem um filho pra mostrar o que aprendeu? Acho que todo homem almeja isso daí, deixar alguma coisa pro filho. Uma continuação, assim como o meu pai fez comigo eu acho que ... Meu sonho é esse, deixar ..., por exemplo, se é numa atividade, no que eu aprendi pelo menos pra vida dela vai servir.”

Assim, as entrevistadas enfatizavam a maternidade como um desejo e um evento naturais na vida das mulheres, como um sonho de toda mulher, como parte da essência feminina. Já os entrevistados não se referiram ao instinto masculino ou à natureza masculina para justificar seu desejo por um filho. As opiniões convergiram no sentido de que as entrevistadas também não concebiam o desejo pela paternidade como uma essência masculina; e os entrevistados também consideravam o desejo pela maternidade como parte da essência feminina.

A pesquisa com os homens mostrou que a paternidade é atribuição da masculinidade, mas não da mesma forma que a maternidade é atribuição da feminilidade. Pois a maternidade era vista pelas entrevistadas de minha pesquisa anterior como um desejo que sempre existiu, como natural, instintivo, essencial, como a realização de um sonho do passado. Desta forma, parece-me que a representação é a de que as mulheres vão constituindo-se mães ao longo de suas trajetórias de vida, e que a maternidade é uma experiência de continuidade, de repetição, de realização de um plano desde sempre elaborado no passado feminino. Seria uma perspectiva do passado que se atualiza em cada mulher no presente.

Já os homens concebem a paternidade como um desejo que se estabelece em um determinado momento de suas trajetórias de vida - o casamento -, como um desejo que amadurece com o tempo, e que está voltado para o futuro, para a descendência. A paternidade é um projeto para o futuro, enquanto a maternidade aparece como uma continuidade. A paternidade instaura uma nova condição de homem adulto, provedor, enquanto a maternidade resgata uma condição feminina essencial desde sempre existente.

Esta idéia aparece confirmada por Victora, que fez estudo entre homens de classes populares em uma vila de Porto Alegre¹⁶: "Assim sendo, a criança tem um valor positivo que está vinculado tanto à construção da identidade masculina como à feminina. Dentro de uma concepção de casamento definido pela complementaridade hierárquica, um filho pode ser encarado como um ponto onde as expectativas masculinas e femininas se cruzam. Por um lado, para os homens, o nascimento de uma criança é fator determinante da sua identificação como homem adulto, potente e provedor, por outro lado, para as mulheres, os filhos são parte essencial das suas vidas."

¹⁶ VICTORA, C. – 1992. As relações de gênero na Vila Divina Providência, ou O que elas esperam deles. *Cadernos de Antropologia* n.7, p.26.

Também a pesquisa com homens de classe média de São Paulo, referida na seção acima¹⁷, enfatiza que ter filhos aparece para estes sujeitos como uma escolha e como definidor de suas trajetórias futuras. A paternidade é concebida como a perpetuação de si mesmo, como a continuação do nome de família. São noções que apontam para o futuro. Estes entrevistados também consideram que as mulheres têm uma vocação natural para a maternidade. Para as autoras: “(...) a expectativa social que faz da reprodução uma experiência confirmatória do gênero é prerrogativa da mulher.”¹⁸

Para meus entrevistados, a paternidade seria atribuição de uma certa masculinidade, a dos homens casados; e não de qualquer masculinidade. O casamento recria a noção de masculinidade ao incorporar a paternidade. Assim, a masculinidade dos solteiros estaria representada, entre outras coisas, pela liberdade sexual, pela ausência de responsabilidades; e a dos casados pela paternidade evocada pelo casamento heterossexual e monogâmico, e suas conseqüentes responsabilidades. A paternidade apareceu relacionada à heterossexualidade, sendo a homossexualidade citada como um dos motivos para um homem não desejar ter filhos.

Outras pesquisas mostram que em certos casos não é o casamento, mas assumir o filho através de seu sustento é que é considerado como prova de uma atribuição moral da masculinidade, ou da passagem de menino para homem adulto¹⁹.

Esterilidade

Ao se falar sobre o tema da esterilidade entre os entrevistados que estavam procurando tratamento para ter filho, a primeira reação destes foi dizer que o “problema” era com a companheira, não com eles. Os que já tinham o diagnóstico de que era a companheira que tinha dificuldade para engravidar ou para levar a gravidez a termo, logo esclareceram a questão. Os que não tinham o diagnóstico disseram que achavam que o “problema” era da companheira, justificando que em sua família não havia nenhum caso de esterilidade, ou dizendo que na família da companheira havia alguns casos. Romero, por

¹⁷ OLIVEIRA, M.C. de; MARCONDES, G.S. – 1999. *Op. cit.*

¹⁸ *Id.* p 50.

¹⁹ VICTORA, C. – 1992. *Op. cit.*

exemplo, que tem uma filha, mas procura tratamento porque deseja outro filho e a esposa não consegue engravidar, enfatiza que todos os seus irmãos têm filhos, com exceção de um. Mas esse irmão também já disse que o “problema” é com sua esposa, não com ele:

“Bom, minha irmã que mora aqui em Campinas tem três, o outro não tem que casou por pouco e não tem ainda, talvez tenha que fazer tratamento também. Ele falou que é da parte da mulher, né? Agora o meu outro irmão tem um, tem uma irmã que tem dois e já está grávida de outro.”

Apenas Joaquim disse que o “problema” era com ele. Afirmou que tomou a iniciativa de procurar o médico para ver se tinha algum problema quando a esposa não conseguiu engravidar, após o casal ter tomado a decisão de ter filhos. Enfatizou que achava que sua atitude não era corriqueira porque viu muitos homens que, durante a ação educativa dada pelas enfermeiras no ambulatório, ficaram apreensivos ao saber que eles também teriam que realizar exames em virtude do tratamento de esterilidade que estavam buscando.

A maioria dos entrevistados tinha a necessidade de contar uma história que explicasse a esterilidade, colocando na parceira e na família dela a sua causa, e indicando os filhos de irmãs e irmãos como prova de sua própria fertilidade.

Colocar responsabilidades e culpas por problemas e doenças na família do cônjuge pode ser uma prática comum, uma forma de preservar a imagem de sua própria família. Porém, no caso da esterilidade, alocar na parceira ou na sua família a origem do problema pode ser interpretado como uma forma de negar a possibilidade da esterilidade masculina pelo fato de ela estar frequentemente associada à impotência sexual. As conversas que tive com as enfermeiras e com a assistente social confirmam que existe esta associação entre muitos homens que procuram o ambulatório. Segundo elas, essa representação é também um dos principais motivos que faz com que muitos homens resistam à idéia de se submeterem a uma vasectomia. Assim, a esterilidade pode ser vista por esses homens como

colocando-os sob suspeita de impotência sexual²⁰.

Um caso específico pode servir para exemplificar a associação feita entre esterilidade e impotência sexual. Trata-se de um homem que contatei logo no primeiro dia de meu trabalho de campo, com o qual agendei uma entrevista, mas que não foi feita porque ele não compareceu. Ele estava procurando tratamento para esterilidade e, quando eu lhe disse que a entrevista era a respeito de sua opinião sobre ser pai, se ter filhos era bom ou não, começou a dizer que “estava na quarta mulher”, que tinha quatro filhos com as outras parceiras, que a atual companheira tinha quatro filhos com o ex-marido, mas que nenhum vivia com ela e, portanto, ela queria ter um filho com ele. Sem que eu perguntasse mais nada, me disse que tinha 45 anos, que trabalhava há 12 anos como vigia noturno, mas que ainda era “muito fogoso”, que a companheira anterior dizia para ele “procurar outras mulheres porque ela não dava conta”. Mas que com a atual companheira ele se dava bem porque (com todo respeito por mim) fazia amor três vezes por dia com ela. Que, como era vigia noturno, fazia amor de dia com a companheira. Me perguntou se era normal a barriga da mulher ficar dura depois da relação sexual.

Portanto, ao escutar falar sobre filhos, a primeira referência feita por esse homem foi em relação às quatro companheiras que teve e ao número de filhos que tem. Referiu-se à sua potência sexual - ao seu apetite sexual tão grande que a ex-parceira não conseguia “acompanhá-lo”-, e à frequência de suas relações sexuais - apesar da idade e do trabalho noturno. Pode-se considerar então que a referência à paternidade para esse homem propiciou que ele fizesse associações com componentes como virilidade e potência sexual.²¹

Apesar de somente um entrevistado ter feito associação direta entre potência sexual e número de filhos, a rapidez em colocar a responsabilidade pela esterilidade na esposa/companheira, parece indicar que a associação entre impotência sexual e esterilidade também faz parte das representações destes entrevistados.

²⁰ Barbosa, em uma pesquisa com casais que buscavam uma gestação através das novas tecnologias reprodutivas, constatou que nos casos de infertilidade masculina, em regra os maridos faziam com que as esposas assumissem socialmente o problema, uma vez que a ausência de filhos poderia pôr em questão sua masculinidade/virilidade. BARBOSA, R.M. – 2000. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. *Estudos Feministas*, v.8, n.1.

²¹ Fonseca também aponta entre as famílias de classes populares de Porto Alegre a associação entre virilidade e fertilidade, uma vez que se uma mulher recém-casada não engravida em seguida, surgem dúvidas a respeito da virilidade do marido. FONSECA, C. – 1995. *Os caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez Editora.

Pelo fato de que para os entrevistados o casamento pressupõe filhos (“quem casa quer filhos”, “um casal sozinho é muito triste”), e porque, com exceção de Joaquim, os demais entrevistados que estavam procurando tratamento para esterilidade consideravam que o “problema” era da parceira, falar sobre esterilidade fez surgir a questão de permanecer com a companheira que não consegue tê-los ou procurar outra mulher para tê-los. Osvaldo disse que seus exames deram normal, isto é, ele pode ter filhos, sua esposa é que não pode. Como não é obcecado por ter filho, diz que não se separa da esposa, nem tem filho com outra mulher:

“Foi ela que começou a procurar, ela que marcava os médicos, ela que fazia tudo isso. Então, questão obrigatoriamente assim, taxativa, ou tem filho ou separa, ou tem filho ou vou com outra, não tinha. Porque todos meus exames deram normal. Então, quer dizer, se eu fosse obcecado por um filho, me separaria dela ou teria uma vida paralela e teria um filho tranquilo.”

Osvaldo enfatizava que queria um filho, mas que não era obcecado por isso, que não sentia desespero por não ter filho, como era o caso de sua esposa. Entretanto, trouxe a idéia de que considera a esterilidade da parceira como um motivo para abandoná-la, ou para ter uma vida paralela, caso fosse “obcecado” por ter um filho. Algumas entrevistadas também se referiram ao medo de serem abandonadas caso não conseguissem “dar filhos” aos maridos/companheiros.

Por outro lado, Sérgio também levantou a questão de a mulher procurar outro homem quando o marido é estéril. Sérgio, cuja esposa está fazendo tratamento para abortos recorrentes, referiu-se às brigas e desconfianças que surgem entre o casal nos casos de esterilidade masculina. Segundo ele, o marido desconfia que a esposa irá procurar outro homem para conseguir engravidar:

“A gente se sente só. Também dá muita briga no casal, eu sei porque já aconteceu comigo. (...) Tem muita desconfiança. (...) Que quando eu ... no meu pensar, quando a mulher aparece grávida dele, ele pensa que não é dele.”

Antes dos abortos espontâneos, a esposa de Sérgio teve dificuldade de engravidar. Quando engravidou, Sérgio desconfiou que o filho podia não ser dele. Até que fez os exames e descobriu que o “problema” era com a esposa. Assim, também a esterilidade masculina foi vista como motivo para abandonar o marido ou procurar outro homem para ter filho.

Ao mesmo tempo em que estes entrevistados procuravam esclarecer que o “problema” de esterilidade era da esposa/companheira e não deles próprios, buscavam também minimizar a importância, o “problema” da esterilidade masculina. Quando perguntei como se sentiria se soubesse que não podia gerar filhos porque tinha algum problema, Romero respondeu que:

“Eu ficaria chateado, aí eu ia querer saber por que e ia fazer tratamento também. Acho que a gente fica um pouco chateado, né? Porque a mulher também fica. Igual meu cunhado, ele não pode ter filho não, porque ele teve leucemia, sabe? Aí ele ... acho que ele nem esquentava, sei lá, só que ele queria ter filho, mas falaram que ele não pode não.”

Essa minimização pode ser percebida nos termos usados pelos entrevistados para se referirem aos sentimentos dos homens e das mulheres em relação a não poder ter filhos. Quando perguntados como se sentiriam se soubessem que eram estéreis, disseram que se sentiriam tristes, chateados, frustrados; mas que encarariam o problema, o superariam. Mas suas esposas/companheiras se soubessem que eram estéreis (ou quando souberam que o “problema” em não conseguir engravidar era delas) ficariam (ou ficaram) desesperadas, com medo de serem abandonadas, traumatizadas.

Oswaldo, após reafirmar que o “problema” era da esposa e que na família dela havia casos de esterilidade, considerou que:

“Eu? Primeiro eu já fui em vários lugares e todos já disseram que eu posso, certo? (...) Na minha família não tem caso de esterilidade ou anormalidade nessa área, e na dela já tem. (...) No começo, antes de fazer os exames, eu me perguntava: e se o problema for meu? Eu acho que eu ficaria pensando nisso um pouco, mas não seria um trauma permanente na minha vida. Uma coisa que daria pra gente trabalhar em cima e superar.”

Não seria um trauma permanente que atingiria minha vida sexual, profissional, minha vida familiar. (...) A minha mulher no começo ficava muito desesperada, ficava num estado de nervo: eu não posso ter filho, eu quero ter um filho.”

Pedro considerou que ele encararia melhor que a esposa o fato de não poder ter filhos:

“Acho que tudo bem, acho que ia encarar isso de forma natural, isso daí acontece. Eu acho que ela ia sentir um pouco sim, porque acho que ela ia ficar mais frustrada de não poder ser mãe assim de um jeito natural.”

No caso dos entrevistados que tinham filhos, perguntei como se sentiriam se soubessem que não podiam ter filhos. Alguns disseram que não saberiam responder, uma vez que, como tinham filhos, nunca haviam pensado nisso. Outros disseram que se sentiriam tristes, chateados; e também relataram que seria pior para a esposa que para eles.

A noção de desespero foi referência constante por parte dos entrevistados quando falavam a respeito da reação de suas parceiras em caso de não conseguirem ter filhos. Eles consideraram que as parceiras ficariam (ou ficaram) desesperadas se soubessem (quando souberam) que tinham problema para ter filhos; ao passo que a esterilidade masculina foi colocada de forma menos dramática, como uma questão que seria encarada e superada. Esta noção de desespero referia-se a crises de choro, à busca intensiva para a solução do problema da esterilidade, a referências diretas à sensação de desespero por não conseguir ter filho. Há, por parte dos entrevistados, uma ênfase muito grande a respeito do desespero feminino diante da impossibilidade de ter filho. Os entrevistados marcam a noção de desespero como parte da reação das mulheres à esterilidade. Entretanto, a necessidade de esclarecer prontamente que o “problema” era da parceira e a negação da possibilidade da própria esterilidade, indicam que a esterilidade masculina não é encarada de uma forma tão tranqüila quanto os entrevistados desejam fazer transparecer. Porém, a manifestação legítima do desespero em relação à esterilidade aparece alocada nas mulheres.

Também as entrevistadas de minha pesquisa anterior utilizavam essa noção de desespero quando referiam-se à esterilidade feminina, e tratavam a esterilidade masculina

de forma mais amena. Portanto, as representações dos entrevistados e entrevistadas sobre a reação das pessoas diante da incapacidade de ter filhos está marcada pelo gênero, sendo o desespero e a legitimidade de sua manifestação alocados nas mulheres; e a tristeza, a legitimidade de sua manifestação e a superação alocadas nos homens.

Em relação à capacidade de “fazer filhos”, Eduardo (que procurava tratamento para esterilidade), após dizer que o “problema” era da esposa, relatou que seu pai tinha tido nove filhos. Quando perguntei quantos filhos gostaria de ter, disse que gostaria de ter até 20. Enfatizou ainda que se o “problema” fosse com ele, ele se sentiria normal, mas que já havia feito o exame e que com ele estava tudo bem, ele podia ter filhos:

“Eu também já fiz exame pra ver se podia, o meu deu positivo, deu até demais.”

Ao falar “deu até demais”, Eduardo estava se referindo à quantidade de espermatozóides encontrados através do espermograma (um exame que analisa a quantidade e qualidade dos espermatozóides). Eduardo parece acreditar que a maior quantidade de espermatozóides significa maior fertilidade²².

Ao se referir aos nove filhos que havia tido o pai e à sua própria “normalidade” para ter filhos, Eduardo parece estar marcando a fertilidade como atributo da masculinidade presente no pai e herdada por ele. Uma fertilidade traduzida em quantidade, demonstrando capacidade: número de filhos que teve o pai, número de filhos que deseja ter, número de espermatozóides encontrados através de seu espermograma. A fertilidade como atributo da masculinidade aparece assim marcada pela capacidade de fazer filhos, pela potência sexual, pela virilidade, força, saúde e vigor.

Por outro lado, Marcos, que também estava procurando tratamento para esterilidade, enfatizou que a capacidade de “fazer um filho” não é suficiente para constituir um pai. Em uma fala já citada anteriormente, ele diz que:

²² O que não é necessariamente verdadeiro pois, de acordo com a enfermeira que trabalha no ambulatório, ter grande número de espermatozóides não significa fertilidade. Isto porque os espermatozóides podem ser muitos mas não ter a motilidade necessária à fecundação, podem estar mortos, ou apresentar algum outro tipo de defeito. Isto é, a quantidade de espermatozóides não garante a sua qualidade.

“Porque o filho, não é só fazer. Eu chego na minha terra lá eu fico bobo de ver os meus colegas: três, quatro. Eu falo pô, fazer todo mundo faz, eu quero ver educar, dar uma boa alimentação, um bom estudo, é meio complicado.”

Marcos estabelece uma conexão diferente entre paternidade e masculinidade. “Fazer filho” todo mundo faz. O que distingue um pai é a capacidade de prover e educar os filhos. Sua concepção de paternidade refere-se antes à capacidade de trabalho (que garante o sustento material e a educação dos filhos), que à capacidade física da fertilidade.

Eduardo e Marcos dão interpretações diferentes para a capacidade de “fazer filhos”: Eduardo considerando-a como instituidora da masculinidade, enquanto Marcos a considera condição necessária, mas não suficiente para esta instituição, colocando na capacidade de sustentar e educar os filhos a distinção da masculinidade. Assim, a fertilidade pode ser interpretada como prova de masculinidade ou como condição necessária mas não suficiente de masculinidade, que depende ainda da capacidade de criar os filhos gerados.

Esta última noção também foi encontrada por Jardim²³ em seu estudo com homens de baixa renda freqüentadores de bares (botecos) em Porto Alegre. Entre eles também está presente a idéia de que qualquer um pode “fazer filhos”, mas não conseguir provê-los pode significar perda do respeito e do *status* social que o homem adquiriu ao tornar-se pai. “Nas conversas entre homens, esta posição social ‘irreversível’ conferida pela paternidade trazia junto a polêmica: todo o homem ‘faz filho’, mas a capacidade de o homem provê-los é fundamental, uma situação que apresenta mais claramente uma série de dilemas específicos em torno da condição de provedor. Fazer filhos e ser provedor indicavam a referência à capacidade ‘de todo o homem’ de usar o corpo, porém aquela que confere uma posição social e um valor social é a do *provedor*, pois estabelece uma posição do sujeito nas redes familiares.”²⁴

Dois pontos que foram levantados por alguns entrevistados que procuravam tratamento para esterilidade, e que não foram citados por nenhuma das entrevistadas anteriormente, dizem respeito ao problema de ter que faltar do trabalho nos dias que necessitavam ir ao ambulatório; e aos gastos que tinham com o tratamento. Sérgio, que

²³ JARDIM, D.F. – 1995. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, O. (Org.) – **Corpo e Significado. Ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.

²⁴ *Id.* pp.198 e 199.

trabalha como servente de pedreiro e tem uma renda familiar em torno de três salários mínimos, explicou que:

“Porque se o tratamento fosse lá na minha cidade ficaria barato pra gente. Mas que nem aqui em Campinas, eu ganho pouco, então é meio difícil. Sai tudo do meu bolso, não ganho nada de prefeito, nada da cidade, tudo do meu bolso e o que eu ganho é pouco pra isso. Que nem agora, está saindo muito remédio, passagem, despesa de casa, aluguel de casa, e só eu que trabalho. Quando venho aqui eu perco o dia de serviço. Às vezes o dia que eu perco eu reponho no sábado. Mas aí é quando o patrão quer, quando ele não quer não tem jeito.”

Eduardo, que trabalha como operador de máquina e tem uma renda familiar de 7,5 salários mínimos, disse que:

“Se o problema fosse comigo eu faria o tratamento. Depende de estar ao meu alcance, porque não dá pra faltar no serviço direto. Tem que ir controlando, num dia de folga vai lá e faz o tratamento, no dia de serviço tem que estar lá, o serviço que eu faço eu não posso faltar.”

Sérgio e Eduardo parecem considerar que as mulheres não têm nenhum problema de tempo para ir até o ambulatório fazer o tratamento, apesar de a esposa de Eduardo trabalhar fora de casa. Essa idéia parece estar informada pela concepção que os entrevistados têm de que cabe ao homem trabalhar para sustentar a família, enquanto à mulher cabe a responsabilidade pelos filhos, inclusive a de conseguir tê-los ou de evitá-los. Assim, mesmo se a mulher trabalha fora de casa, parece que se considera mais tolerável que ela falte ao trabalho para ir ao tratamento médico.

Por seu lado, o ambulatório fornece atestado para ser apresentado como justificativa de falta ao trabalho para as mulheres que procuram tratamento para esterilidade ou o planejamento familiar. Porém, para os homens, o atestado só é fornecido para os que procuram tratamento para esterilidade, porque nesse caso os homens são obrigados a comparecer no ambulatório. O médico responsável pelo ambulatório disse que achava que

os homens também deveriam participar da ação educativa sobre planejamento familiar oferecida pelo ambulatório, mas que eles não podem porque estão trabalhando. Disse que na ação educativa e primeira consulta de esterilidade (das quais são obrigados a participar), os homens podem obter um atestado médico para justificar sua falta no trabalho, pois a esterilidade é considerada uma doença. Já a procura por métodos anticoncepcionais não serve como argumento no trabalho para justificar uma falta por parte dos homens.

Assim, o ambulatório justifica a não-obrigatoriedade dos homens em assistirem à ação educativa sobre planejamento familiar com base no fato de que eles não teriam como justificar sua falta no trabalho; embora o próprio ambulatório não ofereça o atestado nesses casos porque a presença do homem não é obrigatória. Por outro lado, as mulheres podem obter atestados nos dois casos, o que pode ser interpretado como sinal de que sua presença é obrigatória em ambos os casos ou, a dar crédito às palavras do médico, de que a procura por métodos anticoncepcionais serve como argumento no trabalho para justificar uma falta apenas no caso das mulheres. Esses fatos parecem indicar, mais uma vez, a cristalização no nível institucional de uma representação que atribui às mulheres a responsabilidade pela saúde reprodutiva e aos homens a responsabilidade pelo sustento do lar, representado pelo trabalho remunerado fora de casa..

Considero que estas atribuições podem servir para explicar a alocação do desespero nas mulheres, quando não conseguem ter filhos; e porque os entrevistados (e não as entrevistadas) se preocuparam com a falta no trabalho e com os gastos relativos ao tratamento. Pois, se a responsabilidade feminina relaciona-se a ter filhos, as mulheres expressam maior “desespero” ao não conseguir tê-los, e minimizam problemas em relação a tempo e gastos, nem chegando mesmo a citá-los, mesmo que trabalhassem fora de casa ou que não tivessem boas condições financeiras. Já os entrevistados, minimizavam a questão da esterilidade ao sublinhar os problemas de falta de tempo e de gastos financeiros, já que a responsabilidade masculina refere-se ao trabalho e ao sustento da casa.

A questão da esterilidade aponta para outra distinção de gênero. A esterilidade mostrou ser um problema que fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, mas de maneira distinta. Pesquisas apontam o bom desempenho sexual, a tomada de iniciativa e a ação sexuais (em oposição à passividade) como elementos constituintes da masculinidade²⁵. Para

²⁵ PARKER, R. & BARBOSA, R.M. – 1996. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

os homens, sexualidade e reprodução estão associadas de uma maneira que não encontra similaridade entre as mulheres. Isto é, a excitação sexual e o orgasmo são considerados necessários para a participação reprodutiva do homem e irrelevantes para a participação reprodutiva das mulheres. Assim, a esterilidade masculina pode estar associada à impotência sexual e pode ameaçar a virilidade. Como para as mulheres não há associação entre fertilidade e sexualidade (a gravidez independe da excitação sexual e do orgasmo²⁶), não conseguir ter filhos não ameaça sua sexualidade. Mas coloca em questão sua feminilidade, porque as impede de cumprir sua vocação feminina “natural” de mãe.

Se, como argumentei acima, a paternidade é concebida como um projeto para o futuro e a maternidade como realização de um plano desde sempre elaborado no passado feminino, a referência ao maior desespero experimentado pelas mulheres ao não conseguirem ter filhos também pode ser vista como advinda da impossibilidade de mudança do plano da maternidade, localizada na continuidade; em oposição à possibilidade de mudança do projeto futuro de paternidade. Isto é, como a paternidade é concebida como um projeto para o futuro, ela abriga a possibilidade de mudança deste projeto, permite a existência de alternativas, que podem fazer com que a sensação de desespero não seja tão marcada. Alternativas que não se apresentam no caso da maternidade, uma vez que é concebida como uma repetição, uma continuação, cuja quebra coloca em questão a feminilidade essencial que a maternidade reafirma.

Além disso, mesmo que a esterilidade masculina ameace a masculinidade devido à sua associação com a impotência, esta ameaça pode ser afastada por provas de potência sexual; enquanto a ameaça da esterilidade à feminilidade só pode ser afastada através da maternidade.

Portanto, o fato de a esterilidade ter estado referida principalmente às mulheres, assim como o desespero por não conseguir ter filhos – presente tanto entre as entrevistadas quanto entre os entrevistados -, parece devido à associação da responsabilidade pela saúde reprodutiva às mulheres, aliada a uma representação de feminilidade atrelada à maternidade.

HEILBORN, M.L. – 1998. A primeira vez nunca se esquece. *Estudos Feministas*, v. 6, n. 2.

²⁶ Segundo Laqueur, esta representação é recente pois, até o século XVIII, a ciência médica considerava necessários para a concepção tanto o orgasmo masculino quanto o feminino. LAQUEUR, T. – 1994. *La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid, Ediciones Cátedra.

Importância de se ter filhos para homens e mulheres

Como referido anteriormente, os entrevistados colocaram seu desejo por filhos como estabelecido pelo casamento, e não como um desejo natural que sempre existiu. Eles consideravam que as mulheres são mais “obcecadas” por terem filho, e se sentem “desesperadas” quando não conseguem tê-lo. Alguns entrevistados que tinham filhos disseram que se soubessem que eram estéreis aceitariam a situação, a superariam ou tentariam adotar uma criança; mas que suas mulheres sofreriam muito porque o desejo de toda mulher é ter um filho. Os que estavam procurando tratamento para esterilidade também compartilhavam dessa opinião. Alguns disseram que queriam muito ter um filho, mas sempre considerando a mulher como mais desejosa de um filho do que eles.

Antônio, que tem um casal de filhos e cria o filho que a esposa teve com outro homem, disse que se não pudesse ter filhos adotaria uma criança para “compensar” o problema. Já sua esposa, ele acha que sofreria muito:

“Eu acho que ela sofreria muito porque o sonho acho da mulher é casar de véu e grinalda na igreja, e ter filhos. Eu acho que é o sonho, então acho que ela sofreria bastante.”

Osvaldo, que cria a filha da irmã e que estava procurando tratamento para esterilidade, foi um pouco mais longe e relacionou a maior necessidade das mulheres em ter filhos com a educação que elas recebem e com a pressão social:

“Eu acho que vem do ambiente familiar ou da própria sociedade, do próprio convívio social. Se você é criado para casar e ter filhos, você vai ter na sua cabeça, psicologicamente, trabalhar assim e viver assim. Vou crescer, com 15 anos eu caso, 18, com 20 eu tenho um filho. De repente com 20 não pode ter filho, aí desmorona toda aquela filosofia de vida. Ai a pessoa se sente impotente. Eu acho que a pessoa tem uma psicologia bem danificada.”

Ao colocar na educação orientada para ter filhos a razão pelo maior desejo das mulheres de tê-los, Osvaldo relativizou percepções muitas vezes essencialistas apresentadas pelos demais entrevistados sobre o desejo natural das mulheres pela maternidade. Essa relativização também esteve presente quando foi tratado o tema do aborto voluntário em caso de estupro, como será visto mais adiante. Em relação a este tema Osvaldo considerou que, geneticamente falando, o filho de um “marginal” não vai necessariamente ser “marginal” também, apoiando-se novamente em argumentos baseados no peso da socialização, em detrimento de argumentos derivados de concepções calcadas em uma essência que seria transmitida geneticamente.

Miguel tem uma filha pequena, disse que se sentiria “um lixo” se soubesse que não podia ter filhos e que adotaria uma criança. Mas considera, assim como Osvaldo, que para a mulher é pior que para o homem não poder ter filhos porque a mulher é criada para isso. Em outro momento da entrevista, Miguel disse que foi criado para ter filhos, mas no momento dessa argumentação diz que o homem não é tão cobrado pela sociedade – como a mulher – para ter filhos, porque sua função é trabalhar e prover a casa, já a função esperada da mulher é a de ser mãe. Entretanto, após referir-se à importância da educação e da pressão social em relação ao desejo de ter filhos - não associando o maior desejo das mulheres por filhos a uma natureza feminina - , Miguel finalizou dizendo que a mulher “por si só já é mais sentimental”. Assim, seu pensamento parece ter dado uma volta completa para se fechar na idéia de que a socialização tem um peso importante no fato de as mulheres desejarem mais que os homens ter filhos; mas que a mulher é criada dessa maneira justamente porque é naturalmente mais sentimental.

Na nossa sociedade há vários discursos a respeito de gênero. São discursos heterogêneos e, muitas vezes, contraditórios, que concorrem entre si pela hegemonia, como é o caso de discursos baseados em noções de socialização e discursos baseados em noções essencialistas. Parece-me que a argumentação de Miguel mostra justamente uma tentativa de justaposição desses discursos, no intuito de abarcá-los em uma síntese dotada de sentido para ele.

Carlos, apesar de enfatizar ao longo da entrevista a paixão que tem pelos dois filhos, considerou que, de uma maneira geral, as mulheres querem ter filhos mais que os homens:

“Eu acho que as mulheres gostam mais... Elas querem mais, não gostam, querem mais filho do que homem. A mulher ela é capaz de qualquer coisa por um filho, o homem já não, ele... tem alguns que sim, outros que não, mas se você for jogar isso na média, a média vai dar bem baixa.”

Arilha²⁷ considera que: “Mulheres desejam o filho, homens desejam a família. A idéia/desejo/vontade/aspiração de ser pai viria com a maturidade e com o casamento, ao contrário do que parece ocorrer com muitas mulheres que ainda necessitam do filho para determinar sua feminilidade.” Essa idéia não só está de acordo com a percepção que os entrevistados manifestaram sobre o maior desejo por parte das mulheres de ter filhos, como também com a representação que encontrei entre as entrevistadas de minha pesquisa anterior, que associava maternidade e feminilidade.

Os entrevistados consideravam que a gravidez é a responsável por estabelecer uma ligação muito forte entre a mãe e a criança, o que não ocorre no caso do pai. Carlos, mesmo com a grande ligação que disse ter com os filhos, considera que:

“Acho que mãe ela tem um privilégio maior que o pai. Acho que um filho abandonaria um pai, e não abandonaria a mãe, por maior que fosse o desgosto que ela talvez desse a ele. É aquela ligação materna, ela tem uma ligação maior. O filho quando está sendo gerado ele está ligado diretamente ao corpo da mãe. Já com o pai não, o pai simplesmente foi uma sementinha, mas ele foi germinado na mãe, ali ela ficou grudada, então ele é um pedaço a mais da mãe. O pai eu acho que ele está mais só na feição, o aspecto da fisionomia, mas a ligação realmente é da mãe.”

Alfredo, que relatou ter uma relação muito próxima com os três filhos, que disse que “vivia para os filhos”, considerou que “filho é coisa de dentro da gente”. Foi o único entrevistado que fez referência a uma representação corpórea da paternidade, pois os demais associaram a corporalidade à gravidez e à maternidade.

²⁷ARILHA, M. – 1998. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (Orgs.) – **Homens e masculinidades. Outras palavras**. São Paulo, ECOS/ Editora 34, p.60.

A idéia de que a mulher tem uma ligação mais forte com o filho por causa da gravidez parece estar associada à idéia de que por isso ela também tem mais vontade de ter filhos, que tem um desejo natural pela maternidade. O desejo pela paternidade é concebido como vindo com o casamento e se concretizaria não só na capacidade reprodutiva, mas na capacidade de educar e sustentar a criança. Arilha²⁸ concluiu de sua pesquisa que: “Conviver e assumir a ‘responsabilidade’ dão o sentido da paternidade, e não a reprodução biológica em si.”

Entretanto, se o desejo de ter filhos por parte dos entrevistados veio com o casamento, não creio que se possa considerar que a reprodução biológica não dá sentido à paternidade. Ela pode não ser suficiente - como ressalta a fala de Marcos apresentada na seção anterior - mas, uma vez que o entrevistado tenha manifestado o desejo por filhos, esse desejo se expressa em filhos que sejam “seus”, “próprios”, de “seu sangue”. Isso pode ser observado nas entrevistas, ou pode ser deduzido do fato de alguns entrevistados estarem procurando tratamento para esterilidade mesmo depois de terem adotado uma criança ou de estarem criando os filhos da esposa.

Considero que está presente entre os entrevistados uma representação de paternidade que engloba tanto a capacidade de sustentar e educar os filhos, quanto a capacidade de “fazer filhos”. Isto é, não há uma desconsideração da parte biológica da paternidade. O homem se constitui pai a partir do nascimento do filho, mas considera-se que foi seu esperma que deu origem à possibilidade dessa constituição.

Segundo Laqueur, a paternidade e a maternidade se constituem na relação emocional, na união intensa e profunda com o filho, nascido ou não. Sem deixar de colocar que: “Las mujeres tienen demandas respecto del bebé que llevan dentro simplemente en virtud de sus relaciones espaciales con él y tienen derecho a la integridad corporal.”²⁹, Laqueur considera que a gravidez não faz com que automática e necessariamente a mulher se sinta unida ao bebê, não considera que esses sentimentos venham da “carne”: “El ‘hecho’ de la maternidad es precisamente el trabajo psíquico que hay que realizar para hacer esas conexiones (emocionales e imaginativas), para apropiarse del feto y luego de la criatura

²⁸ *Id.* p.66.

²⁹ LAQUEUR, T. – 1992. Los hechos de la paternidad. *Debate Feminista* ano 3, v.6, p.139.

dentro de la economía moral y emocional de la madre. El 'hecho' de la paternidad es de un orden semejante."³⁰

Se, para o autor, a gravidez não gera automaticamente essa ligação, não é a sua ausência no corpo masculino que impede que ela seja criada por parte do homem. Mas tampouco essa criação surge do nada, ela surge da idéia de que foi seu espermatozóide que fecundou aquela mulher, que é uma parte de si que está ali. Portanto, as demandas de paternidade e maternidade surgem "(...) de una unión intensa y profunda com la criatura, nacida o no, que el parentesco biológico debe encender en la imaginación moral y afectiva, pero no necesariamente sujeta al vínculo material."³¹

Portanto, podemos considerar que se essa união não surge, não importa para o "fato" da paternidade que tenha havido vínculo material. Ou seja, não é porque uma mulher engravidou com o espermatozóide de um determinado homem que ele será considerado o pai da criança, como demonstram os bancos de espermatozóide ou a opinião de alguns entrevistados de que se o homem não deseja o filho (quando perguntados em relação ao aborto voluntário) ele deve ir embora e abandonar a parceira. Por outro lado, essa união com a criança não está necessariamente sujeita ao vínculo material, como demonstram os casos de adoção ou de criação dos filhos da parceira.

Strathern³² entende por parentesco não somente as maneiras como os parentes interagem, mas também como pensam que essas relações se constituem. A autora considera que, na representação denominada por ela de euro-americana, parentesco é um conceito híbrido, uma vez que este é considerado como um fato da sociedade enraizado em fatos da natureza. Nesta representação, ter relações sexuais, transmitir genes e dar à luz são fatos da vida que foram tomados como base para as relações entre esposos, irmãos, pais e filhos; os quais foram, por sua vez, tomados como a base das relações de parentesco. As pessoas reconhecidas como parentes são aquelas relacionadas pelo sangue e as relacionadas pelo casamento, isto é, são aquelas que resultaram da procriação ou de uma perspectiva de procriação. E o processo de procriação como tal é visto como pertencendo ao domínio da

³⁰ *Id.* p.130.

³¹ *Ibid.* p. 141.

³² STRATHERN, M. – 1992. **Reproducing the Future. Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies.** Manchester, Manchester University Press.

natureza, e não ao domínio da sociedade. Por outro lado, o parentesco é visto como um arranjo social dos fatos naturais, conectando assim os dois domínios.

A vida familiar, por exemplo, é considerada como residindo em dois princípios separados. De um lado, ela reside no caráter social de arranjos particulares, como a composição familiar, a extensão das redes de parentesco ou as convenções do casamento, que são variáveis sociais. Por outro lado, reside nos fatos naturais da vida como nascimento e procriação, herança de material genético, estágios de desenvolvimento através dos quais a criança progride, que são naturalmente imutáveis. Portanto, falar em parentesco é referir-se à maneira pela qual os arranjos sociais estão baseados em processos naturais, e em como estes provêm o contexto cultural. O parentesco é considerado como uma construção social de fatos naturais, sendo que os fatos naturais da vida aparecem como existindo anteriormente a qualquer outra coisa.

Portanto, um parente do qual não se tem dúvida é aquele que está ao mesmo tempo relacionado pelo sangue e cujo relacionamento é reconhecido socialmente. Havendo um laço biológico, sempre haverá a questão de se este será seguido por um reconhecimento social ou não.

Voltando às noções manifestadas pelos entrevistados, pode-se considerar que a participação biológica do homem na reprodução, transmitindo seus genes, seu “sangue”, representa o “fato natural” sobre o qual a paternidade é construída, mesmo que, posteriormente ao modelo construído, essa participação não venha a ser tida como o elemento principal ou o mais importante na experiência da paternidade. É como se o “fato natural da procriação” fosse considerado como a “base natural” sobre a qual a paternidade é construída, mas uma vez que essa construção é social, ela abre a possibilidade de a paternidade ser elaborada também somente através dos laços sociais.

Considero que o desejo de ter um filho “que seja seu”, a importância dada ao aspecto biológico da paternidade, aponta para uma representação sobre a reprodução baseada na idéia de que é a reprodução biológica que estabelece as ligações afetivas e emocionais entre pais e filhos. E que, assim, a reprodução biológica serve como modelo para o estabelecimento dessas ligações, como demonstram as declarações de que se pode amar um filho que “não é seu” “como se fosse seu”. Assim, essas ligações podem ser estabelecidas com um filho adotivo (ou da esposa), e pode-se amá-lo “como se fosse seu”,

isto é, como se ama um filho biológico por princípio. Pode-se amá-lo segundo o modelo baseado no amor que se sente pelos “filhos verdadeiros”, pode-se amá-lo “sem nenhuma diferença”. Mas é a própria necessidade de negar essa diferença que marca sua presença nas representações sobre paternidade. Segundo Antônio, que cria o filho que a esposa teve com outro homem:

“Sempre considereei como meu filho (o filho da esposa). Do mesmo modo como eu trato a Bruna e o John eu trato ele. Ele me respeita, com muito carinho. E a consideração dele por mim eu acho que não podia ser diferente de pai.”

O que nos leva ao tema da adoção.

Adoção

O tema da adoção suscitou em muitos entrevistados que estavam procurando tratamento para esterilidade a mesma reação apresentada pelas entrevistadas de minha pesquisa anterior: disseram que desejavam primeiro tentar ter seu próprio filho e, se não conseguissem, então tentariam adotar uma criança.

Mas também havia entrevistados que passavam pelo processo inverso, isto é, já tinham filhos adotivos, ou estavam na fila para adoção, e se encontravam no ambulatório à procura de tratamento para esterilidade³³. É o caso de Osvaldo, que cria a filha da irmã, mas deseja ter um filho “próprio”. Ou de João, que mesmo tendo adotado uma criança, deseja ter um filho “natural” seu e de sua esposa:

“Depois do segundo aborto, isso foi em 92, a gente resolveu adotar uma criança. Agora a gente está tentando naturalmente ver se a gente ... Pra gente vai ser bom, pra ela também vai ser bom. Mas também se não der não vai ter problema nenhum. A gente parte pra outro lado, né, já adotou um pode adotar outro.”

³³ Vale salientar que a dificuldade em adotar uma criança foi referida tanto pelos homens quanto pelas mulheres que entrevistei anteriormente. Disseram que o processo burocrático é lento e complicado. Além disso, os que desejam crianças recém-nascidas precisam entrar em uma fila de espera.

Pedro tentou adotar uma criança de uma mulher que queria doar o filho assim que nascesse, mas depois que a criança nasceu a mãe desistiu de entregá-la. Eduardo está na fila de espera para adotar um bebê recém-nascido, mas como a demora é grande, resolveu procurar tratamento para esterilidade.

Por outro lado, Geraldo, que também procurava tratamento para esterilidade, mas que já havia tido uma filha com a ex-esposa e que cria os filhos da atual esposa, disse que nunca adotaria uma criança por causa do sangue, porque seria o sangue de outra pessoa. Pelo mesmo motivo não faria inseminação artificial com sêmen de doador, como será visto adiante. Entretanto, não só cria os filhos da atual esposa no sentido de assumi-los, mas preocupa-se também com os cuidados pessoais como dar banho, comida, etc. Parece-me, portanto, que no seu caso, o sangue não aparece com a mesma importância no contexto de filhos já nascidos como aparece no contexto de filhos planejados, imaginados. Idealmente os filhos devem ter seu sangue, mas na experiência ele pode cuidar de filhos que não tenham seu sangue.

A fala de entrevistados que tinham filhos adotivos, ou criavam os filhos da esposa, e estavam procurando o ambulatório para conseguir ter “seu próprio filho” com a esposa, apontam para uma distinção entre as noções de “cuidar, gostar” de crianças e a de “fazer filhos”. Pois filhos de outros homens podem ser cuidados e amados pelos entrevistados, mas são os filhos “do próprio sangue” que fazem parte do projeto de família e de paternidade. Assim, mesmo que já criem uma criança, o projeto de ter “filhos próprios” continua existindo, já que a realização deste ocorre através da transmissão de fluidos corporais: esperma e sangue.

Além disso, enfatizar que cuidam de filhos de outros homens gabarita os entrevistados como pais. Se a baixa renda, o baixo nível de escolaridade, o medo do desemprego podem ameaçar a função de provedor, cuidar dos filhos de outros homens os qualifica como bons pais. Ressaltar esta qualificação parece ser importante em um contexto onde estavam buscando conseguir ter um filho “próprio”.

Também os entrevistados que tinham filhos disseram que, na hipótese de não conseguirem tê-los, adotariam uma criança somente depois de tentar todos os meios para ter seu próprio filho. Porém Carlos, que tem dois filhos, disse que nunca adotaria uma criança,

porque não seria o mesmo amor; porque não seria seu próprio sangue; seria filho de outra pessoa:

“Também não (adotaria). Criança é muito bom, a gente gosta tudo, mas eu acho que a gente gosta da da gente como ser, como criança, como filho. Um outro você adota, você vai gostar também, mas como ser humano, como pessoa, acho que o amor aí é diferente. Existe vários tipos de amor, e o amor que você dá pra um filho é uma coisa, o amor que você dá pra um ser humano é outra coisa. Então adotar eu acho que não adotaria.”

O tema da adoção suscitou respostas contrastantes e reelaborações de idéias, como no caso de Marcos. Ele relatou que havia conhecido uma criança da qual gostou muito e que queria pegá-la para criar. Era uma menina que estava constantemente na casa de seu irmão porque o pai maltratava a mãe. Apesar de sua vontade, disse que não poderia pegar a menina para criar porque ela tinha pai e mãe. Esse relato se deu quando o entrevistado falava de seu desejo por filhos. Entretanto, quando indagado sobre a possibilidade de adotar um filho, caso não conseguisse ter um, respondeu que não adotaria um “filho dos outros”, e que “por mais que pegue amor”, não é a mesma coisa. Parece-me que também neste caso, assim como no de Geraldo, a conexão com diferentes contextos gerou distintas reações. No contexto da experiência da vida cotidiana, Marcos sentiu vontade de adotar uma criança, estava disposto a isso. Mas ao ser colocado em um contexto hipotético, o ideal de ter “seu próprio filho” prevaleceu.

Na fala de Marcos aparece também a noção de paternidade como projeto que se realiza através da transmissão de fluidos corporais pois, por mais que se possa amar um “filho dos outros”, nunca será como “seu próprio filho”.

A junção de contextos distintos levou João a reelaborar suas idéias quando utilizou sua experiência com adoção para mediar sua opinião sobre inseminação artificial com sêmen de doador. João tinha uma filha adotiva e afirmou que não faria esse tipo de inseminação para ter um filho. Quando questionado o porquê, começou a pensar em sua resposta:

“Ah, não sei ... é uma coisa de se pensar porque ... Você adotando uma criança vai ser de outra pessoa do mesmo jeito... É, sei lá ... Pode até pensar porque não tem nada a ver né? Vai ser a parte genética que vai ser diferente. Minha filha não tem a minha genética, nem a da minha esposa, no entanto ela é minha filha, é como se fosse, é, né?”

Ao pensar na parte genética, João se lembrou que a filha era adotiva, e que mesmo sem sua contribuição genética ela era sua filha. Oscilou dizendo que “era como se fosse” sua filha e que “era” sua filha. Em outro momento da entrevista, disse que a filha o observa muito e está pegando seu jeito de ser. Assim, ao mesmo tempo em que a genética é para ele uma referência para se pensar a paternidade e a reprodução, também recorre ao argumento do peso da socialização quando reflete sobre esse assunto.

É o caso também de Osvaldo, que havia pegado a filha da irmã para criar, mas seguia querendo um filho que fosse dele e da esposa. O fato de criar a filha da irmã desde que havia nascido (quatro anos), de ela chamá-lo de pai, de ela não querer ver o pai “verdadeiro”; ao lado do fato de ele estar procurando tratamento para esterilidade, propiciava a elaboração de opiniões distintas, de acordo com a conexão que estabelecia naquele momento. Assim, quando se referia à filha adotiva, ele articulava um discurso que diminuía a importância da genética de um filho e que enfatizava o processo de socialização; quando se referia ao desejo de ter um filho “próprio”, assinalava o instinto natural do casal de ter um filho:

“Ser pai é passar tudo aquilo que você aprendeu de bom para uma outra pessoa, um filho seu, que seria mesmo se geneticamente não fosse seu filho. Passar para outra pessoa tudo o que você adquiriu de bom na vida.” [...] “Acho que todo casal quer ter um filho, é instinto natural da gente.”

Portanto, a questão da adoção colocou em evidência contextos distintos, que propiciaram conexões distintas: um contexto em que a paternidade está associada ao sangue, à genética; e outro em que está associada ao amor, ao cuidado, à convivência diária. Isto é, um contexto que diz respeito ao que se considera natural, instintivo, imutável; e outro que refere-se ao que é considerado social, construído. Dependendo da conexão

estabelecida, um mesmo entrevistado apresentava opiniões distintas; ou opiniões que oscilavam entre esses dois contextos.

Retomando a discussão acerca do parentesco colocada na seção anterior, a paternidade aparece para os entrevistados articulando o mundo natural com o social, como uma construção social embasada nos fatos naturais. Natural é ter um filho que seja biologicamente seu – daí a procura por tratamento para esterilidade mesmo quando já se tem um filho adotivo. Mas, como a paternidade é também uma construção social, crianças adotivas podem ser vistas como filhos, e o social pode interferir de alguma forma no natural a ponto de o filho poder “pegar o jeito do pai”. Portanto, ao mesmo tempo em que o social aparece como capaz de deslocar a natureza, a ponto de a convivência poder gerar semelhanças, a base natural está presente como ponto de referência, uma vez que o pressuposto é o de que a semelhança é dada primeiramente pela natureza, pela genética, pelo sangue.

A discussão sobre a tensão entre as bases “natural” e “social” da paternidade aponta para a necessidade de uma sucinta explanação a respeito da legislação sobre paternidade, onde esta tensão também pode ser vislumbrada.

Ainda em relação a esta tensão, parece-me pertinente uma pequena reflexão acerca da referência às semelhanças físicas, psicológicas ou morais entre pai e filho como parâmetro de reconhecimento e atribuição de paternidade.

São os temas das duas seções seguintes.

Legislação e paternidade ³⁴

O Código Civil brasileiro, considerado a lei básica do Direito Privado, data de 1916. Desde então ele vem sofrendo sucessivas alterações para ser adequado às novas legislações, incluindo as Constituições promulgadas neste período, sendo a última a de 1988. Em 1975, foi elaborado o projeto de um novo Código Civil³⁵, que encontra-se ainda em discussão no Congresso Nacional.

A Constituição de 1988 reconheceu como unidade familiar a união estável entre um homem e uma mulher. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente³⁶ estabeleceu os mesmos direitos e qualificações para os filhos nascidos dentro e fora do casamento, ou por adoção. Em 1992, a nova Lei da Investigação da Paternidade³⁷ regulou o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento, que igualava direitos e reiterava a proibição a qualquer distinção quanto à natureza da filiação nas certidões e no registro de nascimento.

Apesar de ao longo dos anos algumas mudanças terem sido introduzidas³⁸, até as legislações citadas acima consideravam-se como filhos legítimos aqueles tidos dentro de uma união legal; como filhos “naturais” os nascidos fora do casamento, mas cuja situação dos pais não apresentava impedimento para a união legal (com posterior legitimação dos filhos); como filhos adulterinos aqueles nascidos de relações extraconjugais; e os filhos adotivos, situação em que os pais adotantes assumiam o parentesco civil, que diferia do consanguíneo ou por afinidade.

³⁴ As informações aqui apresentadas contaram com a assessoria jurídica do advogado Ledyr Berretta, e com a consulta dos seguintes textos:

KARAN, M.L. – 1998. A superação da ideologia patriarcal e as relações familiares. In: SILVEIRA, P. (Org.) – **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre, Artes Médicas.

OLIVEIRA, S.D. – 1998. Tipos de injustos relativos ao estado de filiação. In: *Id.*

CASTRO, I.P. – 1998. A relação dos filhos menores com os pais após a ruptura da tradicional convivência familiar: uma ótica sociojurídica. In: *Ibid.*

BILAC, E.D. – 1999. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA, R.P. & AZEVÊDO, J.C. (Coords.) – **Direitos da Família: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo, Editora LTr.

SILVA, R.P. – 1999. Ascendência biológica e descendência afetiva: indagações biojurídicas sobre a ação de investigação da paternidade. In: *Id.*

GRINBERG, K. – 2001. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

³⁵ Projeto de Lei n. 634/75.

³⁶ Lei n. 8.069 de 13/07/1990, artigo 20.

³⁷ Lei n. 8.560 de 29/12/1992.

³⁸ Como, por exemplo, o reconhecimento de filhos ilegítimos através de testamento cerrado, pela Lei n. 883 de 1949. Para acompanhamento destas mudanças, ver BILAC, E.D. – 1999. *Op. cit.*

A proteção legal relativa aos direitos e deveres de filiação, como sucessão e herança, estava destinada aos filhos legítimos. Os filhos “naturais” só poderiam adquirir estes direitos e deveres com a legitimação advinda da união legal dos pais; os filhos adulterinos não poderiam ser legitimados (a não ser por testamento cerrado a partir de 1949); e os filhos adotivos não tinham os mesmos direitos em relação à herança que os filhos legítimos. Somente a partir da Constituição de 1988 os filhos adotivos e de fora do casamento passaram a ter os mesmos direitos que os havidos dentro do casamento, sendo abolida a figura do filho “natural” pelo reconhecimento legal da união estável.

O casamento segue sendo critério para a atribuição de paternidade. Se uma mulher é casada, somente seu marido pode registrar os filhos que ela venha a ter. Pelo Código Civil, os filhos nascidos 180 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal, e os filhos nascidos dentro dos 300 dias subsequentes à dissolução judicial da sociedade conjugal, presumem-se concebidos na constância do matrimônio. Porém, é possível legalmente que, na suspeita de traição, o marido tente provar que o filho não é seu; ou que o pai “biológico” tente provar que o filho é dele. Neste processo, a atribuição legal da paternidade será julgada através de provas, indícios e testemunhas (da relação da mulher com outro homem que não o marido); ou ainda através de um exame de DNA. Uma vez que a lei não pode obrigar um homem a submeter-se ao exame de DNA, em caso de recusa o critério do exame não poderá ser usado, recorrendo-se ao critério de provas, indícios e testemunhas.

A Constituição de 1988 também igualou direitos e deveres de homens e mulheres em relação à sociedade conjugal, acabando com a chefia familiar masculina e estabelecendo o respeito e consideração mútuos, a assistência moral e material recíproca, e a guarda, sustento e educação dos filhos comuns. O que significa que homens e mulheres têm legalmente as mesmas responsabilidades em relação ao sustento da casa e dos filhos, e os mesmos direitos em relação ao pedido de guarda dos filhos em caso de divórcio.

Porém, na prática, o número de pedidos de guarda dos filhos por parte dos homens em caso de divórcio é muito pequeno e, dentre estes, uma minoria consegue a guarda. A preferência nestes casos é dada à mãe e, para um pai conseguir a guarda do filho, ele precisa provar a inaptidão da mãe para criar a criança, sendo que esta inaptidão não pode referir-se à falta de recursos financeiros, mas à inaptidão de ordem moral ou física.

Está obrigado a pagar pensão alimentícia aquele (pai ou mãe) que não está com a guarda do filho, de acordo com suas condições financeiras. O filho tem direito a receber pensão alimentícia até a idade de 21 anos. Desta idade em diante contam circunstâncias específicas, como o filho estar terminando os estudos ou ser portador de alguma deficiência.

Bilac³⁹ observa que através desta legislação, ao mesmo tempo em que a filiação (e eu diria, por consequência, a paternidade) foi “desbiologizada”, ao igualar filhos adotivos com filhos “biológicos”, ela foi também “biologizada”, ao igualar filhos “de dentro” e “de fora” do casamento. Isto é, se no primeiro caso a filiação e a atribuição da paternidade legais independem do “laço biológico”, no segundo, é justamente o “laço biológico” que estabelece a filiação e a paternidade legais.

Poderíamos considerar que o advento dos exames de DNA também contribuiu para a “biologização” da paternidade, através de sua atribuição por provas genéticas. Neste aspecto há que se considerar, por um lado, que tais exames não reduziram a atribuição de paternidade somente a critérios biológicos pois, como citei acima, a lei não pode obrigar um homem a submeter-se a este exame. Mas, por outro lado, o exame de DNA permite que homens que duvidam da “veracidade” sobre sua “paternidade biológica” possam provar que determinada criança não é seu filho. Homens sem vínculo conjugal com a mãe da criança, mas que estão sendo acionados judicialmente para assumirem a paternidade, podem usar o exame como prova de que não geraram aquela criança. Assim como homens cuja atribuição da paternidade foi dada pelo vínculo conjugal, mas que suspeitam que o filho não é seu devido à infidelidade conjugal da esposa podem, através do exame de DNA, provar que o filho não é seu. Em relação a este último caso, Fonseca⁴⁰ considera que, antes do advento do exame de DNA, a esposa possuía uma espécie de trunfo nas mãos, isto é, ela era a guardiã do conhecimento da identidade do pai biológico de seu filho. Para a autora, tais exames, possibilitando o acesso público a um conhecimento que era antes basicamente da esposa, podem modificar as relações de poder segundo as quais usualmente os casais se constituem.

³⁹ BILAC, E.D. – 1999. *Op. cit.*

⁴⁰ FONSECA, C. – 2001. *Capitu's Dilemma: DNA, choice and destiny in the contemporary Brazilian family.* Paper delivery at the III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira: “Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira”. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

Há ainda uma situação onde, apesar do conhecimento do “pai genético”, a atribuição da paternidade se dá pelo critério do laço conjugal. Paradoxalmente, justamente em casos onde novas tecnologias estão em jogo, utiliza-se o “velho critério”. Estou me referindo às tecnologias reprodutivas, mais especificamente, à inseminação artificial com sêmen de doador (IASD). Neste caso, o anonimato do doador é garantido e, o marido da mulher, uma vez que tenha consentido com a inseminação, será considerado legalmente o pai da criança e não poderá mais refutar a paternidade alegando que o filho não é biologicamente seu.

Assim, a tecnologia proporcionou um novo critério para a atribuição de paternidade, o exame de DNA. Mas este não tornou-se um critério cabal, e sim um critério a mais a ser utilizado junto com os já existentes nos julgamentos de atribuição de paternidade.

Sobre semelhanças entre pai e filho

As semelhanças físicas, morais ou psicológicas entre pai e filho serviram e têm servido como parâmetros para o reconhecimento e a atribuição da paternidade.

Na tradição do direito romano, que serve de base jurídica ainda hoje em muitos países ocidentais, considera-se que *mater semper certa est, pater nunquam*, ou seja, a mãe é sempre certa, o pai nunca. Entretanto, outra máxima é utilizada para “sanar” o problema gerado pela incerteza da paternidade: *pater is est quem nuptiae demonstrant*, isto é, o pai da criança é quem demonstrar estar casado com a mãe. Assim, uma máxima cria as condições para o estabelecimento da maternidade e outra para o da paternidade.

Essas máximas podem servir de base para estabelecimentos legais de paternidade, mas não “sanam” completamente o problema da incerteza pessoal e da desconfiança da traição. Nas palavras irônicas de Montesquieu: “Pela lei que aí (no tribunal) se observa, toda criança nascida durante o casamento é considerada como do marido: embora tenha ele ótimas razões para não acreditá-lo, a lei acredita por ele, alivia-o do exame e dos escrúpulos.”⁴¹

⁴¹ MONTESQUIEU *Apud* ALMEIDA JÚNIOR, A. - 1940. **Paternidade: aspectos bio-psicológico, jurídico e social.** São Paulo, Editora Nacional, p. 137.

Nos casos de desconfiança de traição conjugal e de dúvida da paternidade, recorrer à semelhança física, psicológica ou moral apareceu muitas vezes como recurso utilizado para a identificação do pai. Almeida Júnior⁴² cita passagens da **Odisséia** de Homero, de peças de Shakespeare, e de obras de autores brasileiros como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Machado de Assis, onde os personagens recorrem às semelhanças entre pai e filho como meio de identificação da paternidade e prova da existência ou não da traição conjugal.

Em “Conto de Inverno” de Shakespeare, por exemplo, Leonte, rei da Sicília, suspeita que a esposa o trai com Polixêno, e desconfia que a menina que acaba de nascer não é sua filha. Então Paulina, dama da corte, ao apresentar a criança ao rei “(...) num estudo fisionômico verdadeiramente pericial, estabelece o confronto entre o pai e a filha:

‘É vossa!

É pena que se pareça tanto convosco. Contemplai, senhores,

Conquanto os traços sejam miniatura, tudo reproduz

E copia o pai – os olhos, o nariz, o lábio,

O jeito da sombrancelha, a testa, sim, o sulco

Do queixo, e as bonitas covinhas das bochechas; o sorriso,

A forma, o modelo mesmo da mão, das unhas e dos dedos.’ “⁴³

Mesmo o advento do teste de DNA para a identificação paterna não eliminou o critério da semelhança para se “descobrir” quem é o pai de uma criança; eles parecem conviver. Em uma novela televisiva levada ao ar em 1999, por exemplo, uma personagem recorria ao teste de DNA para exigir do pai ajuda financeira para a educação da filha. Ao mesmo tempo, na mesma novela, outro personagem descobre que era o “verdadeiro” pai do filho de sua amiga casada, quando troca a fralda do bebê e observa uma marca em suas costas idêntica a uma que ele próprio possui no mesmo local. Sua descoberta é confirmada quando o bebê tem a mesma alergia que ele apresentava quando era bebê, e quando consegue curar a alergia com o mesmo chá que tomava quando criança.

Laqueur⁴⁴ se refere a um caso onde um homossexual doou espermatozoides para uma amiga homossexual fazer uma inseminação artificial. A inseminação foi feita pela própria amiga,

⁴² ALMEIDA JÚNIOR, A. – 1940. *Id.*

⁴³ *Ibid.* p. 207.

⁴⁴ LAQUEUR, T. – 1992. *Op. cit.*

em casa, sem nenhuma intermediação médica ou legal. Quando o bebê nasceu, o doador o conheceu, mas depois a mãe passou a não deixar mais que ele visse a criança. Ele entrou então com um processo na justiça exigindo o direito de poder voltar a ver a criança. Como parte do processo, o doador deveria ser entrevistado por um psicólogo, que tinha o objetivo de determinar sua atitude como pai. Durante a entrevista, o doador alegou em defesa de sua paternidade que, quando olhou dentro dos olhos de seu filho “viu ali toda sua família”.

Essa visão, segundo o autor, pode ser interpretada como uma construção oriunda do desejo de encontrar tais semelhanças: “Cualquier incertidumbre que hubiera podido tener antes se desvaneció en la cara imaginada de su carne y su sangre.”⁴⁵ Isto é, as semelhanças encontradas entre pai e filho podem ser atribuições surgidas justamente da crença prévia da paternidade.

O mesmo tipo de argumento está presente em um romance espanhol do final do século XIX intitulado **El abuelo**⁴⁶ (**O avô**). O fato de o romance ter sido transformado em filme, e este ter concorrido ao Oscar de melhor fita estrangeira em 1999, parece indicar a atualidade do interesse no tema. No romance, o avô do título tem duas netas e predileção por uma delas, por considerá-la muito parecida com seu filho que morreu – tanto no seu aspecto físico, quanto em relação à sua personalidade. O avô afirma ainda que a neta tem os olhos da sua falecida esposa, e que podia ver a esposa quando olhava para a neta. A neta predileta também tem muita afeição pelo avô, o defende quando está sendo maltratado (iniciativa que a outra neta não tem), e demonstra ter muitas afinidades com ele. Entretanto, o avô descobre que a viúva de seu filho teve um romance com outro homem quando o marido ainda estava vivo, e que uma de suas netas era filha desse amante. O livro segue mostrando o empenho do avô em descobrir qual das duas netas não era a filha de seu filho, era “ilegítima”; uma vez que a mãe se negava a revelar-lhe a verdade. Ao final, o avô acaba por descobrir que a neta “ilegítima” era justamente a predileta, a que lhe lembrava sua esposa e seu filho mortos.

Em relação às construções culturais sobre semelhanças entre pais e filhos, Malinowski⁴⁷ assinala que entre os trobriandeses é natural, justo e conveniente que um

⁴⁵ *Id.* p. 134.

⁴⁶ GALDÓS, B. P. – 1986. **El abuelo**. Madrid, Alianza Editorial.

⁴⁷ MALINOWSKI, B. – 1978. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural. Coleção Os Pensadores.

homem ou uma mulher se pareça com seu pai. Por outro lado: “Não somente é um dogma doméstico, por assim dizer, que um filho não se parece nunca com sua mãe, nem com os irmãos ou irmãs ou qualquer outro parente dela, como também fazer a menor alusão a uma semelhança desse tipo é prova de mau gosto e uma ofensa grave.”⁴⁸

Os argumentos indicam que, como escreveu Delaney⁴⁹: “In any case, resemblance is in the eye of the beholder.” Mas apesar disso, ou por isso mesmo, semelhanças físicas, morais ou psicológicas continuam a ser critério para o reconhecimento da paternidade; critério esse que convive com o do teste de DNA. Assim, seria uma representação da paternidade onde há atribuição de semelhanças entre pai e filho que contribui para a construção dessas semelhanças, mais do que as próprias semelhanças poderiam servir para construir a representação de paternidade. Isto é, as semelhanças apareceriam como metáforas da paternidade, e não o contrário.

Em relação aos entrevistados, em várias ocasiões houve referência às semelhanças físicas, psicológicas e morais entre pai e filho; sendo este parâmetro utilizado, inclusive - como citei anteriormente -, em relação a um filho adotivo que, devido à convivência, começava a assemelhar-se com o pai.

Desejo por filhos

Mesmo que os entrevistados tenham considerado que o desejo do homem por filhos é menor que o da mulher, nenhum deles acreditava que um homem possa não querer ter filhos. Atribuíram essa falta de desejo a circunstâncias não propícias, e não a uma vontade permanente: ter medo de o casamento não dar certo e ter que separar-se; ter medo de não conseguir sustentar o filho; desejar, antes de ter um filho, conseguir estabilidade financeira, comprar uma casa, completar os estudos. Romero, que tem uma filha e procura tratamento para esterilidade porque deseja ter um casal, disse que:

⁴⁸ *Id.* p.176.

⁴⁹ DELANEY, C. – 1986. The meaning of paternity and the virgin debate. *Man*, v.21.
“Em todo caso, a semelhança está no olho do observador.”

“Acho que é insegurança, pode pensar que não vai dar certo o casamento, separar...”

Paulo considerou que muitos podiam achar que não iam ter condições para criar o filho. Mas que os que tinham essa condição às vezes não queriam ter filhos por causa do trabalho que eles dão:

“Porque às vezes a gente pensa assim: pôxa, no caso tem um filho ou dois, a minha situação é assim, eu não vou ter condições de manter aqueles filhos, eles pensam muito na situação financeira. (...) Às vezes também é pra não ter trabalho, porque geralmente aqueles que têm condições financeiras de ter um filho ou dois nunca têm porque às vezes vai atrapalhar sair, dar um passeio.”

Quando eu insistia referindo-me a homens que não queriam ter filhos nunca, os entrevistados consideraram que esta era uma atitude egoísta, porque significa não querer sustentar os filhos ou querer aproveitar a vida sem responsabilidades. Como já foi visto, os filhos são pensados como fazendo parte do casamento, como parte da constituição de uma família. Para Sérgio, cuja esposa está grávida e faz tratamento no ambulatório para abortos recorrentes:

“(...) eu acho que toda pessoa que decidiu a casar eu acho que quer ter filho. Nenhum casal vai querer viver sozinho.(...) Não conheço (nenhum casal que não queira ter filhos), nem nunca ouvi falar.”

Não conhecer nenhum casal que não deseja ter filho também pode ser considerado um indício da pressão social que sofre Sérgio para conseguir ter filhos. Indica que em seu meio social há somente casais que desejam ter filhos; ou indica que Sérgio enxerga esse desejo em todos os casais que conhece. Esse ponto será retomado adiante.

Para João, que adotou uma menina e estava procurando tratamento para esterilidade:

“Acho que nem todo mundo quer ter filho, o problema (de não conseguir ter) é quem se decide a casar no padrão.”

Miguel considera que:

“Eu acho que o próprio ser humano acho que tem essa coisa de você ser paterno e materno. Um machão pode não querer ter filho, quer só mulher, mulher, mulher. Mas pode perceber que eles gostam de criança, ‘ai que bonitinho seu filho’, tal, vem, quer pegar, brinca bastante com a criança. Mas ele não quer admitir que quer, mas ele no fundo no fundo ele quer. Eu acho que isso já é do ser humano, eu acho que já é preparado pra isso.”

Miguel, nesta passagem, aponta que não querer ter filhos pode ser um sinal de virilidade por associar este fato a ter muitas mulheres. Sua leitura sobre a masculinidade conecta-se com a idéia de que o “machão” exerce livremente sua sexualidade porque não é casado e não tem filhos. Assim, filho está novamente associado à constituição de uma família monogâmica e marca a idéia de assumir responsabilidades. Este relato mostra novamente como o que em um contexto é considerado prova de masculinidade (ter filhos), pode não ser considerado em outros.

Miguel teve uma filha aos 18 anos, sem ter planejado e sem estar casado. Disse que depois que a filha nasceu amadureceu muito e se tornou muito responsável. Talvez essa referência ao “machão” esteja relacionada à pressão que pode ter sentido por parte dos companheiros ao “perder a liberdade” por ter-se tornado pai bem jovem. Seu depoimento aproxima-se daqueles colhidos por Arilha⁵⁰ em sua pesquisa, onde a autora conclui que: “(...) o que parece configurar a passagem da fase adolescente para a vida adulta é a incorporação de responsabilidades, que no caso dos homens, está praticamente associado ao comportamento sexual e reprodutivo. O nascimento do filho e todas as implicações desse fato é que parecem determinar para o jovem do sexo masculino essa passagem.”

Outro motivo que alguns entrevistados deram para um homem não querer ser pai foi o fato de ele ser homossexual. Segundo Sérgio:

⁵⁰ ARILHA, M. – 1998. *Op. cit.* p. 62.

“Eu acho que sim, (o homem sempre quer ter filhos), a não ser que ele seja um homossexual ou muito doente, aí é ... Acho que normalmente ele vai querer ter.”

Neste sentido, da mesma forma que a esterilidade masculina está associada à impotência sexual, ter filho aparece concretizando a virilidade heterossexual. A orientação sexual heterossexual é tomada como atribuição da paternidade e da masculinidade. Pois, mesmo que “fazer um filho” não seja suficiente para se ser pai (é necessário conseguir sustentar esse filho), “fazer um filho” atesta a virilidade heterossexual atribuída à masculinidade.

O desejo por filhos aparece como natural somente entre casais heterossexuais. Isto está de acordo com a representação dos entrevistados de que o casamento pressupõe filhos e que os filhos é que constituem a família, pois casamento é sempre referido por eles como heterossexual e a família como monogâmica. Se, por um lado, para alguns entrevistados o fato de ser homossexual explica a ausência de desejo por filhos, por outro, alguns autores mostraram como o desejo homossexual por filhos não é considerado legítimo.

Hirsch⁵¹, ao entrevistar casais heterossexuais de Londres e Berkshire, encontrou que as pessoas estavam dispostas a aceitar, em diferentes graus, o uso de novas tecnologias reprodutivas quando fosse para dar uma ajuda à natureza, isto é, uma ajuda aos casais heterossexuais que desejavam ter filhos. A tecnologia era aceita se aplicada dentro do contexto considerado natural de se ter um filho, o que excluía homossexuais e mães solteiras.

Franklin⁵² discorre sobre as representações populares das novas tecnologias reprodutivas encontradas em artigos saídos na imprensa inglesa, em livros de guia sobre esterilidade, e em documentos do governo britânico. Segundo a autora, nessas narrativas e discursos fica claro que são os casais heterossexuais que têm direito a ter filhos e a ter acesso ao uso das novas tecnologias reprodutivas. Casais homossexuais ou pessoas sem parceiro(a) não são considerados usuários legítimos dessas tecnologias; o que leva a autora

⁵¹ HIRSCH, E. – 1993. Negotiated limits: interviews in south-east England. In: EDWARDS, J. et al. *Op. cit.*

⁵² FRANKLIN, S. – 1990. Deconstructing ‘desperateness’: the social construction of infertility in popular representations of new reproductive technologies. In: McNEIL, M.; VARCOE, I.; YEARLEY, S. (Eds.) – **The new reproductive technologies**. London, Macmillan.

a argumentar que tais narrativas e discursos visam a reforçar o modelo tradicional de família (pai, mãe e filhos).

Novaes e Salem⁵³ também enfatizam que a lei de bioética francesa restringe os serviços de reprodução assistida aos casais heterossexuais com problemas de infertilidade, sendo a intervenção médica considerada como limitada a imitar a “procriação natural”.

No Brasil não há ainda legislação acerca da reprodução assistida⁵⁴. Há uma Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM)⁵⁵ que normatiza a utilização das técnicas de reprodução assistida. Segundo esta resolução, toda mulher capaz nos termos da lei pode ser receptora das técnicas de reprodução assistida, desde que tenha concordado de maneira livre e consciente, expressa através de consentimento informado. Estando casada ou em união estável, será necessária a aprovação do cônjuge ou companheiro. Portanto, a resolução não estipula que apenas casais heterossexuais podem ter acesso à reprodução assistida.

Apesar disso, no ambulatório onde realizei a pesquisa, somente casais heterossexuais são admitidos para tratamento de esterilidade, que possibilita o posterior acesso à reprodução assistida. A direção do ambulatório justifica esta exigência (conforme visto no Capítulo II) considerando que a esterilidade só pode ser diagnosticada através do exame do casal. Argumenta-se que: é preciso atividade sexual freqüente para se caracterizar um caso de esterilidade, visto que a mulher pode estar tendo relações sexuais apenas nos períodos inférteis; o homem precisa participar do tratamento para verificar se ele não é estéril; há ainda o caso de casais estéreis por incompatibilidade, ou seja, o casal não consegue ter filhos, entretanto, esse mesmo homem pode conseguir ter filho com outra mulher, e essa mesma mulher pode conseguir ter filho com outro homem; e porque a esterilidade é definida como a incapacidade de um casal engravidar após o período de um ano de relações sexuais sem proteção contraceptiva.

Assim, no ambulatório, o acesso à reprodução assistida está restrita a casais heterossexuais com união estável e no mínimo um ano de relações sexuais freqüentes sem

⁵³ NOVAES, S. & SALEM, T. – 1995. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, v.3, n.1.

⁵⁴ Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional três Projetos de Lei que tratam desta questão.

DINIZ, D. – 2000. Tecnologias reprodutivas, ética e gênero: o debate legislativo brasileiro. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Feminismo e Bioética, Londres.

⁵⁵ Resolução CFM n. 1.358/92 de novembro de 1992.

uso de anticoncepcionais. Mulheres sem parceiros e casais homossexuais não estão incluídos, uma vez que as primeiras não são passíveis de diagnóstico; e os segundos são inférteis não devido a problemas de saúde, mas devido às suas “próprias condições”, isto é, são considerados como se fossem “naturalmente estéreis.”

A contradição entre a resolução do CFM e os critérios de admissão no ambulatório representada pela justificativa médica do ambulatório para a restrição, em oposição à regulação do CFM que não restringe aos casais heterossexuais, leva a refletir sobre o que escreveram Novaes e Salem em relação ao contexto francês: “Em suma, os médicos mostram-se reticentes em fornecer tratamento a pacientes com uma situação familiar definida como não-convencional porque inquietam-se com as consequências sociais de um ato tornado possível graças a seu conhecimento e habilidades profissionais. Tal observação confirma um fato que, embora não constituindo novidade, é da maior relevância: através de práticas novas que subvertem nossas noções corriqueiras de pessoa e individualidade, de tempo e finitude, de natural e de normal, de laços familiares e de tratamento médico, estes profissionais vêm se envolvendo, de modo crescente, em impasses cujas soluções exigem competências que em muito extravasam as estritamente médicas e que requerem, em última instância, debate e negociação públicas.”⁵⁶

A opinião dos entrevistados de que todo homem deseja ter filhos e a associação da paternidade à heterossexualidade, ao casamento e à família, apontam para uma representação normativa de masculinidade marcada pela heterossexualidade e pela reprodução, além de situar o desejo homossexual por filhos como ilegítimo.

A noção de sexualidade que aparece recortando as representações sobre procriação também está marcada pela monogamia do casamento heterossexual, que a controla e restringe.

⁵⁶ NOVAES, S. & SALEM, T. – 1995. *Op. cit.* p. 85.

Pressão social e homossociabilidade

Ter alocado o maior desejo por filhos nas mulheres não significou para os entrevistados, como vimos, considerar que os homens não desejam filhos, ao contrário. Da mesma forma, essa alocação não impediu que surgissem manifestações a respeito da pressão social que sofrem para ter filhos.

Nenhum entrevistado que estava procurando tratamento para esterilidade referiu que sofria pressão direta por parte de familiares ou amigos para que tivesse filho, como aconteceu com as entrevistadas. A cobrança direta sofrida pelas mulheres parece ser fruto da atribuição feminina das responsabilidades reprodutivas, e da consideração da maternidade como evento e desejo naturais na vida das mulheres.

Porém, tanto os entrevistados sem filhos quanto os com filhos, mostraram que esta cobrança existe, mesmo que manifestada ou percebida de forma indireta. Afirmar que casamento pressupõe filhos e ser um homem casado que não consegue ter filhos é uma forma de manifestação/percepção dessa pressão. Assim como as referências constantes a homens com filhos, como amigos, irmãos e cunhados, mostrando uma convivência social com pais. Além disso, alguns entrevistados fizeram referência aos problemas de quem não consegue ter filhos.

João, que tem uma filha adotiva e deseja ter um filho “próprio”, disse que:

“É importante ser pai, e pra mulher acho que também. No meio que eu vivo acho que todo mundo pensa a mesma coisa. (...) Tenho uns colegas que não têm filho, que não puderam ter. Sei lá, fica uma casa meio vazia. Tem um primo meu que está tentando, tem dois anos de casado, estão encucando que já começaram a fazer exames pra ver se tem problema, se não tem.”

Rafael começou a morar junto com sua companheira aos 16 anos e com 18 decidiu ter filhos. Após dois anos não havia conseguido e, com 20 anos, estava no ambulatório procurando tratamento para esterilidade. Rafael disse que queria ter um filho porque todos os seus amigos já tinham e ele estava ficando para trás. Assim, apesar de ele e Miguel serem os homens mais jovens que entrevistei, Rafael considerava que estava atrasado em

relação aos seus amigos que já tinham filhos, estava atrasado em relação aos homens com os quais convivia. A referência a esse “atraso” indica por parte de Rafael uma representação que vincula paternidade e masculinidade à demonstração de capacidade e à idéia de competição.

A necessidade de dar uma satisfação social pode ser encontrada na fala de Augusto, que estava procurando tratamento para esterilidade. Como citado anteriormente, ele havia tido um filho que morreu com dois dias de vida. Depois disso a esposa engravidou mais três vezes, mas em todas elas abortou espontaneamente. Ao falar sobre a morte do filho, Augusto enfatizou que pelo menos deu tempo de toda a família ir ao hospital ver a criança antes de ela morrer, e que havia dado seu nome para o filho. Assinalou a importância de ter tido um filho, mesmo que tenha morrido. Assim, o nascimento do filho não parece estar relacionado à demonstração de que ele não era estéril, uma vez que as gravidezes da esposa poderiam servir para este fim. O nascimento do filho possibilitou que Augusto desse uma satisfação à família e à sociedade; que pudesse afirmar que já havia tido um filho; que nomeasse esse filho; enfim, que tivesse um filho para fazer referência.

Ter tido um filho também lhe deu elementos para enfrentar outros problemas. Augusto contou que quando era solteiro terminou o namoro com uma moça que apareceu depois de um tempo dizendo que estava grávida dele, e que queria casar-se com ele. Augusto disse que não acreditou que ela estivesse grávida, que pensou que era apenas uma forma de pressioná-lo para que se casasse com ela. Quando se negou a casar-se, a moça disse que iria fazer um aborto, e ele concordou porque achava que ela não estava grávida. Depois de um tempo ele constatou que a ex-namorada não havia tido filho e concluiu que a gravidez era mesmo uma mentira. Porém, a ex-namorada lhe rogou uma praga de que ele nunca conseguiria ter filhos. Durante este relato, Augusto me perguntou: “Será que a praga pegou?” Para logo em seguida considerar que a praga não pegou porque, afinal, ele havia conseguido ter um filho:

“Será que a praga pegou? É, acho que a praga pegou, eu estou aqui, né? É ... mas não, acho que não também, né? Porque eu tive um filho, tá certo que ele morreu com dois dias, mas eu tive. Então a praga eu acho que não pegou não.”

Apesar de não serem necessariamente excludentes, parece que a constante referência por parte dos entrevistados ao convívio familiar fez com que quase não houvesse referências a ambientes de homossociabilidade como bares, clubes, jogos de futebol e outros. Mesmo quando eu perguntei o que faziam no seu tempo livre para se divertirem, quase todos disseram que ficavam em casa, ou passeavam com a família. Joaquim, que se diferenciava pela sua renda e escolaridade e não tinha filhos, disse que jogava tênis com um amigo uma vez por semana. Eduardo, que também não tinha filhos, disse que jogava bilhar em um bar, mas ressaltou que era muito de vez em quando e que o bar era perto de casa:

“Eu gosto de jogar um bilhar, mas só um lugar que eu vou, é lá num barzinho perto de casa, só jogar um bilhar lá do lado de casa, eu não vou mais em nenhum lugar, eu parei de jogar bola também por causa das vistas.”

Pelas suas respostas poder-se-ia supor que esses entrevistados têm um estilo de vida mais voltado para a família e o trabalho. Mas também poder-se-ia pensar que, uma vez que sabiam que a pesquisa era sobre paternidade, os entrevistados procuraram passar a imagem de bom pai e marido, que nesse caso estaria representada pelo homem que vai de casa para o trabalho e do trabalho para casa, sem gastar tempo e dinheiro em bares, jogos e bebidas; e que passa o tempo de lazer sempre com a família. Sérgio, cuja esposa está grávida e fazendo tratamento no ambulatório para abortos recorrentes, enfatizou que:

“Acordo, trabalho normalmente, volto pra casa à noite, sempre com a esposa. Fim de semana só fico em casa, saio pra casa dos parentes. Às vezes eu vou na casa de um amigo, mas é difícil, gosto mais de ficar em casa.”

Carlos, que tem dois filhos, disse que:

“Eu levo a vida tranqüila porque na verdade a correria do dia-a-dia, ela me deixa aborrecido, então eu procuro evitar esse tipo de coisa. Então eu procuro levar uma vida mais tranqüila, mais sossegada, fico muito em casa, não gosto de sair e não tenho

companheiros que eles chamam de turma, isso eu não tenho, o meu lugar é realmente em casa.”

Por outro lado, a vida caseira também foi justificada pela falta de dinheiro para freqüentar lugares de lazer, e pelo cansaço devido ao trabalho pesado.

Almeida, inversamente, ao pesquisar uma aldeia do sul de Portugal, encontrou que locais de homossociabilidade são o espaço por excelência dos homens, independentemente da questão financeira ou do trabalho pesado: “Os homens verbalizam mal-estar com a idéia de estar em casa. (...) O espaço por excelência dos homens é o café. A atividade principal é o consumo de álcool, em regime de comensalidade e reciprocidade diferida entre os homens. Esta atividade é complementada pelos jogos de cartas, pelos petiscos dos produtos da caça e recoleção, mas é sobretudo a conversa que domina. Como atividade do espaço e tempo de lazer, esta faz-se em voz alta e com códigos de gestualidade que contrastam com o controle funcional do corpo no trabalho.”⁵⁷

Jardim⁵⁸, estudando homens de classes populares de Porto Alegre, freqüentadores de bares (botecos), encontrou que estes eram espaços de auto-segregação masculina. Esta auto-segregação refere-se tanto às mulheres quanto ao trabalho cotidiano - ambos ausentes nesses espaços -, e propicia uma integração a um grupo masculino e o estabelecimento de uma cumplicidade masculina. Para a autora, tanto a relação com outros homens quanto a separação das mulheres são referenciais para a construção da masculinidade e, por isso, os botecos constituem-se em um dos espaços sociais privilegiados da atualização de uma cultura masculina.

Assim, a referência dos entrevistados a uma vida mais familiar e caseira, sem freqüência a bares, jogos, etc., pode ser interpretada: como gosto pela vida familiar, ou como falta de condições financeiras ou disposição física para freqüentar esses espaços. Mas também há que se levar em consideração que as entrevistas foram realizadas no ambiente do ambulatório, e não em locais de homossociabilidade como as pesquisas citadas acima. O ambiente do ambulatório, a procura por tratamento para esterilidade ou por planejamento familiar, além do fato de eu haver informado que se tratava de uma pesquisa sobre

⁵⁷ ALMEIDA, M.V. de - 1995. *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, pp. 64 e 65.

⁵⁸ JARDIM, D.F. - 1992. Espaço social e auto-segregação entre homens: gostos, sonoridades e masculinidade. *Cadernos de Antropologia*, n.7.

paternidade, podem ter contribuído para que os entrevistados dessem respostas informados por um modelo de pai que consideravam exemplar.

Modelo que parece estar bem próximo do que Bilac⁵⁹, citando Collier, denomina de “homem de família”, caracterizado pela sua responsabilidade econômica para com a esposa e os filhos. Em uma pesquisa com homens de camadas médias da cidade de São Paulo, Bilac⁶⁰ encontrou que a oposição ao “bom pai” e ao “homem de família”, são exemplificadas pelos casos do pai *bon vivant* (pouco afeito ao trabalho), o pai “mulherengo” e o pai alcoólatra.

Ora, locais de homossociabilidade são aqueles que representam em potencial as maiores possibilidades de vivência dos três casos citados acima. Talvez também por isso as respostas de meus entrevistados tenham enfatizado um modelo representado pelo pai que trabalha muito para sustentar os filhos, que não desperdiça tempo e dinheiro em bares e jogos, e que dedica seu tempo livre à família.

Paternidade, responsabilidade e autoridade

Independentemente da idade que possuíam, a maioria dos entrevistados fez referência à diferença entre a educação dada aos filhos antigamente e atualmente. Afirmaram que antigamente a educação era mais rígida, que os filhos eram mais obedientes, que respeitavam mais os pais, que podiam ser mais bem controlados. Romero, que tinha 34 anos, uma filha e foi criado na roça, considerou que:

“Lá em casa é em nove e ninguém se envolveu em nada desse negócio aí (drogas). Porque na época não tinha nada disso, morava na roça. Mas veio pra cidade era tudo moleque, os pais era meio ignorante mas conseguiu manter assim tudo no ritmo.(...) Que hoje os filhos estão com 15 anos já querem mandar nos pais. Que eu vejo as minhas irmãs, uma tem 16 e outra tem 17, meus pais não dominam mais não.”

⁵⁹ BILAC, E.D. – 2000. O “homem de família”: conjugalidade e paternidade em camadas médias nos anos 90. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, do XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis.

⁶⁰ *Id.*

Rodrigo, que nasceu e sempre viveu na cidade, com 30 anos e uma filha, disse que:

“A gente hoje quer repetir (a criação paterna), só que filho de hoje vem crescendo já com uma outra, não sei ... um menino de quatro anos, se não apertar, responde pra mim.

Naquele tempo não, naquele tempo se você ameaçasse responder, se eu ameaçasse responder, meu pai ... Então hoje é diferente, não tem como você querer fazer o que os pais da gente fazia antigamente, não tem como, é outra mentalidade.”

Essas percepções da falta de controle sobre os filhos podem ser interpretadas como parte das idealizações que usualmente são feitas sobre o passado, sempre considerando-o melhor que a situação atual. Mas o que chama a atenção é encontrar esse discurso em homens jovens, falando de um passado recente como se fosse de muitas décadas atrás.

O que leva a pensar que essa percepção do tempo aponta para uma concepção de pai como um homem mais velho, mais vivido e mais maduro, que faz com que o homem que é pai ou que decidiu sê-lo, se perceba como mais velho. Assim, independentemente da idade, ao tornarem-se pais - ou ao pretenderem tornar-se - os entrevistados se colocam estruturalmente em um lugar já estabelecido, onde lhes correspondem certas atitudes e visões de mundo.

No caso de Rafael e de Miguel, os dois homens mais jovens que entrevistei (20 anos), a paternidade aparece como um rito de passagem para o mundo adulto. Miguel, que foi pai aos 18 anos, observou que:

“(...) nos tempos de hoje, o comportamento... Porque convivendo que eu vejo por aí, porque eu sou segurança, então eu vejo nas boates como está sendo o comportamento da garotada. Da garotada ..., estou com 20 anos, mas eu acho que pela minha filha eu tive um amadurecimento assim precocíssimo. E eu estou vendo o comportamento e com certeza se eu não tivesse a minha filha eu ia estar nesse rolo também de você estar ... de você ter uma esposa e estar com mais 20 mulheres, ou você estar com ... sem ninguém mas está atacando qualquer uma. Então é muito preocupante, que hoje a mulher está se jogando muito pra cima dos homens.”

Miguel fala da “garotada” com distância analítica, como não fazendo parte dela. Quando percebe o termo que usou, reconhece que tem 20 anos, que poderia fazer parte dessa “garotada”, mas que não faz porque é pai. A paternidade lhe trouxe amadurecimento, novos comportamentos, novas percepções do mundo, novas e maiores responsabilidades. É a paternidade, e não a idade cronológica, que faz essa passagem para o mundo adulto.

A paternidade aparece, portanto, como um diferenciador que coloca os homens em outra posição social: a de homens mais velhos, respeitáveis, experientes, adultos, responsáveis. Para Jardim, a partir de sua pesquisa com homens de baixa renda frequentadores de bares de Porto Alegre: “A posição social daqueles que são *mais velhos* é irreversível para aqueles que *tornaram-se pais*. Esta experiência, a paternidade, confere uma posição social e um valor à pessoa.”⁶¹

Victoria⁶², em sua pesquisa com moradores de uma vila de baixa renda de Porto Alegre, encontrou também a idéia da paternidade como marco da passagem do menino para a vida adulta, da passagem da condição de menino para a condição de homem⁶³. Segundo a autora, para o homem, o nascimento de um filho e o compromisso de sustentá-lo comprovam sua masculinidade e sua maturidade.

Rodrigo e Eduardo lamentam que o poder paterno tenha diminuído, e atribuem isso ao fato de este poder ter passado às mãos dos poderes públicos. Rodrigo, que tem uma filha, disse que hoje em dia não se pode mais bater nos filhos, referindo-se às instituições de denúncia de maus-tratos infantis:

“Naquele tempo se você ameaçasse responder, meu pai ... Hoje é diferente, não tem como você querer fazer o que os pais da gente fazia antigamente, é outra mentalidade....porque elas respondem. Se você for tentar bater não é bom, acaba até machucando a criança, então tem que controlar. Mas não tem aquele rigor que pai tinha antigamente.(...) Se você também querer bater, naquele tempo não tinha, hoje tem, hoje tem

⁶¹ JARDIM, D.F. – 1995. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, O. (Org.) – **Corpo e Significado. Ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS. p. 200.

⁶² VICTORA, C. – 1992. As relações de gênero na Vila Divina Providência, ou O que elas esperam deles. **Cadernos de Antropologia**, n.7.

⁶³ Arilha também aponta o nascimento de um filho e as responsabilidades decorrentes como determinantes para os adolescentes de sua passagem para a vida adulta. ARILHA, M. - 1998. *Op. cit.*

tipo uma ... como se diz? ...pelas crianças maltratadas, que acaba até complicando você, e você não vai querer esse tipo de trabalho.”

Já Eduardo, que não tem filhos e cuja esposa exerce trabalho remunerado fora de casa, lamentou o fato de hoje as mulheres possuírem mais direitos que os homens:

“Pela lei do Brasil, pela lei do mundo inteiro, toda mulher tem todo tipo de direito, quem tem mais direito é a mulher e o homem não tem direito a nada. O homem depois que casa com uma mulher e leva ela pra casa dele, ele não tem direito nem de falar alto na casa dele, porque é a mulher que tem mais direito. Eu acho que sei lá, quando um homem não está em casa, a mulher que manda na casa. Quando o homem chega, quem está lá dentro de casa é ele, ele que manda agora. Só que se um dia depender de separação, ela tem direito na casa, o homem perde o direito todo.”

Eduardo refere-se aos direitos legais das mulheres, pois considera que dentro de casa é o homem quem continua mandando.

Mesmo que os entrevistados tenham se referido a uma perda de autoridade paterna, comparada com “antigamente”, consideravam que os pais ainda têm mais autoridade com os filhos que as mães. Isto porque a mulher é mais doce, mais permissiva, mais “mole” que o homem; não tem a firmeza necessária com os filhos que lhe proporcione autoridade. Antônio, que tem dois filhos com a esposa e também cria o filho que ela teve com outro homem, disse que:

“Ela cobra: não arrumou a cama? Não escova dentes? Não me obedece? Essas coisinhas que é coisa de mãe mesmo.(...) Uma parte que ela erra que eu não concordo é deixar que eles domina ela. Eles falam: vou na casa do Danilo. E vão. E eu não, é: pai, eu posso ir na casa do Danilo?”

Miguel acredita que:

“A mãe deve ser carinhosa, acima de tudo carinhosa, não ser muito... que mãe é meio mole assim... acho que não deveria ser tão mole assim, tão derretida.”

Portanto, mesmo que haja a percepção de relativa perda de autoridade paterna, o pai ainda é visto como possuindo mais autoridade com os filhos que a mãe.

Knibiehler⁶⁴ considera que o pai foi, através da história, paulatinamente perdendo o poder. A autora faz uma explanação sobre a transformação do patriarcado, definido por ela como a dominação dos pais sobre as mães e os filhos. Sua análise começa na Roma antiga, onde o *pater familias* dispunha da *patria potestas*, isto é, do poder absoluto sobre a mulher e os filhos. E termina na Primeira Guerra Mundial considerando que esta, ao deixar tantos órfãos, confirmou que as mulheres eram capazes de educar sozinhas os filhos, culminando com o processo de perda do poder paterno.

Segundo a autora, o pai perdeu seu poder porque: o Estado assumiu as prerrogativas paternas; as mulheres passaram a ter mais poder e influência sobre os filhos; passou a haver uma proximidade muito grande dos “papéis masculino e feminino”, que fez com que os homens se sentissem desnorteados. A perda do poder paterno, para a autora, tanto foi gerada (entre outras coisas) por uma crise de “papéis”, como contribuiu para aprofundar uma crise da masculinidade: “El padre ya no puede ayudar a su hijo escolar porque los saberes y los métodos están en mutación continua; no puede imponerle un oficio, ni siquiera una moral, por razones análogas; y como los papeles masculino y femenino tienden a confundirse, no puede preparar a su hijo para una virilidade semejante a la suya. Aquí llegamos al corazón del problema: preguntarse cómo ser padre es también preguntarse cómo ser un hombre.”⁶⁵

A autora parece considerar, portanto, a paternidade como aspecto fundamental da constituição da masculinidade, a ponto de a perda do poder paterno gerar uma crise de identidade entre os homens.

⁶⁴ KNIBIEHLER, Y. – 1997. Padres, patriarcado, paternidad. In: TUBERT, S. (Ed.) – **Figuras del padre**. Madrid, Ediciones Cátedra.

⁶⁵ *Id.* p. 135.

Hurstel⁶⁶ também argumenta que os pais passaram da posição de todo-poderosos a uma situação em que estão expulsos da paternidade. A autora considera que a lei francesa de 1889 que instituiu a inabilidade dos pais indignos – aqueles que maltratavam seus filhos, e que portanto podiam perder o poder sobre eles –, foi elaborada para tirar o poder dos pais mais pobres.

Segundo Hurstel, estes pais maltratariam os filhos em virtude de seu estado de pobreza, violência, opressão e embriaguez; e estariam engendrando marginais que molestavam a burguesia. No século XIX, os homens que enfrentavam uma condição de vida nova e difícil e que eram explorados por seus empregadores, exploravam por sua vez seus filhos e descarregavam neles a violência de que eram vítimas. A instituição judicial, deixando de lado as causas da violência praticada por esses homens, os designou como indignos de serem pais e os inabilitou.

No século XX, segundo a autora, a estigmatização legal dos pais vai intensificar-se, e aumentará a intervenção dos especialistas em nome do bem ou do interesse do filho. Para Hurstel, o mal-estar característico da paternidade resulta de uma distorção entre a demanda dos homens que desejam assumir sua função paterna e as instituições de direito atuais, herdeiras da lei de 1889.

Considero que o problema em relação aos argumentos das autoras é que não consideram a existência de várias paternidades convivendo em um mesmo período histórico, e também em uma mesma cultura. Knibiehler e Hurstel tomam o pai como uma figura única, que muda ao longo da história, sem que se considere a coexistência de uma diversidade de pais. Hurstel escreve que a lei de 1889 foi elaborada para tirar o poder de determinados pais, os mais pobres. Mas a autora não se detém na diferença, por exemplo, entre estes pais pobres e aqueles responsáveis pela elaboração desta lei, acabando por generalizar a perda do poder paterno.

A percepção de alguns entrevistados da perda da autoridade paterna perante os poderes públicos pode ser interpretada como uma perda de poder da família, através do processo de disciplinarização e higienização implementados pelo Estado, como enfatizam Donzelot em relação à França e Costa em relação ao Brasil⁶⁷.

⁶⁶ HURSTEL, F. – 1997. De los padres ‘ausentes’ a los ‘nuevos padres’. Contribución a la historia de una transmisión genealógica colectiva. In: TUBERT, S. (Ed.) – **Figuras del padre**. Madrid, Ediciones Cátedra.

⁶⁷ DONZELOT, J. – 1986. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro. Edições Graal.

Segundo Costa, no século XIX, a família burguesa começou a ser submetida a uma tutela pelo Estado, através de uma política de higiene e disciplina a cargo da medicina social. As crianças não pertenciam mais aos pais, mas ao Estado, sendo estes reduzidos a tutores da criança. A pedagogia médica contribuiu para transformar a família em uma instituição conjugal e nuclear que, higienicamente tratada e regulada, tornou-se, no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa. “Mediante esta tática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras historicamente inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo, e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intra-familiares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais.”⁶⁸

O autor argumenta que o homem, segundo a higiene, devia ser antes de tudo pai; mas um pai diferente do patriarca colonial que era em primeiro lugar um proprietário: de bens, escravos, mulheres e filhos. O “pai higiênico”, por outro lado, era um funcionário do Estado, que devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da “raça” e do Estado e maximizar o patriotismo da sociedade. Assim, seus deveres aumentaram e seus direitos diminuíram. Para os proprietários, esta perda de poder paterno foi recompensada por benefícios socioeconômicos que lhes permitiam agora explorar não somente escravos e agregados no limite de sua fazenda, mas milhões de homens que em escala nacional passavam a produzir e consumir para ele.

Por outro lado, os homens sem propriedade converteram-se à família conjugal para defender a propriedade dos outros. Como compensação, segundo Costa, estes homens passaram a se considerar donos de suas mulheres e fiscais de seus filhos, tornando-se guardiães da moral higiênica.

A análise do autor pode ser uma forma de interpretar porque, mesmo que alguns entrevistados considerem que o pai perdeu poder, ele ainda detém dentro de casa mais autoridade perante os filhos do que a mãe.

COSTA, J.F. – 1999. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal.

⁶⁸ *Id.* p.13.

Criar menino e menina

Quando perguntados se dava mais trabalho criar menino ou menina, muitos entrevistados disseram que era igual, que dava o mesmo trabalho, e que isso dependia da personalidade da criança e da criação que os pais iriam dar. Nesses casos, não foi feita nenhuma referência às atribuições de gênero. Segundo Paulo, que tem uma filha:

“Eu acho que é a mesma coisa, para ser um bom filho tanto faz ser homem quanto mulher.”

Mas, para alguns entrevistados, dar o mesmo trabalho na criação não significa que meninos e meninas são criados da mesma forma. Joaquim, que não tem filhos, considerou que:

“Não, eu acho que é a mesma coisa. Você tendo uma diretriz, sabendo como ensinar, tanto faz o sexo, não tem problema nenhum. Lógico, pra cada um é um ensinamento diferente, mas você tendo consciência de como educar, tanto faz o sexo.”

Mário referiu-se à idade como geradora de problemas na criação, e não ao sexo da criança. Segundo ele, os/as filhos/as mais velhos/as dão mais trabalho porque querem sair mais, corre-se o risco de que estejam em más companhias, e com eles perde-se o controle com mais facilidade; independentemente de serem meninos ou meninas.

Os que disseram o contrário, apontando a menina ou o menino como mais difíceis de criar, deram justificativas ancoradas em idéias sobre a diferença das “naturezas” masculina e feminina. Assim, as meninas foram apontadas por alguns entrevistados como dando mais trabalho porque são mais frágeis, delicadas, precisam de mais atenção, precisam ser protegidas das investidas masculinas, que podem resultar em perda da virgindade e gravidez indesejada, enquanto os meninos são mais independentes e requerem menos cuidados. Por outro lado, os entrevistados que apontaram os meninos como dando mais trabalho disseram que era justamente porque são mais independentes, fazem mais

travessuras, obedecem menos, enquanto as meninas são mais tranqüilas, dóceis e obedientes. Romero, que tem uma filha, disse que:

“Bom, pelo que eu vejo eu acho que é melhor criar a mulher. (...) Porque é mais obediente, né? Igual menino não é.”

Para Sérgio, que não tem filhos:

“Menina mulher pelo que a gente vê eu acho até que dá mais trabalho. (...) Quando chega uns 13 anos por aí já está querendo sair, namorar, já se entrega assim sem conversar com o namorado direito, às vezes é nova, que acontece muito.”

Segundo Carlos, que tem dois filhos:

“Eu acho que o homem é mais fácil pra criar. Talvez se eu tivesse uma menina não deixaria ela sozinha, no caso, porque a mulher já é assim, não digo fraca, mas frágil, desde os tempos de Adão e Eva. É um ser que você tem que tratar com maior carinho, daí então como é mais delicada ela sente mais frágil, ela necessita de maior apoio. É como esse aí que é bebezinho (o filho mais novo), ele hoje tem mais apoio do que o outro que é já grandinho, e o outro sente isso, ele reclama até. Às vezes eu digo pra ele: você já está grande, ele ainda é um bebê. E se fosse uma menina, de eu estar longe deles, dos dois na mesma idade, eu certamente ia apoiar mais a menina.”

Em sua fala, Carlos não somente mostra uma visão essencializada sobre a fragilidade das mulheres (“desde os tempos de Adão e Eva”), como infantiliza a feminilidade, ao comparar a necessidade de cuidado das meninas à necessidade de cuidados de um bebê. Se as crianças têm a mesma idade, é a menina que precisa de maior cuidado e proteção. Cita que seu filho de 10 anos fica sozinho em casa porque é menino, se fosse menina ele não deixaria. Essa fala indica a forma como Carlos criaria sua filha (se tivesse uma) para ela depender mais dele que seus filhos, ilustrando um tipo de socialização feminina para a incapacidade e dependência.

Alguns entrevistados procuraram relativizar essas afirmações dizendo que nem sempre o menino é mais levado e a menina mais obediente, que depende da personalidade da criança. Entretanto, como João, acabaram por resumir que geralmente é assim:

“O homem é mais... sei lá, acho que o instinto masculino é mais virado, é mais respondão, tem aquela competição, já começa na escola competir quem é melhor que o outro. Tem um amigo meu que tem um filho, então a gente percebe a diferença da filha dele e do menino. Ela é uma pessoa calma e ele já é mais ... acha que é o melhor, que sabe mais. Então por isso eu acho que é mais difícil de educar o homem por causa disso. Mas acho que vai do gênio da pessoa, porque não é todo homem que é assim, né? Tem menino que não é assim, mas geralmente é, geralmente é desse jeito. (...) Porque a menina é mais maleável.”

João atribui aos meninos, de uma maneira geral, características como espírito competitivo, agressividade, decisão; e associa às meninas características tais como calma, maleabilidade, passividade. Há uma percepção de que nem todos os meninos e meninas são assim, que alguns diferem. Mas considera-se que há um comportamento normativo marcado por atribuições naturalmente femininas e masculinas.

Essa percepção de normatividade aparece na fala dos entrevistados como originada na observação dos comportamentos de meninas e meninos, e resulta por gerar uma expectativa em relação a esses comportamentos. Assim, mesmo entrevistados que não tinham filhos, ou os que tinham filhos de um único sexo, expressaram idéias onde a expectativa desses comportamentos estava presente. E essa expectativa dos comportamentos de meninas e meninos servia (ou serviria) como guia para a criação dos filhos.

Se desejava ter menino ou menina

A resposta mais freqüente à pergunta sobre se o entrevistado preferia ter somente meninos, somente meninas, ou os dois, era de que o importante é que o filho tivesse saúde, que tanto fazia ser menino ou menina. Apenas Rafael, que não tinha filhos, disse que preferiria ter somente meninos porque lhe fariam companhia:

“É mais na hora de levar pra jogar bola. (...) Faz mais companhia, é melhor que amigo, né?”

Referindo-se também à companhia, alguns entrevistados responderam que preferiam ter um casal, porque o menino fica mais com o pai e a menina fica mais com a mãe. A preferência por um casal também foi citada por alguns entrevistados porque permite que se tenha a experiência de criar os dois, menino e menina.

Aqui novamente aparece a demarcação de fronteiras entre o masculino e o feminino no contexto ideal, mesmo que o contexto do dia-a-dia relativize esta delimitação.

Joaquim, que estava procurando tratamento para esterilidade, disse em um primeiro momento que as meninas fazem mais companhia para a mãe e os meninos para o pai. Reelaborando seu pensamento, chegou à conclusão de que também poderia ensinar algumas das coisas que gosta de fazer para uma filha, caso venha a ter uma:

“Porque eu acho que ter um casal ... O homem sempre gosta de ter um filho homem, e você ter um filho homem está bem acompanhado pras coisas que eu gosto de fazer; e eu gostaria de ensinar tudo pra ele. E acho que a menina eu não poderia, sei lá, acho que são coisas mais de homem mesmo. Então teria que ser um filho homem. Agora mulher acho que seria mais com a minha esposa, ela adoraria ter uma filha mulher. Menininha eu acho supercarinhosa, mais apegada ao pai que com a mãe e o filho é mais com a mãe. Mas nas coisas, nas atividades que homem gosta de fazer ... jogar futebol, adoro jogar futebol, adoraria ter um filho pra ensinar ele a jogar, adoro praticar esporte. Apesar que eu jogo tênis e nada impediria de ensinar tênis pra minha filha também, mas o importante é que venha com saúde.”

Joaquim faz uma separação das atividades masculinas e femininas, referindo-se mais especificamente ao esporte. Assim, jogar futebol é para ele uma atividade marcadamente masculina, enquanto considera o tênis um esporte tanto masculino quanto feminino, pois “nada impediria” que ele ensinasse tênis para a filha. Assim, os esportes aparecem aqui marcados pelas categorias de gênero, divididos em masculinos, femininos, e masculinos/femininos. Assim, a menina não estaria entrando em um território masculino ao jogar tênis, estaria entrando no território feminino que o tênis possui, como categoria. Diferente seria se estivesse jogando futebol, considerado um território apenas masculino.

A atribuição de gênero a atividades como esportes e jogos pode ser entendida pela função socializadora e constitutiva que estas atividades possuem. Carvalho⁶⁹ analisa como o jogo das bolinhas é uma simbólica da masculinidade, e como opera na aquisição da masculinidade entre meninos de 9 a 13 anos em uma cidade do interior de Minas Gerais. Ao considerar que na comunidade estudada, assim como no contexto nacional, masculino é aquele que não se mostra passivo, Carvalho escreve que: “Olhando ao mesmo tempo a competição de habilidade motora e os idiomas verbais, podemos tentar uma interpretação possível para o simbolismo do jogo. Tal como o vejo, trata-se de um jogo de domínio, de um menino tentando subjugar o outro, e já está relacionado com o complexo simbólico maior da dominação de um homem adulto com relação a outro membro da mesma comunidade.”⁷⁰

Nessa mesma perspectiva, Lima considera a escalada entre montanhistas do Paraná como simbólica da masculinidade: “(...) cuja projeção nos participantes afirma uma construção mais ou menos homogênea do gênero masculino e cinde o feminino em dois.”

71

Assim, atividades como esportes e jogos, sob o aspecto de agentes socializadores, atuam na constituição e na atualização de masculinidades ou feminilidades que os pais desejam construir/ensinar/infundir nos filhos. O que pode explicar a insistência dos entrevistados em dizer que meninas fazem mais companhia para as mães e meninos para os

⁶⁹CARVALHO, J.J. de – 1990. O jogo das bolinhas. Uma simbólica da masculinidade. *Anuário Antropológico/87*. Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro.

⁷⁰*Id.* p. 212.

⁷¹LIMA, R. – 1995. “On the rocks”: corpo e gênero entre os escaladores do Paraná. *Cadernos Pagu* n.5, p.149.

pais pois, afinal, meninos necessitam ser socializados nas atividades masculinas e meninas nas atividades femininas.

A referência dos entrevistados ao desejo de ter um menino para lhes fazer companhia e para que possam ensinar-lhe o que sabem, revela uma concepção de pai como o portador e transmissor do conhecimento dos comportamentos, atitudes, práticas e valores considerados próprios da masculinidade. Nesse sentido a paternidade, através da transmissão desse conhecimento, seria um dispositivo de afirmação da masculinidade.

As questões relativas a ser mais fácil criar menino ou menina; desejar ter menino ou menina; adoção; prover o lar, e outras, ressaltam um ponto importante. Os entrevistados têm elaborados modelos de normatividade quanto a estas questões; mas, em muitos casos, suas experiências de vida não correspondem a estes modelos. Isso faz com que alguns entrevistados reelaborem suas respostas ao longo da entrevista quando se dão conta da diferença entre o modelo e suas experiências; enquanto outros enfatizam que, mesmo tendo uma experiência distinta, “no geral”, “normalmente” é assim - referindo-se ao modelo.

As mulheres procuram mais os médicos

Ao perguntar para os entrevistados se eles concordavam ou não com a afirmação de que as mulheres procuram mais os médicos que os homens, todos disseram que sim. Isto poderia estar relacionado ao fato, apontado por diversos autores⁷², de que o cuidado de si e dos outros e a preocupação com a saúde não são tidos como atribuições masculinas; ao mesmo tempo em que as prescrições sociais colocam o risco não como algo a ser evitado pelos homens, mas como algo a ser superado cotidianamente por eles. O argumento é o de que em lugar do autocuidado, os homens, em geral, adotam um estilo de vida autodestrutivo, demonstrado por estatísticas onde as taxas de mortalidade por fatores externos (homicídio, acidente automobilístico, etc.), são sempre muito maiores entre homens do que entre mulheres.

⁷² PERSPECTIVAS em Saúde e Direitos Reprodutivos – 2000. Informativo semestral, Fundação MacArthur, n. 3, ano 2.

Eu não havia especificado nenhuma especialidade médica quando fiz a pergunta aos entrevistados, e alguns indagaram se eu estava me referindo ao ambulatório. Eu respondia que estava me referindo a médicos de uma maneira geral. Mesmo tendo procurado não focalizar a pergunta nos serviços oferecidos pelo ambulatório (tratamento para esterilidade e planejamento familiar), os entrevistados relacionaram a maior procura de médico por parte das mulheres com seu aparelho sexual e reprodutivo. Acredito que essa referência vai além da possível influência que pode ter significado eles estarem no ambulatório. Indica uma concepção de que a diferença do aparelho sexual e reprodutivo de homens e mulheres é também a causa da diferença entre a saúde de homens e mulheres.

Osvaldo considerou que:

“Acho que pelo próprio organismo da mulher tem que ter um acompanhamento mais periódico que o homem, tanto em exames, mamografia, exames vaginais, e esses controles são mais periódicos. E isso já é um motivo pra mulher ir ao médico com mais frequência. Apesar que o homem tem que ter uma frequência também, mas uma frequência menor. O exame do homem seria um exame de sangue, uma avaliação, coração uma vez por ano, e o que seria uma frequência maior depois dos 35, 40 anos seria o exame de próstata. Acho que a frequência da mulher é maior.”

Osvaldo, ao falar sobre o organismo das mulheres, refere-se a mamografia, a exames vaginais; ao passo que quando fala dos homens refere-se a exames de sangue, do coração e da próstata depois de uma certa idade. Parece que para ele os problemas de saúde das mulheres referem-se principalmente ao seu aparelho sexual e reprodutivo, que precisa ser examinado e cuidado com maior frequência que os problemas que atingem os homens, menos relacionados com seu aparelho sexual e reprodutivo.

Para Romero:

“Bom, pra falar a verdade eu nunca gostei de ir ao médico, as mulheres gostam mais, eu acho que por ser mulher mesmo depende mais. (...) Eu acho porque é mais frágil a mulher, eu acho que depende mais de ginecologista, então tem que estar sempre ali,

fazendo exame, sobre esse negócio também do câncer, né? (...) O homem é bom assim uma vez por ano, mas eu acho só se estiver doente.”

Para Romero as mulheres são mais frágeis que os homens, e por isso dependem mais de ginecologistas; o que indica que para ele a fragilidade está associada ao seu aparelho sexual e reprodutivo. Já os homens precisam ir ao médico apenas uma vez por ano, e mesmo assim, apenas se estiverem doentes.

A diferença referida pelos entrevistados entre a saúde de mulheres e homens, alocada nos órgãos sexuais e reprodutivos, parece relacionar-se à internalidade *versus* a exterioridade desses órgãos. Segundo Geraldo:

“Não costumo fazer exame porque sinto meu corpo bom, ótimo. Nunca senti uma dor. Senti uma dor uma vez na barriga aqui, senti essa dor, estava me doendo e eu disse: vou procurar um médico. Quando eu fui procurar o médico eu já sabia o que tinha. Quando eu fui procurar já fui internado para operar. (...) Porque o homem ele já conhece mais o corpo dele. A mulher, ela conhece também, mas na base da medicina, mais por dentro não. O homem não tem nada pra ele conhecer por dentro do homem. As partes da mulher já é mais... sei lá como fala. A mulher já é totalmente diferente, tem que procurar o médico mais vezes, uma dorzinha em qualquer lugar tem que correr no médico.”

Para Geraldo, parece ser a internalidade dos órgãos sexuais e reprodutivos o motivo de as mulheres procurarem mais os médicos que os homens, pois é só através de exames médicos que elas podem saber o que está se passando no interior de seu corpo, se há algum problema, alguma doença. Já os homens conhecem melhor seus corpos, porque “não tem nada para ele conhecer por dentro do homem”, em uma referência à exterioridade dos órgãos sexuais e reprodutivos masculinos. A idéia de que os homens conhecem melhor seu corpo começa referida aos órgãos sexuais e reprodutivos e acaba por estender-se para o corpo inteiro, uma vez que Geraldo disse que quando foi ao médico por causa de uma dor na barriga ele já sabia o que tinha. Tanto já conhecia o problema que procurou o médico em um caso extremamente necessário, quando já havia necessidade de cirurgia.

Quando falavam sobre a saúde dos homens, os entrevistados citavam principalmente problemas relacionados a partes do corpo sem referência à sexualidade e reprodução, como barriga, braço ou coração. Quando consideravam os problemas de saúde das mulheres, se referiam principalmente àqueles relativos aos órgãos sexuais e reprodutivos.

Retomando o que foi exposto no Capítulo III sobre a utilização das noções de marcado e não marcado de Sahlins, a concepção dos entrevistados aparece aqui indicando a idéia do corpo feminino como marcado e do corpo masculino como não marcado pelo gênero.

Os corpos das mulheres, marcados pelo gênero, aparecem nas falas dos entrevistados como mais frágeis, mais propensos a doenças, mais vulneráveis e problemáticos que os corpos dos homens. Considero que esta concepção dos entrevistados reflete, ao mesmo tempo em que afirma: a atribuição feminina das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva, a idéia dos corpos dos homens como não marcados pelo seu gênero, e o processo de medicalização do corpo feminino; questões explanadas nos capítulos precedentes.

Em relação à medicalização do corpo feminino, Pfeffer⁷³ argumenta que os livros sobre ginecologia e sobre reprodução enfatizam o potencial para doenças do aparelho reprodutivo feminino, enquanto obscurecem esses problemas nos homens. A autora dá como exemplo os títulos de dois capítulos de um livro: um chamado "The male reproductive system" (O sistema reprodutivo masculino), e o seguinte denominado "Gynaecological pathology" (Patologia ginecológica).

Pfeffer considera que a esterilidade feminina é tratada de uma forma patológica enquanto a masculina é tratada em termos da qualidade do esperma. A função reprodutiva masculina é vista como simples: produção e condução de esperma, enquanto a feminina é vista como mudanças cíclicas complexas. Com inúmeros exemplos mostra a linguagem negativa e desvalorizadora utilizada para tratar do sistema reprodutivo feminino, ao contrário da linguagem valorativa e vitoriosa (o triunfo do espermatozóide ao penetrar o

⁷³ PFEFFER, N. – 1985. The hidden pathology of the male reproductive system. In: HOMANS, H. (Ed.) – *The sexual politics of reproduction*. Hants, Gower Publ. Comp. Lmt.

óvulo) utilizada em relação ao sistema reprodutivo masculino⁷⁴.

Segundo a autora, o sistema reprodutivo masculino é muito menos conhecido que o feminino, e por isso é considerado simples. Por exemplo, a idéia de que os homens não possuem idade reprodutiva e são capazes de gerar filhos em qualquer idade está baseada no fato de alguns homens idosos terem se tornado pais. Entretanto, há evidência médica de que os órgãos reprodutivos masculinos se atrofiam com a idade, embora sua significância em termos de fertilidade não possa ser afirmada. Os poucos estudos morfológicos em homens mais velhos mostram evidência de reduzida espermatogênese. As mudanças nos níveis de hormônio estão relacionadas com uma maior incidência de atrofia do testículo, perda de pêlos e redução na função sexual. Entretanto, como há uma forte associação entre esterilidade e impotência sexual, não existe um questionamento sobre a perda da fertilidade advinda com a idade.

Exemplo da idéia de que os homens não possuem idade reprodutiva pode ser encontrado no próprio ambulatório em que realizei a pesquisa. Cabe lembrar que, segundo as normas de admissão do ambulatório para tratamento de esterilidade, as mulheres devem ter no máximo 38 anos de idade e não há idade-limite para o homem. O médico que dirige o ambulatório justifica essa norma dizendo que fica muito difícil uma mulher conseguir engravidar depois dessa idade, enquanto para o homem a idade não influencia na fertilidade.

Pfeffer conclui que a linguagem e os termos utilizados em tratados de ginecologia e livros de medicina acerca da reprodução estão perpassados pelas atribuições tradicionais de gênero. Ao tratar dos aparelhos reprodutivos masculino e feminino, assim como do processo reprodutivo, os autores desses livros e tratados reproduzem as atribuições femininas de fragilidade, vulnerabilidade, passividade; e as masculinas de força, agilidade, invulnerabilidade.

Porém, os entrevistados também ofereceram outros motivos para a maior procura de médicos por parte das mulheres. Carlos considerou que pode ser por uma questão de

⁷⁴ Martin também chama a atenção para os tratados de medicina onde o óvulo é descrito como passivo e o espermatozóide como ativo, mesmo depois que pesquisas mostraram que a propulsão da cauda do espermatozóide é muito fraca e que a superfície do óvulo é preparada para pegá-lo antes que escape. Segundo a autora, isto indica uma interpretação sobre a concepção baseada em estereótipos de gênero. MARTIN, E. – 1996. *The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female*

vaidade, ou por tendências hipocondríacas. Na sua fala mostra como considera que os homens são mais assertivos, mais fortes e tolerantes, uma vez que acumulam os problemas para resolvê-los todos de uma vez, agüentam mais a dor e vão ao médico só quando realmente necessitam:

“Eu falo por mim, se eu tenho uma dor nas costas eu não venho ao médico, se eu tenho uma dor na barriga eu não venho. Mulher não, se ela tiver uma coceira na orelha ela está no médico. Isto eu acho que se deve ao fato da vaidade, a mulher tem mais vaidade, então qualquer probleminha se torna um problemão. O homem já não, o homem gosta de acumular os problemas pra resolver de uma vez. Então se eu tiver um corte aqui no braço eu vou lá e quero fazer um curativo, mas se não tiver eu não vou lá. Realmente a mulher ela vai mais ao médico, ela procura mais o médico e pode ser por qualquer motivo. Eu conheço uma que vai só por ir, sem precisar.”

O que poderia ser visto como prevenção de doenças por parte das mulheres é visto por Carlos como vaidade própria das mulheres; e o que poderia ser visto como falta de prevenção por parte dos homens é visto como sinal de assertividade e força.

A consideração da ida ao médico como uma atitude positiva, seja porque é uma forma de prevenção de doenças, ou porque as mulheres têm consciência dessa necessidade, esteve presente nas falas de alguns entrevistados que disseram que as mulheres procuram mais os médicos porque são mais inteligentes, mais espertas que os homens; que os homens são machistas e acham que nunca vão ficar doentes; ou até mesmo que os homens têm medo de ir ao médico. Segundo Marcos:

“A mulher se previne mais, o homem é mais desleixado. O homem enquanto não vê que o bicho está pegando ele não vai. Já a mulher não, ela se previne mais.(...) Pode ser um pouco a mais de inteligência, medo da situação piorar. Já o homem não.”

Para Rafael:

“Elas procuram mais porque são mais espertas, cuidam mais, o homem é mais fechado. (...) Porque eles acham que uma doença eles falam que nunca vai acontecer, acha que é imbatível.”

Segundo Antônio:

“Eu acho que um pouco é por falta de tempo, o outro é por machismo: eu sou homem, eu não tenho que ir lá só por uma dorzinha, só porque estou com um probleminha, é por machismo. Eu acho que em relação a médico deveria ir tudo igual, está com um problema vai ao médico e resolve a situação.”

Para Joaquim:

“O homem é mais acomodado e mais medroso. O homem acho que tem medo de ... eu pelo menos se eu puder fugir do médico eu fujo. (...) A mulher nesse aspecto eu acho que a mulher é mais corajosa, ela enfrenta muito mais do que o homem. Ela faz exames muito mais delicados, e homem tem que fazer exame supersimples e na realidade fica relutando pra fazer.”⁷⁵

Alfredo foi o único que manifestou preocupação com a prevenção de doenças, com a idéia de cuidado com a saúde. Ele é um entrevistado que referiu ter muito contato com os filhos, muito cuidado pessoal com eles e muita interação; além de uma preocupação com a esposa, com sua saúde, em dividir o trabalho doméstico:

“Eu não tenho uma visão assim de saber se elas procuram mais os médicos, mas eu particularmente eu gosto de ir ao médico. Então quando eu vejo uma campanha de vacinação eu vou lá, vacino, faço questão. Eu acho que você está sempre ciente da sua

⁷⁵ Como Joaquim estava procurando tratamento para esterilidade, imagino que estava se referindo a alguns exames necessários ao tratamento, como o espermograma para os homens e a ecografia vaginal para as mulheres. São exames com procedimentos bem distintos, e no caso dos homens são menos invasivos.

saúde é bom. Então eu particularmente sempre procuro, às vezes vou até mais ao médico que minha própria esposa. Você não sabe, às vezes pode estar com alguma coisa nem que seja mínima, ninguém é perfeito.”

Portanto, a maior frequência das mulheres aos médicos também foi interpretada como prova de que elas são mais inteligentes e espertas; e que os homens, ao comportarem-se como “machões”, agindo de forma desleixada, acabam não sendo inteligentes, pois consideram que nada vai acontecer com eles e acabam por não cuidar de sua saúde.

Essas opiniões demonstram as diferentes interpretações que uma mesma atitude pode suscitar: força e assertividade, ou falta de inteligência e esperteza. A interpretação de falta de inteligência e esperteza remete à idéia divulgada pelos defensores do “novo homem” (explanada no Capítulo III), de que os homens também são prejudicados ao cumprirem com as exigências de uma masculinidade que não permite demonstrações de afeto, fraqueza, dependência, cuidado de si e dos outros, etc.

Antônio considerou que os homens vão menos ao médico por falta de tempo e por machismo. No seu caso, disse que precisava ir ao médico ver um problema no braço, mas que ainda não foi para não faltar ao trabalho, e também para não ficar esperando na fila, pois:

“(...) homem odeia esperar na fila, mulher tem paciência de ficar na fila, homem não tem.”

Essa observação remete a uma feita por Jairo, que disse estar esperando há horas no ambulatório para que a companheira fosse atendida. Jairo disse que o pessoal do ambulatório fazia as pessoas esperarem tanto porque a maioria ali era composta por mulheres; e que se fosse por homens isso não aconteceria, porque os homens começariam a reclamar, a gritar. Assim, parece que Antônio e Jairo consideram que as mulheres têm mais paciência que os homens para esperar atendimento, para ficar em filas. O interessante dessas observações é que elas estão relacionadas à espera e a filas no ambulatório; uma vez que muitas outras filas, como de bancos ou de empregos, são freqüentadas por homens, sem as reações referidas por Jairo. Essas observações parecem indicar como territórios

expressam atribuições de gênero, isto é, ao considerarem o ambulatório como território feminino, os homens são vistos como tendo menos paciência que as mulheres para permanecerem ali esperando. O que demarca, novamente, a fronteira entre masculino e feminino.

Não somente o ambulatório, mas ambientes médicos de uma maneira geral parecem também ser vistos como femininos, como mostra a fala dos entrevistados sobre a maior procura por médicos por parte das mulheres. O que nos remete à consideração de Foucault⁷⁶ sobre ambientes médicos serem lugares de produção do saber e de exercício do poder médicos. Segundo o autor, todo saber tem sua gênese em relações de poder, todo saber constitui novas relações de poder e assegura o exercício de um poder. É o saber como tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder.

No caso da medicina, o médico possui um saber que lhe outorga poderes sobre o paciente: poder de diagnosticá-lo, de determinar que remédios deve tomar, a que exames deve submeter-se, poder de salvar sua vida, de mandar o paciente tirar a roupa, de fazer perguntas sobre sua vida privada. Minha sugestão é a de que a resistência dos entrevistados em procurar qualquer especialista médico também pode ser interpretada como uma forma de resistência a esse poder, que os coloca em uma posição de passividade, de “pacientes”. Ou seja, um poder que, em sua concepção, os feminiza.

Assim, o ambulatório seria um território duplamente feminino: por ser um ambiente médico e por ser local de tratamento de questões consideradas relativas às responsabilidades femininas.

Tanto a idéia de que as mulheres procuram mais os médicos porque necessitam mais, são mais frágeis, como a de que é por causa de uma atitude “machista” dos homens, apontam para a concepção de uma masculinidade normativa marcada pela demonstração de força, controle e não-vulnerabilidade. Normatividade apontada tanto pela postura crítica quanto pela postura afirmativa por parte dos entrevistados, cujos relatos contribuem no sentido de reforçar, modificar ou resistir a esta normatividade.

⁷⁶ FOUCAULT, M. - 1979. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Aborto voluntário

A opinião dos entrevistados em relação ao aborto voluntário foi unânime: todos disseram ser contra, que esse era um ato que não deveria ser praticado. A maioria se referiu ao aborto voluntário como um crime, um assassinato, uma barbaridade. Consideraram que era a vida de uma criança que estaria sendo tirada e que, se uma gravidez não era desejada, deveria ser evitada. Se, mesmo evitando, a gravidez acontecesse, ela deveria ser levada adiante. Paulo, que tem uma filha e estava no ambulatório em busca de planejamento familiar, disse que:

“Sei lá, a minha opinião sobre o aborto é que às vezes, se você não quer ter um filho, então você tenta evitar, porque depois que está gerando lá você matar eu acho que é um crime. Provocar um aborto eu acho que é um crime.”

Para Sérgio, cuja esposa teve sete abortos espontâneos e estava grávida:

“Eu acho um crime. Eu acho que não pode. Às vezes tem muito, mas acho um crime.”

A primeira conexão feita pela maioria dos entrevistados em relação ao aborto voluntário foi com o desejo sexual e uma postura moral de responsabilidade. Isto é, consideraram que se o casal quis fazer sexo, deveria assumir a responsabilidade de seu ato; que o casal não pode querer apenas a parte prazerosa do sexo sem assumir suas conseqüências. João, que tem uma filha adotiva e estava em busca de tratamento para esterilidade, disse que:

“Porque se os dois casaram e fizeram sexo ali, têm que assumir o que fizeram, tanto quem é casado como quem não é.”

Miguel disse que quando a namorada engravidou ambos tinham 17 anos, e que foi um choque tanto para eles como para suas famílias. Mas que em nenhum momento pensou

em aborto, nem a namorada. Disse que era muito católico e não concordava com o aborto nem em caso de estupro, nem de risco de vida da mãe, porque é Deus quem deve decidir.

Apenas Carlos, que tem dois filhos e procurava planejamento familiar, disse que não considerava o aborto um crime. Seu argumento para ser contra o aborto se relacionava ao risco que a mulher corre ao praticá-lo, e não ao fato de considerá-lo um assassinato. Sua postura mostrou-se distinta dos demais entrevistados ao se preocupar com a saúde da mulher e não com o feto:

“Eu acho um risco pra saúde da mulher. Depois de ser um risco, não vou nem considerar um crime, porque eu não vejo como um crime. Eu acho que o crime, na minha opinião, o crime é agora, nasceu, deu à luz, veio ao mundo, só se matar em vida, mas se matar em feto eu não considero crime, eu não condeno quem mata um feto.”

No transcorrer da entrevista introduzi questões referentes ao aborto em caso de estupro, de risco de vida da mãe e malformação fetal. Eu informava que a lei brasileira permite que o aborto seja feito em casos de estupro e de risco de vida da mãe, e perguntava se eles concordavam ou não com a legislação. Informava também que a lei não permite o aborto em casos de malformação fetal, e perguntava se eles achavam que se nesse caso também deveria ser permitido o aborto ou não. A partir dessas perguntas, as opiniões dos entrevistados se apresentaram mais matizadas. Essas opiniões mais matizadas parecem ser fruto de uma diversidade maior de contextos a que os entrevistados se referiam para elaborar suas respostas, contextos relacionados inclusive com sua experiência pessoal.

Ao se referirem ao aborto em casos de estupro, muitos entrevistados continuaram afirmando que não deveria ser feito, porque a criança não tem culpa do que ocorreu e que quem deveria ser penalizado era o violador, e não a criança. Nestes casos, em nenhum momento o interesse ou o direito da mulher estuprada foram mencionados, apenas o direito à vida da criança e a punição do estuprador. Paulo, que tem uma filha, considerava que:

“Acho que não tem nada a ver, mesmo que for estupro. (...) está certo que foi assim, sem querer, foi um abuso sexual, mas a criança que está gerando, que está lá não tem nada a ver com isso.”

Por outro lado, os entrevistados que concordavam com o aborto em casos de estupro faziam referência à mulher, ao trauma que seria ter uma criança nessas condições de violência, sem ter desejado a relação sexual. Segundo Antônio (três filhos):

“Eu acho que seria justo, porque eu acho que o estupro é muito doloroso pra mulher. Então eu acho que seria justo, logo nos primeiros meses.”

Milton, que tem um filho e cria o filho que a esposa teve com outro homem, em um primeiro momento afirmou que nesse caso não deveria ser feito o aborto. Mas, reelaborando seu pensamento, disse que talvez sim, porque se isso acontecesse com sua esposa ele não iria querer criar esse filho:

“(...) isso é uma coisa relativa também de um pra outro, de um pra um. Veja bem, eu penso assim, no caso de uma pessoa que foi estuprada, uma pessoa que eu não conheço, eu penso que não é certo ela fazer aborto, deixa a criança nascer, a criança não tem culpa. Mas aí eu penso assim: e no caso da minha mulher, se ela for estuprada e engravida, eu vou querer esse criança? Não.”

Assim, quando estava conectado a um contexto geral, referindo-se às normas e à vida de outras pessoas, Milton se manifestou contra o aborto em caso de estupro. Quando fez uma conexão com sua própria vida passou a concordar, tendo tomado como referência ele próprio (não querer criar esse filho). Milton cria o filho que a esposa teve com outro homem, mas não estaria disposto a criar um filho gerado em um estupro. O que parece relacionar-se não somente à situação de violência do estupro, como também à situação da esposa ter um filho de outro homem depois de estabelecida a relação conjugal dela com Milton. Isto é, Milton aceitou criar um filho que a parceira teve com outro homem antes de ser sua esposa, mas não aceitaria agora que ela é; ainda que o filho não seja fruto de uma infidelidade conjugal, mas de um estupro. O que aponta nesta direção é a referência de Milton a si próprio, dizendo que não ia querer criar este filho, sem referência à situação da esposa, seu possível trauma ou desejo de não ter o filho.

No caso de risco de vida da mãe, a maioria dos entrevistados disse concordar com o aborto. A justificativa era a de que, nesse caso, se estaria tirando uma vida para salvar outra, e era preferível que a esposa vivesse. Nessa resposta, a conexão feita pela maioria dos entrevistados foi com a possibilidade disso acontecer em suas vidas, o que não ocorreu em relação ao estupro. O que parece indicar que os entrevistados conseguiam mais facilmente pensar que suas esposas podiam morrer devido às complicações da gravidez ou do parto, do que imaginar que poderiam ser estupradas.

Somente Miguel e Rodrigo disseram que não concordavam nem no caso de risco de vida da mãe, porque não se deveria nunca tirar uma vida, pois para Miguel “o destino está nas mãos de Deus”, e para Rodrigo “o que tem que ser, será”.

Quando a questão se relacionava ao aborto no caso de malformação fetal, o leque de opiniões apresentadas foi maior. Alguns, como Rafael, não consideravam malformação como justificativa para um aborto:

“Pode deixar nascer, no mundo ninguém é perfeito.”

Outros, porém, disseram que seria preciso saber que tipo de problema a criança teria para poder tomar uma decisão. Segundo Sérgio:

“Se for com defeito físico muito grave eu acho que sim. Agora se não fosse tão grave eu acho que não deveria fazer não, porque tudo que Deus põe no mundo sempre sobrevive.”

Alguns alegavam que o aborto deveria ser permitido nesses casos porque a criança sofreria muito, se sentiria diferente das demais, não seria feliz, nem ela nem os pais. Para Geraldo:

“Ah, esse tipo poderia sim. Já pensou, vai trazer uma criança no mundo desse jeito aí. É um sofrimento para o pai e para a mãe. Aí se fizer o aborto você vai sofrer só naquela horinha e depois esquece. Não vai passar o resto da vida sofrendo com a criança daquele

jeito defeituosa. Os pais sofrem, os outros sofrem também, os outros passam na rua e dizem: coitado, coitado!”

Segundo Marcos:

“Porque nasce a criança com defeito, falta um braço, uma mão (...) Não vai ser uma pessoa feliz.”

Eduardo se manifestou contra o aborto nos casos de malformação fetal porque considera que existe tratamento para a criança:

“Não deveria porque existe tratamento, faz tratamento com ela, quem sabe um dia ela se recupera, pode ter uma vida saudável, vive. É isso aí, eu tenho um irmão também que é deficiente.”

No caso de Eduardo, por ter um irmão deficiente, mostrar-se a favor do aborto voluntário nos casos de malformação fetal poderia significar para ele a negação da existência desse irmão.

Osvaldo teve experiência com situações onde teve que opinar a respeito do aborto voluntário no caso de malformação fetal grave e no caso de a mãe não desejar a criança. Sua irmã teve rubéola durante a primeira gravidez e a criança nasceu com defeitos graves (surda, muda, cega, tetraplégica). Na segunda gravidez, a irmã não desejava o filho porque estava se separando do marido, e não tinha condições financeiras para cuidar de outra criança. Em relação à primeira gravidez, Osvaldo achava que a irmã deveria ter feito aborto, pois considerava que a criança iria vegetar, e não viver. Mas, na segunda gravidez, ele se manifestou contra o aborto, porque não considerava aqueles motivos suficientes para se tirar a vida de uma criança. Propôs à irmã que ela tivesse a criança, que ele a criaria, como de fato assim o fez. Este relato mostra o comprometimento de Osvaldo com a situação vivida pela irmã, e a coerência de sua opinião com sua atitude. Isto é, ao discordar que a irmã abortasse na segunda gravidez, comprometeu-se a criar a criança, não se restringindo a criticar uma atitude que considerava errada.

Apenas Augusto referiu ter experiência com aborto voluntário, sendo ele o pai da criança. Foi o caso citado anteriormente em que Augusto, ainda solteiro, teve uma namorada que disse que estava grávida dele. Por acreditar que a gravidez era mentira – que era apenas um truque para obrigá-lo a casar-se com ela –, ele concordou que a namorada fizesse o aborto quando ela propôs fazê-lo.

Perguntei se havia alguma outra situação em que eles concordavam com o aborto voluntário. Romero disse que em casos de incesto, do pai abusar da filha, ele concordava. Joaquim disse que concordava nos casos de redução de embriões⁷⁷, utilizada nas reproduções assistidas. Como ele já havia procurado tratamento para esterilidade em outros lugares, e já havia conversado com outros médicos sobre a reprodução assistida, sabia sobre a possível necessidade de redução de embriões nos casos de inseminação artificial.

Seis entrevistados disseram que conheciam mulheres que haviam tentado provocar um aborto. Marcos disse que conversou com a mulher (que era sua comadre) e aconselhou-a pensar bem antes de tomar essa atitude.

Carlos disse que conhecia um homem que havia comprado e dado uma injeção na namorada para que ela abortasse, mas que ele não conhecia a mulher. Considerou essa atitude muito perigosa para a mulher. Como foi visto anteriormente, Carlos foi o único entrevistado que não considerou o aborto um crime e que considerava que não deveria ser feito porque prejudicava a saúde da mulher.

Eduardo disse conhecer várias mulheres que haviam tentado abortar, e sabia inclusive o que uma delas havia tomado na tentativa, vindo a falecer:

“(...) já vi várias pessoas que já abortaram no banheiro. A outra foi abortar a criança e morreu, ela misturou sonrisal com coca-cola, ela tomou também varex (água sanitária), depois tomou coca-cola e morreu.”

⁷⁷ Na inseminação artificial, usualmente são implantados no útero da mulher quatro ou cinco embriões de uma vez. A justificativa médica dada é que esse é um procedimento complexo e a probabilidade de nidação, isto é, de que o embrião se fixe no útero e se desenvolva, é baixa. Assim, implanta-se quatro ou cinco embriões, na expectativa de que pelo menos um se desenvolva. Entretanto, há a possibilidade de que os quatro ou os cinco embriões nidem. Nesse caso, os médicos sugerem uma “redução de embriões”, isto é, que se aborte dois ou três embriões para diminuir o risco do parto ser antecipado ou dos bebês nascerem com problemas devido à gestação múltipla.

A maioria dos entrevistados nunca esteve envolvida em situações de aborto voluntário, nem através de suas próprias esposas/namoradas, nem através das esposas/namoradas de amigos ou parentes, nem de outras mulheres conhecidas, como vizinhas, etc. O que parece mostrar que esse é um assunto mantido entre mulheres, pelo menos no meio em que vivem os entrevistados. E que, portanto, as opiniões que a maioria manifestou a respeito do aborto voluntário estão informadas mais por considerações morais de ordem geral que pelo seu envolvimento direto com a questão. Em alguns casos, a mudança de foco de referência do geral e do ideal para a experiência pessoal provocou mudança de opinião. Foi o caso de Milton, que mudou sua opinião favoravelmente em relação ao aborto em casos de estupro quando considerou que sua esposa poderia ser estuprada. Considerar a morte da esposa/companheira também influenciou na maior aceitação do aborto nos casos de risco de vida da mãe.

No caso de Geraldo, o aborto voluntário parecia ser um tema tão distante de sua realidade, que ele até demonstrou ignorância, e uma certa ingenuidade, a respeito das clínicas clandestinas de aborto:

“Se é ilegal, você vai lá no médico fazer escondido e ele não pode fazer escondido. Você chegar lá assim: dá pra você tirar esse filho pra mim? Eu vou falar assim: deita lá que eu vou fazer já. Ai é ilegal, ele não pode. Ai vai muito da responsabilidade do médico também. Chegar lá e falar para o médico: eu vou fazer mas vou fazer escondido aqui, não conta nada pra ninguém. Ai o negócio dele é, ele não deveria fazer não.”

Perguntei aos entrevistados sobre quem eles achavam que tinha mais direito de decisão em relação ao aborto – o homem ou a mulher –, no caso de a mulher estar grávida e o casal discordar a esse respeito. Referia-me tanto à situação em que a mulher deseja fazer o aborto e o homem quer que ela tenha o filho, quanto à situação em que a mulher deseja ter a criança e o homem quer que ela faça o aborto. Todos os entrevistados responderam que achavam que o casal deveria entrar em acordo para ter a criança, que o casal deveria ter o filho, independentemente do fato de ser a mulher ou o homem quem não desejava a criança. Os entrevistados não levaram em consideração na elaboração dessa resposta o

direito do homem ou da mulher de tomar essa decisão. Referiam-se, antes, ao direito da criança de nascer. Assim, Mário considerava que:

“Porque se ela quiser (ter o filho) e ele não quiser eu acho que ela está com a razão. E o mesmo se ele quiser e ela não quiser, eu acho que ele tem direito também, eu acho que o direito é dele.”

Para João:

“Eu acho que tem que pensar na criança, não no ... Tem que pensar na vida que está aí, não na minha satisfação ou no meu conforto. (...) Tem que nascer, não pensar no meu comodismo, que nem a mulher às vezes: ah, eu estou grávida, vou ficar barriguda, tal. Tem que pensar na criança.”

Quando eu insisti na hipótese de não haver acordo entre o casal, José sugeriu que, se o homem não desejava a criança, ele poderia abandonar a mulher. Em outra ocasião José (o entrevistado mais velho, 50 anos) já havia dito que o homem é livre para abandonar a mulher, mas a mulher está sempre presa aos filhos.

Antônio, que tem um casal de filhos e cria o filho da esposa, considerou que, se a mulher não desejava o filho, ela deveria tê-lo da mesma forma e entregá-lo ao homem. Por outro lado, se é o homem quem não deseja a criança, ele acredita que a mulher é independente o suficiente para criar o filho sozinha:

“Segura os nove meses, ganha o filho, pega o pai. Então tem o filho e o pai tá com o filho, e a criança não pagou a diferença nenhuma.” [...] “O pai pode ir embora, de vez em quando ajuda o filho a sobreviver. Eu acredito que as mulheres são muito independentes pra ficar esperando pensão do marido, então se ela decidiu que vai ter o filho ela ... a mulher é forte o bastante pra sustentar a criança, independente de ser 1, 2, 4 ou 10 ela consegue.”

Antônio utiliza aqui o abandono do homem para marcar a força das mulheres no contexto da maternidade.

Em nenhum momento os entrevistados acionaram em suas falas o conceito de direito dos homens e mulheres quando se referiram à decisão em relação ao aborto voluntário; era o direito da criança à vida que estava sempre em foco. Por isso, em nenhum momento esteve em pauta a questão do direito de não ser pai ou o de não ser mãe. Mesmo quando alguns disseram que era a mulher que decidia sobre o aborto porque a criança estava em seu corpo, não estavam se referindo ao seu direito, mas sim ao seu poder de fazer um aborto sem que o homem soubesse, sem que tivesse entrado anteriormente em concordância com ele. Ou então estavam se referindo ao poder das mulheres de levar adiante a gravidez, considerando que o homem não poderia obrigá-la a fazer um aborto. Segundo Geraldo:

“Olha, se ele não quisesse conviver com ela então ele sairia da casa dele e ia embora. Nenhuma opção se ele não ia querer que ela tenha o filho. (...) Agora se ela quer ter o filho e eu não quero ter, vou ficar lá que ela vai ter o filho? Então eu pego e saio.”

Segundo Pedro:

“Deve sempre ter o filho, mas no caso da mulher querer fazer o aborto, fica difícil.”

Para Osvaldo:

“Ele fica sem saída, a responsabilidade é dela de tomar a decisão final. Porque pode acontecer um caso dela tomar essa atitude sem ele saber, vai num lugar clandestino, tira a criança, acabou.”

Osvaldo considerou ainda que, como é a mulher que vai gerar o filho, ela é quem deveria decidir. Entretanto, ele estava se referindo ao caso de a mulher querer ter o filho e o homem não, e não ao caso de aborto. Isto é, gerar o filho, no seu ponto de vista, daria à

mulher precedência sobre o homem para decidir ter o filho, mas não para decidir fazer um aborto:

“Ele quer o aborto e ela não quer? Eu acho que cabe a ela, sempre cabe à mãe decidir, porque não é questão de querer. Quem vai gerar o filho, não é a mãe? Então essa responsabilidade eu acho que é maior da mãe.”

Joaquim sugeriu que nos casos onde se pensa em fazer um aborto, deveria haver uma orientação médica ou de assistentes sociais que ajudassem o casal a decidir ter o filho.

Assim, por posicionarem-se contra o aborto voluntário, a questão do direito de mulheres e homens ao aborto não está colocada para os entrevistados, uma vez que consideram que o direito está sempre do lado da criança (direito de nascer, de viver) e, por conseguinte, do lado de quem deseja ter o filho, seja o homem ou a mulher.

Diferentemente de meus entrevistados, aqueles pesquisados por Ramírez⁷⁸ referiram-se aos direitos de homens e mulheres quando indagados a respeito do aborto voluntário. Ramírez entrevistou homens de nível universitário, de camadas médias, que já haviam passado pela experiência do aborto voluntário com suas esposas/companheiras/namoradas. Todos os entrevistados consideravam que era direito da mulher ter a decisão final no caso de aborto, uma vez que a gravidez ocorre em seu corpo. Porém, os entrevistados também levantaram questões referentes ao seu direito de querer ter ou não um filho, e ao problema que significa este direito ter que passar pela decisão da mulher, uma vez que a gravidez se desenvolve em seu corpo: “Uma outra questão relativa à corporalidade da reprodução é colocada especificamente pelos homens. Refere-se à limitação de seu desejo de ter filhos, visto que a concretude ou realização do mesmo está mediado pelo desejo da mulher. Não existe uma autonomia do desejo dos homens para terem filhos, ao menos neste grupo. Talvez seja isto o que esteja causando, em alguns casos, tanta dor ou ‘melancolia’ frente à perda manifestada, principalmente pelos homens

⁷⁸ RAMÍREZ, M.C. – 1999. Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP.

que atualmente não têm filhos.”⁷⁹

Perceber ausência de autonomia para ter ou não um filho trouxe à tona, nesse grupo de entrevistados, discussões relativas tanto ao seu desejo de ter o filho, interrompido pela decisão da mulher de fazer o aborto; quanto aquelas relativas à imposição da paternidade, no caso de a mulher vir a ter o filho que ele desejava que ela abortasse. Foi considerado, por um lado, que não ter o filho que desejava devido à decisão da mulher em abortar gerava tristeza e frustração. Por outro, causava irritação e preocupação saber que a mulher podia ter/havia tido um filho que ele não desejava. Eximir-se de qualquer responsabilidade perante este filho não diminuiria/diminuía a irritação e a preocupação, porque incomodava o fato de saber que tinha um filho. Assim, a solução dada por alguns de meus entrevistados de que o homem poderia/deveria abandonar a mulher caso não desejasse a criança, parece não servir para os entrevistados de Ramírez.

O fato de a questão dos direitos de homens e mulheres ao aborto voluntário ter surgido entre os entrevistados de Ramírez e não ter surgido entre os homens que entrevistei, poderia ser explicado pela experiência direta dos primeiros, e a falta de experiência direta dos segundos, com o aborto voluntário.

Além disso, os entrevistados de Ramírez tinham nível universitário e pertenciam às camadas médias, o que os diferencia da maioria de meus entrevistados, com baixo nível de escolaridade e de renda. Estudos sobre as camadas médias urbanas⁸⁰ apontam para um ideário moderno de pressupostos individualistas e igualitários, em virtude de um nível mais alto de escolaridade, maior acesso a informações, inclusive às teorias psicanalíticas e pedagógicas. Este ideário igualitário e individualista aparece entre os entrevistados de Ramírez quando tratam do tema do aborto voluntário, mas não aparece entre meus entrevistados quando falam sobre este tema. A questão do direito individual de mulheres e homens ao aborto voluntário não foi levantada em nenhum momento por meus entrevistados; tampouco a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres. O que foi enfatizado todo o tempo foi a questão do direito da criança à vida.

⁷⁹ *Id.* pp. 136 e 137.

⁸⁰ RIDENTI, S.G.U. – 1998. *Op. cit.*

SALEM, T. – 1989. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.9, v.3.

VELHO, G. – 1983. Aliança e casamento na sociedade moderna. Separação e amizade nas camadas médias urbanas. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia* n.39.

Leal e Boff⁸¹ consideram que há toda uma produção antropológica onde as classes populares urbanas são caracterizadas como hierárquicas, fazendo parte de um “modelo holista”, em contraponto com as camadas médias caracterizadas por uma ideologia igualitária, baseada em um “modelo individualista”. Nesta perspectiva, as autoras chamam a atenção para o fato de que, nas classes populares por elas estudadas no sul do país, tendo por tema a sexualidade, o universo feminino aparece destacadamente hierárquico na construção de seus valores, enquanto o universo masculino aparece caracterizado por uma forte individuação, pois os homens, mesmo estando situados em um contexto pautado pela lógica hierárquica, guiam-se por valores tais como igualdade e liberdade.

Assim, poder-se-ia pensar que a não-referência dos entrevistados aos direitos individuais de homens e mulheres em relação ao aborto voluntário seria em razão do fato de não se pautarem por um modelo igualitário e individualista. Por outro lado, a ênfase no direito da criança à vida aponta para a alocação deste direito individual naquele/a que ainda está por nascer. Não é minha intenção discutir aqui se as classes populares são guiadas ou não por um modelo holista e hierárquico, o que requereria haver direcionado a pesquisa para este tema. Além disso, como ressalta Fonseca⁸², este tipo de análise corre o risco de resultar em uma visão evolucionista onde a família nas classes populares é considerada “tradicional” e hierárquica, um antecedente da família das camadas médias, “moderna” e igualitária.

O que considero relevante em relação à questão do aborto voluntário é ressaltar a importância dada à criança. Para os entrevistados, a criança é desde sua concepção um ser moral com direito à vida. Apenas um entrevistado, ao dizer que não achava o aborto voluntário um crime, usou a palavra “feto” para dizer que “não condena quem mata um feto”. Os demais utilizavam “criança” ou “filho”, e não “feto” ou “embrião”. Parece que utilizar a palavra “feto” ameniza a questão do aborto voluntário, em oposição ao uso das palavras “criança” ou “filho”, que sublinha esta questão. Isto é, enquanto talvez possa ser discutível quando um feto ou um embrião é uma pessoa⁸³, a referência à criança ou filho

⁸¹ LEAL, O. F. & BOFF, A. M. – 1996. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R. & BARBOSA, R.M. (Orgs.) – **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.

⁸² FONSECA, C. – 1995. *Op. cit.*

⁸³ Salem analisa este ponto em relação à discussão sobre as novas tecnologias reprodutivas. SALEM, T. – 1997. As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa. **Mana**, 3 (1).

acaba com esta possibilidade. Assim, se desde a concepção é uma criança ou um filho que está sendo gerado, desde a concepção esta/e tem direito à vida.

Parece-me que a categoria que informa a noção de pessoa atribuída à criança gerada (da mesma forma que Salem enfatizou em relação aos debates a respeito do embrião⁸⁴) é a de indivíduo. Pois no ideário individualista considera-se que o indivíduo existe e se afirma independentemente das relações sociais nas quais ele está imerso, e é identificado como um ser único, singular e irreduzível⁸⁵. Assim, para os entrevistados, a criança gerada, como indivíduo, já possui direitos, independentemente do desejo da mãe ou do pai de que ela nasça.

Mas, como ficam então os direitos individuais de homens e mulheres em relação a desejar ou não o nascimento da criança? Meu argumento é o de que, neste contexto, considera-se que desde a concepção já existe uma criança, um filho; portanto, relacionalmente, desde a concepção homens e mulheres são considerados como pais e como mães. Isto é, são vistos não como homens e mulheres com direitos individuais, mas como pais e mães com deveres e direitos estabelecidos em/na relação com o filho. Nesta representação, o ato da concepção gera concomitantemente o filho – e seu direito individual à vida -, e o pai e a mãe – e seus direitos e deveres relacionados ao filho.

Tecnologias reprodutivas: inseminação artificial com sêmen de doador e barriga de aluguel

Para os entrevistados que estavam procurando planejamento familiar, eu perguntei se eles usariam tecnologias reprodutivas, na hipótese de que não tivessem conseguido ter filhos. Eu me referia à inseminação artificial com sêmen de doador (IASD) e à barriga de aluguel. Esses entrevistados, com exceção de Antônio, não se mostraram dispostos a recorrer a essas tecnologias para ter um filho. Já alguns entrevistados que estavam

⁸⁴ *Id.*

⁸⁵ *Ibid.*

buscando tratamento para esterilidade concordariam em utilizá-las. Os argumentos usados para recusar a submeter-se a essas tecnologias foram parecidos nos dois grupos.

Os entrevistados que estavam procurando tratamento para esterilidade e que disseram que não aceitariam a IASD, argumentaram que o filho não seria seu, não seria seu sangue, e que nesse caso seria melhor adotar. Também argumentaram que adotando uma criança, a esposa não sofreria com a inseminação, a gravidez e o parto.

Os entrevistados que tinham filhos se referiram ao fato da IASD não ser uma forma natural de ter filhos. Segundo Carlos:

“Se fosse tratamento natural, eu acho que tudo bem, agora eu não aceito muito a idéia de reprodução humana. Eu acho que não é uma coisa natural como você ter o ato sexual, fazer amor com a pessoa, saber que daquele amor você vai gerar um filho. Então a idéia de reprodução humana não me agrada muito. No caso, se eu descobrisse que eu seria incapaz de produzir, o que eu ia procurar era um tratamento específico pra aquilo, pra depois eu conseguir ter relação sexual e gerar um filho. Mas fazer a reprodução não.”

Argumentos de outros entrevistados também alocavam o “natural” como bom, melhor, legítimo; em oposição ao “artificial” ilegítimo, perverso, perigoso. Estes argumentos levantam a questão da alocação do natural por parte dos entrevistados. Na citação acima, um tratamento médico para conseguir conceber através de uma relação sexual não é considerado antinatural; já a ausência do ato sexual e sua substituição por uma técnica para a inseminação, sim. Algumas entrevistadas de minha pesquisa anterior também utilizavam o argumento do “natural” como bom e desejável, mas deslocavam o “natural” para outro lugar. Essas entrevistadas disseram que estavam dispostas a se submeter a qualquer tipo de tecnologia reprodutiva em nome do desejo “natural” pela maternidade.

Portanto, se o argumento de que o “natural” é melhor e legítimo estava presente na fala tanto dos entrevistados quanto das entrevistadas, a alocação deste “natural” em diferentes lugares gerou opiniões distintas sobre o uso das tecnologias reprodutivas.

Um outro exemplo desse tipo de alocação é dado por Hirsch⁸⁶. A partir de entrevistas com casais heterossexuais de Londres e Berkshire, o autor concluiu que as pessoas estavam dispostas a aceitar, em diferentes graus, que as novas tecnologias reprodutivas poderiam ser usadas para dar uma ajuda à natureza. Neste caso o “natural” estava alocado no desejo de casais heterossexuais por filhos. Para os entrevistados, as tecnologias reprodutivas não deveriam ser usadas por homossexuais e mães solteiras, porque isso não seria dar uma ajuda ao “natural”.

Os entrevistados que tinham filhos também citaram que uma criança gerada através de IASD não seria seu filho, não teria seu sangue e que, portanto, seria melhor adotar uma criança, do que submeter-se a essa tecnologia. Para Miguel:

“É porque você tem aquele negócio de você, quer queira quer não, quer que o seu filho nasça com a sua cara, jeito, alguma coisinha você quer que ele nasça, pareça com você. Aí, de repente, é o sêmen de um que você nunca viu na vida, você não sabe como é.”

Segundo Mário:

“Não aceitaria porque no caso ia ter interferência, né? É ignorância, mas acho que não ia ser a mesma coisa, não ia ser filho meu, ia ser a mesma coisa que adotar um filho. Ia sair da barriga da minha esposa, lógico, só que no caso não ia ser filho meu não. E eu não concordo, acho muito errado isso.” [...] “Isso aí é comércio, né? É comércio, você está comprando. De graça não é, lógico, pra fazer tem que ter dinheiro. No meu caso eu não ia ter condições mesmo.”

Portanto, para os entrevistados, se não é para ter o seu sangue, o melhor é que o filho seja adotado, pois então ele não teria nem seu sangue nem o da esposa/companheira. Parece-me que a recusa em utilizar a IASD com base nesses argumentos refere-se ao fato de que, através dessa técnica, a criança seria filho da esposa/companheira, mas não seu

⁸⁶HIRSCH, E. – 1993. Negotiated limits: interviews in south-east England. In: EDWARDS, J.; FRANKLIN, S.; HIRSCH, E.; PRICE, F.; STRATHERN, M. (Eds.). **Technologies of Procreation – Kinship in the age of assisted conception**. Manchester, Manchester University Press.

filho. Ao passo que no caso de adoção, a criança não seria filho de nenhum dos dois, colocando-os em uma mesma posição.

Somente Pedro, que buscava tratamento para esterilidade, disse aceitar a IASD porque assim, pelo menos, sua esposa poderia passar pelos processos de gravidez e parto que tanto desejava. Por outro lado, não aceitaria a barriga de aluguel, justamente porque a esposa queria gerar um filho, queria engravidar. Nenhum outro entrevistado se referiu ao possível benefício que a esposa teria através do uso da IASD.

Segundo Edwards⁸⁷, ao manifestar suas idéias e opiniões, as pessoas continuamente fazem analogias com o que elas já conhecem, isto é, elas modelam novas possibilidades sobre fatos antigos e conhecidos. E, fazendo isso, elas deixam explícitos esses “fatos”, e deixam visíveis o que costumam tomar por estabelecido. Assim, as pessoas que a autora entrevistou em uma cidade do noroeste inglês freqüentemente faziam analogias entre as novas tecnologias reprodutivas e os problemas que aparecem nos relacionamentos familiares, como aqueles relativos ao divórcio, adoção e adultério.

Edwards relata como o tema da doação de óvulos entre irmãs, e de esperma entre irmãos, foi muitas vezes interpretado entre seus entrevistados como um tipo de traição. Segundo a autora, as pessoas consideram que idealmente as crianças devem nascer dentro de um relacionamento de amor. Por outro lado, um relacionamento de amor é também pensado como construído através da concepção de uma criança: a ligação entre os pais pode tornar-se mais forte, ou ser criada, compartilhando responsabilidades na criação e cuidado de outro ser humano. Finalmente, fazer uma criança também requer um relacionamento entre os pais. No caso de óvulos e esperma fertilizados *in vitro*, existem implicações semelhantes: uma ligação poderia ser construída entre a doadora do óvulo (irmã da mulher) e o pai (marido da mulher); ou entre o doador de esperma (irmão do homem) e a mãe (esposa do homem), o que aponta para um tipo de ligação adúltera.

Entre as pessoas entrevistadas por Edwards, os homens são vistos como mais possessivos em seus relacionamentos sexuais e menos tolerantes que as mulheres, devido a seu espírito competitivo. Portanto, os entrevistados consideram que a doação de óvulos

⁸⁷EDWARDS, J. – 1993. Explicit connections: ethnographic enquiry in north-west England. In: EDWARDS, J.; FRANKLIN, S.; HIRSCH, E.; PRICE, F.; STRATHERN, M. (Eds.). *Op. cit.*

entre irmãs pode uni-las ainda mais, enquanto a doação de esperma entre irmãos pode separá-los.

Na análise feita por Strathern sobre a polêmica surgida na Grã-Bretanha em 1991 - quando mulheres solicitaram o uso de tecnologias reprodutivas, desejando engravidar evitando as relações sexuais -, a autora coloca que uma das preocupações dos médicos londrinos solicitados para atender ao pedido dessas mulheres através de uma inseminação artificial com sêmen de doador: "(...) foi o papel quase sexual em que eles se viam colocados. As mulheres se apresentavam como virgens, mas os escrúpulos dos homens apontavam para mais que as questões técnicas que a virgindade tornava difíceis."⁸⁸ O mal-estar dos médicos era causado pelo fato de estarem simbolicamente assumindo um papel sexual ao fecundar aquelas mulheres virgens com uso de tecnologia reprodutiva.

Considero estes relatos pertinentes porque a recusa dos entrevistados em utilizar a IASD, preferindo adotar uma criança que então não seria filho de "nenhum dos dois", parece indicar que a IASD é interpretada como um adultério simbólico também entre meus entrevistados. Muitas entrevistadas de minha pesquisa anterior disseram que não fariam a IASD porque seus maridos nunca aceitariam que elas tivessem um filho "de outro homem". Assim, os doadores de esperma parecem ser vistos como os homens que "fizeram o filho na mulher", independentemente do fato de não ter havido relação sexual e de sua identidade ser mantida em sigilo. A parceira ter acolhido o sêmen de outro homem parece ser visto como uma traição.

Uma vez que a esterilidade masculina aparece muitas vezes associada à impotência sexual, parece-me que a utilização da IASD poderia ser vista como reforçando o peso dessa associação porque sublinha a necessidade de participação de outro homem na concepção do filho. A IASD propiciaria uma situação percebida como de substituição ou de traição, ambas podendo ser interpretadas como prova de incompetência ou falta de virilidade.

Como vimos, o projeto de paternidade aparece relacionado aos fluidos corporais (esperma e sangue); e aqui percebe-se que a transmissão destes fluidos para a concepção relaciona-se, para os entrevistados, à relação sexual e amorosa. Isto é, o esperma

⁸⁸ STRATHERN, M. – 1995. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, ano 3, n. 2, p. 323.

fecundante deve ser transmitido através da relação sexual com a pessoa com a qual se mantém um relacionamento amoroso e de compromisso. A IASD não somente é vista como introduzindo fluidos corporais de outro homem, mas também como simbolizando relação sexual da parceira com outro homem. Portanto, nesta representação, o fluido corporal (esperma) não é concebido como dissociado do percurso de sua transmissão.

Antônio, que tem dois filhos e cria o filho (Alex) que a esposa teve com outro homem antes de conhecê-lo, disse que concordaria em fazer IASD. Mas sua justificativa de que “seria homem bastante para suportar”, corrobora a idéia de que a IASD fere de alguma maneira a virilidade, e que isso pode ser superado somente por uma virilidade ainda maior:

“Se fosse hoje eu faria. No início do meu casamento não, mas hoje acho que eu seria homem bastante para suportar uma coisa dessa, porque eu acho que não tem nada a ver no caso. Eu acho que é uma pergunta que eu já respondi até pelo fato do menino, do Alex.”

Mas, se para alguns entrevistados a IASD pode significar um tipo de ameaça à sua virilidade, para Eduardo não era um problema, ele faria a IASD, pois isso não influenciaria em nada, uma vez que não conheceria a identidade do doador. O curioso é que Eduardo foi o único entrevistado que associou diretamente virilidade com fertilidade, dizendo-se orgulhoso porque seu espermograma deu “até demais”; que queria ter muitos filhos como o pai, etc.

Em relação à barriga de aluguel, o principal argumento oferecido para a recusa em utilizar essa tecnologia foi o mesmo entre os entrevistados que buscavam tratamento para esterilidade e os que buscavam planejamento familiar: o medo de a mãe de aluguel “criar amor” pela criança e não entregá-la quando nascer. Este argumento coincide com o usado por muitas entrevistadas de minha pesquisa anterior que também disseram que não utilizariam esse recurso. Para Joaquim, que buscava tratamento para esterilidade:

“Eu acho que uma pessoa normal acaba pegando um amor, nove meses não é possível uma pessoa não pegar amor.”

Segundo João, que tem uma filha adotiva e buscava tratamento para esterilidade:

“É, só se for uma pessoa muito fria, mas eu acho que sempre fica alguma coisinha. Porque cria que a gente vê crescer, cria amor, né? Por um ser humano, a pessoa fica nove meses com a criança na barriga, vê nascer e tem que dar pra outra pessoa.”

Como João mora e trabalha em um sítio, compara sua experiência de criar amor por um animal que vê crescer com a de uma mulher que gesta um filho, entendendo que se por um animal já se “cria amor”, por uma criança mais ainda. Por isso não pode concordar em alugar a barriga de outra mulher.

Antônio se referiu ao direito da mãe de aluguel, dizendo que não era justo ela ter que entregar a criança depois de tê-la carregado nove meses, e ter “criado amor” por ela. Em sua resposta, Antônio considerou a situação da mulher que engravida, da mãe de aluguel, e não daquela que alugou a barriga. Talvez o fato de ter filhos o tenha colocado do lado da mulher grávida e não do casal que alugou a barriga.

Miguel, que tinha uma filha, considerou que alugar uma barriga seria usar uma pessoa, tratá-la como um objeto, o que não julgava correto:

“É usar a pessoa, vai estar pagando, sei lá, vai estar usando. Aí eu não concordo, não entra na cabeça.”

De maneira oposta a Miguel, Osvaldo (que buscava tratamento para esterilidade) comparou a mãe de aluguel a um tubo de ensaio. Assim, concordaria em alugar a barriga de outra mulher para ter o filho que tanto desejava, pois não considerava que a mãe de aluguel pudesse “criar amor” pelo filho:

“É como o fato de ele estar sendo gerado em um tubo de ensaio. Qual a diferença entre gerar num tubo de ensaio e na barriga de outra mulher?”

Parece que na concepção de Osvaldo a gravidez não cria automática e naturalmente um laço entre mãe e filho, e que ele não encara a maternidade como um instinto. Essa

concepção coincide com a postura que manifestou em outras ocasiões, como quando afirmou que as mulheres desejavam mais que os homens ter filhos porque sofriam maior pressão social, porque haviam sido criadas para isso.

Mais entrevistados que estavam procurando tratamento para esterilidade do que os que estavam procurando planejamento familiar disseram que concordariam em alugar a barriga de outra mulher para ter um filho. O que pode ser explicado pelo fato de os primeiros estarem respondendo em um momento que desejavam ter um filho, enquanto os segundos em um momento em que já haviam tido filhos.

Parece-me válida para os entrevistados que estavam procurando tratamento para esterilidade a mesma conclusão que teci a respeito da adoção e do uso de tecnologias reprodutivas em relação às entrevistadas de minha pesquisa anterior. Isto é, quanto mais esperança existe em relação ao sucesso do tratamento para esterilidade, menos dispostas as pessoas se mostram em adotar uma criança, e vice-versa. Da mesma forma, quanto mais esperança há de se conseguir ter um filho sem recorrer às tecnologias reprodutivas, menos aceitação estas encontram, e vice-versa. Esta esperança está relacionada à fase do tratamento em que as pessoas se encontram. Assim, no começo do tratamento há mais esperança, que vai diminuindo conforme o tempo passa sem obtenção de sucesso. Ou o casal já chega com menos esperança no ambulatório se já havia procurado tratamento antes em outros lugares. A grande recusa na utilização da IASD parece colocar essa técnica como a mais rechaçada em qualquer etapa do tratamento.

Os avanços na área da ciência biológica propiciaram o desenvolvimento de exames de reconhecimento da paternidade através de testes de DNA. Esse avanço científico era desejado e considerado por autores da primeira metade do século XX, como Almeida Júnior, como a solução final e perfeita para o problema da incerteza da paternidade. Para ele: “Pelo advento, já verificado, de certas provas genéticas da paternidade, e na expectativa de outras, mais individualizadoras, podemos considerar próximo um aperfeiçoamento radical naqueles conhecimentos. Da dúvida geradora das presunções legais; da obscuridade criada pelo ‘véu impenetrável’, que tanto retardou as leis da investigação da paternidade, passará o homem, subitamente, para o regime da certeza. Certeza que os juristas antigos ambicionavam, e que entretanto assusta a alguns, dentre

os modernos.”⁸⁹ Para o autor, essa certeza permitiria que o verdadeiro pai tomasse sua responsabilidade de manutenção material do filho; e permitiria que os juristas agissem com toda certeza e respaldo científico nas questões de reconhecimento da paternidade.

Porém, se o reconhecimento da paternidade através de um exame de DNA pode atualmente obrigar juridicamente o pai a comprometer-se com a sobrevivência do filho, ele parece estar longe de ser uma solução “final e perfeita” para questões relativas a definição e atribuição de paternidade. As situações propiciadas pelo advento das novas tecnologias reprodutivas, ao mesmo tempo em que apontam para a importância dos exames de DNA para o desfecho de certos impasses, oferecem exemplos da presença de outros critérios no processo de solução dos mesmos.

Stolcke⁹⁰ relata que na Espanha uma lei estabelece que se uma mulher se submeter a uma inseminação artificial ou a uma fertilização *in vitro* sem o consentimento do marido/companheiro estável, este poderá repudiar a criança. Neste caso, se por um lado a falta de participação biológica na reprodução permite que o marido da mulher possa repudiar a paternidade, por outro, a paternidade pode ser atribuída ao marido da mulher desde que ele tenha concordado com a inseminação artificial. Isto é, a paternidade pode ser atribuída através da aliança do homem com a mãe biológica⁹¹.

Segundo Laqueur⁹², o código civil da Califórnia estabelece que, se com a supervisão de um médico, uma mulher casada for inseminada com espermatozoides de um homem que não for seu marido, esse homem será tratado como se não fosse o pai natural, enquanto o marido

⁸⁹ ALMEIDA JÚNIOR, A. – 1940. *Op. cit.* p. 10.

⁹⁰ STOLCKE, V. – 1991. Derechos reproductivos. In: AZERÊDO, S. e STOLCKE, V. (Orgs.) - **Direitos reprodutivos**. São Paulo, FCC/DPE.

⁹¹ A autora considera que as novas tecnologias reprodutivas acabam por reforçar as desigualdades entre homens e mulheres, beneficiando o desejo dos homens de ter filhos biologicamente seus, através da manipulação do corpo feminino. Pois, na sociedade de classes ocidental: “(...) a concept of social status, as in the last instance, determined by one’s genes, underlies an individualized biological understanding of parenthood that accounts, in turn, for the obsession with having a ‘child of one’s own’, if necessary through *in vitro* fertilization. Because of this naturalization of parenthood in an unequal society, women are subject to men’s control over their procreative capacity. A modern variant is technological motherhood at the service of men’s quest for biological fatherhood.”

“(…) um conceito de *status* social, em última instância, determinado pelos próprios genes, sublinha um entendimento biológico individualizado da paternidade/maternidade que resulta, por sua vez, na obsessão com ter uma ‘criança propriamente sua’, se necessário através de fertilização *in vitro*. Por causa dessa naturalização da paternidade/maternidade em uma sociedade desigual, mulheres estão sujeitas ao controle dos homens sobre sua capacidade reprodutiva. Uma variante moderna é a maternidade tecnológica a serviço da solicitação dos homens por paternidade biológica.” STOLCKE, V. – 1988. *New reproductive technologies: the old quest for fatherhood. Reproductive and Genetic Engineering* 1(1), p. 5.

⁹² LAQUEUR, T. – 1992. *Op. cit.*

será tratado como tal. Na Alemanha, uma corte sustentou que um homem não tem direitos sobre a criança de uma mulher casada, inclusive se ele foi reconhecido como o pai biológico.

Nos casos relatados, portanto, o teste de DNA não foi considerado como solução final para a atribuição de paternidade. O critério utilizado foi o pressuposto, oriundo do direito romano, de que as crianças que nascem dentro do casamento pertencem ao marido da mulher que as pariu, como contido na máxima *pater es est quem nuptiae demonstrant*, isto é, o pai da criança é quem demonstrar estar casado com a mãe.

Nesses exemplos, o critério utilizado para estabelecimento de paternidade foi o da aliança e não o da biologia. Assim, as novas tecnologias reprodutivas parecem ter criado uma situação ambígua, onde os genes contam muito, mas não sempre, não de todo e não para sempre⁹³.

Segundo Heritiér⁹⁴, não há sociedade humana que considere somente a reprodução biológica para definir a filiação, há sempre referência à filiação social e juridicamente definida. Fazendo uma comparação com os Samo de Burkina-Faso ou os Nuer, a autora mostra como soluções para a questão da esterilidade existem nessas e em outras culturas ditas “primitivas”. Mas, nestes casos, é a lei do grupo que designa claramente os elementos que fundam a filiação, o direito à sucessão e à herança. O direito coletivo que funda o social se sobrepõe às reivindicações individuais. O problema com as novas tecnologias reprodutivas em relação à lei, para a autora, é a possibilidade de cada caso ser julgado de acordo com um parâmetro biológico ou social, conforme os desejos e conveniências individuais, seja para reivindicar ou rechaçar uma criança.

A particularidade de cada caso, e seu julgamento conforme conveniências individuais, aparece nas opiniões de entrevistados e entrevistadas a respeito de questões referentes às tecnologias reprodutivas (e em alguma medida também nas questões relativas à adoção). Para justificar ou rechaçar o uso de determinada tecnologia (ou a possibilidade de adoção ou não de uma criança), recorria-se, conforme o caso, a elementos tais como: o elo genético, a ligação de amor natural com a criança propiciada pela gravidez, o desejo e a

⁹³ NAROTZKY, S. – 1997. El marido, el hermano y la mujer de la madre: algunas figuras del padre. In: TUBERT, S. (Ed.) – **Figuras del padre**. Madrid, Ediciones Cátedra.

⁹⁴ HERITIÉR-AUGÉ, F. – 1985. La Cuisse de Jupiter. Réflexions sur les nouveaux modes de procréation. *L’Homme* 94, XXV (2).

escolha de ter um filho. A recorrência a parâmetros biológicos e sociais se alterna na formulação das opiniões manifestadas conforme o desejo, a situação e as possibilidades dos entrevistados em relação à procriação.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

As questões iniciais colocadas neste trabalho foram: seria a paternidade concebida pelos homens como fundamental para a masculinidade? Seria um desejo e um evento naturais em suas vidas?

A análise das entrevistas apontou mediações em relação à primeira questão. A paternidade mostrou-se concebida como fundamental para uma determinada masculinidade, a dos casados, uma vez que a dos solteiros pode fundamentar-se na sua falta de responsabilidades, liberdade sexual e acesso a várias mulheres. Assim, o casamento (heterossexual e monogâmico) recria a noção de masculinidade ao incorporar a paternidade, com suas conseqüentes responsabilidades.

Mas, por sua vez, a paternidade não é concebida apenas como “fazer filhos”, ela está relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los. Sustentar os filhos é uma responsabilidade considerada masculina, o que coloca o trabalho remunerado dos homens como referência fundamental nas concepções sobre paternidade e masculinidade. Assim, se “fazer filhos” pode servir para comprovar o atributo físico da paternidade, conseguir sustentá-los e educá-los comprova seu atributo moral.

A conjunção de atributos físicos e morais na representação da paternidade elucida a coexistência do desejo por filhos “próprios”, de “seu sangue”, junto com a criação de filhos da companheira com outro parceiro, de filhos da irmã, ou filhos adotivos. Nesta conjunção, criar filhos que não são “biologicamente” seus relaciona-se aos atributos morais da paternidade, como dar sustento, educação e amor. Atributos estes que estão embasados, por sua vez, no atributo físico da paternidade, entendido como a origem modelar de doação de amor, educação e sustento.

Além disso, como muitos entrevistados estavam ali procurando tratamento para esterilidade, afirmar que criavam bem filhos de outros homens pode ser visto como forma de expressar uma legitimação de seus pedidos de tratamento para conseguir ter um filho.

Por outro lado, já que a maioria dos entrevistados não tinha condições financeiras para ser o pai provedor que idealizava, enfatizar o cuidado pessoal dos filhos e sua educação moral também pode ser visto como uma maneira de afirmar que poderiam ser bons pais nesses aspectos.

A fala de entrevistados que tinham filhos adotivos, ou criavam os filhos da esposa/companheira, e estavam procurando o ambulatório para conseguir ter “seu próprio filho” com a parceira, aponta para uma distinção entre as noções de “cuidar, gostar” de crianças e a de “fazer filhos”. Pois filhos de outros homens podem ser cuidados e amados pelos entrevistados, mas são os filhos “do próprio sangue” que fazem parte do projeto de família e de paternidade. Assim, mesmo que já criem uma criança, o projeto de ter “filhos próprios” continua existindo, já que a realização deste é vista como ocorrendo através da transmissão de fluidos corporais: esperma e sangue.

A idéia contida neste projeto é a de estar o mais próximo possível do modelo reprodutivo considerado natural, isto é, aquele representado pela fecundação do óvulo da esposa/companheira pelo sêmen do marido/companheiro, através de uma relação sexual. A aceitação do uso de tecnologias reprodutivas relaciona-se à preservação de algum elemento deste modelo. Procura-se garantir que pelo menos o “sangue” do marido ou da esposa será transmitido ao filho; ou que a gravidez da esposa garanta uma boa formação do filho, através da transmissão de amor, tranquilidade, uma alimentação adequada, cuidados médicos, etc.

A grande recusa em usar a inseminação artificial com sêmen de doador (IASD) mostra como a transmissão dos fluidos corporais (esperma e sangue) para a concretização da reprodução relaciona-se à relação sexual e amorosa. O esperma fecundante deve ser transmitido através da relação sexual com a pessoa com a qual se mantém um relacionamento amoroso e de compromisso. A IASD não somente é vista como introduzindo fluidos corporais de outro homem, como também simboliza a relação sexual da parceira com outro homem. Nesta representação, o fluido corporal (esperma) não é concebido como dissociado do percurso de sua transmissão.

A contradição contida nas tecnologias reprodutivas, e que reflete-se na aceitação ou não de seu uso pelos entrevistados, parece ser que elas prometem proporcionar o acesso ao

“próprio filho”, ao mesmo tempo em que possibilitam a separação do parente biológico do social, através da doação de gametas, embriões, ou da mãe de aluguel¹.

Strathern² enfatiza que na representação por ela denominada de “euro-americana”, parentesco é um conceito híbrido, uma vez que este é considerado como um fato da sociedade enraizado em fatos da natureza. Nesta representação, ter relações sexuais, transmitir genes e dar à luz são fatos da vida que foram tomados como base para as relações entre esposos, irmãos, pais e filhos, os quais foram, por sua vez, tomados como a base das relações de parentesco. O processo de procriação como tal é visto como pertencendo ao domínio da natureza, e não ao domínio da sociedade. Por outro lado, o parentesco é visto como um arranjo social dos fatos naturais, conectando assim os dois domínios.

As tecnologias reprodutivas permitem que homens e mulheres tornem-se pais e mães através da manipulação de um ou mais fatos considerados naturais da vida: relação sexual, transmissão de genes e dar à luz. Considero que as questões relativas à atribuição de maternidade e paternidade no uso das tecnologias reprodutivas referem-se justamente à possibilidade de separação da reprodução (compreendida como ter um filho) dos elementos femininos e masculinos tidos como participantes deste processo. Isto é, à possibilidade de separação entre reprodução e relação sexual, reprodução e gametas (óvulo e espermatozóide), reprodução e gravidez. Tais questões referem-se ao julgamento de qual destes elementos (relação entre o casal, gametas ou gravidez) será considerado como o mais importante na atribuição da maternidade e da paternidade. As opiniões a respeito destas atribuições dependem de qual elemento será visto como o mais importante, aliado à recorrência a parâmetros ora biológicos, ora sociais, informados pelo desejo, situação, e possibilidades em relação à procriação.

Assim, as tecnologias reprodutivas abrem mais possibilidades para as atribuições de maternidade e paternidade, mas sem que estas deixem de ser consideradas, como argumenta Strathern em relação ao parentesco, um fato da sociedade enraizado em fatos da natureza.

A pesquisa que resultou neste trabalho mostrou que a paternidade é atribuição da masculinidade, mas não da mesma forma que a maternidade é atribuição da feminilidade. A

¹ BARBOSA, R.M. – 2000. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. *Estudos Feministas*, v.8, n.1.

² STRATHERN, M. – 1992. *Reproducing the Future. Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*. Manchester, Manchester University Press.

maternidade era vista pelas mulheres que entrevistei em minha pesquisa anterior como um desejo que sempre existiu, como natural, instintivo, essencial, como a realização de um sonho do passado. Desta forma, parece-me que a representação é a de que as mulheres vão constituindo-se mães ao longo de suas trajetórias de vida, e que a maternidade é uma experiência de continuidade, de repetição, de realização de um plano desde sempre elaborado no passado feminino. Seria uma perspectiva do passado que se atualizaria em cada mulher no presente. Já os entrevistados concebem a paternidade como um desejo que se estabelece em um determinado momento de suas trajetórias de vida - o casamento -, como um desejo que amadurece com o tempo, e que está voltado para o futuro, para a descendência. A paternidade seria um projeto para o futuro, enquanto a maternidade aparece como a atualização de uma continuidade. Neste sentido, a resposta à segunda questão seria a de que os entrevistados não concebem a paternidade como um desejo e um evento naturais em suas vidas, da maneira como concebem as mulheres que entrevistei.

Em relação à masculinidade, Almeida³ enfatiza que esta não pode ser vista como a mera formulação cultural de um dado natural, uma vez que ela é marcada por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”). Considero que o mesmo pode ser afirmado em relação à feminilidade, e a questão da esterilidade ilustra bem este ponto.

Ser estéril mostrou ser um problema que fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, mas de maneira distinta. Pelo fato de comumente a esterilidade masculina estar associada à impotência, não conseguir ter filhos relaciona-se para os homens à sexualidade, e ameaça sua virilidade. Já para as mulheres, a esterilidade ameaça sua feminilidade porque as impede de cumprir sua vocação feminina “natural” de mãe. Assim, a esterilidade é um elemento que pode colocar, ainda que por vias distintas, tanto a masculinidade quanto a feminilidade em patamares mais baixos do gradiente de hierarquia de “mais ou menos” masculino/feminino.

Se, como argumentei acima, a paternidade é concebida como um projeto de futuro e a maternidade como realização de um plano desde sempre elaborado no passado feminino, a referência ao maior desespero experimentado pelas mulheres ao não conseguirem ter filhos

³ ALMEIDA, M.V. de – 1995. *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.

também pode ser interpretada como decorrência da possibilidade de mudança do projeto de paternidade diante da impossibilidade de mudança da realização/atualização da maternidade. Isto é, sendo a paternidade concebida como um projeto para o futuro, ela traz axiomáticamente em seu bojo a possibilidade de mudança/substituição deste projeto. Permite a existência de alternativas que não estão presentes no caso da maternidade, uma vez que é concebida como uma repetição, uma continuidade, cuja quebra coloca em questão a feminilidade essencial que a maternidade reafirma. Por outro lado, a atribuição feminina das responsabilidades relativas à saúde reprodutiva (que inclui, entre outras coisas, as responsabilidades tanto por ter quanto por evitar filhos), contribui para que referências e manifestações de desespero em relação a não conseguir ter filhos sejam alocadas nas mulheres.

No mesmo sentido em que a esterilidade masculina está associada à impotência sexual, ter filho aparece concretizando a virilidade heterossexual. A orientação sexual heterossexual é tomada assim como atribuição da paternidade e da masculinidade. Pois, mesmo que “fazer um filho” não seja suficiente para se ser pai (é necessário conseguir sustentar esse filho), “fazer um filho” atesta a virilidade heterossexual atribuída à masculinidade.

Assim, ainda que por vias distintas, a questão da esterilidade aponta que tanto masculinidades quanto feminilidades correm o risco de serem, se não perdidas, ao menos diminuídas, dentro de uma escala hierárquica de mais ou menos masculino/feminino. Esta argumentação opõe-se àquela de autores que consideram que somente a masculinidade necessita ser conquistada e mantida⁴, uma vez que tanto masculinidades quanto feminilidades estão marcadas por um gradiente hierárquico afetado por fatores tais como a esterilidade ou o homossexualismo. E este gradiente refere-se a uma representação normativa de masculinidade e feminilidade.

Mesmo que os entrevistados reivindicuem dimensões femininas na masculinidade, como cuidar de crianças ou executar determinadas tarefas domésticas, o trabalho remunerado e o sustento dos filhos continuam sendo tomados como prerrogativas normativas masculinas. Assim, a masculinidade pode comportar dimensões da feminilidade na paternidade, como cuidar dos filhos; mas não comporta o pai não ser provedor. Com

⁴ BADINTER, E. - 1993. **XY, la Identidad Masculina**. Bogotá, Grupo Editorial Norma.
NOLASCO, S. - 1993. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro, Rocco.

base nos meus dados e nos trazidos pela bibliografia, talvez esta possa ser indicada como uma característica hegemônica da masculinidade.

Assim, mesmo havendo a incorporação de dimensões femininas na masculinidade, não há uma falta de delimitação de prerrogativas normativas masculinas e femininas. A necessidade de manutenção de demarcação de fronteiras aparece como evitando o perigo da contaminação inerente à união do que deveria estar separado; evitando o risco de que limiares fiquem nublados, confusos⁵. Tal demarcação evitaria o perigo de poluição das atribuições masculinas pelas femininas e vice-versa. Perigo, enfim, que estaria na possibilidade da indistinção das categorias de gênero.

Desta forma, o ambulatório aparece como um ambiente de risco para os homens porque é duplamente poluidor: por ser local de tratamento de questões consideradas relativas às responsabilidades femininas, e por ser um ambiente médico, considerado em si mesmo como passível de feminizá-los. A recusa da grande maioria dos homens em participar da pesquisa e seu constrangimento por estarem no ambulatório, apontam nesta direção. E, mesmo os entrevistados, que se diferiam dos demais homens presentes no ambulatório pelo fato de terem aceitado participar da entrevista, apontam para este risco ao demarcarem constantemente sua diferença em relação ao ambiente do ambulatório: se estavam lá, era porque eram bons maridos/companheiros (estavam acompanhando a parceira, contribuindo no que podiam); porque eram bons pais (estavam cuidando das crianças enquanto a parceira era atendida); porque estavam de favor; porque eram obrigados a ir; porque a masculinidade abriga dimensões da feminilidade.

A questão de onde deve ser colocado o limite para não haver poluição é informada culturalmente. Mas, como dentro de uma mesma cultura existem várias interpretações de gênero que competem entre si pela legitimidade, este limite também precisa ser compreendido através dos contextos que são referidos pelos sujeitos na elaboração de opiniões. Assim, opiniões, referidas a contextos, podem revelar o que é considerado normativo, através de falas que exprimem idéias de reforço, modificação ou resistência a esta normatividade.

⁵ DOUGLAS, M. – 1976. *Pureza e Perigo. Uma análise dos conceitos de poluição e tabu*. São Paulo, Editora Perspectiva.

Os entrevistados, ao emitirem suas opiniões, expressam conhecimento do que julgam ser uma masculinidade normativa, mas nem sempre pretendem aplicá-la em suas vidas. Ao contrário, podem mesmo criticá-la e refutá-la como forma de distinção. A vida cotidiana pode impor outro comportamento que não coincide com esta normatividade, ou pode colocar em questão a pertinência e a realidade desta normatividade.

Assim, as meninas foram consideradas como mais dóceis, obedientes, calmas e maleáveis; e os meninos como mais agressivos, desobedientes, competitivos, decididos. A referência ao contexto cotidiano de contato e conhecimento de meninas mais agressivas e meninos mais dóceis foi apontada apenas no sentido de exceções que confirmam a norma.

Na questão do aborto voluntário em caso de estupro, por outro lado, a mudança de referência de contexto propiciou em alguns casos mudança de opinião. Assim a opinião inicial contrária ao aborto referia-se a um contexto mais geral e normativo de direito à vida possuído pela criança. A mudança de referência para o contexto pessoal (imaginar que sua esposa poderia ser estuprada e engravidar), em alguns casos fez com que se passasse a concordar com o aborto em caso de estupro.

A não-procura de médicos por parte dos homens foi atribuída a uma noção considerada normativa de que os homens não querem, ou não podem, demonstrar fraqueza e vulnerabilidade. O reconhecimento desta noção, e até mesmo de que suas próprias atitudes refletiam esta noção, não impediu que alguns entrevistados fossem críticos em relação à atitude pouco inteligente por ela propiciada de não-cuidado de sua própria saúde.

Assim, ainda que muitos aspectos que os entrevistados apontaram como parte da masculinidade normativa aproximem-se das definições de masculinidade hegemônica⁶, nem sempre este conceito parece contemplar a complexidade das conexões estabelecidas pelos entrevistados entre o contexto normativo, geral e o pessoal.

Com quem os entrevistados estão dialogando quando dizem que pai também cuida dos filhos? Em primeiro lugar, como enfatizei acima, com o próprio ambulatório, seja para legitimar seu pedido de tratamento para esterilidade (na figura do bom pai), seja para demarcar fronteira entre masculinidade e feminilidade (a paternidade abriga dimensões da feminilidade). Mas também parecem estar dialogando com as idéias a respeito do “novo

⁶ Entendida como a atribuição de privilégio potencial de dominação e ascendência social aos homens, definindo a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas.

pai”, embora nenhum deles tenha se referido a ela diretamente, tampouco à “crise da masculinidade”. Tais idéias estão circulando através de revistas, jornais, novelas, rádio, propagandas de televisão, em painéis, etc.⁷; e a participação dos homens nas responsabilidades relativas à saúde reprodutiva e cuidado com os filhos tem sido enfatizada por diretrizes que orientam políticas públicas de saúde e de população, norteando, inclusive, posicionamentos institucionais religiosos (como a paternidade responsável enfatizada pela Igreja Católica)⁸. Portanto, os entrevistados certamente estão expostos a estas idéias, ainda que não elaborem nenhum discurso relativo ao “novo pai” ou ao “novo homem”.

Enfrentar as questões aqui discutidas requer que nos atentemos também às teorias sobre concepção e representações sobre a reprodução.

Para Delaney⁹, culturas influenciadas pelo monoteísmo elaboraram uma teoria monogenética da reprodução. Essa teoria considera que os homens são os geradores das crianças, sendo que a participação das mulheres restringe-se a acolher a criança em seu corpo para que se desenvolva. A analogia é com a plantação, pois os homens simbolizam a semente e as mulheres a terra: a semente germina e se transforma independentemente da terra em que foi cultivada.

A partir de uma pesquisa realizada em povoados turcos, onde predomina a religião islâmica, a autora narra a prevalência da teoria monogenética da reprodução. Nesses povoados os homens são considerados os criadores das crianças, e por isso as crianças pertencem ao pai. Em casos de divórcio, os filhos permanecem com o pai e, no caso de sua morte, eles permanecem com seus parentes. A precedência sobre os filhos é do pai, e não existe a idéia de uma ligação natural da mãe com a criança.

Segundo Laqueur¹⁰, a visão aristotélica da reprodução compartilhava desta teoria monogenética, uma vez que, para ela, a mãe era tida simplesmente como um terreno onde a semente, a “idéia” paterna germinariam.

⁷ MEDRADO, B. – 1998. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. – **Homens e masculinidades. Outras palavras**. São Paulo, ECOS/ Editora 34.

⁸ ARILHA, M. - 1999. Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁹ DELANEY, C. - 1986. The meaning of paternity and the virgin birth debate. *Man*. v.21, n.3.

¹⁰ LAQUEUR, T. – 1992. Los hechos de la paternidad. *Debate Feminista*, ano 3, v. 6.

Delaney considera que essa teoria exalta a figura do pai: "In cultures influenciad by monotheism a whole world is symbolic constructed and systematically integred between notions of concepcion and the concepcion of deity. Abraham, the person through whom the concept of monotheism allegedly enters history, means something like 'the father is exalted' and the glorification of the father is, to me, what patriarchy is all about. These systems, spanned between monogenesis and monotheism, are systems not merely of male dominance, but of the dominance, objetification and institutionalisation of the idea that the male as father is creator of human life, as God is thought to be of life in general."¹¹

Para a autora, a teoria monogenética continua informando noções sobre reprodução mesmo após a descoberta do óvulo e de sua contribuição genética na geração da criança: "In Europe and America, the knowledge that women are co-engenderes, co-creators, provinding half the 'seed' so to speak, half the genetic constituition of a child in addition to pregnancy, birth and suckling, has not yet been encompassed symbolically."¹²

Na teoria monogenética da reprodução, portanto, o pai tem precedência sobre a criança, e pouca ou nenhuma importância é atribuída ao fato de a mulher carregar a criança dentro de si.

Apesar da idéia da existência de uma teoria monogenética da reprodução estar bem alicerçada no trabalho de campo de Delaney, considero que sua afirmação de que esta teoria continua informando noções sobre reprodução em outros lugares da Europa e na América, acaba por encobrir a existência de outra teoria sobre a reprodução que pode ser encontrada nas culturas influenciadas pelas religiões monoteístas.

Strathern¹³, comparando a representação de reprodução trobriandesa com a que ela denomina de "euro-americana", enfatiza que na representação trobriandesa o casal reprodutivo é o irmão e a irmã. Um espírito matrilinear ancestral implanta o embrião na

¹¹ DELANEY, C. – 1986. *Op. cit.* p. 504.

"Em culturas influenciadas pelo monoteísmo todo um mundo é simbolicamente construído e sistematicamente integrado entre noções de concepção e a concepção de deidade. Abraão, a pessoa através da qual o conceito de monoteísmo supostamente entra na história, significa algo como 'o pai é exaltado' e a glorificação do pai é, para mim, do que trata o patriarcado. Esses sistemas, estendidos entre monogênese e monoteísmo, são sistemas não somente de dominação masculina, mas de dominação, objetivação e institucionalização da idéia de que o homem enquanto pai é o criador da vida humana, assim como Deus é pensado como sendo o criador da vida em geral."

¹² *Id.* p. 509.

"Na Europa e América, o conhecimento de que as mulheres são co-engendradoras, co-criadoras, provendo a metade da 'semente' por assim dizer, metade da constituição genética da criança em adição à gravidez, nascimento e amamentação, não foi ainda abarcado simbolicamente."

¹³ STRATHERN, M. – 1995. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, ano 3, n. 2.

mulher e o marido da mulher é responsável por alimentar e formar o embrião através das relações sexuais até que ele nasça. A autora argumenta que cada um destes atos implica um relacionamento.

Já na representação euro-americana, a mulher engravida através de uma relação sexual e o embrião se desenvolverá independentemente da participação do parceiro, independentemente do relacionamento com o pai. Por isso:

“Enquanto a biologia se desenrola, os relacionamentos têm de ser constantemente trabalhados nesse tipo de sistema de parentesco. Assim, o relacionamento que se produziu na concepção pode não durar, a menos que seja protegido por outros relacionamentos entre o mesmo casal – como o casamento ou sua contrapartida. Em consequência disso, o filho, que nasce indubitavelmente com um pai genético (seja quem for, existiu), continua ‘necessitando’ de um pai social. O filho euro-americano não nasce axiomáticamente em um campo de relacionamentos. Embora sua concepção exigisse um relacionamento, que suas características registram, em si mesmo ele surge como uma pessoa individual com necessidade de relacionamentos.”¹⁴

Assim, na representação trobriandesa, o filho nasce axiomáticamente em um campo de relacionamentos: do espírito ancestral com o casal reprodutivo (o irmão e a irmã), do marido com a esposa (através das relações sexuais que alimentam o feto). Já na representação euro-americana, pai e mãe são tidos como indivíduos unitários, entrando cada um com sua participação no processo reprodutivo. O embrião, uma vez concebido, se desenvolverá independentemente da participação paterna. Assim, as noções de diferença anatômica e fisiológica atribuem contribuições desiguais entre a mãe e o pai: a participação do pai refere-se à relação sexual e ao esperma; enquanto a da mãe refere-se, além da relação sexual e do óvulo, também ao útero, um elemento a mais.

A representação euro-americana enfocada por Strathern aponta para uma teoria duogenética da reprodução, uma vez que considera que pai e mãe contribuem geneticamente para gerar a criança. Mas é uma participação desigual, na medida em que a mãe contribui com um elemento a mais, o útero.

Desta forma, proponho utilizar a denominação de teoria duogenética de reprodução para referir-me às representações que consideram que pai e mãe participam do processo reprodutivo, mas de maneira desigual, uma vez que a gravidez é tida como um processo

¹⁴ *Id.* pp. 327 e 328.

que ocorre exclusivamente (até agora, pelo menos) no corpo da mãe, e o embrião se desenvolverá independentemente da participação paterna. No meu entender, é justamente essa desigualdade contida na teoria duogenética, marcada pela gravidez, que informa as noções de amor natural materno, de ligação natural e automática da mãe com o filho. Isto é, a gravidez é tomada como a responsável por estabelecer esse amor e essa ligação natural da mãe com o filho, pois confere à mãe uma experiência exclusiva de intimidade com a criança.

Na teoria duogenética da reprodução, grande importância é atribuída ao fato de a mulher carregar a criança dentro de si. Esta importância embasa a noção do amor materno como mais forte, natural e instintivo que o amor paterno. A prevalência desta noção nas sociedades ocidentais já foi analisada em vários trabalhos¹⁵. Tomemos alguns exemplos.

Em um livro publicado em 1940 sobre paternidade¹⁶, o autor, Almeida Júnior, recorre aos “primitivos” e às sociedades “menos civilizadas” - citando o sacrifício de crianças, o infanticídio, a exploração do trabalho infantil, a falta de responsabilidade e de cuidado paternos para com os filhos -, com o intuito de demonstrar que o amor paterno não é instintivo como o materno, e sim um ganho da evolução cultural. Isto é, os homens, por suas tendências naturais, ao contrário das mulheres, não têm inclinação para o amor, a proteção, o cuidado dos filhos. Foi através das pressões impostas pela sociedade, quer pela recorrência ao medo do sobrenatural, quer pela reprovação do infanticídio, quer pelo clamor público ou pela sanção das leis, que o amor e a proteção paternos foram incutidos nos homens.

¹⁵ COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (Orgs.) – 1989. **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas.

LABRA, M.E. (Org.) – 1989. **Mulher, saúde e sociedade no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes, em co-edição com ABRASCO.

DALLY, A. - 1983. **Inventing Motherhood: The consequences of an ideal**. New York, Schocken Books.

¹⁶ ALMEIDA JÚNIOR, A.- 1940. **Paternidade: aspectos bio-psicológico, jurídico e social**. São Paulo, Editora Nacional.

A predominância da representação do amor natural da mãe pelo filho pode ser ilustrada pela necessidade de Badinter¹⁷ escrever um livro com o objetivo de provar que o amor materno não é natural e instintivo, que esta idéia é um mito. Em sua análise, a autora expõe fatos da sociedade francesa do século XVII que demonstram como o chamado “instinto materno” é uma construção cultural e histórica.

Fonseca¹⁸ mostra que a noção do amor natural materno está presente entre setores sociais onde é comum a circulação de crianças. As mães que entregam seus filhos para que outras mulheres cuidem temporariamente (o que pode significar anos) não consideram que abandonaram seus filhos. Ao contrário, acreditam que fizeram um grande sacrifício ao cederem suas pregorrativas maternas para outras mulheres em nome do bem-estar da criança. Mas, ainda que esta prerrogativa possa ser cedida, ela nunca é perdida, uma vez que os laços de sangue são considerados perenes, e a mística da ligação mãe-filho é onipresente.

Em minha pesquisa anterior procurei demonstrar como a concepção de maternidade se constrói marcada por termos como instinto feminino, amor incondicional da mãe pelo filho, ligação natural entre mãe e filho, enaltecimento da mãe abnegada a favor do filho. Entre as mulheres que entrevistei, essa ligação natural e esse amor instintivo da mãe pelo filho são atribuídos ao fato de a mulher gerar a criança em seu ventre.

A máxima do direito romano: *mater semper certa est, pater nunquam*, isto é, a mãe é sempre certa, o pai nunca, parece estar mais próxima de uma teoria duogenética de reprodução do que de uma teoria monogenética, visto que a certeza da maternidade é dada pela gravidez. No direito romano, outra máxima é utilizada para sanar a incerteza da paternidade: *pater is est quem nuptiae demonstrant*, ou seja, o pai da criança é quem demonstrar estar casado com a mãe. Assim, uma máxima expressa as condições para o estabelecimento da maternidade (dada pela gravidez) e outra para o da paternidade (dada pela ligação do marido com a mãe).

¹⁷ BADINTER, E. – 1985. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

¹⁸ FONSECA, C. – 1995. **Os caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez Editora.

Mas, se em um primeiro momento parece que essas máximas indicam a precedência da mãe, Pina Cabral¹⁹, ao tratar das leis de filiação portuguesas, considera que elas acabam por respaldar a autoridade patriarcal.

Referindo-se ao noroeste português, Pina Cabral escreve que, nessa região, as estratégias matrimoniais dos camponeses com terra levam aqueles que não têm terra ao casamento entre si, e levam também à ilegitimidade. Os homens mais pobres encontram-se em uma situação familiar marginal, onde as mulheres detêm maior poder doméstico, porque a eles faltam os meios econômicos e simbólicos considerados necessários por esta cultura para instituir a dominação masculina doméstica. A ilegitimidade surge nas situações de pobreza extrema, onde os homens não têm os meios necessários para criarem ligações domésticas permanentes e, portanto, não têm acesso à paternidade, estabelecida pelo discurso legal do *pater is est quem nuptiae demonstrant*.

Por outro lado, o fato de não estar casado possibilita que um homem não reconheça um filho “bastardo” se não o desejar, pois em Portugal a maioria dos juízes utiliza o teste de paternidade somente para excluir a possibilidade da paternidade e não para confirmá-la. Segundo o autor, esse procedimento visa à proteção do patrimônio dos homens abastados, impedindo que os filhos “ilegítimos” reivindiquem a herança paterna. Além disso, os juristas portugueses negam que a união de fato seja um tipo de família.

Baseado nesses dados, Pina Cabral afirma que a legislação portuguesa não protege os direitos dos homens; protege, antes, os direitos e autoridade dos homens casados, dos homens que tiveram acesso às condições necessárias para estabelecer legalmente a sua autoridade patriarcal. A lei institui e protege um tipo de familismo baseado na autoridade patriarcal. O autor conclui que: “Assim, num primeiro momento a maternidade é considerada como visível e segura e a paternidade é apercebida como obscura e incerta. A revelação da paternidade, que condiciona a sua legitimação, é um acto de poder. Assim, num segundo momento, uma vez legitimada, a paternidade acaba por assumir o papel principal na identificação do indivíduo. [...] No discurso legal, a filiação materna – pública e ostensiva – do *mater semper certa* cede lugar à paternidade através do *pater is est*, por meio da cerimônia legal do casamento. Uma vez legitimada, porém, a paternidade assume

¹⁹ PINA CABRAL, J. de – 1993. A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social. *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124).

a precedência na identificação da pessoa jurídica, cujo nome principal é o nome do pai e do pai do pai.”²⁰

Portanto, a noção do amor natural materno não é garantia da precedência da mãe sobre a criança, como indicam arranjos familiares onde a idéia do amor natural materno convive com a autoridade do marido/pai sobre a esposa e os filhos. Mas em outros contextos esta precedência é estabelecida, como por exemplo em casos de divórcio no Brasil, onde a guarda dos filhos só é dada ao pai quando é provada a inaptidão da mãe para criá-los²¹.

Em relação à idéia de que a gravidez é elemento distintivo na teoria duogenética da reprodução, recorro aqui à análise feita por Novaes e Salem²² sobre um caso francês em que um casal heterossexual procurou reprodução assistida. Após seis tentativas de fertilização *in vitro*, a mulher (grávida de nove semanas) sofreu um aborto espontâneo. Enquanto estava hospitalizada para fazer a curetagem, seu marido morreu em um acidente automobilístico quando ia ao hospital visitá-la. A mulher, posteriormente, requereu a transferência para seu útero dos dois embriões congelados que ainda restavam. O médico responsável mostrou-se reticente em atender à solicitação e o caso foi levado à justiça. A mulher perdeu a causa (em maio de 1993) porque o juiz entendeu, baseado na discussão da lei da bioética que estava sendo julgada no Parlamento francês naquele momento (e promulgada posteriormente, em julho de 1994), que ambos os parceiros deveriam estar vivos e dar seu consentimento no momento de uma transferência de embriões ou de uma inseminação artificial.

Da rica e minuciosa análise que as autoras fazem do caso, considero pertinente resgatar aqui aquela relativa à concepção mais igualitária de casal presente na lei de bioética francesa que impõe a necessidade de consentimento de ambos os parceiros no momento da transferência de embriões. “Essa situação de aparente igualdade dos gêneros face à reprodução pode ser atribuída, ao menos em parte, ao aplainamento das diferenças

²⁰ *Id.* p. 195.

²¹ RIDENTI, S.G.U. – 1998. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U.; MEDRADO, B. – 1998. **Homens e masculinidades. Outras palavras.** São Paulo. ECOS/Editora 34.

FONSECA, C. – 1995. *Op. cit.*

BILAC, E.D. – 2000. O “homem de família”: conjugalidade e paternidade em camadas médias nos anos 90. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, do XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis.

²² NOVAES, S. & SALEM, T. – 1995. Recontextualizando o embrião. **Estudos Feministas**, v.3, n.1.

dos laços corporais que ligam mulheres e homens a embriões em circunstâncias que envolvem fertilização *in vitro*.²³

Também é importante a consideração das autoras de que o médico que cuidava do caso pôde contrapor-se às intenções da mulher justamente porque ela não estava grávida, porque os embriões estavam fora de seu corpo²⁴. Assim, em relação ao casal, a ausência da gravidez colocou a mulher na mesma posição do homem: como unicamente doadora de gametas; e, em relação ao médico, possibilitou maior interferência deste nas decisões reprodutivas da mulher.

A lei de bioética francesa, que iguala os direitos de homens e mulheres em relação à transferência de embriões, é ilustrativa de meu argumento de que na teoria duogenética da reprodução, pai e mãe têm uma participação desigual no processo reprodutivo devido à gravidez, elemento “a mais” feminino. Pois é justamente a ausência de gravidez e a “redução” da participação da mulher à doadora de gametas que informa a igualdade presente na lei. A ausência de gravidez igualou a “viúva de Toulouse” (como denominam as autoras) ao seu marido morto em relação ao direito sobre os embriões, sendo o direito do morto defendido pelo médico e pelo juiz que negaram à viúva a transferência solicitada.

Considero que a teoria duogenética da reprodução informa concepções sobre paternidade e maternidade elaboradas pelos entrevistados. E que através dela é possível compreender as tensões relativas a alugar a barriga de outra mulher para ter um filho, por medo de a mãe de aluguel “criar amor” pela criança e não entregá-la quando nascer. Nela também estão embasadas as idéias dos entrevistados de que a mãe é naturalmente mais ligada aos filhos, que as mulheres ficam mais desesperadas que os homens ao não conseguirem ter filhos, que é mais importante para as mulheres que para os homens terem filhos.

A representação da gravidez como um processo que, uma vez ocorrido, prescinde da participação paterna para seu desenvolvimento, como um processo exclusivo das mulheres

²³ *Id.* p. 82.

²⁴ No caso do aborto voluntário, o embrião está dentro do corpo da mulher e a lei francesa permite o aborto no começo da gestação. No Brasil o aborto só é permitido em casos de risco de vida da mãe ou de estupro, o que poderia ser interpretado como o aborto sendo considerado um crime contra o embrião, quando realizado fora das situações de exceção. Independentemente, porém, da interpretação, da legislação e das posturas a favor e contra a legalização do aborto, os argumentos e as discussões referentes ao direito ao aborto acabam referindo-se quase que exclusivamente aos direitos das mulheres ou dos embriões, não envolvendo/considerando os direitos dos homens a respeito do aborto voluntário.

– contida na teoria duogenética da reprodução – informa as concepções da maternidade como uma essência e da paternidade como um projeto. Assim, a uma diferença considerada natural e biológica é atribuído um peso explicativo. Além disso, o “modo natural de reprodução” - compreendido como incluindo relação sexual, transmissão de genes e gravidez -, é tomado como modelo a ser seguido nos arranjos sociais relativos à reprodução, como a adoção e o uso de tecnologias reprodutivas. Porém, é necessário atentar, como ressalta Salem²⁵: “Trata-se, antes, de reconhecer que, mesmo quando enfatizamos a prevalência da ‘verdade’ biológica ou genética sobre os arranjos e desígnios humanos ou, ainda, quando entronizamos o natural como modelo e valor estamos, ainda assim, imersos no reino das escolhas culturais e das regras, ou soluções, arbitrárias.”

Neste sentido, acredito que as análises da teoria duogenética da reprodução e do “modo natural de reprodução” apontam para a atribuição de um valor cultural dado ao natural/biológico; ainda que esta ordem natural/biológica seja vista como passível de interferências humanas/sociais, como demonstram as tensões sobre adoção e uso de tecnologias reprodutivas. Considero que apontar a atribuição de um valor cultural ao natural/biológico confirma como as percepções sobre masculino e feminino são dependentes, ao mesmo tempo que constitutivas, das relações sociais, enfaticamente daquelas referentes à reprodução.

²⁵ SALEM, T. – 1995. O princípio do anonimato na inseminação artificial com doador (IAD): das tensões entre natureza e cultura. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 62.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFF, L. – 1988. Cultural Feminism *versus* Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. **Signs**, v.3, n.13.

ALMEIDA JÚNIOR, A.- 1940. **Paternidade: aspectos bio-psicológico, jurídico e social**. São Paulo, Editora Nacional.

ALMEIDA, M.V. de –

1995. **Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa, Fim de Século.

1996. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico/95**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

ANZALDUA, G. – 1988. **La Frontera/Borderlands**. San Francisco, Spinsters Ink.

ARILHA, M. –

1998. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. *In*: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. – **Homens e masculinidades. Outras palavras**. São Paulo, ECOS/ Editora 34.

1999. Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ÁVILA, M.B. & GOUVEIA, T. – 1996. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. *In*: PARKER, R. & BARBOSA, R.M. (Orgs.) - **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.

BADINTER, E. –

1985. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

1993. **XY, la Identidad Masculina**. Bogotá, Grupo Editorial Norma.

BAHAMONDES, L. et al. – 1992. Significado do recente aumento do número de solicitantes de reversão de laqueadura em um serviço de esterilidade. **Femina**, 20.

BARBOSA, R.M. – 2000. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. **Estudos Feministas**, v.8, n.1

BARBOSA, S. – 2000. Machos, homens e masculinidades. Percursos, trajetos e caminhos com grupos de homens. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**. Informativo semestral, Fundação MacArthur, São Paulo, n. 3, ano 2.

BERER, M. – 1996. Introduction. **Reproductive Health Matters**, n. 7.

BERTAUX, D. – 1980. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. LXIX.

BILAC, E.D. –

1999. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA, R.P. & AZEVEDO, J.C. (Coords.) – **Direitos da Família: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo, Editora LTr.

2000. O “homem de família”: conjugalidade e paternidade em camadas médias nos anos 90. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, do XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis.

BLY, R. - 1990. **Iron John. A book about men**. Reading, MA, Addison-Wesley.

BOURDIEU, P. –

1972. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Librairie Droz, Genève, Paris.

1995. A dominação masculina. **Educação e Realidade** 20(2).

1999. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BROD, H. & KAUFMAN, M. (Eds.) – 1994. **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks, Sage Publications.

BUTLER, J. –

1990. **Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity**. New York, Routledge.

1998. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11.

CARVALHO, J.J. de – 1990. O jogo das bolinhas. Uma simbólica da masculinidade. **Anuário Antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro.

CASTRO, I.P. – 1998. A relação dos filhos menores com os pais após a ruptura da tradicional convivência familiar: uma ótica sociojurídica. *In*: SILVEIRA, P. (Org.) – **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre, Artes Médicas.

CLIFFORD, J. – 1986. Partial Truths. *In*: Clifford, J. & Marcus, G.E. (Eds.) - **Writting Culture. The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley, University of California Press.

CONNELL, R.W. – 1995. **Masculinities**. Berkeley, University of California Press.

CORNWALL, A. & LINDISFARNE, N. – 1996. Dislocating masculinity. Gender, power and anthropology. *In*: Cornwall, A. & Lindisfarne, N. (Eds.) – **Dislocating Masculinity. Comparative Ethnographies**. London, Routledge.

CORRÊA, M. –

1995. A natureza imaginária do gênero. **Cadernos Pagu**, n.5.

1997. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. **Horizontes Antropológicos**, n.7.

1999. O sexo da dominação. **Novos Estudos CEBRAP**, n.54.

COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (Orgs.) – 1989. **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas.

COSTA, C. de L. – 1998. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11.

COSTA, J.F. – 1999. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal.

COSTA, R.G. –

1995. Concepções sobre maternidade entre mulheres que buscam tratamento para esterilidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UNICAMP.

1998. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11.

COSTA, R.P. da (Org.) – 1986. **Macho, Masculino, Homem. A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro**. São Paulo, L&PM.

DALLY, A. - 1983. **Inventing Motherhood: The consequences of an ideal**. New York, Schocken Books.

DELANEY, C. - 1986. The meaning of paternity and the virgin birth debate. **Man**, v.21, n.3.

DINIZ, D. - 2000. Tecnologias reprodutivas, ética e gênero: o debate legislativo brasileiro. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Feminismo e Bioética, Londres.

DONZELOT, J. - 1986. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, Edições Graal.

DOUGLAS, M. - 1976. **Pureza e Perigo. Uma análise dos conceitos de poluição e tabu**. São Paulo, Editora Perspectiva.

EDWARDS, J. - 1993. Explicit connections: ethnographic enquiry in north-west England. In: Edwards, J.; Franklin, S.; Hirsch, E.; Price, F.; Strathern, M. - **Technologies of Procreation. Kinship in the age of assisted conception**. Manchester, Manchester University Press.

EHRENREICH, B. & ENGLI, D. - 1976. **Complaints & disorders – the sexual politics of sickness**. London, Writers and Readers Publishing Cooperative.

EHRENSAFT, D. - 1992. Las feministas pelean contra (por) padres. **Debate Feminista**, ano 3, v. 6.

FIGUEROA PEREA, J.G. & LIENDRO ZIGNONI, E. - 1995. La presencia del varón en la salud reproductiva. In: Hardy, E. et al. (Eds.) - **Ciências Sociais e Medicina: atualidades e perspectivas latino-americanas**. Campinas, CEMICAMP.

FIGUEROA PEREA, J.G. - 2000. Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones. **Estudos Feministas**, v.8, n.1.

FOLHA de São Paulo, 27 de outubro de 1996, 3º Caderno. “Homens lutam pelo direito de ‘abortar’ ”.

FONSECA, C. -

1995. **Os caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez Editora.

2001. Capitu's dilemma: DNA, choice and destiny in the contemporary Brazilian family. Trabalho apresentado no III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira: "Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira". São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

FORD FOUNDATION - 1991. **Reproductive Health: A Strategy for the 1990s**. New York, Ford Foundation.

FOUCAULT, M. - 1979. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal.

FRANKLIN, S. - 1990. Deconstructing "desperateness": the social construction of infertility in popular representations of new reproductive technologies. *In*: McNeil, M.; Varcoe, I.; Yearley, S. (Eds.) - **The new reproductive technologies**. London, Macmillan.

FRIEDMAN, S.S. - 1995. Beyond White and Other: Relationality and Narratives of Race in Feminist Discourse. **Signs**, v. 21, n. 1.

FRYKMAN, J. - 1996. Space for a man: the transformation of masculinity in 20th century culture. **Reproductive Health Matters**, n. 7.

FUNDO DE População das Nações Unidas (FNUAP) - 1994. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

GALDÓS, B. P. - 1986. **El abuelo**. Madrid, Alianza Editorial.

GIFFIN, K. & BARBOSA, R.H.S. - 2000. Homens, saúde e vida cotidiana: dois momentos de uma pesquisa-ação. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**. Informativo semestral, Fundação MacArthur, São Paulo. n. 3, ano 2.

GRINBERG, K. - 2001. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GUTMANN, M.C. - 1997. Trafficking in Men: The Anthropology of Masculinity. **Annual Review of Anthropology**, v. 26.

- HAMAWI, R. – 1995. Que querem os homens? *In*: NOLASCO, S. (Org.) – **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro, Rocco.
- HARAWAY, D. –
1985. A manifesto for Cyborgs: science, technology and socialist feminism in the 1980's. **Socialist Review**, 80.
1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5.
- HARDING, S. – 1993. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v.1, n.1.
- HARDY, D.G.F. – 1993. Avaliação de dois protocolos de desenvolvimento folicular para fertilização assistida. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP.
- HARDY, E. et al. – 1996. Risk factors for tubal sterilization regret, detectable before surgery. **Contraception**, 54.
- HEILBORN, M.L. – 1998. A primeira vez nunca se esquece. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 2.
- HERITIÉR-AUGÉ, F. – 1985. La Cuisse de Jupiter. Réflexions sur les nouveaux modes de procréation. **L'Homme** 94, XXV (2).
- HERNDON, N. – 1998. Men influence contraceptive use. **Network** 18 (3).
- HILL, G.; SCOTT, P.B.; SMITH, B. (Eds.) – 1982. **All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave**. Feminist Press.
- HIRSCH, E. – 1993. Negotiated limits: interviews in south-east England. *In*: Edwards, J.; Franklin, S.; Hirsch, E.; Price, F.; Strathern, M. (Eds.). **Technologies of Procreation – Kinship in the age of assisted conception**. Manchester, Manchester University Press.
- HURSTEL, F. – 1997. De los padres “ausentes” a los “nuevos padres”. Contribución a la historia de una transmisión genealógica colectiva. *In*: TUBERT, S. (Ed.) – **Figuras del padre**. Madrid, Ediciones Cátedra.

JARDIM, D.F. –

1992. Espaço social e auto-segregação entre homens: gostos, sonoridades e masculinidade. *In: LEAL, O. (Org.) – Cultura e identidade masculina. Cadernos de Antropologia*, n.7

1995. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. *In: Leal, O. (Org.) - Corpo e Significado. Ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.

KARAN, M.L. – 1998. A superação da ideologia patriarcal e as relações familiares. *In: SILVEIRA, P. (Org.) – Exercício da Paternidade*. Porto Alegre, Artes Médicas.

KAUFMAN, M. –

1994. The construction of masculinity and the triad of men's violence. *In: Kimmel, M. & Messner, M. (Orgs.) – Men's Lives*. Boston, Allyn and Bacon.

1995. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. *In: Arango, L.G.; León, M.; Viveros, M. (Comps.) - Género e identidad. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Bogotá, TM Editores.

KNIBIEHLER, Y. – 1997. Padres, patriarcado, paternidad. *In: TUBERT, S. (Ed.) – Figuras del padre*. Madrid, Ediciones Cátedra.

KOFES, S. –

1993. Categorias analítica e empírica: Gênero e mulher: Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu*, n.1.

1994. Experiências sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu*, n.3.

1998. A bela esquina: ou, os estudos de gênero e seu duplo. Texto apresentado no GT Relações de Gênero da XXI Reunião Brasileira de Antropologia, Vitória.

LABRA, M.E. (Org.) – 1989. **Mulher, saúde e sociedade no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, em co-edição com ABRASCO.

LAMB, M.E. (Ed.) – 1986. **The father's role: applied perspectives**. New York, John Wiley.

LANE, S.D. - 1994. From population control to reproductive health: an emerging policy agenda. *Soc. Sci. Med.*, v.39, n.9.

LAQUEUR, T. –

1992. Los hechos de la paternidad. **Debate Feminista**, ano 3, v. 6.

1994. **La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud**. Madrid, Ediciones Cátedra.

LAURETIS, T. de – 1994. A tecnologia do gênero. **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco.

LEAL, O. (Org.) – 1992. Cultura e identidade masculina. **Cadernos de Antropologia**, n.7.

LEAL, O. & BOFF, A.M. – 1996. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. *In*: Parker, R. & Barbosa, R.M. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

LIGUORI, A.L. – 2000. Diálogo entre hombres y mujeres en México. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**. Informativo semestral, Fundação MacArthur, São Paulo, n. 3, ano 2.

LIMA, R. – 1995. “On the rocks”: corpo e gênero entre os escaladores do Paraná. **Cadernos Pagu**, n.5.

LIPUMA, E. – 1998. Modernity and forms of personhood in Melanesia. *In*: Lambeck, M. & Strathern, A. - **Bodies and persons. Comparative perspectives from Africa and Melanesia**. Cambridge, Cambridge University Press.

LOS HOMBRES y la planificación familiar – 1992. **Network 7** (3).

LYRA, J. – 1997. Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LYRA, J. & MEDRADO, B. – 2000. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Estudos Feministas**, v.8, n.1.

MAGGIE, Y. – 1991. A Ilusão do Concreto: análise do sistema de classificação racial no Brasil. Tese para professor titular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ.

MAHMOOD, N.; RINGEIM, K. – 1997. Knowledge, approval and communication about family planning as correlates of desired fertility among spouses in Pakistan. **International Family Planning Perspectives**, 23 (3).

MALINOWSKI, B. – 1978. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural. Coleção Os Pensadores.

MARTIN, E. – 1996. The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles. *In*: Keller, E. & Longino, H. (Eds.) – **Feminism and science**. New York, Oxford University Press.

MEDRADO, B. – 1998. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. *In*: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. – **Homens e masculinidades. Outras palavras**. São Paulo, ECOS/ Editora 34.

MESSNER, M. – 1993. “Changing men” and feminist politics in the United States. **Theory and Society**, v.22, n.5.

MINELLA, L.S. & SIQUEIRA, M.J.T. (Orgs.) – 2000. Dossiê Relações de gênero e saúde reprodutiva: avanços e contradições sobre temas cruciais. **Estudos Feministas**, v.8, n.1.

MINELLA, L.S. – 2000. Autodeterminação e passividade feminina e masculina no campo da saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, v.8, n.1.

MONTGOMERY, M. – 1994. **O novo pai: a dimensão da paternidade**. São Paulo, Saraiva.

MORAGA, C. & ANZALDÚA, G. (Eds.) – 1981. **This bridge called my back: writings by radical women of color**. Watertown, Mass.: Persephone.

MOSCUCCI, O. - 1993. **The Science of Woman. Gynaecology and gender in England 1800-1929**. Cambridge, Cambridge University Press.

MUNDIGO, A. - 1995. Papéis masculinos, saúde reprodutiva e sexualidade. **Conferência Internacional sobre População**. Fundação MacArthur, São Paulo.

- MURAYAMA, A. et al. - 1995. Características dos casais do Programa de Fertilização *in vitro* do CAISM/UNICAMP. **Reprodução & Climatério**, v. 10, n. 4.
- NAROTZKY, S. - 1997. El marido, el hermano y la mujer de la madre: algunas figuras del padre. *In*: TUBERT, S. (Ed.) – **Figuras del padre**. Madrid, Ediciones Cátedra.
- NASCIMENTO, P.F.G. – 1999. “Ser Homem ou Nada”: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural, UFPE.
- NICHOLSON, L. – 1987. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. *In*: Benhabib, S. & Cornell, D. (Coords.) – **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
- NOLASCO, S. –
1993. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro, Rocco.
(Org.) – 1995. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro, Rocco.
- NORONHA, D. - 1986. Paternidade. *In*: Costa, R.P. da (Org.) – **Macho, Masculino, Homem. A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro**. São Paulo, L&PM.
- NOVAES, S. & SALEM, T. – 1995. Recontextualizando o embrião. **Estudos Feministas**, v.3, n.1.
- O'BRIAN, M. – 1979. Reproducing Man. *In*: Clark, M.G. & Lange, L. (Coords.) – **The sexism of social and political theory**. Toronto, University of Toronto Press.
- OLIVEIRA, P.P.M. de – 1998. Discursos sobre a masculinidade. Texto apresentado no GT Relações de Gênero da XXI Reunião Brasileira de Antropologia, Vitória.
- OLIVEIRA, M.C. de; BILAC, E.D.; MUSZKAT, M. – 1994. Os homens, esses desconhecidos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.11, n.1.
- OLIVEIRA, M.C. de; MARCONDES, G.S. – 1999. “Caindo na real”: reprodução e paternidade. *In*: “Os Homens, esses desconhecidos...” (Masculinidade e Reprodução). Relatório Final de Pesquisa apresentado à FAPESP.

OLIVEIRA, S.D. – 1998. Tipos de injustos relativos ao estado de filiação. *In*: SILVEIRA, P. (Org.) – **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre, Artes Médicas.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) – 1996. IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Rio de Janeiro, FIOCRUZ.

OSIS, M.J.D. – 1994. Atenção Integral à Saúde da Mulher, o conceito e o programa: história de uma intervenção. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP.

PATTON, M.Q. – 1990. **Qualitative evaluation and research methods**. London, Sage Publications.

PFEFFER, N. – 1985. The hidden pathology of the male reproductive system. *In*: Homans, H. (Ed.) – **The sexual politics of reproduction**. Hants, Gower Publ. Comp. Lmt.

PINA-CABRAL, J. de – 1993. A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social. **Análise Social**, v. XXVIII.

PINOTTI, J.A. et al. – 1986. Identificação de fatores associados à insatisfação após a esterilização cirúrgica. **Ginecologia e Obstetrícia Brasileira**, 9.

PISCITELLI, A. – 1998. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, n. 11.

PITT-RIVERS, J. – 1979. **Antropología del Honor, O política de los sexos**. Barcelona, Editorial Crítica.

QUADROS, M. T. de – 1996. Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife, PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.

RAGO, M. – 1985. **Do cabaré ao bar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1830 – 1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

RAMÍREZ, M.C. – 1999. Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP.

REYERO, C. – 1996. **Aparencia e Identidad Masculina. De la Ilustración al Decadentismo.** Madrid, Ediciones Cátedra.

RIDENTI, S.G.U. – 1998. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. *In*: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. – **Homens e masculinidades. Outras palavras.** São Paulo, ECOS/ Editora 34.

ROBEY, BRYANT & DRENNAN – 1998. Male participation in reproductive health. **Network**, 18 (3).

ROHDEN, F. – 2000. Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROSENBAUM, S.F.R. – 1998. Permanência e transformação: a paternidade na revista Pais e Filhos. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SAHLINS, M. – 1979. La pensée bourgeoise. *In*: **Cultura e Razão Prática.** Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SALEM, T. –

1989. O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 9, v. 3.

1995. O princípio do anonimato na inseminação artificial com doador (IAD): das tensões entre natureza e cultura. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1.

1997. As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa. **Mana**, 3 (1).

SCOTT, J. W. – 1999. Experiência. *In*: Silva, A.L.; Lago, M.C.S.; Ramos, T.R.O. (Orgs.) - **Falas de gênero.** Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres.

SEGAL, L. – 1993. Changing men: masculinities in context. **Theory and Society**, v.22, n.5.

SILVA, R.P. – 1999. Ascendência biológica e descendência afetiva: indagações biojurídicas sobre a ação de investigação da paternidade. *In*: SILVA, R.P. & AZEVÊDO, J.C. (Coords.) – **Direitos da Família: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo, Editora LTr.

SIQUEIRA, M.J.T. – 2000. Saúde e direitos reprodutivos: o que os homens têm a ver com isso? **Estudos Feministas**, v.8, n.1.

SPIVAK, G. – 1988. Can the Subaltern Speak? *In*: Nelson & Grossberg (Eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago, University of Illinois Press.

STOLCKE, V. –

1988. New reproductive technologies: the old quest for fatherhood. **Reproductive and Genetic Engineering**, 1(1).

1991. Derechos reproductivos. *In*: Azerêdo, S. & Stolcke, V. (Orgs.) - **Direitos reprodutivos**. São Paulo, FCC/DPE.

1998. El sexo de la biotecnología. *In*: Durán, A. & Riechmann, J. (Coords.) – **Genes en el laboratorio y en la fábrica**. Madrid, Editorial Trotta.

STRATHERN, M. –

1987. An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. **Signs**, v. 12, n.2.

1988. **The Gender of the Gift. Problems with women and problems with society in Melanesia**. Berkeley, University of California Press.

1992. **Reproducing the Future. Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies**. Manchester, Manchester University Press.

1993. A Question of Context. *In*: EDWARDS, J.; FRANKLIN, S.; HIRSCH, E.; PRICE, F.; STRATHERN, M. – **Technologies of Procreation. Kinship in the age of assisted conception**. Manchester, Manchester University Press.

1995. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, ano 3, n. 2.

TRINDADE, Z. – 1991. As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético. Tese de Doutorado em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo.

UNBEHAUM, S.G. – 2000. Experiência masculina da paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP.

VELHO, G. – 1983. Aliança e casamento na sociedade moderna. Separação e amizade nas camadas médias urbanas. **Boletim do Museu Nacional, Antropologia**, n. 39.

VICTORA, C. – 1992. As relações de gênero na vila Divina Providência, ou O que elas esperam deles. **Cadernos de Antropologia**, n.7.

VIEIRA, E.M. –

1990. Prática médica e corpo feminino. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP.

1994. Regret after sterilization among low income women in São Paulo, Brazil. Tese de Doutorado, Exeter: Faculty of Social Studies, University of Exeter.

VILLELA, W.V. & BARBOSA, R.M. – 1996. Repensando as relações entre gênero e sexualidade ... In: Parker, R. & Barbosa, R.M. (Orgs.) – **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.

WEINER, A. - 1976. **Women of value, men of renown – new perspectives on Trobriand exchange**. Austin & London, University of Texas Press.

Nos casos de **d**esconfiança de traição conjugal e de dúvida da paternidade, recorrer à semelhança física, psicológica ou moral apareceu muitas vezes como recurso utilizado para a identificação do pai. Almeida Júnior⁴² cita passagens da **Odisséia** de Homero, de peças de Shakespeare, e de obras de autores de língua portuguesa como Camilo Castelo Branco, Eça de Queiróz e Machado de Assis, onde os personagens recorrem às semelhanças entre pai e filho como meio de identificação da paternidade e prova da existência ou não da traição conjugal.

⁴² ALMEIDA JÚNIOR, A. – 1940. *Id.*